



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

VINICIUS LIMAVERDE FORTE

**DILEMAS NO MARXISMO DO SUL:
AS TENSÕES EUROCÊNTRICAS NA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL DE
CAIO PRADO JR.**

RECIFE

2016

VINICIUS LIMAVERDE FORTE

DILEMAS NO MARXISMO DO SUL:
AS TENSÕES EUROCÊNTRICAS NA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL DE
CAIO PRADO JR.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em
Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Veras Soares

RECIFE

2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

F737d Forte, Vinicius Limaverde.
Dilemas no Marxismo do Sul : as tensões eurocêntricas na interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. / Vinicius Limaverde Forte. – 2016.
248 f. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Eliane Veras Soares.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2016.
Inclui Referências e anexos.

1. Sociologia. 2. Marxismo. 3. Eurocentrismo. 4. Prado Júnior, Caio, 1907-1990. 5. Colonização – Brasil. I. Soares, Eliane Veras. II. Título.

301 CDD (22. ed.)UFPE (BCFCH2017-029)

VINICIUS LIMAVERDE FORTE

DILEMAS NO MARXISMO DO SUL:
AS TENSÕES EUROCÊNTRICAS NA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL DE
CAIO PRADO JR.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em: 21/ 12/ 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Eliane Veras Soares (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Paulo Henrique Martins
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Remo Mutzenberg
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Diogo Valença Azevedo Costa
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Aos meus pais.

Às minhas avós.

À Marina, minha companheira na vida.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho não seria possível sem todo o apoio que recebi ao longo desta jornada. Portanto, gostaria de expressar aqui meus agradecimentos às pessoas, grupos e instituições que contribuíram para que este ciclo seja encerrado e um novo inicie-se. Ressalto que, evidentemente, as limitações deste texto são de minha inteira responsabilidade.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio durante 48 meses.

À minha orientadora, Professora Dra. Eliane Veras Soares, cuja contribuição acadêmica inestimável, somada à maneira ímpar com que conduziu a relação de orientação ao longo desses anos, conciliando compromisso, rigor e generosidade, proporcionou apoio imprescindível para o término desta jornada. Muito obrigado por tudo.

Aos professores participantes da banca examinadora, Prof. Dr. Paulo Henrique Martins, Prof. Dr. Remo Mutzenberg, Prof. Dr. Marcos Costa Lima e Prof. Dr. Diogo Valença Costa pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos Professores e às Professoras do PPGS que mediante os debates ocorridos durante as disciplinas do Curso de Doutorado contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Às funcionárias da Secretaria do PPGS, Karine e Mônica, cuja eficiência e compromisso foram decisivos para a viabilização do processo de defesa, juntamente à dedicação do Prof. Remo na condição de Coordenador.

Às colegas da turma de doutorado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

Às pessoas que compõem o grupo Sociedade Brasileira Contemporânea por propiciarem um espaço acadêmico de instigante diálogo.

Às pessoas que participaram do grupo de estudos sobre Raymond Williams, organizado pela Professora Eliane e com importante contribuição do Prof. Dr. Afonso Chaves, cujo debate contribuiu para o amadurecimento teórico que propiciou um redirecionamento dos rumos deste trabalho.

Às pessoas que participaram da Disciplina de Leitura Dirigida ofertada pela Professora Eliane. Devo externar aqui uma profunda dívida intelectual. Com base em um conjunto de textos cuja seleção contemplava o recorte então estabelecido para minha pesquisa, tive a oportunidade de contar com interlocutores privilegiados. Aristeu Portela, Bruno Lira e Murilo Alchorne formaram o núcleo principal que também contou com participações pontuais como ouvintes de Alexandre Sabino, Jonas Nascimento e Felipe

Barreiros. Muito obrigado pelos momentos de construção coletiva de conhecimento e pela relação fraterna estabelecida.

Devo fazer uma menção em particular a Murilo Alchorne, bem como à sua companheira Antonielle Pinheiro, não apenas pela contribuição acadêmica, mas também pela amizade e companheirismo ao longo desses anos. O mesmo deve ser dito com relação a Alexandre Sabino e sua noiva Caline Mendes, grandes amigos e debatedores que contribuíram para esta tese.

À Paula Vanessa Queiroz, amiga com quem tive a felicidade de conviver durante a estadia em Recife, a quem sou muito grato pela ajuda em diversos momentos de dificuldade. Sou igualmente grato ao apoio prestado pela amiga Francisca Vasconcelos, especialmente durante a reta final do processo de defesa deste trabalho. Também devo mencionar Pedro Gustavo Silva pelo companheirismo ao longo dos anos de mestrado e doutorado.

Ao meu irmão, Fábio. Aproveito o ensejo dado por sua dedicadíssima contribuição revisando partes deste texto para agradecer-lo pela cumplicidade com que nossa relação foi construída.

Ao amigo Caio Rabelo, companheiro de jornadas do nosso alvinegro, agradeço pela elaboração do Abstract.

Aos amigos, interlocutores e parceiros de pesquisa no campo do Ensino de Sociologia e da Sociologia da Educação, Joannes Paulus Silva Forte, Manoel Moreira Neto e Márcio Kleber Moraes Moraes Pessoa, sou grato pelo carinho, respeito e compromisso.

Aos amigos, Alberto Barros, Cláudia Veras, Antonio Marcos Silva, Lara Denise, Benjamin Lucas, Edson Marques, Zenaide Bernardo, Francisco Thiago Vasconcelos, Jordi Mourão Ângelo, José Carlos Emídio, Karine Marques, Tiago M. Ribeiro, Amanda Costa, Yandra Lobo e Ribamar Neto agradeço pela compreensão da ausência e também pela torcida.

Aos meus sogros, D. Sulany e Sr. Mosandi, bem como à minha cunhada Marília e a Luiza, cujo inestimável suporte foi indispensável. Essa disponibilidade foi crucial para que as dificuldades enfrentadas durante a elaboração do texto fossem superadas.

À minha irmã Débora e ao meu cunhado Adams, sempre solícitos e generosos, ofereceram o suporte necessário quando foi mais preciso.

Aos meus pais, Rejanine e Tupinambá. Cada um ao seu modo apoiou-me nas minhas escolhas, mesmo naquelas que lhes pareciam obtusas. Sou profundamente grato por isso e por tudo mais que vocês me ofereceram nesta vida. Da mesma forma agradeço minhas avós, Menininha e Teresa que, assim como minha mãe, são mulheres fundamentais em minha vida. Não chegaria aqui sem vocês.

À minha sobrinha Lis e à minha enteada Sofia, pelo carinho e por saberem lidar com a ausência.

À Marina, minha companheira na vida, que independentemente das circunstâncias é meu porto seguro. Sem seu amor, sem sua dedicação, sem seu apoio emocional e intelectual essa jornada não teria sido possível. Desculpe-me por nem sempre ter sabido lidar com as dificuldades deste ciclo que se encerra. Apesar das adversidades, um novo ciclo aproxima-se e mais uma vez desfrutaremos juntos de sua beleza e enfrentaremos eventuais percalços. Como já disse antes, o amor que nutrimos tornou mais leve uma jornada demasiadamente árdua.

“[O] principiante que aprende um novo idioma traduz sempre as palavras desse idioma para sua língua natal; mas, só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela.”

(Karl Marx)

RESUMO

Nesta tese, objetiva-se compreender a formação das tensões eurocêntricas da interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. Entende-se o eurocentrismo como paradigma constituinte da geocultura moderna, caracterizado pela imposição de formas de pensar e agir especificamente europeias como universais. Com efeito, argumenta-se que Prado Jr. oferece subsídios para a crítica ao eurocentrismo, não obstante também o reitere. A fim de compreender esse aparente paradoxo, parte-se da concepção de processo hegemônico de Raymond Williams para denominar de tensões eurocêntricas esse processo de simultânea crítica e reiteração do eurocentrismo. Defende-se que essas tensões decorreriam de uma parcial capitulação de perspectivas contra-hegemônicas emergentes pelo paradigma eurocêntrico hegemonicamente dominante. A partir de uma triangulação teórica entre as noções de tensões eurocêntricas e transtextualidade, conforme a definição de Gerard Genette, realizou-se uma pesquisa bibliográfica direcionada em duas frentes. De um lado, foram investigadas as relações transtextuais constituintes das tensões eurocêntricas da interpretação do Brasil de Prado Jr. estabelecidas com a apropriação do modelo democrático-burguês pelo PCB. Doutro lado, foram examinadas as relações transtextuais que Prado Jr. estabeleceu com as tradições intelectuais brasileiras que trataram da questão racial e dos embates em torno da caracterização do Período Colonial como feudal ou capitalista. Disso resultou o delineamento das principais tensões eurocêntricas de sua interpretação do Brasil. No que concerne às críticas às abordagens eurocêntricas, identificam-se dois eixos. O primeiro é a provincialização do modelo democrático-burguês, mediante a refutação do pretensão universalismo subjacente à tentativa de transpô-lo para a realidade brasileira. O segundo é a desprovincialização do “Sentido da Colonização”, na medida em que se defende que o conceito caiopradiano propicia o entendimento do vínculo entre colonialismo e capitalismo a partir do Sul global. Já seu movimento de reiteração do eurocentrismo, decorre da reprodução da hierarquia entre europeus e não europeus no âmbito da noção de cultura em sua análise sobre as relações raciais no Brasil. Conclui-se que Prado Jr. contribui para a crítica de abordagens eurocêntricas da realidade brasileira, mas de maneira limitada, pois não rompe inteiramente com pressupostos eurocêntricos, expressando a complexidade dos dilemas da nacionalização do marxismo no Sul global.

Palavras-chave: Caio Prado Jr. Sentido da Colonização. Tensões Eurocêntricas.

ABSTRACT

This thesis aims to comprehend Caio Prado Jr.'s development of Eurocentric tensions on his Brazil's interpretation. Understanding Eurocentrism as a constituent paradigm of modern geoculture, characterized by the imposition of forms of thinking and acting, specifically European, as universal. Indeed, it is argued that Prado Jr. offers subsidies for criticizing eurocentrism, notwithstanding he reiterates it. In order to comprehend this apparent paradox, it is started off from Raymond Williams's conception of hegemonic process to denominate eurocentric tensions this process of simultaneous criticism and eurocentrism reiteration. It is maintained that these tensions would arise from a partial capitulation of counter-hegemonic perspectives emerging from the eurocentric paradigm hegemonically dominant. Starting off with a theoretical triangulation between the notions of eurocentric tensions and trans-textuality, according to the definition of Gerard Genette, a bibliographical research has been carried out in two fronts. On the one hand, the trans-textual relations constituents of the eurocentric tensions of Caio Prado Jr.'s Brazil interpretation have been investigated. They were established from borrowing PCB's "democratic-bourgeois" model. On the other hand, the trans-textual relations that Prado Jr. established with the Brazilian intellectual traditions have been examined. These traditions dealt with the issue of race and clashes over the characterization of the colonial period either feudal or capitalist. Resulting in the drawing of the main eurocentric tensions of his interpretation of Brazil. As regards the criticism of Eurocentric approaches two axes have been identified. The first is the provincializing of the "democratic-bourgeois" model. By a rebuttal from alleged universalism underlying the attempt to transpose it to the Brazilian reality. The second is the unprovincializing of "Meaning of Colonization", insofar as it is maintained that the caiopradian concept provides understanding of the link between colonialism and capitalism from the global South. His movement of eurocentrism reiteration, derives from the reproduction of the hierarchy between European and non-European in the scope of the concept of culture in his analysis on race relations in Brazil. It is concluded that Prado Jr. contributes to criticism of Eurocentric approaches of the Brazilian reality, but in a limited way. Because it does not entirely break up with Eurocentric assumptions, expressing the complexity of the dilemmas of nationalisation of Marxism in the global South.

Keywords: Caio Prado Jr. Meaning of Colonization. Eurocentric Tensions.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	NACIONALIZAÇÃO DO MARXISMO E A IDEIA DE BRASIL MODERNO....	29
2.1	Materialismo histórico e interpretação do Brasil.....	29
2.2	Tese feudal no pensamento social brasileiro e sua crítica.....	39
2.3	Teorias raciais no Brasil e as tensões eurocêntricas na geração de 1930.....	47
3	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE AS TENSÕES EUROCÊNTRICAS.....	57
3.1	O problema do eurocentrismo.....	57
3.2	O eurocentrismo nas Ciências Sociais.....	66
3.3	Tensões eurocêntricas e processo hegemônico emergente.....	77
3.4	Algumas notas sobre as tensões eurocêntricas no marxismo.....	88
4	MARXISMO E TENSÕES EUROCÊNTRICAS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL.....	95
4.1	O marxismo na América Latina e a questão do eurocentrismo.....	95
4.2	O modelo democrático-burguês na trajetória do PCB.....	110
4.3	O marxismo no PCB e o modelo democrático-burguês.....	126
5	AS TENSÕES EUROCÊNTRICAS NA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL DE CAIO PRADO JR.....	149
5.1	Caio Prado Jr. e a questão do método no marxismo.....	149
5.2	Provincialização do modelo democrático-burguês.....	171
5.2.1	Provincialização dos aspectos teórico-metodológicos do modelo democrático- burguês.....	181
5.2.2	Provincialização dos aspectos históricos do modelo democrático-burguês.....	188
5.2.3	Provincialização dos aspectos políticos do modelo democrático-burguês.....	201
5.3	Desprovincialização do “Sentido da Colonização”.....	207
6	CONCLUSÃO	229
	REFERÊNCIAS	233
	ANEXO A - CARTA ESCRITA EM 03/01/1943 E ENDEREÇADA A NELSON WERNECK SODRÉ.....	247
	ANEXO B - CARTA ESCRITA EM 03/09/1943 E ENDEREÇADA A NELSON WERNECK SODRÉ.....	248

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta tese é compreender a constituição das tensões eurocêntricas da interpretação marxista do Brasil de Caio Prado Jr. Nesse sentido, propõe-se interpelar a obra historiográfica do marxista paulista a fim de compreender em quais aspectos o eurocentrismo é descentrado ou reiterado. Parte-se do entendimento que uma abordagem estritamente internalista não propiciaria a adequada compreensão do problema proposto. Justifica-se essa proposição na medida em que a visão do Brasil construída por Prado Jr. resulta de embates simultaneamente intelectuais e políticos travados dentro e fora do campo do marxismo. Com efeito, opta-se por uma abordagem relacional que procura considerar tanto as relações transtextuais quanto os condicionamentos contextuais.

Para tanto, apresentam-se quatro objetivos específicos. O primeiro consiste em compreender a constituição das tensões eurocêntricas da interpretação do Brasil de Prado Jr. a partir de suas relações com a tradição intelectual brasileira que lhe precedeu e que lhe era contemporânea. O segundo é conhecer os aspectos de crítica e de reiteração do eurocentrismo por parte do marxismo e indicar sua assimilação por Prado Jr. O terceiro é entender o debate sobre o eurocentrismo em vista de sua relação com a tradição marxista brasileira. Por fim, intenta-se analisar como a adequação do marxismo à realidade brasileira redundou em uma importante crítica ao eurocentrismo nos aspectos referentes à estrutura econômica e social, mas implicou na sua reiteração na dimensão cultural.

A relevância sociológica deste trabalho consiste em propiciar uma compreensão da obra de Caio Prado Jr. que não se encerra no nacionalismo metodológico, na medida em que se defende que sua interpretação do Brasil deve ser apreendida como uma abordagem marxista a respeito das relações entre colonialismo e capitalismo, cuja formulação remete ao ponto de vista do Sul global. Nesse sentido, analogamente ao que afirma Roberto Schwarz (2009[1972]) a respeito da obra de Machado de Assis, o que estaria em jogo na maneira como Prado Jr. concebeu a realidade brasileira seria a história mundial na forma cifrada de seus resultados locais. Ao refletir sobre a questão das tensões eurocêntricas, este trabalho propicia que as ideias de Prado Jr. sejam consideradas no âmbito de um contexto mais amplo, caracterizado por Raewyn Connell (2012) por uma revolução iminente nas Ciências Sociais. Trata-se de um movimento pelo estabelecimento de uma teoria social do Sul que não reproduz irrefletidamente pressupostos teórico-metodológicos que excluem do seu horizonte o colonialismo. Argumenta-se que, embora não haja uma completa ruptura com pressupostos eurocêntricos na obra de Prado Jr., sua problematização acerca da transposição apriorística de

modelo teóricos elaborados tendo como referência outras experiências nacionais, bem como sua consideração a respeito da articulação entre colonialismo e capitalismo como fator de dependência estruturador das relações entre “centro” e “periferia”, ofereceram subsídios fundamentais para o questionamento do eurocentrismo. Ademais, ao considerar a interpretação do Brasil de Prado Jr. nos termos aqui propostos, também se contribui para um movimento que tem sido crescente em tempos recentes nas Ciências Sociais no país. Trata-se da consideração da tradição intelectual nacional na seara do pensamento social brasileiro como constituinte da tradição sociológica global, seguindo-se uma diretriz similar aquela apontada por Schwarz, mas tendo em seu horizonte o diálogo com os estudos pós-coloniais (BORTOLUCI, 2013; DOMINGUES, 2011; MAIA, 2010; MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014; TAVALORO, 2013a).

Conforme será detalhado posteriormente, entende-se por eurocentrismo o paradigma constituinte da geocultura moderna, surgido em consonância com o processo de formação do capitalismo, que se caracteriza pela imposição de formas de pensar e agir especificamente europeias como universais, forjando-se o universalismo europeu como retórica do poder (AMIN, 1989; WALLERSTEIN, 2007). Importante notar que um dos elementos constitutivos fundamentais desse padrão de poder é a colonialidade, que se assenta em uma hierarquia da população mundial com base em sua classificação étnico-racial (QUIJANO, 2010). Nesse sentido, argumenta-se que Prado Jr. apresenta uma importante contribuição para a crítica ao eurocentrismo no âmbito do marxismo, embora não rompa inteiramente com pressupostos eurocêntricos. Essa ambivalência seria intrínseca ao próprio processo de tradução do marxismo para a realidade brasileira naquele momento. Elementos eurocêntricos e antieurocêntricos do marxismo e do pensamento social brasileiro fundem-se na interpretação de Prado Jr., suscitando um movimento de simultânea crítica e reiteração do eurocentrismo.

Procura-se demonstrar que esse processo de parcial crítica e reiteração do eurocentrismo por parte de Prado Jr. consistiria em uma “tensão eurocêntrica”. Partindo-se da leitura de Raymond Williams da noção de hegemonia proposta por Gramsci, considera-se o paradigma eurocêntrico uma formação hegemonicamente dominante, tendo como expressões articuladas o universalismo europeu (WALLERSTEIN, 2007) e a colonialidade do poder/saber (LANDER, 2000; QUIJANO, 2010). Conforme será discutido mais adiante, para Williams o processo hegemônico é concebido como sendo dinâmico, onde elementos dominantes, residuais e emergentes estariam entrelaçados conflituosamente. O que se denomina aqui de “tensão eurocêntrica” consiste em uma expressão do processo hegemônico em que uma forma emergente de contestação do eurocentrismo estaria imbuída de alguns

elementos dominantes caracteristicamente eurocêntricos. Consequentemente, resultaria daí críticas parciais dotadas de uma espécie de “ponto cego”, onde inadvertidamente seriam incorporados argumentos que reforçariam o eurocentrismo. Desse modo, a combinação entre evolucionismo cultural e materialismo histórico presente em algumas formulações de Prado Jr., bem como na obra de marxistas soviéticos como Bukharin, consistiria em um caso de incorporação do aparecimento de perspectivas emergentes pelo paradigma eurocêntrico hegemonicamente dominante. Ou seja, como Williams concebe o processo hegemônico como dinâmico e relacional, nem mesmo as perspectivas oposicionistas estariam completamente livres da influência do hegemonicamente dominante, podendo sofrer o risco de uma maior ou menor incorporação em conformidade com a maior ou menor subordinação das práticas culturais dos seus respectivos grupos emergentes.

Caio da Silva Prado Jr. (1907-1990) foi um consagrado historiador paulista. Sua elevada origem social, herdeiros de duas das mais ricas famílias do país, Prado e Penteado, propiciou-lhe um padrão educacional de elite. Tornou-se bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1928, quando também ingressou no Partido Democrático (PD). Filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1932, permanecendo nas fileiras comunistas pelo resto da vida. Em 1935 foi líder da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em São Paulo. Em 1947 foi eleito Deputado estadual, mas teve seu mandato caçado quando o PCB retornou à ilegalidade. Além de político e intelectual, Prado Jr. também teve destacada atuação como empresário do ramo editorial e gráfico, sendo criador da Editora Brasiliense (IUMATTI, 2007; PERICÁS, 2016; SECCO, 2008).

O esforço precursor de adequar o marxismo à realidade brasileira é um empreendimento primordial de Caio Prado Jr. Bernardo Ricupero (2000) denominou esse movimento que de “nacionalização do marxismo”. Em seu centro está a concepção de que o marxismo consiste em uma abordagem metodológica. Consequentemente, Prado Jr. recusa toda e qualquer perspectiva que se apresente como um receituário conceitual que ofereça um conjunto de categorias a serem empregadas indiscriminadamente em diferentes realidades. Sobretudo essa recusa é direcionada àqueles que compreendem o marxismo dessa forma. Com efeito: “É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. *Método de interpretação*, e não receituário de fatos, dogmas, enquadramento da revolução histórica dentre de esquemas abstratos preestabelecidos” (PRADO JR., 1978[1966], p. 19). Prado Jr. considera que nos estudos históricos os “fatos” devem ter primazia na análise. Somente por meio da consideração dos “fatos” que a historicidade de um processo pode ser apreendida mediante um processo investigativo orientado pelo método. A partir desse entendimento, Prado Jr.

procurou apreender a especificidade histórica do Brasil lançando mão do método do materialismo histórico.

Desse esforço resultou o conceito de “Sentido da Colonização”, elemento-chave para a discussão das tensões eurocêtricas em sua interpretação do Brasil. Para sua elaboração, Prado Jr. procurou compreender os últimos anos do Período Colonial – considerado um período de síntese de toda colonização e momento em que se consolidavam as tendências que redundariam na formação do Brasil contemporâneo. Contudo, a investigação desse recorte temporal demandou a sua inserção em um quadro mais amplo, que remontava a um período bem anterior, a passagem entre os séculos XV e XVI, quando se iniciaram as grandes navegações. No seu entendimento apenas mediante a consideração desse ângulo mais amplo seria possível apontar os traços definidores da formação do país. Com isso, a construção do seu objeto de investigação deu-se orientada pelo método do materialismo histórico, na medida em que sua definição foi dada em vista do conjunto de relações que forma o quadro maior do qual é parte constitutiva. Ao considerar o período final da colonização como parte de um processo que remete às grandes navegações, concebidas como parte histórica comercial europeia em um processo que redundaria na consolidação do capitalismo, Prado Jr. identificou como elemento definidor do processo histórico brasileiro o “Sentido da Colonização”. Dessa maneira ele afirma que:

[N]o sentido da colonização brasileira, já se encontra o essencial do que precisamos para compreender e explicar a economia da colônia. Aquele “sentido” é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro [...] A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial (PRADO JR., 2000[1942], p. 117).

A definição do conceito de “Sentido da Colonização” é a pedra angular da interpretação do Brasil de Prado Jr. Em torno dele articula-se ao longo de sua obra a maneira como o método do materialismo histórico foi mobilizado, a análise histórica e o projeto político. Assim, seria possível afirmar que o conceito expressa a síntese da “nacionalização do marxismo” no Brasil. Destarte, o “Sentido da Colonização” é central para compreender as tensões eurocêtricas na obra de Prado Jr. Argumenta-se que a partir da análise do desenvolvimento daquele conceito, em conjunto com a consideração de suas relações com a tradição intelectual brasileira e com os marxistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), seria possível delinear a existência de um movimento de simultânea negação e reiteração do eurocentrismo na interpretação do Brasil de Prado Jr. Esse movimento constitui o cerne da

noção de tensão eurocêntrica.

De um lado, argumenta-se que a crítica ao eurocentrismo pode ser apreendida mediante dois eixos, ambos tributários da “nacionalização do marxismo”: a provincialização do modelo democrático-burguês e a desprovincialização do “Sentido da Colonização”. Ao considerar a ideia de provincialização do modelo democrático-burguês, tem-se em mente a discussão de Dipesh Chakrabarty (2000) a respeito da “Provincialização da Europa”, cuja significação não remete à provincialização do seu território, mas diz respeito ao descentramento dos hábitos mentais eurocêntricos consolidados desde o Iluminismo (CHAKRABARTY, 2000). Provincializar o modelo democrático-burguês consiste, então, em recusar a pretensão de universalidade subjacente às tentativas de transpô-lo para a realidade brasileira.

Já ao se referir à desprovincialização do “Sentido da Colonização”, tem-se em mente a discussão apresentada por Sérgio Costa (2006a) a respeito da “desprovincialização da sociologia”. Ao analisar a apropriação dos estudos pós-coloniais pelas Ciências Sociais, Costa argumenta que seu desconstrucionismo não seria direcionado à teoria social como um todo, mas a um segmento específico, a teoria da modernização. Dessa maneira, a incorporação pelas Ciências Sociais da crítica à explicação eurocêntrica a respeito do processo de modernização suscitaria um movimento de desprovincialização da sociologia. Uma característica importante consiste no questionamento dos lugares de enunciação de discurso, abrindo-se a possibilidade de um cosmopolitismo que efetivamente leve em consideração as posições situadas ao Sul global. Então, desprovincializar o “Sentido da Colonização” corresponde à iniciativa de indicar que o conceito caiopradiano, embora originalmente formulado para a análise da realidade brasileira, oferece um ponto de vista a partir do Sul global para compreender a formação do mundo moderno.

Dessa maneira, tem-se no eixo correspondente à provincialização do modelo democrático-burguês o questionamento da pretensão de universalidade da fundamentação política e teórica utilizada pelo PCB e seus intelectuais para compreender a formação da sociedade brasileira, bem como para propor estratégias para se consolidar a revolução socialista. O fundamento da crítica ao modelo democrático-burguês assenta-se em uma disputa epistemológica a respeito de como o marxismo deve ser concebido em vista da realidade brasileira, considerando-se sua especificidade em detrimento da transposição esquemática de ideias forjadas com base na realidade europeia. Esse debate evidencia o caráter particularista do modelo democrático-burguês, travestido por pretensões universalistas. O descentramento do eurocentrismo propiciado pela provincialização do

modelo democrático-burguês, perspectiva hegemonicamente dominante no PCB, relaciona-se com a nacionalização do marxismo. A partir da mobilização do método dialético, Prado Jr. serviu-se da tradição intelectual brasileira que oferecia subsídios para a crítica à tese feudal, o que contribuiu para a adequação do marxismo à realidade brasileira, ao mesmo tempo em que suscitou a crítica às ideias predominantes no PCB.

No eixo referente à desprovincialização do “Sentido da Colonização”, a crítica ao eurocentrismo tem como ponto de partida a consideração do vínculo concebido tacitamente no âmbito conceitual por Prado Jr., mas estabelecido empiricamente por Fernando Novais (1989[1979]; 2002), entre o “Sentido da Colonização” e o processo de “Acumulação Primitiva de Capital”. Mediante o exame dessa relação, possibilita-se compreender como uma interpretação orientada para compreensão da formação social de um país periférico de origem colonial possibilita conhecer, a partir do ponto de vista do Sul global, a articulação entre colonialismo e capitalismo na formação do mundo moderno. Portanto, argumenta-se que o conceito de “Sentido da Colonização” traz intrinsecamente uma compreensão alternativa da modernidade, contrapondo-se às teorias etapistas da modernização, bem como às abordagens que excluem o colonialismo de seu horizonte cognitivo. A desprovincialização do “Sentido da Colonização” também tem relação com a nacionalização do marxismo. O método do materialismo histórico orientou a compreensão de Prado Jr. a respeito da noção de totalidade, mas o subsídio empírico que o possibilitou compreender a colonização como parte de um quadro mais amplo que condicionou toda sua dinâmica é encontrada de maneira precursora nas obras de Capistrano de Abreu e Roberto Simonsen. Assim, a nacionalização do marxismo em sua interface com o pensamento social brasileiro teria constituído aspecto importante para a crítica ao eurocentrismo.

Doutro lado, também se busca apreender os limites da crítica ao eurocentrismo, destacadamente no plano da cultura. Argumenta-se que o caráter parcial da crítica caiopradiana ao eurocentrismo deve-se ao modo como se combinam evolucionismo cultural e materialismo histórico em sua consideração da questão racial, sobretudo nas passagens onde são abordadas as diferenças culturais entre brancos, negros e indígenas na formação do país. Para compreender adequadamente seus limites é necessário atentar para a especificidade de suas proposições. Assim, cabe ressaltar que se fazem presentes nos textos historiográficos de Prado Jr. críticas ao racismo, contestação do conceito biológico de raça, bem como oposição ao ideário da “democracia racial”. Nesse sentido, Prado Jr. ressaltou as implicações da escravidão para a situação socioeconômica da população negra no Brasil, indicando que o preconceito racial, originário dessa forma de exploração imposta durante o Período Colonial e

o Império, contribuiu para reforçar as desigualdades de classe. Ao mesmo tempo, porém, indicou que indígenas e negros incorporados no empreendimento colonial seriam originários de uma condição cultural e material similar à barbárie.

Esse tipo de inferiorização, com maior ou menor grau de sofisticação, ainda constitui a visão de mundo predominante na atualidade. Detendo-se no contexto em que Prado Jr. estava inserido, deve-se indicar que no período compreendido entre 1870 e 1930 predominou junto à intelectualidade brasileira uma diversa gama de teorias que advogavam o determinismo racial, originando uma situação de aberta e pronunciada segregação racial. Acrescente-se que na geração de 1930 ainda persistiu a ideia de hierarquia entre europeus e não europeus entre os intelectuais brasileiros, embora as diferenças atribuídas a caracteres supostamente biológicos passassem a serem compreendidas como sendo de ordem cultural e o discurso segregacionista fosse substituído pela ideia de miscigenação harmoniosa. Nesse sentido, eram minoritárias posições que apontavam para o agravamento da exploração social em decorrência da ascendência racial, conforme propunha Prado Jr. Todavia, isso não o isentou de reiterar uma visão eurocêntrica a respeito das populações negra e indígena. Prado Jr. apresenta uma importante crítica ao preconceito racial, porém ao fazê-lo ainda opera com base no paradigma eurocêntrico, suscitando a reiteração de hierarquias culturais entre europeus e não europeus.

Para compreender a constituição dessas tensões eurocêntricas na interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. é preciso atribuir uma atenção especial ao debate sobre o eurocentrismo no marxismo, bem como também delinear-lo no âmbito de sua transposição para o contexto brasileiro. É mediante a consideração desse quadro mais amplo que seria possível abordar o problema proposto nesta tese, na medida em que a obra do historiador paulista foi elaborada em diálogo estreito com as questões suscitadas por intelectuais e militantes comunistas no país. Isso ocorre, pois ao longo de sua trajetória, cuja maior parte transcorreu na condição de integrante do PCB, sua atuação política e sua produção intelectual desenvolveram-se de maneira indissociáveis. Por isso seus esforços para compreender o Brasil estiveram diretamente relacionados ao seu compromisso com a construção do socialismo no país.

Deve-se salientar que embora fossem raras as referências a autores marxistas em seus estudos historiográficos, isso não significou algum tipo de desconhecimento das questões encampadas no marxismo, pois a ênfase de Prado Jr. era na mobilização do materialismo histórico e do método dialético para a interpretação da realidade ao invés da aplicação de

conceitos¹ (NOVAIS, 2002; PERICÁS, 2016; RICUPERO, 2000; SECCO, 2008). Contudo, ainda assim em sua obra é perceptível o estabelecimento de relações textuais caracterizadas pela metatextualidade em relação às abordagens marxistas centradas na tese feudal, as quais seriam expressas mediante a apresentação dos subsídios para sua contestação. Portanto, ao tratar das tensões eurocêtricas na interpretação marxista do Brasil de Prado Jr. é preciso situá-las ante a questão do eurocentrismo no marxismo de maneira geral e no contexto nacional em particular.

O caso do marxismo perante a tradição intelectual europeia, bem como sua contribuição para a construção da crítica contemporânea ao eurocentrismo é permeado de tensões. Em sua crítica à racionalidade ocidental dominante, Boaventura de Sousa Santos (2010a) a define como expressão de uma “razão indolente”, na medida em que impõe o padrão de conhecimento eurocêntrico como único válido, eximindo-se de considerar a pluralidade epistêmica dos conhecimentos produzidos a partir do Sul global. No seu entendimento, o romantismo e o marxismo constituiriam exceções parciais em relação à “razão indolente” na tradição intelectual do Ocidente. Como Sujata Patel (2014) chama a atenção, no caso específico do marxismo, em grande medida esse caráter divergente em relação ao padrão hegemônico no pensamento ocidental seria decorrente de sua contraposição ao *establishment*. Ao estabelecer a luta de classes como fundamento de suas preocupações, Marx desenvolve uma análise do capitalismo como modo de exploração. Considera, ainda, que a opressão decorrente das relações econômicas repercute no plano das ideias, na medida em que seria possível apreender os vínculos entre produção do conhecimento e dominação de classe. Um exemplo dessa relação seria perceptível na crítica de Marx à Economia Política, cuja produção de conhecimento orientava-se em vista dos interesses da burguesia (PATEL, 2014). Desse modo, o marxismo consagrou-se como a perspectiva moderna que direcionou de maneira mais incisivamente sua crítica ao poder instituído com a consolidação do modo de produção capitalista, embora não esteja inteiramente desvinculado do padrão colonial moderno de poder. Essa condição de divergência parcial do paradigma hegemônico no Ocidente coloca o marxismo em uma posição ambivalente em meios às tentativas contemporâneas de construir uma nova perspectiva contra-hegemônica. O marxismo apresenta-se ao mesmo tempo como fonte constitutiva e como objeto de crítica nesse

¹ Mais adiante será apresentada uma importante polêmica entre os intérpretes da obra de Caio Prado Jr. que foi lançada por Carlos Nelson Coutinho (1989) ao caracterizar os trabalhos do historiador paulista pelo seu “baixo estoque” de categorias marxistas. Em resposta a essa proposição, muitos reagiram afirmando que prevaleceria para a Prado Jr. a compreensão do marxismo como método de interpretação da realidade. Com isso, teria predominado a preocupação em compreender os nexos e as contradições do processo histórico, ao invés de buscar suas possíveis correspondências com conceitos.

empreendimento. Patel (2014) argumenta, ainda, que teria sido com base no caráter contra-hegemônico do marxismo que em meados do século XX o feminismo e o movimento negro protagonizaram uma reestruturação de perspectivas marxistas e não marxistas para analisar como as desigualdades sociais também são estruturadas com base no gênero e na raça, não se restringindo apenas à classe.

Alain Caillé segue argumento similar ao afirmar que “a unidade subterrânea e não assumida dos diferentes discursos e escolas de pensamento aqui mencionados – *postcolonial*, *subaltern* e *gender studies*, teorias do *cuidado* ou do reconhecimento – é sua relação com a tradição marxista” (CAILLÉ, 2011, p. 50). Entretanto, ao fazer essa ponderação Caillé indica que essas diferentes correntes possuem uma relação bastante complexa com o marxismo, onde sua apropriação se expressa simultaneamente de modo “difratado”, “invertido”, “reformado” e “deformado”. Assim, o legado do marxismo para essas perspectivas assenta-se em quatro características: 1) ao invés do proletariado como único sujeito coletivo passível de emancipar a humanidade, cada uma das diferentes perspectivas mencionadas por Caillé é dotada de um sujeito coletivo particular oprimido que ao lutar por sua emancipação também emanciparia a humanidade; 2) em certo sentido haveria uma analogia entre a crítica que o marxismo faz ao capitalismo e aos movimentos de desconstrução, historicização e desnaturalização das categorias sociais encampados por essas diferentes perspectivas; 3) diferentemente do marxismo que tem o socialismo como horizonte final, predominaria junto aquelas correntes de pensamento a ideia da luta como finalidade em si, assumindo-se uma tônica niilista, embora esses discursos ainda conservem certa dimensão messiânica; 4) ao descentrarem a reivindicação material característica do marxismo, ao invés de reivindicações pautadas na busca pelo ter, o que conferia homogeneidade ao proletariado, os novos sujeitos evidenciados por aqueles discursos contemporâneos tem como demanda primordial a luta pelo reconhecimento (CAILLÉ, 2011).

Nesse sentido, ao ser revisitado, o marxismo constituiu-se como uma fonte para a construção de uma visão crítica à colonialidade do poder, apesar das limitações decorrentes de sua indolência metonímica (SANTOS, 2010a) – resultado da primazia de uma compreensão que dissocia base material e superestrutura, de modo a suscitar em última instância o determinismo dos elementos relacionados à produção material em relação às produções simbólicas. Com isso, a razão indolente metonímica do marxismo tenderia ao economicismo, desconsiderando outras variáveis explicativas para a apreensão das contradições do mundo colonial moderno, tomando dessa maneira a parte pelo todo. Outra consequência disso é a compreensão teleológica da história, em que o socialismo é concebido como destino

inexorável da humanidade em virtude das contradições intrínsecas ao capitalismo. Essa forma de compreender o desenvolvimento histórico possui extrema afinidade com o etapismo, que por sua vez sustenta-se na validação como universal da sucessão de um determinado conjunto de estágios. É com base na crítica ao economicismo que Antonio Sérgio Guimarães (2002) nota que a análise de Marx pautada nas classes sociais amparava-se em um pressuposto evolucionista ao considerar que se deveria prescindir das outras formas de sociabilidade (gênero, etnia, raça, religião etc.), pois elas seriam formas arcaicas de coerção não econômicas do trabalho que tenderiam a serem suprimidas (GUIMARÃES, 2002). Dessa maneira, seria possível afirmar que o marxismo seria intrinsecamente permeado por tensões eurocêntricas, cujas características serão mais bem delineadas no próximo capítulo.

No que se refere às tensões eurocêntricas na apropriação do marxismo no contexto brasileiro entra em pauta a convergência entre duas questões. Por um lado, havia a pretensão de universalidade do Programa adotado durante o VI Congresso Mundial da III Internacional Comunista (Komintern), ocorrido em 1928, fonte política de uma compreensão eurocêntrica da luta de classes nos países de origem colonial. Por outro lado, tinha-se a produção teórica marxista brasileira, perpassada pelo debate a respeito da “cópia” de ideias estrangeiras. No programa que a Komintern passou a seguir, seu eurocentrismo decorreu da visão evolucionista e etapista da história expressa na tentativa de formular estratégias políticas para os diferentes contextos nacionais. Conforme o documento, a construção de uma revolução global demandaria a consideração da diversidade de condições e vias que poderiam conduzir à vitória do proletariado. Nesse sentido, foram distinguidas quatro situações principais: países de capitalismo altamente desenvolvido, países de desenvolvimento médio, países coloniais, semicoloniais e dependentes e países ainda mais atrasados.

O Brasil foi mencionando como parte do terceiro bloco de países (coloniais, semicoloniais e dependentes), que teriam como objetivo primordial a luta contra o feudalismo e outras formas pré-capitalistas de exploração, bem como a luta contra o imperialismo, a fim de consolidar uma revolução democrático-burguesa, que seria uma etapa preparatória para a revolução socialista. Essa proposição da Komintern foi fundamental para a consolidação do chamado “modelo democrático-burguês” como critério político e analítico para os comunistas brasileiros. Seu caráter eurocêntrico assenta-se na consideração da existência de etapas no processo histórico que seriam universais. Haveria nessas etapas uma correspondência com a experiência europeia, tomada como o estágio mais desenvolvido da história da humanidade. Portanto estava em jogo a imputação de um critério eurocêntrico na caracterização da sociedade brasileira como feudal ou semifeudal, o que além de constituir uma imprecisão

analítica, conduziu a uma leitura política equivocada ao sustentar a necessidade de uma revolução democrático-burguesa como pré-requisito para a construção do socialismo.

Já em relação ao eurocentrismo na produção teórica marxista no Brasil, sua problematização passa pela consideração da clássica questão na tradição intelectual brasileira sobre a “cópia” de ideias estrangeiras. É bastante recorrente que os marxistas adeptos do modelo democrático-burguês e da tese feudal fossem indistintamente acusados de mecanicistas, na medida em que todos supostamente efetuariam tão somente cópias das diretrizes da Komintern (MANTEGA, 1984; TOLEDO, 1982). Contudo, conforme será demonstrado detalhadamente mais adiante, é preciso levar em consideração as especificidades das diferentes formulações acerca da tese feudal a fim de evitar generalizações indevidas. A primeira interpretação marxista sobre o Brasil, *Agrarismo e Industrialismo* (1926) de Octávio Brandão, foi produzida em um período em que a circulação de textos marxistas no país era escassa, o que contribuiu para a maneira trivial como o método dialético foi mobilizado. Quando a tese feudal foi reelaborada quase três décadas depois, tendo Nelson Werneck Sodré como protagonista desse movimento, as bases argumentativas que a fundamentavam modificaram-se significativamente, em nada se assemelhando ao esquematismo de Brandão. Apesar do maior refinamento, Sodré ainda reiterou parcialmente o etapismo ao considerar a premência da revolução democrático-burguesa, levando-o a uma divergência historiográfica parcial e a uma convergência política com os correligionários do PCB. Diante disso, corroborando as conclusões de Lilian Schwarcz (2012[1993]) em seu estudo a respeito das teorias raciais no Brasil entre 1870 e 1930, mais importante do que apontar a inautenticidade de cópias é compreender o sentido da apropriação das ideias em conformidade com a especificidade do contexto, a fim de apreender a “originalidade da cópia”.

Em suma, a consideração das tensões eurocêntricas intrínsecas ao marxismo e à sua transposição para a realidade brasileira é fundamental para a compreensão da constituição das tensões eurocêntricas na interpretação do Brasil de Caio Prado Jr., na medida em que sua obra é parte constituinte desse universo. Também é preciso considerar que a nacionalização do marxismo e sua decorrente problematização da ideia de Brasil moderno em diálogo com diferentes intérpretes da realidade brasileira é parte do caminho trilhado por Prado Jr. dentro do marxismo. Esse processo comporta uma disputa que é expressa e constituída por relações estabelecidas por Prado Jr. e seus interlocutores em seus textos. É com base nos textos de Prado Jr. e nas suas relações com os textos de outros intelectuais que as tensões eurocêntricas são expressas. Só é possível compreender a provincialização do modelo democrático-burguês, a desprovincialização do “Sentido da Colonização” e a reiteração de hierarquias culturais

entre europeus e não europeus considerando-se o processo de nacionalização do marxismo, que por sua vez remete às próprias tensões eurocêntricas do marxismo e de sua apropriação pelos comunistas brasileiros.

Esta tese foi elaborada a partir de uma pesquisa bibliográfica, definida como uma modalidade de estudo e análise de documentos científicos tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUIDANI, 2009). Eco (1980) indica que dentro da pesquisa bibliográfica deve-se distinguir entre livros utilizados como fonte e livros utilizados como literatura crítica sobre o assunto pesquisado. Em vista disso, é preciso delimitar os diferentes conjuntos de textos utilizados como fontes primárias e secundárias. No caso dos textos de autoria de Caio Prado Jr., os livros tomados como fontes primárias correspondem aqueles que compõem sua obra historiográfica: *Evolução Política do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo*, *Histórica Econômica do Brasil* (tanto a primeira edição de 1945 quanto a 46ª reimpressão de 2004). Além deles também integra o rol de fontes primárias *A Revolução Brasileira*, livro de teoria política. Os demais livros de sua autoria são tomados como fontes secundárias. Também compõe as fontes secundárias cartas remetidas a Nelson Werneck Sodré disponibilizadas pela Biblioteca Nacional na sua página na internet, cartas reproduzidas por Lincoln Secco (2008) e o conjunto de artigos reunidos sob o título de *Programa da Aliança Nacional Libertadora*. Os textos utilizados como literatura crítica sobre Caio Prado Jr. referem-se ao conjunto de livros, teses, dissertações e artigos que analisam sua obra e que estão listados nas referências ao final deste texto.

Delimitam-se, ainda, outros conjuntos de textos tomados como fonte em vista dos objetivos específicos acima estipulados. Para a compreensão da relação da interpretação do Brasil de Prado Jr. com a tradição intelectual brasileira, foram utilizados como fonte os textos de Martius (1982[1845]), Capistrano de Abreu (2000[1907]), Oliveira Vianna (1973[1919]), Roberto Simonsen (2005[1937]), Gilberto Freyre (1999[1933]) e Sérgio Buarque (2013[1936]). Para a relação de Prado Jr. com o marxismo, foram tomados como fontes textos de Marx (2008[1867]) e Mariátegui (2010[1928]). Para a análise dos marxistas brasileiros adeptos do modelo democrático-burguês constituem fontes primárias os textos de Octávio Brandão (MAYER, 1982[1926]) e Nelson Werneck Sodré (1964; 1967[1962]; 1978[1958]).

A construção de dados e sua análise com base nessas fontes bibliográficas estão orientadas pela triangulação teórica (DENZIN, LINCOLN, 2006) entre o conceito de tensões eurocêntricas e a noção de transtextualidade de Genette (2010). Mediante essa triangulação, parte-se das considerações de Genette sobre transtextualidade para compreender as relações

textuais que Prado Jr. estabelece por meio de sua obra historiográfica com os escritos de outros intelectuais. Ao passo que as tensões eurocêtricas, cuja definição deriva do debate sobre o conceito de eurocentrismo e a perspectiva de processo hegemônico de Williams², propicia contextualizar essas relações no processo dinâmico de disputa cultural e política em que Prado Jr. estava inserido. Dessa maneira pretende-se apreender as tensões eurocêtricas de sua interpretação do Brasil.

Para Genette (2010), a noção de transtextualidade propicia classificar e compreender as diferentes relações de “transcendência textual do texto” (GENETTE, 2010, p. 13). Portanto, sua abordagem não considera o texto de maneira isolada, mas busca situá-lo em redes textuais que podem ser estabelecidas basicamente a partir de cinco tipos de relações: a paratextualidade, a intertextualidade, a hipertextualidade, a arquitextualidade e a metatextualidade. Conforme Genette (2010), a paratextualidade consiste na relação em que um texto é acompanhado por um conjunto de outros textos, tais como elementos pré-textuais, notas de rodapé, referências bibliográficas, títulos, subtítulos, orelha, capa, resenhas, cartas do autor comentando seu trabalho etc. Assim, não apenas os autores, mas também os editores são agentes responsáveis pelo controle do paratexto. A intertextualidade caracteriza-se por uma relação de co-presença entre pelo menos dois textos, que ocorre de três formas: citação, plágio e alusão. A hipertextualidade é a relação em que um texto é produzido a partir de outro, tal como ocorre na paródia ou imitação. A arquitextualidade constitui uma forma de relação silenciosa que possui um caráter classificatório, indica o tipo de gênero textual em questão, se um romance, poesia, ensaio, texto científico etc. Já a metatextualidade, consiste essencialmente em uma relação de crítica dada pelo que comumente denomina-se de “comentário”, caracterizado como uma relação que “une um texto a outro texto do qual ele fala, sem necessariamente citá-lo (convocá-lo), até mesmo, em último caso, sem nomeá-lo” (GENETTE, 2010, p. 17).

Williams parte da concepção gramsciana de hegemonia, concebida como direção político-cultural, para formular uma concepção dinâmica que incorpora e supera as noções de cultura e ideologia. Com isso, seu entendimento acerca dos processos hegemônicos remete à ideia que a dominação é vivenciada no âmbito da cultura, concebida como força produtiva constituída e constituidora do modo de vida ordinariamente partilhado. O caráter dinâmico do processo hegemônico é apreendido por Williams mediante as noções de tradições instituições

² Sua delimitação é apresentada em um capítulo específico onde se define o que se entende por tensões eurocêtricas e se indica suas características no âmbito do marxismo, por isso sua problematização nesta introdução limita-se aos apontamentos já feitos anteriormente.

e formações, cuja expressão histórica pode ser caracterizada como residual, dominante ou emergente, conforme será discutido mais detidamente no segundo capítulo.

Com base nas concepções de Genette e Williams, busca-se compreender como a adequação do marxismo à realidade brasileira perfilhada por Prado Jr. insere-se como uma perspectiva emergente no âmbito do movimento contra-hegemônico característico do marxismo no meio político e intelectual brasileiro. Assim, para compreender a constituição das tensões eurocêtricas de sua interpretação do Brasil, procura-se analisar seus textos atentando para suas relações transtextuais com escritos de intelectuais situados dentro e fora do marxismo. Ao proceder dessa maneira, considera-se que essas relações textuais exprimem e fomentam as disputas no âmbito do processo hegemônico. Daí a necessidade de se considerar essas perspectivas articuladamente.

Esta tese está estruturada em quatro capítulos, onde se busca responder aos problemas correspondentes aos objetivos específicos acima delimitados, no intuito de ao final compreender a constituição das tensões eurocêtricas da interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. No primeiro capítulo é discutida a relação entre a nacionalização do marxismo e a ideia de Brasil moderno junto aos intérpretes que lhe antecederam e que lhe foram contemporâneos. A intenção é expor como a adequação do marxismo à realidade brasileira empreendida por Prado Jr. relaciona-se com as questões correntes no meio intelectual brasileiro, destacadamente sob três aspectos. Primeiro em relação ao método a ser empregado para a análise histórica, onde o marxista paulista refuta as perspectivas hegemonicamente dominantes. O segundo aspecto corresponde à discussão da tese feudal, hegemônica no pensamento social brasileiro antes mesmo da transposição do modelo democrático-burguês. Prado Jr. afasta-se dessa tradição e aproxima-se de uma perspectiva minoritária fundada nos trabalhos de Capistrano de Abreu³ e Roberto Simonsen para formular a refutação do argumento sobre o feudalismo no Período Colonial. Por fim, conclui-se o capítulo indicando as tensões eurocêtricas em torno da questão racial na geração de 1930, onde Prado Jr. situa-se. Busca-se apresentar uma caracterização do debate racial entre 1870 e 1930, a fim de demarcar a diferença suscitada pela posterior emergência de uma estrutura de sentimentos de mestiçagem harmoniosa (SOARES, 2011). Com isso, procura-se indicar em que medida essa geração contribuiu para consideração dos problemas nacionais a partir de uma perspectiva sociológica ao descentrar as explicações pautadas nos determinismos racial e ambiental.

³ Conforme será oportunamente demonstrado, Capistrano de Abreu afirma o caráter feudal da colonização portuguesa na América, mas ao mesmo tempo oferece subsídios que corroboram os argumentos de Simonsen e Prado Jr.

No segundo capítulo, delimita-se o que se compreende por tensões eurocêtricas, delineando o eixo conceitual central deste trabalho. Inicialmente apresenta-se uma discussão em torno da definição do conceito de eurocentrismo, confrontando diferentes perspectivas ao seu respeito. Em seguida, é debatida a questão do eurocentrismo nas Ciências Sociais, demonstrando-se a centralidade desse paradigma para sua configuração a partir das noções de diferença global (CONNELL, 2007) e colonialidade do saber (LANDER, 2000). Ao mesmo tempo argumenta-se que, paralelamente, surgiram perspectivas contra-hegemônicas que confrontavam o eurocentrismo, embora nem sempre rompesse completamente com pressupostos eurocêtricos. A constatação da reiteração parcial do eurocentrismo em diversas perspectivas que se posicionam criticamente em relação a esse paradigma levou à formulação da noção de tensões eurocêtricas, seguindo-se para tanto a concepção de Williams (1979) sobre processo hegemônico como parte de sua teoria do materialismo cultural. O capítulo é concluído com uma exposição em torno das tensões eurocêtricas no marxismo.

No terceiro capítulo é analisado como o modelo democrático-burguês foi transposto para América Latina e Brasil. A exposição é iniciada com a apresentação das tensões eurocêtricas no contexto do marxismo latino-americano, ressaltando o contraste entre a adequação do modelo democrático-burguês e a nacionalização do marxismo no Peru por Mariátegui. Em vista disso, procura-se apresentar como o marxista peruano oferece alternativas para descentrar o eurocentrismo em sua apropriação do marxismo, inclusive levando-se em consideração as contribuições da cultura incaica para a luta pelo socialismo. Entretanto, indica-se também que Mariátegui não rompe inteiramente com o paradigma eurocêntrico ao pressupor a existência de hierarquia entre europeus e não europeus, fundada na combinação entre evolucionismo e materialismo histórico. Em seguida, passa-se para a consideração da transposição do modelo democrático-burguês para o contexto brasileiro. Primeiramente é abordada sua trajetória no âmbito dos programas do PCB e posteriormente abordam-se as formulações de Octávio Brandão e Nelson Werneck Sodré. Mediante a exposição das ideias desses intelectuais marxistas, procura-se indicar a heterogeneidade e as transformações que as formulações a respeito do modelo democrático-burguês sofreram ao longo do tempo, destacadamente no que se refere ao modo como a tese feudal foi concebida. Ao longo da explanação sobre o modelo democrático-burguês no contexto brasileiro, procurou-se situar a posição de Prado Jr. no desenvolvimento do debate.

Por fim, o último capítulo converge toda a discussão apresentada anteriormente ao tratar das tensões eurocêtricas na interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. O debate inicia-se com uma reflexão a respeito do modo como o intelectual paulista concebe o método no

âmbito do marxismo. Ressalta-se sua centralidade para a maneira como Prado Jr. concebe o marxismo, distinguindo-se entre a mobilização do método para interpretação de processos históricos e a formalização do método sob a forma de uma teoria dialética do conhecimento. Argumenta-se que a maneira como Prado Jr. concebeu a formalização do método dialético, em um momento posterior ao da elaboração de sua obra historiográfica, reitera pressupostos eurocêntricos fundamentais do marxismo. Por meio desse exame indica-se a base metodológica para a consideração da hierarquia cultural entre europeus e não europeus no pensamento caiopradiano. No que concerne à mobilização do marxismo como método de análise histórica, tem-se os dois principais movimentos que suscitam o descentramento do eurocentrismo: a provincialização do modelo democrático burguês e a desprovincialização do “Sentido da Colonização”.

A provincialização do modelo democrático-burguês é considerada a partir de três dimensões. A primeira é metodológica, indicando-se a distinção entre a nacionalização do marxismo empreendida por Prado Jr., que ao mobilizar o método dialético em sua análise concede primazia à consideração das especificidades históricas dos processos sociais, e a transposição de um conjunto apriorístico de conceitos, o que suscita a reiteração do eurocentrismo. Uma segunda dimensão da provincialização do modelo democrático-burguês refere-se à análise histórica propriamente, apontando os limites da tese feudal e a alternativa representada pelo argumento de Prado Jr. a respeito do caráter capitalista do empreendimento colonial. Também é incluído aqui o debate dos impasses em torno da questão racial por parte dos marxistas brasileiros, cotejando-se a questão com as reflexões de Mariátegui. A última dimensão da provincialização do modelo democrático-burguês é política, correspondendo ao descentramento da visão etapista da história em que vê como universal a sucessão de modos de produção dado pela sequência feudalismo, capitalismo e socialismo.

No que se refere ao debate sobre a desprovincialização do “Sentido da Colonização”, tem-se a apresentação da articulação conceitual entre o conceito caiopradiano e a noção de “Acumulação Primitiva de Capital” de Karl Marx. Mediante essa exposição explicita-se como a interpretação do Brasil de Prado Jr. subsidia a compreensão da articulação entre capitalismo e colonialismo. Em seguida, trata-se do caráter de longa duração do “Sentido da Colonização”, o que propicia entender que mesmo com o término formal do colonialismo e com as transformações que vieram a consolidar o capitalismo, os vínculos de dependência entre os países do “centro” e da “periferia” da economia-mundo capitalista persistem, atualizando-se sob o Imperialismo. Encerra-se a exposição estabelecendo um paralelo entre as noções de “Sentido da Colonização” e colonialidade de Quijano e Wallerstein (1992), o que

possibilita compreender que esse movimento de desprovincialização atém-se ao nível da estrutura socioeconômica, mas que no plano da cultura não possibilita descentrar o eurocentrismo em vista da maneira limitada como a crítica ao problema racial é desenvolvido por Prado Jr., sem que haja um rompimento efetivo com os pressupostos do eurocentrismo no âmbito da cultura.

2 NACIONALIZAÇÃO DO MARXISMO E A IDEIA DE BRASIL MODERNO.

2.1 Materialismo histórico e interpretação do Brasil.

A nacionalização do marxismo de Caio Prado Jr. resulta de sua tentativa de adequar as ideias marxistas à realidade nacional. Embora militante do PCB e inserido no horizonte ideológico comunista, sua filiação política não implicou em dogmatismo, propiciando-lhe a elaboração de uma interpretação original da sociedade brasileira, porém dissidente. Aqui interessa analisar em que medida essa tradução do marxismo foi construída com base em um diálogo crítico de Prado Jr. com a tradição intelectual brasileira.

Ao propor uma leitura da realidade nacional alternativa ao modelo democrático-burguês, Prado Jr. contribuiu para o descentramento de um dos aspectos constitutivos do colonialismo inscrito no marxismo: a presença de uma filosofia da história nitidamente eurocêntrica, expressa no etapismo adotado pelo PCB. A consideração com a ideia no conceito de “Sentido da Colonização” de que o Brasil se origina já inserido em um mercado internacional sob a condição de colônia, refuta a tese da existência de um passado feudal no país, demandando a reelaboração de estratégias para alcançar a emancipação, devido ao modo diferenciado como é percebida a conjuntura que se pretende alterar. Todavia, não se proporciona uma completa ruptura com a colonialidade das estruturas de saber, na medida em que Caio Prado Jr., tal como Marx, opera sua crítica ao capitalismo a partir dos parâmetros da ciência moderna eurocêntrica.

O esforço de tradução do marxismo para a realidade brasileira tem como principal elemento a preocupação com a delimitação da centralidade do método dialético no âmbito do materialismo histórico. Nesse sentido, diversas vezes Prado Jr. indicou que seu compromisso teórico-metodológico era com a mobilização do método como ferramenta a ser manejada para interpretar a realidade, sem sobrepor categorias analíticas aos fatos. No seu entendimento, a teoria deveria auxiliar no entendimento dos processos sociais, ao invés de ser tomada como um conjunto de conceitos de validade universal que dispensariam a consideração das especificidades históricas. A explicitação dessa opção converteu-se no principal elemento de crítica ao PCB em *A Revolução Brasileira*, livro publicado em 1966, onde as implicações teóricas e políticas desse procedimento são expressas de forma contundente. Não obstante a ausência de uma elaboração mais sistemática, ainda em seus escritos de juventude essa questão possuía premência.

No intuito de contribuir para a compreensão da constituição das tensões eurocêntricas

na interpretação da realidade brasileira formulada por Prado Jr., propõe-se analisar como o processo de nacionalização do marxismo situa-se em meio às disputas políticas e simbólicas em torno da definição da ideia de Brasil moderno. Nesse sentido, a diversidade de tradições intelectuais abrangidas pelo pensamento social brasileiro também comportaria fontes importantes para a maneira como Prado Jr. caracterizou a sociedade nacional em vista do desenvolvimento da economia-mundo capitalista. Argumenta-se que a importância dessa abordagem decorre do caráter determinante dessa relação para a compreensão da provincialização do modelo democrático-burguês e de desprovincialização do “Sentido da Colonização”.

Octávio Ianni (2004) afirma que as ciências sociais nasceram neste país sob o desafio de compreender as condições de possibilidade do Brasil moderno, sempre colocando o presente em causa para identificar suas raízes próximas ou distantes. Por isso este seria um país que constantemente busca um conceito para si, refletindo sobre o sentido de conhecer-se e definir-se, produzindo dessa forma distintas interpretações ao seu respeito que suscitem determinados problemas teóricos e históricos (IANNI, 2004). André Botelho (2006) reitera a opinião de Ianni ao indicar as “interpretações do Brasil” como forças sociais reflexivas que simultaneamente possuem um papel cognitivo e normativo, na medida em que produzem “efeitos discursivos” que operam nas disputas de poder na sociedade, sobretudo no debate a respeito da instalação da ordem social e política moderna no país.

Renato Ortiz (2012[1985]) afirma que essa constante reflexão sobre a identidade nacional “é uma imposição estrutural que se coloca a partir da própria posição dominada que nos encontramos no sistema internacional” (ORTIZ, 2012[1985], p. 7). Para Ortiz, essa imposição estrutural abrangeria duas dimensões. Por um lado, haveria uma “dimensão externa”, que se caracterizaria pela afirmação da diferença do Brasil em relação a outros países. A posição dominada no sistema internacional suscitaria a constante evocação da “especificidade”, “originalidade”, “singularidade”, “excepcionalidade” etc. da sociedade brasileira, indicando-se reiteradamente o contraste em relação a outros povos, usualmente remetendo-se a comparações com os europeus ou os estadunidenses. Dessa forma, pode-se indicar a existência de um consenso sobre o contraste entre o Brasil e as demais nações. Por outro lado, haveria uma “dimensão interna” que se caracteriza por indicar em que consiste a identidade nacional. A esse respeito há uma pluralidade de perspectivas em disputa, engajadas na construção de quadros analíticos e projetos políticos. Dessa forma, Ortiz considera que:

[A] luta pela definição do que será uma identidade autêntica é uma forma de se delimitar as fronteiras de uma política que procura se impor como legítima. Colocar

a problemática dessa forma é, portanto, dizer que existe uma história da identidade e da cultura brasileira que corresponde aos interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado (ORTIZ, 2012[1985], p. 9).

Com isso, Ortiz indica que não é possível conceber a identidade nacional de uma maneira unívoca. Na verdade, a construção da identidade nacional é um processo dinâmico. Há várias concepções disputando a primazia da enunciação legítima da caracterização da realidade brasileira. Em diferentes momentos históricos, diferentes grupos sociais dedicaram-se à busca da definição do Brasil. Nesse sentido, seria possível indicar que a luta em torno da identidade nacional pode ser concebida como parte constitutiva do processo hegemônico no Brasil, conforme os termos propostos por Raymond William (1979) ao revisar a noção gramsciana de hegemonia. Diferentes formações, instituições e tradições fomentariam a vivência de pressões e limites específicos e mutáveis nos meios intelectual e político, resultando em um mosaico de imagens do Brasil. A incessante luta em torno da definição da identidade nacional remete à dinâmica contínua de renovação e recriação da tensão entre o hegemonicamente dominante, por um lado, e os elementos hegemonicamente residuais e emergentes, por outro lado. Assim, como parte da produção material de sua existência, diferentes seguimentos da sociedade elaboram materialmente produções culturais a partir de suas perspectivas, tendo maior ou menor êxito na criação de um consenso ao seu respeito em conformidade com sua posição social relativa aos parâmetros culturais hegemonicamente dominantes (WILLIAMS, 1979).

No que concerne à finalidade deste trabalho, deve-se observar que a nacionalização do marxismo protagonizado por Caio Prado Jr. teve como uma de suas fontes constitutivas o debate crítico com a tradição intelectual brasileira. Nesse sentido, a formulação de sua interpretação do Brasil insere-se como parte do amplo quadro de reflexões acerca da identidade nacional em vista da questão da modernidade. Com efeito, Prado Jr. delimitou a especificidade da sociedade brasileira em vista da origem colonial de sua formação no contexto de constituição do mundo moderno capitalista. No seu entendimento, a manutenção dos traços essenciais do “Sentido da Colonização” fez com que a construção da nação e da identidade nacional fosse caracterizada pela incompletude, na medida em que a dependência externa permaneceu como um fator limitador determinante no desenvolvimento do país. Então, Prado Jr. estaria inserido nas disputas em torno da definição da identidade nacional estabelecendo relações de contraposição e aproximação com marxistas e não marxistas no Brasil. Dessa maneira, Octávio Ianni (1989) afirma que ao longo da obra de Caio Prado Jr. são perceptíveis referências aos expoentes das mais diversas tradições intelectuais no país:

É claro que Caio Prado está dialogando com vários autores contemporâneos e anteriores. Alguns estão referidos em seus escritos. Outros são implícitos neste ou naquele tema, nesta ou naquela explicação. Beneficia-se de estudos, controvérsias e interpretações contemporâneas e anteriores para equacionar, formular e aprimorar uma nova interpretação dos contornos e movimentos mais característicos da formação social brasileira (IANNI, 1989, p. 63).

Assim, seu intuito de compreender a especificidade da sociedade brasileira levou-o para além de um diálogo restrito aos marxistas brasileiros. Em vista da questão da constituição das tensões eurocêntricas na obra de Prado Jr., é possível afirmar que a relação entre a nacionalização do marxismo e o debate sobre a ideia de Brasil moderno transcorreu em três frentes. A primeira consistiria na afirmação da validade do marxismo para compreender a especificidade da formação brasileira, em contraposição às abordagens teórico-metodológicas hegemonicamente dominantes no campo intelectual nacional. A segunda corresponde à determinação da especificidade da sociedade brasileira a partir do conceito de “Sentido da Colonização” contrapondo-se à tese feudal, predominante na historiografia brasileira e apropriada em vista da adequação do modelo democrático-burguês no país. Por fim, a terceira frente corresponde à delimitação da posição de Prado Jr. em torno do debate da questão racial, assunto premente entre 1870 e 1930, que na sua geração passou por uma inflexão com abandono das teorias raciais em favor do predomínio de uma compreensão idílica sobre a miscigenação. Conclui-se a exposição contextualizando a questão das tensões eurocêntricas na geração de 1930, apontado sua contribuição para a consolidação da abordagem sociológica dos fenômenos sociais no Brasil, bem como indicando como as interpretações propostas por Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque converteram-se em diferentes projetos de Brasil moderno.

A primeira questão a ser considerada na relação entre nacionalização do marxismo e a ideia de Brasil moderno, diz respeito ao empenho de Prado Jr. em demonstrar a validade do marxismo para abordar o processo histórico brasileiro. Ainda que tacitamente, a centralidade atribuída ao método converteu-se em uma importante trincheira para a nacionalização do marxismo desde *Evolução Política do Brasil*. Essa preocupação coadunava com o incipiente debate previamente existente no pensamento social brasileiro a respeito da mobilização do conhecimento científico para interpretar a realidade brasileira. Então, para compreender o papel do método na nacionalização do marxismo operada por Prado Jr., é preciso levar em consideração as características das abordagens que se procurou refutar com base no materialismo histórico.

Mesmo sem uma problematização metodológica mais abrangente, a abordagem pautada pelo materialismo histórico presente em *Evolução Política do Brasil* ofereceu

importante contribuição para a nacionalização do marxismo em vista da maneira como a argumentação foi conduzida com base na consideração da luta de classes. Posteriormente, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, livro publicado em 1942, a utilização do método foi aprimorada. Desde então se consolidou na obra de Prado Jr. um estilo de escrita da história que se tornou sua principal marca registrada, onde se busca compreender os processos históricos de maneira relacional. Partindo do caráter histórico-dinâmico e relacional do método dialético, os processos sociais são abordados em função de sua interdependência com diversos elementos, cuja conjugação remete a uma totalidade mais ampla. Do ponto de vista da relação entre método, nacionalização do marxismo e as disputas em torno da ideia do Brasil, o ensaio de estreia de Prado Jr. abriu caminho para seu “projeto criador” (BOURDIEU, 1968), na medida em que confrontou as abordagens hegemonicamente dominantes no pensamento social brasileiro e sustentou como alternativa o materialismo histórico. Conforme será discutido posteriormente, a formalização do entendimento de Prado Jr. a respeito do método dialético somente ocorreu na década de 1950, após a consolidação de sua interpretação do Brasil.

A maneira como a questão do método foi considerada no ensaio de estreia de Prado Jr. não era um caso isolado. Até o início dos anos 1930, os principais intérpretes dedicados aos estudos históricos não dispenderam maiores esforços para delimitar mais sistematicamente seus pressupostos teórico-metodológicos, considerando a questão de forma tópica. Entretanto, a preocupação com assunto existia a despeito da ausência de uma produção mais substancial. Quanto aos intelectuais contemporâneos de Prado Jr., tem-se que nos primeiros trabalhos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque os aspectos teórico-metodológicos também são expressos de maneira tácita, sem uma formulação mais complexa. Portanto, apesar da exiguidade das formulações metodológicas, a consideração do assunto compunha a pauta daqueles intelectuais que pretendiam tratar cientificamente os fenômenos sociais, por mais que suas explicações não se detivessem apenas em argumentos estritamente sociológicos.

Desde a seminal dissertação do bávaro Karl von Martius (1982[1845]), *Como se Deve Escrever a História do Brasil*, a questão do método de interpretação da história brasileira foi problematizada. A proposta de Martius possuía uma finalidade apologética. No seu entendimento o historiador estaria a serviço dos desígnios divinos, constituindo um instrumento que atuaria produzindo um conhecimento sobre o passado voltado para a exaltação da Monarquia (MARTIUS, 1982[1845]). Nesse aspecto, sua proposta alinhava-se com a tendência predominante dentro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) durante o Império, caracterizada por Lilia Schwarcz pela “combinação de um saber

evolucionista com a doutrina católica” (SCHWARCZ, 2012 [1993], p. 145). A inovação de Martius foi propor que a história brasileira fosse estudada a partir da contribuição dos três povos que a compõe, os portugueses, os índios e os negros. Para ilustrar a importância de cada um desses elementos, Martius utiliza a metáfora do rio, onde os portugueses seriam o leito principal, enquanto índios e negros pequenos afluentes que nele se diluiriam. O método que deveria ser empregado para o desenvolvimento desse estudo seria o “paralelogramo de forças”, uma espécie de soma vetorial entre as contribuições desses três povos que forneceria como resultante a compreensão da história brasileira.

Essa proposição de Martius encontrou certa acolhida no meio intelectual brasileiro. Tanto que trinta anos depois, vê-se em um dos primeiros textos do jovem Capistrano de Abreu a manifestação de simpatia por essa abordagem, embora tenha considerado que não havia sido acumulado o conhecimento histórico necessário para a que esse método pudesse ser utilizado (ABREU, 1975a[1875]). Contudo, não demorou muito para que Capistrano mudasse sua perspectiva, como se pode observar no necrológio que escreveu a propósito do falecimento de Varnhagen. Capistrano inicia seu ensaio dedicando muitos elogios ao homenageado. Em virtude de sua adesão às ideias de Leopold von Ranke, a historiografia de Varnhagen estava sustentada na premissa que a objetividade emanaria intrinsecamente dos documentos. Por isso, seria dispensável qualquer tipo de interpretação mais detida, decorrendo disso uma abordagem estritamente factual que redundou na exaltação das “grandes personalidades”, os “heróis” das classes dominantes.

A perspectiva de Leopold von Ranke, da qual Varnhagen era tributário, dominou a historiografia na passagem entre os séculos XIX e XX. Ela estava em grande medida voltada para os feitos políticos, as guerras e os grandes líderes, bem como se preocupava com a precisão das fontes documentais para fundamentar a argumentação. Por conseguinte, os estudos históricos detinham-se nos feitos das “grandes personalidades” a partir de uma abordagem factual e estanque, sem oferecer uma visão de conjunto capaz de interpretar os processos históricos. Esse paradigma hegemonicamente dominante na historiografia possuía muitos adeptos no Brasil, principalmente nos Institutos Históricos, que até a criação das universidades monopolizavam a produção do conhecimento sobre o passado do país.

Ao escrever o necrológio, Capistrano reconheceu os méritos do Visconde de Porto Seguro, principalmente no que concerne à intensa dedicação à pesquisa documental, dentro dos parâmetros da historiografia rankeana. Por outro lado, na conclusão de seu artigo, Capistrano lamenta que Varnhagen “ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia”, pois considera

que sem consideração da abordagem sociológica não seria possível apreender “as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo”, acrescentando que espera que “alguém, iniciado no movimento do pensar contemporâneo, conhecedor dos métodos novos e dos instrumentos poderosos que a ciências põe à disposição de seus adeptos, eleve o edifício, cujos elementos reuniu o Visconde de Porto Seguro” (ABREU, 1975b[1878], p. 90). Dessa maneira, Capistrano de Abreu espera que esse “iniciado”

venha, e escreva uma história da nossa Pátria digna do século de Comte e Herbert Spencer. Inspirado pela teoria da evolução, mostre a unidade que ata os três séculos que vivemos. Guiado pela lei do *consensus*, mostre-nos o *rationale* de nossa civilização, aponte-nos a interdependência orgânica dos fenômenos, e esclareça uns pelos outros. Arranque das entranhas do passado o segredo angustioso do presente, e liberte-nos do empirismo crasso em que tripudiamos (ABREU, 1975b[1878], p. 91).

Esses textos de Capistrano foram escritos antes de sua conversão definitiva aos estudos históricos, quando na juventude ganhava a vida escrevendo críticas para jornais. Posteriormente, ao assumir efetivamente o estudo da história como ofício, Capistrano deixou o positivismo de lado e aderiu à antropogeografia de Ratzel, recorrendo à teoria do espaço vital para compreender a expansão das terras portuguesas na América e seu povoamento, processo majoritariamente protagonizado pelos bandeirantes. Além disso, passou a cultivar uma rigorosa preocupação com as fontes documentais utilizadas nos estudos históricos, alinhando-se mais estreitamente à perspectiva rankeana, conforme se pode observar em carta destinada a Guilherme Studart, datada de 20 de abril de 1904:

Por que não dás a procedência dos documentos que publicas? [...] Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principal mente desde que, com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Leopoldo Von Ranke, na Alemanha, foi renovada a fisionomia da História? (ABREU, 1954[1904], p. 165-166).

Contudo, trata-se de uma adesão estritamente metodológica. Diferentemente de Varnhagen que se ocupou das guerras e avançou no sentido de uma história política factual, Capistrano de Abreu valorizou o recurso metodológico de Ranke, mas o orientou para sua preocupação central: “a mim preocupa o povo, durante três séculos, capado e recapado, sangrando e ressangrando” (ABREU, 1977[1920], p.166). Nesse sentido, deslocou seu olhar para a formação da sociedade brasileira com ênfase nos processos transcorridos nos sertões, sua ocupação, povoamento, economia, organização social e cultura. Com isso, muitas vezes procurou descrever os costumes da população longe dos centros administrativos, detendo-se nos festejos populares, folguedos, práticas alimentares, servindo-se como fontes documentais

de trovas e de contos populares, combinados com fontes comumente utilizadas em perspectivas mais ortodoxas.

Isso não quer dizer que Capistrano tenha incorrido no “empirismo crasso” que tanto criticou na juventude, pois seu principal trabalho, *Capítulos de História Colonial*, prima pela síntese, buscando indicar “a unidade que ata os três séculos que vivemos”, tal como havia declarado no necrológio de Varnhagen. Não por acaso a conclusão do livro intitula-se “três séculos depois”. Nesse sentido, é interessante observar que Capistrano não costumava referir-se às “grandes personalidades” em seus principais trabalhos historiográficos, como era corrente entre seus antecessores e muitos de seus contemporâneos. Em particular, chamou bastante atenção o fato de *Capítulos de História Colonial* não fazer menção à inconfidência mineira, nem a Tiradentes.

Conforme salienta Sérgio Buarque de Holanda (2008[1951]), a contribuição de Capistrano de Abreu para o desenvolvimento dos estudos históricos na primeira metade do século XX decorre de sua inovação temática, da pesquisa documental rigorosa e do estímulo aos estudos e publicações de fontes referentes aos assuntos de seu interesse. Foi sob seus auspícios que se passou a investigar a vida cotidiana, as atividades econômicas, os indígenas, os jesuítas, os bandeirantes e os caminhos que vieram a integrar os sertões da colônia. Esses assuntos destoavam daqueles predominantes junto aos pesquisadores que o antecederam e aos seus contemporâneos, predominantemente ocupados com aspectos políticos e administrativos, assumindo uma abordagem estritamente factual e orientada por um nacionalismo romântico de acento católico. Fernando Novais (1997) acrescenta que para além da introdução de novas temática, Capistrano foi precursor de uma abordagem global da história brasileira, antecipando em alguns aspectos o estilo interpretativo do ensaísmo da geração de 1930:

Abreu did not merely suggest different themes; he argued for transcending sectional history in favor of global history, for going beyond purely narrative history, and for writing history that, while still narrative, would also be explanatory or, at least, comprehensive⁴ (NOVAIS, 1997, p. XIII).

Apenas no início da década de 1920 surgiu um “iniciado” que se dedicou a interpretação da história brasileira a partir da sociologia positivista. Oliveira Vianna em seu ensaio de estreia, *Populações Meridionais do Brasil*, afirma que seu “livro é uma tentativa de aplicação desses critérios novos à interpretação da nossa história e ao estudo da nossa

⁴ Todas as traduções apresentadas em nota de rodapé foram realizadas pelo autor. Em livre tradução: “Abreu não se limitou a sugerir temas diferentes; ele argumentou para transcender a história seccional em favor da história global, para ir além da história puramente narrativa, e para escrever a história que, embora ainda narrativa, também seria explicativa ou, pelo menos, compreensiva”.

formação nacional” (VIANNA, 1973[1919], p.14). Nesse ínterim, o intelectual fluminense resume sua perspectiva metodológica da seguinte maneira:

Para a perfeita compreensão do passado, a investigação científica arma hoje os estudiosos com um sistema de métodos e uma variedade de instrumentos, que lhes dão meios para obterem dele uma reconstituição, tanto quanto possível, rigorosa e exata. No estado atual da ciência histórica, o texto dos documentos não basta só por si para permitir reviver uma época ou compreender a evolução particular de um dado agregado humano. É preciso que várias ciências, auxiliares da exegese histórica, completem com os seus dados as insuficiências ou obscuridades dos textos documentários ou expliquem pelo mecanismo das suas leis poderosas aquilo que estes não podem fixar nas suas páginas mortas. O culto do documento escrito, o fetichismo literalista é hoje corrigido nos seus inconvenientes e nas suas insuficiências pela contribuição que à filosofia da história trazem as ciências da natureza e as ciências da sociedade. Estas, principalmente, abrem à interpretação dos movimentos sociais do passado possibilidades admiráveis e dão à ciência histórica um rigor que ela não poderia ter, se se mantivesse adscrita ao campo da pura exegese documental (VIANNA, 1973[1919], p. 14).

Dessa maneira, Oliveira Vianna posicionava-se contra a ideia da imanência documental, na medida em que a análise histórica não se encerraria nos documentos escritos em si, sendo necessário abordá-lo de um ponto de vista efetivamente científico. O paradigma de cientificidade de Vianna remetia a uma perspectiva nomotética, onde as Ciências Sociais estariam em busca de leis gerais sobre o funcionamento da sociedade, tendo como modelo as Ciências da Natureza. No caso dos estudos históricos, esse procedimento teria o documento como meio para a obtenção de informações sobre o objeto de estudo a ser analisado. A investigação seria conduzida a partir de um conjunto de disciplinas auxiliares em busca de estabelecer as regularidades do processo histórico, delineando as leis que regeriam o fenômeno estudado.

Caio Prado Jr. nitidamente inseriu-se nesse debate teórico-metodológico ao publicar *Evolução Política do Brasil*. Considerando-se o contexto acima exposto, que antecedeu a publicação de seu ensaio de estreia, é possível afirmar que sua defesa do materialismo histórico como método interpretativo ao mesmo tempo está permeada pela preocupação de desenvolver uma abordagem científica da história brasileira, tal como pretendiam Martius, Capistrano e Vianna, mas se opunha significativamente ao modo como o problema havia sido abordado até então. No seu entendimento, apenas Vianna efetivamente tentou oferecer uma interpretação que se distanciava da “superfície dos acontecimentos históricos”:

Excetuo tão-somente Oliveira Viana (sic.), que foi o primeiro, e o único até agora, a tentar uma análise sistemática e séria da nossa constituição econômica e social no passado. A sua obra, contudo – afora a inexatidão que nela se observa e que chega por vezes a grosseiras adulterações dos fatos – está ainda em seus primeiros passos (PRADO JR., 1980[1930], p. 9).

Então, seria possível indicar que Prado Jr. estaria vinculado a um duplo movimento no processo hegemônico em torno dos princípios metodológicos para a elaboração da história da sociedade brasileira. Por um lado, estaria demarcando posição contrária aos adeptos da concepção de história de Ranke, bem como em relação àqueles que procuraram se apropriar do positivismo, do determinismo ambiental e das teorias raciais. Por outro lado, procurava afirmar o marxismo como perspectiva alternativa de interpretação do passado do Brasil. Pode-se acrescentar que mesmo dentro do marxismo seu posicionamento representava uma alternativa ao paradigma hegemônico junto aos comunistas, como será indicado ao se problematizar o modelo democrático-burguês.

Nesse sentido, a demarcação das diferenças em relação às abordagens até então predominantes constituiu um importante ponto de partida para a nacionalização do marxismo. Destacadamente, ao contestar a forma como a escrita da história era empreendida – mediante o enaltecimento das classes dominantes e enfatizando feitos individuais em detrimento da análise dos processos sociais –, Prado Jr. abriu espaço para a consideração da luta de classes na história nacional. Para tanto, foi fundamental a contribuição dada no sentido de compreender as revoltas populares ocorridas durante o período regencial, considerando-as como parte importante dos acontecimentos políticos do Império. Entretanto, essa primeira aproximação com o método apresenta apenas parcialmente os elementos que vieram caracterizar sua nacionalização do marxismo. Apenas em *Formação do Brasil Contemporâneo* que se consolida na obra caiopradiana o procedimento metodológico que situa determinado fenômeno no âmbito de um conjunto de relações que formam uma totalidade. Foi por meio dessa abordagem que se desenvolveu o conceito de “Sentido da Colonização”.

O desenvolvimento do método que proporcionou a compreensão da colonização brasileira como parte de um fenômeno mais amplo, a ascensão do mercantilismo que viria a redundar no capitalismo, relaciona-se com o segundo aspecto da relação entre a nacionalização do marxismo e o debate sobre a ideia de Brasil moderno. Argumenta-se que o debate com a tradição intelectual brasileira contrária à tese feudal subsidiou a crítica de Prado Jr. ao modelo democrático-burguês. Por conseguinte, configura-se como uma questão relevante para este trabalho, na medida em que consiste em um elemento que contribuiu para a provincialização do modelo democrático-burguês e para a desprovincialização do “Sentido da Colonização”.

2.2 Tese feudal no pensamento social brasileiro e sua crítica.

Antes de tudo, deve-se frisar que a tese feudal precedeu à introdução do marxismo no Brasil. A maior parte das interpretações tradicionais sobre o passado brasileiro filiavam-se a essa perspectiva, mas em sua grande maioria não havia a preocupação com uma teorização sistemática a respeito de sua definição. O desenvolvimento teórico dessa questão somente veio ocorrer com seus adeptos marxistas. A esse respeito é interessante observar a revisão que Nelson Werneck Sodré fez do debate vigente no pensamento social brasileiro em torno da definição do modo de produção vigente durante o Período Colonial. O historiador marxista demonstra o caráter essencialmente descritivo do emprego das categorias feudalismo e capitalismo por historiadores como Varnhagen, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre etc., sem uma preocupação com uma fundamentação teórica mais acurada dessa caracterização (SODRÉ, 1967[1962], p.80-82). Ainda assim, a pré-existência da tese feudal por si só favoreceu a transposição do modelo democrático-burguês, que encontrou um terreno fértil para sua adaptação ao país. Nesse sentido, o livro *Agrarismo e Industrialismo* de Octávio Brandão apresentou-se como pioneiro nessa tentativa de incorporar o modelo democrático-burguês à realidade brasileira mediante a apropriação da tese feudal previamente existente no país.

A respeito da tese feudal dentre os integrantes do IHGB, particularmente chama a atenção o caso de Capistrano de Abreu. Em *Capítulos de História Colonial*, o intelectual cearense caracterizou a sociedade portuguesa no contexto das grandes navegações pela coexistência de “duas sociedades completas, com sua hierarquia, sua legislação e seus tribunais” (ABREU, 2000[1907], p. 43), referindo-se a uma espécie de dualidade de poderes entre Estado, que havia iniciado sua centralização, e Igreja, representante da antiga ordem feudal em dissolução. Essa dualidade teria sido mobilizada em favor do empreendimento colonial, na medida em que a legislação que regulava a concessão de terras aos donatários das capitanias hereditárias detinha um acento feudal, cujo estabelecimento visaria o controle dos integrantes da pequena nobreza portuguesa que se tornaram senhores de terras na colônia, assegurando em última instância a primazia da Coroa. Por essa via também se asseguraria a captação de recursos por meio do pagamento de tributos. Assim, Capistrano destaca que: “Em suma, convicto da necessidade desta organização feudal, D. João III tratou menos de acautelar sua própria autoridade que de armar os donatários com poderes bastantes para arrostarem usurpadores possíveis dos solarengos vindouros” (ABREU, 2000[1907], p. 67).

Com efeito, em decorrência dessa forma de organização da propriedade da terra, na

região litorânea ao norte da colônia, onde se estabeleceu a cultura açucareira, os senhores de engenho estabeleceram uma economia autônoma. Essa constatação parece corroborar a presença da tese feudal na interpretação do Brasil de Capistrano de Abreu. Porém, após o breve exame da configuração da colonização na região litorânea, sua análise desloca-se para os sertões. Ao apresentar a dinâmica econômica e social das várias regiões no interior da colônia, apontando a sucessão de diferentes atividades produtivas voltadas para a economia doméstica, como no caso da pecuária, ou para o mercado internacional, como no caso da mineração, a dinâmica do argumento de Capistrano sofre uma rotação. A mudança de enfoque é perceptível mediante o estabelecimento de uma ênfase no caráter empreendedor dos desbravadores dos sertões, aliada ao esboço da consideração da articulação entre dinâmica local e global.

Capistrano (2004[1930]) argumentou que, desde o início da colonização, os portugueses tinham como objetivo a expansão territorial de seus domínios, procurando aproximar-se das áreas onde as minas das colônias hispânicas estavam situadas, pois almejavam também encontrar riquezas minerais. Assim, por exigência da “atividade vital” do “organismo do estado (sic.)” português, logo os limites traçados pelo tratado de Tordesilhas foram ultrapassados (ABREU, 2004[1930], p. 161). Em um movimento que conjugou a afinidade entre a livre iniciativa dos colonos e os interesses expansionistas da metrópole, Capistrano afirma que no final do século XVIII “estava todo o País ligado, imperfeitamente embora, por meio de vias terrestres ou fluviais” (ABREU, 2004[1930], p. 81). No entanto, questionava-se: “Chegar-se-ia a formar o conjunto, uma nacionalidade?”, respondendo em seguida que “O sistema colonial era a divergência, o particularismo; o centro ficava além-mar” (ABREU, 2004[1930], p. 81). Note-se que já no final do século XIX – o texto foi escrito em 1899 –, Capistrano apontava para a externalidade do centro do Brasil, implicando na sua inserção em um quadro mais amplo, considerando as implicações negativas da colonização para a formação da nação brasileira, em uma expressão precursora da proposição de Prado Jr.

Diferentemente do que ocorre com a abordagem de Capistrano, Oliveira Vianna apresenta uma compreensão do Período Colonial mais estritamente relacionada com a tese feudal. Conforme Vianna, o Brasil deveria ser compreendido a partir de uma concepção “pluriculturalista”, na medida em que o processo de colonização ocorrido no país foi extremamente dispersivo e individualista. A chave para compreender as características desse desenvolvimento estaria no regime de distribuição de terras com base no latifúndio.

No seu entendimento, a caracterização dos aspectos feudais da colonização também remonta à maneira como ocorreu a concessão de sesmarias, que resultou em uma estrutura

fundiária extremamente concentrada. Como consequência, criou-se uma classe senhorial poderosa. Por um lado, isso impactou a configuração da estrutura de classes no Período Colonial, mediante o estabelecimento de uma acentuada situação de dependência em relação ao “grande domínio rural”. Por outro lado, a organização social surgida a partir dessa estrutura fundiária limitou o alcance da influência da metrópole sobre o interior da colônia, sendo estabelecidas verdadeiras autarquias centradas nos senhores rurais. Essa dispersão territorial acarretou um ensimesmamento das fazendas. Com isso, a sociedade colonial estruturou-se em torno do “grande domínio rural”, caracterizado como “um organismo completo, perfeitamente aparelhado para uma vida autônoma e própria” (VIANNA, 1973[1919], p. 123).

Oliveira Vianna observa que “essa admirável independência econômica dos senhores fazendeiros exerce uma ação poderosamente simplificadora sobre toda a estrutura das nossas populações rurais” (VIANNA, 1973[1919], p. 124). Essa “simplificação” consistiria em um processo de profunda subsunção dos demais grupos sociais do Período Colonial – comerciantes, manufatureiros, trabalhadores livres, pequenos proprietários, escravos etc. Dessa forma, impediu-se que surgissem vínculos mais amplos de solidariedade social ou qualquer outro tipo de interdependência na colônia. Ao invés disso, o único tipo de solidariedade existente era decorrente da agregação em torno do “grande domínio rural”, que ganhou expressão nos chamados “clãs patriarcais”, caracterizados por uma forte solidariedade interna e pela ausência de solidariedade externa (VIANNA, 1973[1919]). Consequentemente, se por um lado, em torno de cada “grande domínio rural” a estrutura social era simplificada, por outro lado, em um plano geral, o caráter dispersivo e individualista da colonização tornava as regiões do Brasil significativamente distintas entre si.

Oliveira Vianna argumenta que “o processo dispersivo e individualista [...] foi agravado pela técnica povoadora dos bandeirantes” devido a sua modalidade de “colonização por saltos”, fazendo com que “cada agrupamento local, assim, formado” adquirisse “particularidades estruturais ou culturais, expressas em nuances infinitesimais” (VIANNA, 1987b[1949], p. 80-81). Assim, o que do ponto de vista do modelo bandeirante de historiografia constituiu uma virtude da iniciativa privada paulista – que agregou um maior volume de territórios aos domínios brasileiros, criou interligações terrestres e fluviais para acessá-los, ainda que precariamente, e empreendeu atividades que movimentaram a economia interna e externa – para Vianna constituiu um agravante da tendência gerada pela organização social amparada na grande propriedade. A “colonização por saltos” promoveu uma forma de povoamento que o Estado português foi incapaz de acompanhar (VIANNA, 1973[1919]; 1978b[1949]).

Decorre dessa situação a distinção que Vianna estabelece entre “sentimento de liberdade” e “sentimento de independência”. Ao atentar para essa discussão, o intelectual fluminense ataca um importante pressuposto do modelo bandeirante, contestando a ideia de “espírito de liberdade” do colono empreendedor do interior do Brasil-Colônia. Em virtude do caráter autárquico do grande domínio rural e da ausência de coesão social extensível aos diferentes segmentos sociais, a classe dirigente não vivenciaria efetivamente um sentimento de liberdade, mas um “sentimento de independência individual”. Essa situação decorreria do fato de que “[n]ós brasileiros, conhecemos e sentimos a vida do homem *independente*; não conhecemos, nem sentimos, nem podemos sentir, a vida de homem *livre*, como conhecem e sentem, por exemplo, os anglo-saxões” (VIANNA, 1973[1919], p. 265-266). Isso ocorreria, pois a liberdade seria conquistada mediante o combate contra alguma forma de opressão, acarretando a mobilização da população para lutar em favor de liberdades públicas a fim de proteger as independências privadas. Vianna argumenta que não houve na história do país qualquer tipo de ameaça à sociedade que demandasse uma mobilização da população em favor da liberdade, na medida em que a libertação da metrópole e da escravidão, por exemplo, transcorreram sem necessidade de um levante (VIANNA, 1973[1919]).

Prado Jr. apresenta os primeiros elementos para a contestação da tese feudal em *Evolução Política do Brasil*. No ensaio, a questão do feudalismo foi abordada a partir da problematização da dinâmica da concessão de terras durante o Período Colonial. No início do texto, as capitanias hereditárias são caracterizadas como uma tentativa de implantação de regime feudal na colônia, envolvendo os donatários e a Coroa portuguesa. Dessa forma, o historiador afirma que “[o] regime das capitanias foi em princípio caracteristicamente feudal”, pois os donatários não eram efetivamente proprietários da terra, sendo-lhes proibida “a posse de mais de dez léguas [...] de terra”, embora lhes coubesse “um direito eminente, quase soberano, sobre o território da capitania”, rendendo-lhes vários tributos, o monopólio de qualquer tipo de engenho, bem como “o provimento dos ofícios e cargos públicos da capitania” (PRADO JR, 1980[1933], p. 15). No entanto, Prado Jr. nota que a “história da primitiva enfeudalização do território brasileiro” terminou de maneira frustrada, pois “[e]ste ensaio de feudalismo não vingou. Decaiu com o sistema de colonização que o engendrara, e com ele desapareceu sem deixar traço algum de relevo na história do Brasil” (PRADO JR, 1980[1933], p. 15). Portanto, o fracasso das capitanias hereditárias implicou na desagregação do esboço de feudalismo que se tentou implantar na colônia.

O interesse de Prado Jr. sobre a configuração feudal assumida pelas capitanias hereditárias é parte de sua preocupação mais geral com as formas assumidas pela propriedade

da terra no Período Colonial. Prado Jr. justifica da seguinte maneira a importância assumida pela forma de propriedade da terra para apreender a dinâmica da colonização brasileira:

O caráter mais profundo da colonização reside na forma pela qual se distribui a terra. A superfície do solo e seus recursos naturais constituíam, naturalmente, a única riqueza da colônia. Não éramos como as Índias, um país de civilização avançada, cujo aproveitamento pelos conquistadores pudesse fazer pelo comércio ou pelo saque – que na época se confundiam num só e mesmo conceito. Aqui, uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou a pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária (PRADO JR., 1980[1933], p. 16).

Como a única fonte de riqueza passível de ser explorada na colônia eram seus recursos naturais, a forma assumida pela propriedade da terra convertia-se em questão central, pois definiria as características do regime colonial. Nesse sentido, Prado Jr. direcionou sua atenção para a forma como os donatários distribuíam as terras aos moradores da colônia, na medida em que foi com base nessa posse que se definiu a estrutura de classe no Brasil, tendo no topo da hierarquia na colônia os donos de terras. Assim, a origem da classe dos proprietários fundiários definiu-se com a distribuição de terras por meio do sistema de sesmarias. Prado Jr. (1980[1933]) atentou para a peculiaridade do regime jurídico que determinava essa forma de propriedade, pois não se referia a nenhum dos princípios gerais consagrados para a doação de terras, inclusive, contrastando com o vínculo feudal estabelecido entre o Rei e os donatários:

A propriedade do sesmeiro era alodial, isto é, plena, não consagrando outros ônus que não o pagamento da dízima da Ordem de Cristo, que afinal não passa de um simples imposto, e outras restrições, como monopólios reais, servidões públicas de água, caminhos etc. Não comporta, todavia, nenhuma relação de caráter feudal, vassalagem ou outra. As terras eram alienáveis por livre disposição dos proprietários e não criavam laço comum de dependência pessoal (PRADO JR., 1980[1933], p. 16).

Portanto, depreende-se disso que não havia entre o donatário e o sesmeiro qualquer tipo de vínculo de natureza feudal. Para reforçar essa diferença em relação ao feudalismo europeu, Prado Jr. analisa a forma como se deu a distribuição de terras, considerando suas implicações para a organização social da colônia. Nesse sentido, o historiador indica que geralmente a doação destinava-se àqueles dotados de recursos materiais e habilidade para a atividade agrícola. No entanto, havia casos em que considerações de ordem pessoal operavam na cessão de sesmaria, ainda que no final das contas prevalecesse como determinante para o pleno usufruto da terra a posse de capital para explorá-la, o que em parte significou a posse de escravos.

Na medida em que os portugueses desconsideraram a propriedade da terra das populações indígenas na colonização, fato não mencionado explicitamente em *Evolução*

Política do Brasil, Prado Jr. afirma como característica diferenciadora do regime colonial em relação ao feudalismo europeu a inexistência prévia de pequenos produtores a serem incorporados pelos sesmeiros. Com isso, não se estabeleceram laços de dependência pessoal, pagamento de tributos, ou qualquer tipo de obrigação para com o cultivo da terra de terceiros. O que houve foi o surgimento de um segmento social que detinha a propriedade da terra e capital para explorá-la e outro destituído de terras e capital, que internamente diferenciavam-se entre si pelo fato de serem escravos ou não escravos. Dessa forma, o regime de sesmaria não implicou no mesmo tipo de obrigações que envolviam o Rei e os donatários, não podendo ser qualificadas como feudal. Em virtude disso, Prado Jr. considera que: “Podemos falar de um feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo, que não existe, entre nossa economia e a da Europa medieval” (PRADO JR., 1980[1933], p. 18).

Enquanto em *Evolução Política do Brasil* os primeiros subsídios para a crítica da tese feudal são apresentados sem uma refutação categórica, com a mudança de abordagem em *Formação do Brasil Contemporâneo* a questão é reelaborada. Ao definir do “Sentido da Colonização” como a produção de *commodities* para o mercado europeu, de forma que o desenvolvimento da sociedade brasileira ocorreu em função da naturalização dessa posição na divisão internacional do trabalho, Prado Jr. contribui para evidenciar o vínculo indissolúvel entre colonialismo e capitalismo. Ao construir uma visão a partir do Sul global da estruturação da economia-mundo capitalista, Prado Jr. contestou a validade da tese feudal para compreender a sociedade brasileira. Dessa forma, enquanto em *Evolução Política do Brasil* o questionamento da tese feudal assumia um caráter ensimesmado, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, a recusa é estabelecida com base na consideração da colônia como parte de uma totalidade, que veio a se consolidar como o modo de produção capitalista.

É preciso considerar, ainda, que da mesma maneira que a tese feudal adotada na adequação do modelo democrático-burguês no Brasil, o desenvolvimento do conceito de “Sentido da Colonização” também teve fontes precursoras no pensamento social brasileiro. Nesse caso, a relação entre nacionalização do marxismo e ideia de Brasil moderno tem seu ponto de intercessão na historiografia paulista sobre os bandeirantes. Como nota Paulo Iumatti (2008), as ideias de Prado Jr. estavam relacionadas com a dinâmica do campo da historiografia durante a primeira metade do século XX, destacadamente em face dos Institutos Históricos e Geográficos estaduais e do IHGB. Paulo Martinez (2008) remete especialmente ao seu o vínculo com a historiografia paulista, cujo tema predominante era o bandeirismo.

Lilia Schwarcz (2012[1993]) denomina de “modelo bandeirante” o conjunto de

interpretações que “estabelece uma relação entre a atitude valente e laboriosa daqueles primeiros aventureiros e um suposto perfil do estado [de São Paulo] e de sua trajetória vitoriosa” (SCHWARCZ, 2012, p. 174). No contexto da República Velha, a partir da criação em 1894 do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), esse “mito paulista” passou a ter uma espécie de porta-voz privilegiado. Em grande medida a afirmação de Laura de Mello e Souza (2002) a respeito de Alfredo Ellis Jr serve para caracterizar boa parte da produção do IHGSP acerca do bandeirantismo: “trabalhos fantasiosos, destituídos de metodologia histórica mais consistente, imersos na tradição exaltatória dos memorialistas do século XVIII” (SOUZA, 2002, p.1191).

Embora tenha realizado um trabalho que contrastava significativamente da crônica histórica tradicional sobre os bandeirantes, inclusive contribuindo para a fundação de uma seara relativamente nova nos estudos históricos no país ao centrar seus esforços na História Econômica, a obra de Roberto Simonsen foi um marco na formação historiográfica paulista que influenciou Caio Prado Jr. Simonsen defendia que o Brasil no Período Colonial não poderia ser qualificado como feudal. Desde sua origem colonial o país seria capitalista, pois o caráter empreendedor teria sido elemento impulsionador do seu processo de formação. Como indica Lincoln Secco (2008), a interpretação do Brasil de Simonsen ofereceu importantes subsídios para a formulação da noção de “Sentido da Colonização” por Prado Jr., destacadamente por meio da “teoria dos ciclos econômicos” do Período Colonial. Essa teoria foi largamente acolhida, teve sua primeira sistematização mais consistente na obra do historiador português João Lucio de Azevedo e foi aprimorada por Simonsen. Conforme sua diretriz central, a colônia não teria sua dinâmica econômica definida exclusivamente por impulsos internos, já que em virtude do predomínio da atividade exportadora as oscilações do mercado mundial seriam decisivas para determinar o desenvolvimento do Brasil-Colônia. Prado Jr. reelaborou essa noção introduzindo a questão da dependência com base em uma leitura marxista: “Em vez de tomar os ciclos como indicadores de épocas econômicas, Caio Prado Júnior descobriu neles as manifestações fenomênicas de ‘uma realidade permanente e imanente – a estrutura exportadora da economia colonial’” (SECCO, 2008, p. 170-171). Dessa maneira, Prado Jr. desnaturaliza e explicita o mecanismo de exploração colonial, indicando a fragilidade acarretada pela dependência externa, onde mudanças na dinâmica do mercado podem comprometer a economia de um país.

Para fundamentar seu argumento a respeito do caráter capitalista da economia brasileira, Simonsen lançou mão da versão de Werner Sombart da noção de “espírito capitalista” para qualificar o caráter mercantil da atividade colonial. Conforme observa Maria

Lilia Franco (2005), para Sombart a constituição do capitalismo poderia ser condicionada por fatores biológicos, étnicos, filosóficos e religiosos, o que contrasta significativamente com a perspectiva weberiana, cuja ênfase centra-se na subjetividade dos indivíduos que orientam sua conduta com base em um determinado *ethos*. Além disso, para Sombart o “espírito do capitalismo” teria dois componentes fundamentais, o “espírito de empresa” e o “espírito burguês”. Enquanto o primeiro identifica-se com espírito aventureiro e descobridor, passível de ser encontrado em contextos não capitalistas, o segundo seria caracterizado por uma circunspecção calculadora, pela racionalidade e a capacidade de organização econômica (FRANCO, 2005). Nesse sentido, as características atribuídas aos bandeirantes por Simonsen aproximam-se mais da noção sombartiana de “espírito de empresa” do que propriamente do “espírito do capitalismo”, pois a busca pela usura era propiciada por uma organização militarizada que não se pautaria pelo princípio de uma organização econômica baseada no cálculo.

É interessante notar que antes de Simonsen outros intelectuais que tiveram influência direta sobre seus escritos atentaram para a importância do “espírito empreendedor” dos bandeirantes. Embora em suas interpretações do Brasil apresentassem de maneira meramente descritiva a colonização como feudal, Karl von Martius, Capistrano de Abreu e Paulo Prado haviam atentado para o “espírito de aventura” ou “espírito de liberdade” associado aos bandeirantes, remetendo-o às origens do liberalismo político ou vinculando-o à expansão mercantil iniciada com as grandes navegações. Com base nessas formulações sobre o dito espírito aventureiro e empreendedor, Simonsen destaca elogiosamente como os bandeirantes expandiram as fronteiras internas da colônia em busca de riquezas e contribuíram para o fomento do capitalismo industrial inglês por meio da descoberta das minas de ouro. Dessa forma Simonsen situa a colonização brasileira em um quadro mais amplo, onde a riqueza produzida devido ao empreendedorismo dos bandeirantes paulistas contribuiu para a transformação do mundo moderno ao financiar a industrialização.

Prado Jr. apropriou-se desse debate subvertendo seu caráter apologético e indicando como aquilo que era retratado como a supremacia paulista perante o Brasil, na verdade consistia em um perverso sistema de exploração responsável pela renovação constante do “Sentido da Colonização”. Dessa maneira, Prado Jr. tanto indicou que o argumento sobre o feudalismo no Brasil não se sustentaria, como também refutou as perspectivas que argumentavam em prol da existência do capitalismo desde as origens do país como forma de legitimar a burguesia industrial paulista. Assim, nesse debate encontram-se parte das fontes que subsidiaram tanto a provincialização do modelo democrático-burguês, quanto à

desprovincialização do “Sentido da Colonização”.

2.3 Teorias raciais no Brasil e as tensões eurocêntricas na geração de 1930

Por fim, como terceira e última frente de análise da relação entre nacionalização do marxismo e pensamento social brasileiro na constituição das tensões eurocêntricas na interpretação do Brasil de Caio Prado Jr., é preciso considerar como esse debate vincula-se com a problemática em torno da questão racial. Decerto, o debate racial não constitui um dos aspectos mais costumeiramente retomado na imagem do Brasil de Prado Jr.⁵ Contudo, não é ignorado seu vínculo com “Sentido da Colonização”. Assim, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (PRADO JR, 2000[1942]) é dedicado considerável espaço para a questão, havendo três capítulos onde sua abordagem dá-se explicitamente. O tratamento dispensado está abertamente em diálogo crítico com Gilberto Freyre (1999[1933]). Embora exaltada como marco inaugural da abordagem sociológica das relações raciais no país, a interpretação freyreana do Brasil caracteriza-se pela conjugação das noções de cultura, raça, meio ambiente e clima, tidas em seu argumento como variáveis igualmente condicionantes dos processos sociais, conforme nota Luiz Costa Lima (1989). Nesse sentido, Freyre não teria promovido uma plena ruptura com o paradigma cientificista dominante entre 1870-1930. A esse respeito, Ricupero (2011) argumenta que haveria prejuízo na compreensão da obra do intelectual pernambucano ao se enfatizar unilateralmente seu parcial deslocamento dos caracteres raciais. Com efeito, essa postura minimizaria a relativa proximidade entre a análise freyreana, por um lado, e a de pensadores da geração anterior como Oliveira Vianna e Paulo Prado, por outro lado.

São permeadas por tensões as relações intertextuais e metatextuais que Prado Jr. estabelece com a obra de Freyre. É possível afirmar que em ambos prevalece uma ambígua conjugação entre cultura e raça, expressa no emprego de um jargão caracteristicamente biologizante, ao mesmo tempo em que se propõe o afastamento da abordagem caracterizada pelo determinismo racial. Todavia, a ênfase de Prado Jr. recai na consideração de variáveis econômicas e sociais, o que lhe fornece subsídios para compreender como se estabelece um padrão de relações raciais que leva à intensificação da subalternização da população negra e

⁵ O trabalho de Anderson Ribeiro Oliva (2009) constitui uma exceção e oferece importante problematização da questão racial na obra historiográfica de Caio Prado Jr. Ao abordar os imaginários e os discursos brasileiros sobre os africanos nos séculos XIX e XX, Oliva ressalta que Prado Jr. estabelece em *Formação do Brasil Contemporâneo* uma patente hierarquização cultural entre europeus e não europeus na constituição da sociedade brasileira. Dessa maneira, inquestionavelmente Prado Jr. apresentaria elementos que subsidiariam a inferiorização das populações negras e indígenas.

indígena, não obstante se negue a existência de racismo. Essa é a diferença fundamental em relação à concepção freyreana, que estabelece uma visão idílica da sociedade brasileira que de maneira perversa encobre a violência, a discriminação e a exclusão causadas pelo regime de dominação patriarcal branco. Por seu turno, Freyre avançou mais que Prado Jr. ao considerar a existência de contribuições culturais positivas da população negra para a formação do país, embora manifeste diversas ressalvas quanto aos indígenas. Para compreender mais adequadamente essa questão, segue-se uma breve apresentação do debate sobre as teorias raciais vigentes entre 1870 e 1930.

A recepção das teorias raciais marcou profundamente a intelectualidade brasileira. No início do século passado Sylvio Romero fez um balanço das ideias importadas na vida intelectual brasileira. Ao remontar aos primórdios da recepção do positivismo e das teorias sobre a determinação do clima e da raça sobre a fisionomia da sociedade nacional, Romero indicou a importância da introdução de um “bando de novas ideias” no Brasil na década de 1870. Com isso, iniciou-se um movimento de secularização da produção intelectual no país. Paulatinamente as doutrinas da Igreja Católica foram realocadas dentro do bloco do poder, acarretando a perda gradual de sua primazia originada no Período Colonial. Contudo, ao invés de uma ruptura, o elemento emergente apontado por Romero contribuiu para atualizar os termos em que era reiterado o paradigma eurocêntrico hegemonicamente dominante no país. Nesse momento as disputas em torno dos critérios de classificação legítima da realidade brasileira seguiam princípios heteronômicos, orientados em grande medida pelo anseio de identificação dos grupos urbanos ascendentes com os padrões civilizacionais europeus, mas combinando-se com a manutenção seletiva de valores característicos do mundo rural.

De acordo com Florestan Fernandes (1977), o conjunto de autores da geração de 1870 não teria desenvolvido propriamente uma análise sociológica, embora nas suas obras caracterizem-se por estabelecer determinadas relações a partir da consideração de fatores sociais. Por sua vez, Lilia Schwarcz (2012[1993]) ressalta o singular caráter criador assumido pelo “bando de novas ideias” introduzidas no Brasil por aqueles intelectuais. Para a antropóloga seria equivocado afirmar que aqueles textos continham meras cópias de ideias estrangeiras. Ao invés disso, propõe pensar sobre o caráter original da cópia. Nesse sentido, Schwarcz indica que se deve atentar para os distintos papéis desempenhados no país pela apropriação das teorias raciais combinadas ao liberalismo. Além da secularização e do consequente rearranjo no processo hegemônico, tendo no pensamento científico um elemento hegemonicamente emergente, a apropriação das teorias raciais serviu para legitimar os projetos políticos dos grupos urbanos em ascensão, os quais eram pautados pela ideia de

progresso. Ao mesmo tempo, o caráter determinista dessas teorias acentuou a preponderância da raça como variável na formação brasileira, levando a desconsideração da ação do indivíduo na sociedade em detrimento do peso do fator racial. Igualmente, a ação coletiva passa a ser inteligível em termos raciais. Como consequência, tem-se um esvaziamento do debate sobre cidadania e participação política, atualizando as bases ideológicas da exclusão social (SCHWARCZ, 2012[1993]). Enquanto no Império o favor constituía a mediação para a recepção do liberalismo no Brasil, trançando uma celebração tácita da fronteira entre homens livres e escravos, mas mediante a hierarquização entre homens livres proprietário e não proprietários (SCHWARZ, 2010[1972]), na primeira república as teorias raciais desempenharam papel análogo ao possibilitar a circulação do discurso liberal de forma a legitimar o *status quo*. Outro aspecto considerado por Schwarcz (2012[1993]) ao tratar da difusão no país da “cópia original” das teorias raciais corresponde à combinação entre evolucionismo e darwinismo social:

No Brasil, evolucionismo combina com darwinismo social, como se fosse possível falar em “evolução humana”, porém diferenciando as raças; negar a civilização aos negros e mestiços, sem citar os efeitos da miscigenação já avançada. Expulsar “a parte gangrenada” e garantir que o futuro da nação era branco e ocidental (SCHWARCZ, 2012[1993], p. 316-317).

Ao longo de seu estudo, Schwarcz (2012[1993]) detalha a ascendência das teorias raciais nas principais instituições produtoras de conhecimento do país entre 1870 e 1930. Dentre os adeptos desse conjunto de ideias tinham-se figuras como Sylvio Romero e Oliveira Vianna nas Faculdades de Direito, que também ocuparam posições de destaque no IHGB, que por sua vez também contava no seu quadro de sócios com Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu, este último mais afeito ao discurso sobre o determinismo ambiental. Interessante notar, ainda, que disputas intelectuais transcorreram em virtude de filiações teóricas distintas, como ocorreu no intenso debate travado por Capistrano e Romero na imprensa carioca, onde, respectivamente, cada um defendeu a primazia do determinismo ambiental e do determinismo racial no estudo da origem do povo brasileiro e do seu caráter nacional (ABREU, 1976[1876]). As teorias raciais também tiveram profunda influência na medicina daquele período, tendo como principal teórico Nina Rodrigues na Faculdade de Medicina na Bahia. Além disso, Schwarcz (2012[1993]) nota a presença dessas concepções sobre raça em diferentes contextos nacionais, tendo em cada um deles assumido conotações distintas. Nesse sentido, a hegemonia das teorias raciais nas primeiras décadas do século XX no Brasil não constituiria um movimento isolado, inserindo-se dentro do que Connell (2007) denominou de produção da “diferença global”.

A contestação das teorias raciais teve início em um contexto de grande agitação política e cultural que culminou com a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930. Até então, o predomínio das teorias raciais corroborava a imputação de inferioridade aos seguimentos da população cuja ascendência não remetesse aos brancos europeus. A essa altura, as teorias raciais constituíam o paradigma hegemonicamente dominante junto à intelectualidade brasileira. Contudo, como indica Eliane Veras Soares (2011), em meados da década de 1920 começou a emergir uma nova maneira de conceber a questão da mestiçagem. Ao invés de obstáculo, a miscigenação passa a ser vista como um traço singular da identidade nacional. Soares indica a geração modernista como precursora dessa mudança. Particularmente, destaca o *Manifesto Antropofágico* de Oswald de Andrade e *Macunaíma* de Mário de Andrade como textos literários representativos de uma concepção otimista sobre a mestiçagem. Além disso, demarca como fundamental na modificação na forma de abordar essa questão a publicação de *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, em 1933.

Nesse sentido, Soares considera esse período como um ponto de inflexão na abordagem do chamado “mito das três raças”, passando a construir de maneira idílica a convivência entre brancos, índios e negros na formação da sociedade brasileira. Dessa maneira, Soares argumenta que “[p]ode-se atribuir a esse momento a elaboração de uma *estrutura de sentimento da ‘mestiçagem harmoniosa’*, que tem como principal ideia de referência a imagem do Brasil como uma democracia racial” (SOARES, 2011, p. 102). Portanto, nesse momento a concepção otimista e harmoniosa acerca da mestiçagem constituiria uma “emergência preliminar” (WILLIAMS, 1979), onde os novos elementos semânticos ainda se encontrariam em estado de solução com o as teorias raciais então dominantes no final da República Velha. Nesse sentido, deve-se observar que a construção da ideia de “democracia racial” não representou uma efetiva ruptura com o paradigma eurocêntrico, podendo ser apreendida como uma atualização sofisticada. Ao defender o caráter positivo da miscigenação, diferenciando-se do acento eugênico das teorias raciais, a ideia de “democracia racial” propiciou a reiteração da discriminação racial ao negar sua existência. Ao passo em que é negado o preconceito racial, encobre-se que as desigualdades sociais são reproduzidas de forma a desfavorecer mais acentuadamente as pessoas negras.

Prado Jr. situa-se no rol de intelectuais que se propunham a criticar tanto o determinismo racial quanto a atribuição de um caráter harmonioso à mestiçagem no Brasil, destacando a violência subjacente a grande maioria desses intercursos. Para tanto, indicou como a condição subalterna das negras escravizadas fazia com que fossem submetidas à satisfação sexual dos senhores. Indicou que em virtude de a mão-de-obra escrava ocupar a

quase totalidade dos postos de trabalho disponíveis na colônia, seriam restritas as possibilidades de obtenção de renda para as pessoas livres não proprietárias de terras, o que repercutiria junto a algumas mulheres de forma a ocasionar a prostituição. Acrescenta, ainda, que a desestruturação social e econômica fora do grande domínio rural, decorrente da escravidão, também afetaria a organização doméstica de forma que a família no estilo nuclear tradicional não seria observável com tanta regularidade nas camadas pobres da população livre, indicando que o predomínio do arranjo familiar patriarcal estaria restrito às elites fundiárias (PRADO JR, 2000[1942]). Fatores como esses são elencados por Prado Jr. para contestar a ideia de mestiçagem harmoniosa no Brasil. Entretanto, convive nessa crítica elementos característicos do argumento freyreano, como a afirmação da definição da população brasileira por seu caráter mestiço e a ideia de plasticidade do colonizador português como fator decisivo para a configuração dessa característica.

Por outro lado, Prado Jr. (2000[1942]) minora a importância da contribuição cultural de negros e indígenas, no seu sentido antropológico, ao considerá-la oriundo de um impulso passivo. Essa passividade estaria relacionada não apenas com a imposição da escravidão, mas com o próprio caráter inferior das manifestações culturais daqueles segmentos da população. A maneira como essa discordância com relação à proposição de Freyre é ensejada propicia certa aproximação com o debate racial da geração anterior que sustentava opinião semelhante, mas com base nas teorias raciais. Portanto, a consideração da questão racial por Prado Jr. constitui um dos aspectos mais delicados no que concerne ao debate sobre eurocentrismo. Sua perspectiva alia uma crítica a partir das condições materiais em que as relações raciais se estabelecem, recusando uma abordagem idílica, mas coaduna com uma forma de pensamento abissal (SANTOS, 2010b) que torna invisível o conhecimento originário das populações de matrizes indígena e afro-brasileira.

Com base na apresentação dessas três frentes da relação entre a nacionalização do marxismo e o pensamento social brasileiro, argumenta-se que a trajetória de Caio Prado Jr. é permeada por parte significativa dos dilemas em torno do eurocentrismo que constituíram a tradição intelectual brasileira. Como integrante da geração de 1930, Prado Jr. contribuiu para consolidar a utilização de variáveis sociológicas para compreender os fenômenos sociais. Isso deixou em segundo plano as explicações fundamentadas em fatores como raça e ambiente, rechaçando sua utilização exclusiva ou unilateral para explicar os entraves da modernização da sociedade brasileira, conforme foi recorrente entre 1870 e 1930. Cabe observar que essas teorias, que foram fundamentais para hierarquizar europeus e não europeus, eram dominantes durante o período de formação intelectual de Prado Jr. Com isso, ao mesmo tempo em que o

historiador paulista contribuiu para a crítica dessas abordagens, parte de sua argumentação sobre o “Sentido da Colonização” foi tributária da leitura de textos amparados nessas teorias.

A busca pela fundamentação de explicações sociológicas pode ser apreendida como uma espécie de denominador comum da geração de 1930 em relação à questão do eurocentrismo. Trata-se de um momento de reconfiguração nas ciências sociais no Brasil, que se deu ainda em contato com os elementos hegemonicamente dominantes do período histórico anterior. Por isso, seria um contexto permeado por tensões eurocêtricas, em que aparecem elementos emergentes que seletivamente refutam e reproduzem parcialmente o paradigma eurocêntrico hegemônico. Nesse ínterim, abriram-se novas perspectivas para explicar a realidade brasileira. No mesmo ano da publicação de *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr lançou seu ensaio de estreia, *Evolução Política do Brasil*. Com Freyre fundou-se uma abordagem culturalista, cujo modelo explicativo prima pela articulação dos seguintes elementos: tentativa de distinguir raça e cultura, delimitando a especificidade do patriarcado nos trópicos. Prado Jr procurou compreender a história brasileira sob a ótica do materialismo histórico, investigando os impactos da colonização na formação do país, em virtude da sua inserção periférica na economia mundial, no contexto do capitalismo mercantil. Sérgio Buarque partiu da sociologia alemã, especialmente de Weber, para estudar o peso da herança das raízes culturais ibéricas nas instituições brasileiras, com destaque para o personalismo.

Sérgio Tavolaro (2013b) chama a atenção para o modo como as ideias dos principais expoentes da geração de 1930 estavam permeadas pelo que se denomina neste trabalho de tensões eurocêtricas. Em sua opinião, esses intelectuais introduziram de maneira mais extensiva e sistemática a consideração de fatores sociais para a explicação da formação da sociedade brasileira. Porém, nos principais livros de Buarque (2013[1936]), Freyre (1999[1933]) e Prado Jr. (2000[1942]) encontram-se referências a variáveis explicativas ambientais e raciais. No entanto, essa reiteração parcial não teria suscitado uma continuidade em relação às abordagens adotadas por Sylvio Romero e Oliveira Vianna, por exemplo, na medida em que se expressam de maneira incidental. Pode-se afirmar que indicariam a atração exercida pelo paradigma eurocêntrico hegemonicamente dominante em relação às perspectivas emergentes. Tavolaro ressalta, ainda, que esses intelectuais expressaram em seus trabalhos uma profunda preocupação com a questão da “cópia” de conceitos e categorias inadequados para a análise da realidade brasileira, assim como traçaram paralelos com outras regiões do continente americano no intuito de apreender a especificidade brasileira.

A esse respeito, constitui uma referência clássica a distinção estabelecida por Buarque (2013[1936]) entre os tipos aventureiro e ladrilhador ao comparar o empreendimento colonial português e hispânico na América, respectivamente. Amparado na tipologia weberiana das ações sociais, Buarque ressalta o caráter racional do empreendimento colonial levado a cabo nas colônias da Espanha, destacadamente perceptível em virtude da forma de organização das cidades coloniais, dotadas de traçados retilíneos. Já na colônia portuguesa, o espírito expansionista e aventureiro, decorrente do predomínio dos valores relacionados com personalismo lusitano, propiciou uma exploração assistemática e predatória (BUARQUE, 2013[1936]).

No prefácio à primeira edição de *Casa Grande & Senzala*, Freyre (1999[1933]) comparou aproximativamente a configuração do nordeste patriarcal brasileiro da cana-de-açúcar, o *deep South* dos EUA – composto pelos estados da Luisiana, Alabama, Mississippi, as Carolinas e Virgínia – e as Antilhas. Destacadamente, as semelhanças decorreriam da cultura patriarcal que surgiu com base em uma organização social pautada pelo escravismo e a monocultura. Posteriormente, quando passou a sistematizar o que denominou de tropicologia, Freyre (1975) escreveu um ensaio dedicado às diferenças entre a colonização das zonas temperadas e tropicais do continente americano. Seu argumento pautava-se por uma revisão da tese weberiana a respeito da constituição do capitalismo em vista do contexto colonial. Enquanto o método de colonização “nórdico protestante”, pautado em um *ethos* calvinista, redundou em uma exploração “profilática e sem amor”, o método de colonização “lusocatólico”, pautado por um *ethos* franciscano, teria levado à contemporização entre colonizador português e povos não europeus, propiciando a miscigenação. Dessa maneira, Freyre considera que a colonização dos trópicos pelos ibéricos teria como fator de êxito a empatia e a plasticidade em detrimento do racionalismo e ascetismo protestante. A baixa instrução do colonizador do trópico teria corroborado essas características, na medida em que favorecia confraternizar melhor com os povos “igualmente iletrados dos trópicos” (FREYRE, 1975).

Prado Jr. (2000[1942]) indica a diferença entre os modelos de colonização adotados nas zonas temperada e tropical do continente, salientando a importância das condições geográficas para o caráter assumido pela exploração empreendida pelos ibéricos. As regiões setentrionais da América e da Europa compartilham um clima temperado, contrastando com as condições climáticas dos trópicos americanos. Essa diferença favoreceu a exploração de determinados gêneros agrícolas e especiarias que o mercado europeu só poderia obter por importação, devido à impossibilidade de cultivá-los. Isso foi um fator decisivo para que o

desenvolvimento da região fosse dotado de um sentido voltado para o fornecimento de gêneros tropicais e metais preciosos (PRADO JR, 2000[1942]).

Nos três casos, as comparações com outras experiências coloniais visavam corroborar os diferentes argumentos acerca da singularidade brasileira. Buarque mediante a herança cultural personalista ibérica, Freyre com base na influência da família patriarcal na organização da sociedade e Prado Jr a partir da noção de “Sentido da Colonização”. Enquanto Freyre defendeu a manutenção dos valores culturais vinculados ao patriarcado, na medida em que serviria de base para o caráter autêntico da organização de uma sociedade moderna nos trópicos, Buarque e Prado Jr estavam engajados na ruptura com os elementos que configuraram a especificidade da sociedade brasileira no Período Colonial, o personalismo e o “Sentido da Colonização”, respectivamente. Com isso, ao invés desses intelectuais estarem tratando de um desvio em relação a um suposto caminho unívoco que levaria à modernidade, Tavolaro considera que ao enfatizarem a especificidade da formação da sociedade brasileira, eles estariam afirmando a existência de formas de modernidade que divergem do padrão eurocêntrico:

É sintomático que, ao destronar aqueles fatores extra-sociais (sic.), Caio Prado Jr., Buarque de Holanda e Freyre tenham devotado tamanha atenção ao nosso passado, sobretudo a aspectos sociais tidos como decisivos nos momentos iniciais da formação brasileira. Vários desses aspectos teriam, de alguma forma, logrado perpetuar-se no presente, entrelaçando-se a padrões e referências modernas. Por isso, tal mudança epistemológica em favor de âncoras interpretativas e explicativas sociais de forma alguma viu-se acompanhada do desmonte da imagem do Brasil contemporâneo como um contexto excepcional (TAVOLARO, 2013b, p. 8).

O olhar para o passado dos intelectuais da geração de 1930 em busca de singularidade brasileira também se orientava por um projeto de futuro que se relacionava diretamente com a ideia de modernidade. Nesse sentido, não seria exclusividade de Caio Prado Jr. a apreender a especificidade da identidade nacional a fim de renovar a noção de Brasil moderno mediante a transformação da realidade. Gilberto Freyre apostou mais intensamente no caráter positivo da autenticidade do processo de formação da sociedade brasileira, levando-o a recusar a transposição de modelos de desenvolvimento estrangeiros. Não considerava adequado ao Brasil nem a perspectiva weberiana da modernidade centrada na racionalidade com relação aos fins, tampouco o socialismo científico marxista. Seu projeto criador (BOURDIEU, 1968) enaltecendo as qualidades do “mundo que o português criou” forneceu subsídios fundamentais para uma “modernização conservadora” da sociedade brasileira, como indica Ricupero (2011). Para Freyre, a plasticidade e o senso de adaptação, que propiciaram uma miscigenação “harmoniosa” seriam elementos norteadores da sociedade nacional, o que

dispensaria a necessidade da “importação” desses modelos. Inclusive, Freyre argumenta que a manutenção desses valores propiciaria uma vantagem importante para o futuro, pois a civilização lusotropical seria dotada de uma forma de vida mais condizente com os tempos “pós-modernos”, ou seja, situados “além do apenas moderno”. Com o avanço tecnológico Freyre supunha que haveria um aumento do tempo livre, o que dispensaria a lógica calvinista do “tempo é dinheiro”, abrindo espaço para um “tempo hispânico”, uma concepção mais esparsa da temporalidade que não se orientaria pelo sentido “cronométrico” europeu e estadunidense. A flexibilidade seria uma das principais demandas nesse novo quadro, o que seria algo próprio do *ethos* hispano, daí sua vantagem (FREYRE, 1973; 1975). A insistência de Freyre com a necessidade de manutenção dos valores em que a colonização ibérica estava assentada expressou-se em uma peculiar proposta denominada de “rurbanização”. Freyre considerava que deveria ser propiciada a conciliação entre os modos de vida urbano e rural, tornando mais intenso os intercâmbios entre cidade e campo. Essa seria a via para a manutenção na sociedade brasileira de suas tradições dentro do contexto transformações que anunciava um tempo não seria mais simplesmente moderno. Dessa maneira, Freyre convertia sua apologia ao passado, que reiterava as formas de dominação tradicionais, em projeto de futuro.

Diferentemente de Freyre que considera positiva a singularidade brasileira, inclusive defendendo a manutenção dos valores e das tradições exaltadas em sua apologia do colonialismo ibérico, para Sérgio Buarque a singularidade da modernidade brasileira estaria vinculada ao que Jessé Souza (2000) denominou de “sociologia da inautenticidade”. Os valores do personalismo ibérico que se arraigaram na sociedade colonial, estruturada em torno da grande propriedade rural e do escravismo, forjaram uma sociabilidade bastante distinta daquela pautada pelo cálculo racional e a impessoalidade. Isso suscitou uma forma peculiar e deturpada de modernidade. Na discussão de Buarque sobre essa singularidade decorrente do iberismo está constantemente subjacente certa noção prescritiva do modelo de desenvolvimento europeu. O marco para a ruptura com essa situação, denominada pelo autor de “Nossa Revolução”, seria a abolição da escravidão, que propiciaria um movimento silencioso, mas efetivo de transformação das instituições no sentido de uma vida urbana, propiciando uma contraposição às raízes ibéricas. Esse posicionamento de Buarque o aproxima de certa visão liberal.

Por sua vez, Caio Prado Jr. também almeja uma ruptura com aquilo que constitui a especificidade da formação da sociedade brasileira. Como já indicado, no seu entendimento a colonização do Brasil é parte constitutiva da formação do mundo moderno, suscitando uma

inserção subalterna no plano das relações internacionais, fomentando uma economia dependente comandada pelo setor agroexportador. Para Prado Jr. a ruptura com essa configuração por meio de sucessivas reformas deveria conduzir a um projeto alternativo de modernidade de cunho socialista. No seu entendimento, a experiência da URSS não forneceria um modelo pronto e acabado a ser transposto de maneira mecânica para o Brasil. Ao invés disso, representaria um caso a ser estudado com afinco para compreender as alternativas forjadas naquele contexto e inspirar a busca por caminhos próprios para a transição revolucionária no país (PRADO JR, 1934).

O diálogo crítico com a tradição intelectual brasileira teria contribuído para que Prado Jr. apreendesse as especificidades da formação do país. Isso lhe possibilitou evitar a transposição apriorística e reificada de conceitos inadequados para explicar o Brasil. Esse movimento contribuiu para a provincialização do modelo democrático-burguês, que se caracteriza por assentar-se em uma visão falsamente universalista que levava a uma modalização da análise histórica e dos programas políticos. Igualmente, a nacionalização do marxismo de Prado Jr. foi marcada pela reiteração do chamado “mito das três raças” mediante uma concepção evolucionista de cultura que se apresentava como abordagem suplementar ao materialismo histórico. Além disso, tem-se em *Formação do Brasil Contemporâneo* a presença de certa ambiguidade em seu discurso, pois ao mesmo tempo em que se caracteriza pela recusa de argumentos biologicistas, também é marcado pelo emprego de um vocabulário que remete a essencialização de características, como em suas referências ao “sangue indígena” ou “sangue negro” para se referir a características decorrentes da miscigenação, em consonância com os termos utilizados por alguns dos principais expoentes das teorias raciais no país, tais como Oliveira Vianna, Paulo Prado e Nina Rodrigues. Então, tem-se que as fontes das tensões eurocêntricas da interpretação do Brasil de Prado Jr. remetem tanto ao próprio marxismo, quanto às teorias raciais.

3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE AS TENSÕES EUROCÊNTRICAS

3.1 O problema do eurocentrismo

Para iniciar as considerações acerca da noção de eurocentrismo, uma primeira aproximação pode ser estabelecida a partir da definição proposta por Samir Amin (1989). No seu entendimento, o eurocentrismo consiste em um paradigma⁶ constituinte da cultura do mundo capitalista moderno, cujas origens remetem ao período imediatamente anterior à emergência do Renascimento na Europa. Apontado como um fenômeno especificamente moderno, o eurocentrismo caracteriza-se pela transposição de parâmetros pertinentes ao contexto europeu para realidades de povos não europeus, o que o torna uma perspectiva antiuniversalista em virtude do seu acento paroquial. Todavia, ainda conforme Amin (1989), uma segunda característica fundamental do eurocentrismo é sua pretensão de universalidade, na medida em que “... propone a todos la imitación del modelo occidental como única solución a los desafíos de nuestro tiempo”⁷ (AMIN, 1989, p. 9). Portanto, para Amin o eurocentrismo é uma forma de culturalismo que surgiu no seio da constituição do capitalismo moderno, caracterizado pela disseminação de formas de pensar e agir especificamente europeus que se apresentam como universais (AMIN, 1989).

Ao apresentar o debate sobre o eurocentrismo é preciso considerar suas relações com a noção de etnocentrismo, ressaltando em que medida ambos se aproximam e distanciam-se. De acordo como Elisa Larkin Nascimento (2008), o etnocentrismo consiste em um processo social originalmente estudado pela Antropologia junto a pequenas comunidades humanas ditas “primitivas”. O etnocentrismo consiste na compreensão do mundo por um grupo étnico a partir de sua própria perspectiva, tomando-a como seu centro referencial. Esse fenômeno seria universalmente praticado e recorrentemente identificável em povos do Sul e do Norte global. Nascimento (2008) argumenta que, embora contenha o princípio do etnocentrismo, o eurocentrismo diferencia-se, principalmente, por consistir em um sistema de dominação cujo fundamento assenta-se na “imposição do modelo europeu como universal, por meios

⁶ O sentido do termo paradigma empregado por Amin remete ao que Roy Bhaskar indica ser sua concepção usual, “[d]efinido geralmente como modelo, exemplar ou padrão” (BHASKAR, 1996, p. 554). Pode-se indicar a opção pelo sentido mais amplo do termo adotado por Amin em seu argumento sobre a multiplicidade de expressões do eurocentrismo, identificável não apenas na teoria social, mas nos meios de comunicação de massa, na literatura, na fala cotidiana etc. Mediante esses diferentes meios são apresentadas doutrinas científicas, filosóficas e políticas, inculcando-se modos de agir, pensar e sentir que naturalizam a superioridade europeia, convertendo-a em modelo a ser seguido pelos não europeus (AMIN, 1989).

⁷ Tradução livre: “... propõe a todos a imitação do modelo ocidental como única solução aos desafios do nosso tempo”.

violentos e não violentos de dominação, diferenciando-o fundamentalmente de outras formas de etnocentrismo” (NASCIMENTO, 2008, p. 52). Dessa maneira, pretender que o eurocentrismo seja reduzido a uma forma particular de etnocentrismo favoreceria uma postura que minimiza sua crítica, enfraquecendo sua compreensão como paradigma cultural vinculado ao capitalismo e à dominação colonial (NASCIMENTO, 2008).

A pretensão de universalismo associada ao antiuniversalismo do eurocentrismo também foi abordada por Immanuel Wallerstein (2002; 2007). Em consonância com Amin, o sociólogo estadunidense indica que “o eurocentrismo é constitutivo da geocultura do mundo moderno” (WALLERSTEIN, 2002, p. 205). Além disso, acrescenta que se trata de um importante fundamento daquilo que denomina “universalismo europeu”, que é a retórica básica daqueles que vêm ocupando a cúpula do poder do sistema-mundo moderno⁸ desde o século XVI. O universalismo europeu consiste em uma forma parcial e distorcida de universalismo, pois é “promovido por líderes e intelectuais pan-europeus na tentativa de defender os interesses do estrato dominante do sistema-mundo moderno” (WALLERSTEIN, 2007, p. 27). Dessa maneira, o universalismo europeu como critério eurocêntrico para delimitação dos direitos humanos, da democracia, da civilização, bem como do conhecimento científico, apresenta-se como um “conjunto de doutrinas e pontos de vista éticos que derivam do contexto europeu e ambicionam ser valores universais globais” (WALLERSTEIN, 2007, p. 60).

A utilização por Wallerstein (2007) do adjetivo “pan-europeu” para qualificar os agentes engajados na disseminação do universalismo europeu remete à sua maneira de conceber o que se entende por Europa no contexto do debate sobre o eurocentrismo. No âmbito dessa questão, Wallerstein (2002) opta por uma utilização do termo Europa em um sentido mais cultural do que cartográfico. Por um lado, seu entendimento da Europa em termos culturais é mais restritivo em comparação à sua delimitação geográfica, pois não diz respeito a todos os

⁸ Wallerstein (1999) propõe uma análise do que denomina de sistemas mundiais, ou sistemas-mundo. James Fulcher (2010) aponta que, originalmente, Wallerstein definiu o sistema social como uma unidade caracterizada por sua autossuficiência e pela existência de uma completa divisão do trabalho no seu interior. Os sistemas-mundo seriam “sistemas sociais que se estendem através de muitas culturas diferentes” (FULCHER, 2010, p. 189). Em lugar de “sistemas sociais”, em trabalhos mais recentes, Wallerstein opta pela utilização da expressão “sistemas históricos”, por considerar que “sublinha a unidade da ciência social histórica”, pois designa uma “entidade [que] é simultaneamente histórica e sistêmica” (WALLERSTEIN, 1999, p. 459). Em sua análise dos sistemas mundiais, Wallerstein menciona a existência de três sistemas históricos: os minissistemas, os impérios-mundo e as economias-mundo. Detendo-se nos dois últimos tipos, tem-se que, enquanto os impérios-mundo caracterizam-se por possuir um centro político que controla a maneira como os recursos mundiais são distribuídos, tendo como lógica a extração de tributos, as economias-mundo são policêntricas, tendo uma economia integrada de maneira assimétrica pelo mercado, pautando-se por uma lógica capitalista de acumulação de excedente (WALLERSTEIN, 1999). Wallerstein (2002) indica que a economia-mundo capitalista, surgida no século XVI sob a hegemonia europeia, foi o primeiro sistema histórico a abranger geograficamente a totalidade do globo terrestre, configurando o sistema-mundo moderno.

países daquele continente, mas apenas àqueles que são ali hegemônicos. Por outro lado, sua compreensão extrapola a delimitação geográfica, já que inclui no seu bojo os Estados Unidos. Essa escolha de Wallerstein reitera a ideia defendida por Amin (1989) sobre o eurocentrismo como expressão do domínio hegemônico europeu no plano cultural, cuja constituição deu-se com base na ocupação do centro do mundo capitalista. Além disso, contribui para que se atente para o fato de que desde a primeira metade do século XX observou-se a consolidação estadunidense como polo hegemônico que se apropriou da gramática do eurocentrismo, atualizando-a.

Diante dessa proposição de Wallerstein acerca da predominância da delimitação cultural da Europa em detrimento da cartográfica, parece ser oportuno justificar a utilização do próprio termo eurocentrismo. A esse respeito Amin (1989) argumenta que seu emprego para designar o paradigma cultural objeto de sua investigação remete à origem europeia do fenômeno. Por isso, prefere-o em detrimento ao termo “ocidentalocentrismo”, que, no seu entendimento, implicaria em uma imprecisão conceitual. Diferentemente de Amin, Serge Latouche (1994) propõe a utilização da expressão “ocidentalização do mundo” para discutir esse fenômeno. Analogamente a Amin, Latouche remonta aos primórdios da modernidade para compreender como se constitui a uniformização planetária em virtude do domínio hegemônico ocidental. Todavia, o termo “ocidentalização” é problemático, na medida em que a ideia de Ocidente remete a uma construção discursiva originada no contexto da expansão imperialista europeia para o Oriente, como aponta Edward Said (2006[1978]), dando margem a ambiguidades, em vista das hierarquias forjadas pelo colonialismo. Para exemplificar o problema dessa imprecisão, pode-se recorrer à consideração que Amin faz sobre o caso do Japão que, embora esteja posicionado geograficamente no hemisfério oriental, costuma ser alinhado junto às ditas potências ocidentais devido à sua condição econômica e tecnológica de destaque. Em contrapartida, a despeito da posição geográfica, os países da América Latina não pertenceriam ao bloco dominante referido como Ocidente (AMIN, 1989). A reflexão de Amin sobre a opção pelo termo eurocentrismo, além de contribuir para apreendê-lo como um fenômeno histórico de longa duração, desnaturalizando-o e localizando seu surgimento em um ponto preciso no tempo e no espaço, abre as perspectivas do debate sobre a modernidade, além de problematizar as noções de Ocidente e Oriente.

Said (2006[1978]) está entre os pioneiros na crítica a respeito da naturalização das diferenças entre “Ocidente” e “Oriente”. Seu argumento indica que não é possível conceber algum tipo de estabilidade ontológica intrínseca a qualquer uma dessas entidades. A construção social dessas noções pelos europeus remete à expansão política, econômica e

militar para as regiões hoje designadas como Oriente Médio e Extremo Oriente no contexto do Imperialismo. Como parte desse processo, foi engendrada uma complexa trama de produção de conhecimento acadêmico, estilos de pensamentos, instituições e discursos que fomentam o “Orientalismo”. Produzido mediante a troca desigual entre diferentes tipos de poder, tais como o poder político, o poder intelectual, o poder cultural e o poder moral, o Orientalismo distribui uma consciência geopolítica ao elaborar uma distinção geográfica básica entre Ocidente e Oriente que estrutura “uma dimensão considerável da moderna cultura político-intelectual” (SAID, 2006[1978], p. 41). Com isso, o Oriente passa a ser apreendido como o “Outro” em relação ao europeu. Essa delimitação serve de fundamento para a ideia de suposta superioridade europeia, embasando a justificativa do domínio colonial no passado, assim como a maneira pela qual contemporaneamente retrata-se o mundo muçulmano no contexto de “guerra ao terror” encampada pelos EUA. Posteriormente, a constatação de Said serviu de base para Stuart Hall (2009) revisitar a crítica ao binarismo engendrado pelo eurocentrismo, apontando que esse paradigma conforma uma separação expressa pela divisa *West and the rest*, enquadrando como “Outro” tudo aquilo que não corresponde plenamente ao padrão cultural forjado pelos europeus (HALL, 2009).

Ainda no esteio desse debate, Ella Shohat e Robert Stam (2006) também problematizam a naturalização da distinção entre “Ocidente” e “Oriente” ao criticarem o caráter triunfalista do discurso do eurocentrismo, que procura afirmar-se como a história do avanço da razão ocidental. Conforme Shohat e Stam, não haveria uma Europa “pura”, cujo berço remeteria ao período clássico da Grécia. Ao invés disso, apontam para o caráter intrinsecamente híbrido da formação do que se entende por Ocidente, cuja constituição é perpassada por influências africanas, podendo-se dizer o mesmo em relação às tradições culturais islâmicas, judaicas, chinesas, dentre outras. Em virtude disso, assinalam que a observação de Said sobre a construção eurocêntrica do Oriente pelo Ocidente deve ser contemplada em conjunto com a construção eurocêntrica do Ocidente, ocorrida mediante a omissão de sua interdependência e de seu beneficiamento das contribuições do Oriente e da África. Ao considerar essa imbricação, Shohat e Stam concluem que Ocidente e Oriente “formam duas faces do mesmo signo colonial” (SHOHAT, STAM, 2006, p. 40).

Coadunando com essa perspectiva, que se propõe a compreender a construção eurocêntrica do Ocidente, Enrique Dussel (2000) aponta o caráter falacioso da ideologia que o apresenta como resultando de um desenvolvimento linear que abrangeria a seguinte sequência histórica: Mundo Grego, Mundo Romano Pagão e Cristão, Mundo Cristão Medieval e Mundo Europeu Moderno. Dussel considera que haveria nessa narrativa a pretensão de “raptar” a

cultura grega ao pretender torná-la uma herança recebida exclusivamente por europeus, ao mesmo tempo em que presume que as culturas grega e romana seriam o “centro” da história mundial. Como contrapartida a essa ideologia, Dussel indica que não seria possível pensar na existência de uma história mundial antes das grandes navegações no século XV, quando predominavam configurações históricas que eram predominantemente justapostas e isoladas entre si no plano global. A conquista da América constitui o marco inicial de uma história mundial. Mesmo considerando-se exclusivamente a história do continente afro-euro-asiático, Dussel constata que a narrativa eurocêntrica omite ou minimiza a influência que os gregos exerceram sobre povos não europeus, como foi o caso do mundo muçulmano, que chegou a dominar o extremo ocidente europeu. Por sinal, essa região da Europa tomou contato com o mundo helênico clássico justamente por intermédio dos árabes. Diante disso, Dussel considera que os europeus estavam em uma condição periférica no continente afro-euro-asiático até meados do século XV, concluindo que seria insustentável a pretensão de inerente superioridade europeia, contrariando-a ao atentar para sua artificialidade (DUSSEL, 2000).

Portanto, com base no paradigma eurocêntrico, realiza-se a construção da Europa, no sentido cultural aludido por Wallerstein (2002), assim como se produz o seu “Outro”. Dessa forma, instaura-se uma hierarquização que implica na invalidação daquilo que é considerado “desviante”. Na medida em que se define esse padrão como desejável também se estabelece como inferior o que está fora dele, forjando-se diferentes manifestações de *outsiders*. A apreensão desse problema é fundamental para compreender a articulação proposta por Quijano (2010) entre classificação social e colonialidade do poder: “A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica⁹ da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder” (QUIJANO, 2010, p. 86). A colonialidade não se confunde com o colonialismo, embora derive dele. Enquanto o colonialismo caracteriza-se por uma situação de exploração dada pelo controle político e econômico de uma determinada população por outra estabelecida em uma sede central situada em um território distinto, a colonialidade consiste em um fenômeno mais duradouro, pois não se extingue com o término do

⁹ Na passagem entre os séculos XIX e XX predominou nas Ciências Sociais uma equivocada transposição do conceito biológico de raça para a explicação de fenômenos sociais, destacadamente no que concerne às diferenças entre as populações subjugadas pelos europeus no contexto do Imperialismo. No entanto, a utilização de traços fenotípicos para demarcar diferenças e estabelecer hierarquias sociais é anterior ao Imperialismo, consistindo em um dos traços definidores da colonização do continente americano que, mediante a escravidão e o racismo, contribuiu para a própria estruturação do capitalismo, como argumentam Quijano e Wallerstein (1992). Nesse sentido, a ideia de “raça” pauta-se por premissas eurocentricamente estruturadas que legitimam a desigualdade social por meio do racismo.

colonialismo, estando necessariamente assentado em relações racistas. Com a emergência do padrão de poder mundial capitalista, a colonialidade e a modernidade instalaram-se como seus eixos constitutivos.

Quijano considera que “o poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito” (QUIJANO, 2010, p. 88) que se caracteriza pela articulação em torno da disputa por cinco meios de existência social e de seus respectivos produtos: 1) trabalho; 2) natureza; 3) sexo e gênero; 4) subjetividade; 5) autoridade. No seu entendimento, o paradigma eurocêntrico fez com que predominasse uma apreensão limitada da configuração do poder. Isso gerou uma ênfase unilateral nas instâncias da autoridade e do trabalho junto às duas principais vertentes de ideias na modernidade eurocentrada, o liberalismo e o materialismo histórico (QUIJANO, 2010). Não obstante essa limitação, Quijano considera que as relações de poder possuem uma heterogeneidade histórico-estrutural:

O que realmente é notável de toda a estrutura societal é que elementos, experiências, produtos, historicamente descontínuos, distantes e heterogêneos (sic.) possam articular-se juntos, não obstante as suas incongruências e os seus conflitos, na trama comum que os urde numa estrutura conjunta (QUIJANO, 2010, p. 91).

Com isso, todo padrão de poder instaura-se com base em uma composição heterogênea de elementos, sendo que cada um deles também é em si heterogêneo. No caso do padrão mundial do poder capitalista, por um lado, Quijano (2010) atenta para a articulação conflituosa forjada pela disputa em torno da heterogeneidade dos meios sociais de existência – o trabalho, a natureza, o gênero, a subjetividade e a autoridade. Por outro lado, observa que cada um desses meios é heterogêneo em si. Na esfera do trabalho, por exemplo, tem-se a presença conflituosa de todas as suas formas historicamente conhecidas, como o salário, a escravidão, a servidão etc., estando todas sob a égide do capital e articuladas na sua forma salarial. Situação análoga ocorreria em cada um dos demais meios de existência social.

Deve-se acrescentar, todavia, que o diferencial do padrão mundial do poder capitalista é a imposição da raça como critério de classificação social, fato até então não observado em outras configurações históricas do poder. Quijano (2005; 2010) chama a atenção para o papel desempenhado pela colonização do continente americano não apenas para a consolidação de um caráter global do domínio do capitalismo, mas também para seu racismo impulsionado pela escravização dos povos nativos e dos negros oriundos do continente africano. Cabe salientar que a classificação social eurocêntrica calcada em critérios raciais não se assentou apenas na instância do trabalho e da autoridade com a escravidão, mas também nos âmbitos do gênero, mediante a violação de mulheres não europeias por homens brancos europeus, e do imaginário, mediante o racismo (QUIJANO, 2010).

Raça foi uma categoria originariamente transposta da biologia para a análise social. Contemporaneamente, estabeleceu-se um consenso que recusa seu caráter biológico. Por outro lado, observa-se uma diversidade de entendimentos sobre o que se entende por raça. Stuart Hall (2015[1997]) argumenta que raça seria uma categoria *discursiva*. Ela organiza formas de falar, sistemas de representação e práticas sociais que fomentam marcas simbólicas que, servindo-se de um conjunto incipiente de características físicas, como cor da pele e textura do cabelo, forja critérios sociais de diferenciação entre grupos (HALL, 2015[1997]).

Já Antonio Sergio Guimarães (2002) corrobora a utilização do termo “raça” – com aspas –, seguindo proposição dos movimentos antirracistas. De acordo com sua perspectiva, ao grafar “raça” com aspas demarca-se seu caráter de construção social, em contraposição a acepções oriundas da biologia. Dessa maneira, Guimarães a toma tanto como categoria política que serve para a organização da resistência ao racismo no Brasil, quanto como categoria analítica que serve para a compreensão das desigualdades e discriminações vinculadas à noção brasileira de “cor”, cuja denotação não remete apenas à classe, mas possui um cunho racial (GUIMARÃES, 2002).

Por sua vez, Ella Shohat e Robert Stam (2006) indicam que a noção de raça é tributária do colonialismo, apesar de não constituir uma exclusividade do Ocidente ou da situação colonial. O pensamento racista é tautológico, servindo para o estabelecimento de diferenças essencialistas que estipulam hierarquias, cujo fundamento remete ao pressuposto forjado pela cultura colonialista a respeito de uma alegada condição de superioridade intrínseca do europeu. Todavia, as categorias raciais não seriam absolutas, sendo sempre estabelecidas de maneira relacional em conformidade com situações distintas, fazendo com que diferentes grupos possam vir a ocupar a condição de oprimido. Igualmente, o racismo é permeado por contradições internas e ambiguidades, abrangendo sutilezas e reiteraões involuntárias por parte das suas próprias vítimas. Com isso, Shohat e Stam (2005) indicam que o racismo “constitui um sistema complexo, um conjunto estruturado de práticas e discursos sociais e institucionais, [onde] não é necessário que indivíduos o pratiquem ostensivamente para se beneficiar dele” (SHOHAT, STAM, 2005, p. 47).

Kwame Anthony Appiah (1997) faz uma distinção importante a respeito das formas de expressão do racismo. No seu entendimento, haveria três concepções cruciais sobre o que se define como racismo. A primeira consiste no que denomina de *racialismo*, que consiste na crença da existência de uma “essência racial”, na medida em que se atribui a uma determinada raça um conjunto específico de características e tendências que não seriam partilhadas por nenhum indivíduo de outras raças. Appiah indica que o racialismo seria uma doutrina

deficitária antes do ponto de vista cognitivo do que moral. Ou seja, o racismo é uma compreensão equivocada por afirmar a existência de essências, não por necessariamente realizar um juízo de valor a respeito de atributos pretensamente raciais. Nesse sentido, o racismo não seria em si uma doutrina perigosa, ainda que considere que a essência racial predisponha algum tipo de atributo intelectual ou moral. Nesse caso, o importante é que “as qualidades morais positivas distribuam-se por todas as raças, cada uma delas pode ser respeitada, por ter seu lugar ‘separado mas igual’” (APPIAH, 1997, p. 33).

No entanto, Appiah (1997) indica que o racismo também pode constituir pressuposto para doutrinas racistas que têm provocado o sofrimento humano, sendo fontes de erros morais. É justamente esse o caso das duas outras doutrinas raciais que ele se propõe a examinar: o “racismo intrínseco” e o “racismo extrínseco”. O “racismo extrínseco” caracteriza-se pelo estabelecimento de “distinções morais entre membros das diferentes raças, por acreditarem que a essência racial implica certas qualidades moralmente relevantes” (APPIAH, 1997, p. 33). Dessa maneira, a discriminação racial estabelece-se com base na crença de que diferentes raças seriam dotadas de aspectos de justificariam um tratamento diferenciado. Appiah argumenta que supostamente o racismo extrínseco deveria ser superado na medida em que se passa a reconhecer a inexistência das características que seriam a justificativa para um tratamento diferenciado. Contudo, muitas vezes ocorre que mesmo desconstruindo-se o argumento sobre essas características diferenciadoras, o posicionamento racista persiste. Nesses casos, o racismo extrínseco seria uma espécie de fachada para um “racismo intrínseco”. Para Appiah “os racistas intrínsecos [...] são pessoas que estabelecem diferenças morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que cada raça tem um *status* moral diferente, independentemente das características partilhadas por seus membros” (APPIAH, 1997, p. 35). Por conseguinte, o racista intrínseco não está disposto a aceitar provas a respeito da igualdade de capacidades morais e intelectuais entre indivíduos de uma raça julgada por ele como inferior e indivíduos das demais raças, na medida em que considera a hierarquia racial como inata e imutável. Assim, ao passo que os racistas extrínsecos consideram que a essência racial dependeria de características específicas que configurariam um estatuto moral diferenciado entre as raças, os racistas intrínsecos consideram que a essência racial seria subjacente às próprias raças, tornando-as irremediavelmente diferentes. Essas três concepções não são mutuamente excludentes, tampouco são estanques.

Portanto, o racismo pode ser indicado como uma expressão tipicamente eurocêntrica, consistindo em um produto do colonialismo moderno, embora sua manifestação não seja uma

prerrogativa exclusiva dos contextos coloniais. Apresentando importantes afinidades com as ideias de Quijano acerca da articulação entre colonialidade do poder, classificação e racismo, bem como atentando igualmente para o caráter interseccional da dominação erigida a partir da hegemonia eurocêntrica, Anne McClintock afirma que “o imperialismo e a invenção da raça foram aspectos fundamentais da modernidade industrial ocidental” (MCCLINTOCK, 2010, p. 20). Acrescenta, ainda, que a invenção da raça converge com a emergência do culto da domesticidade no âmbito do Imperialismo. Dessa maneira, McClintock chama a atenção para o fato de os homens europeus brancos terem sido os agentes protagonistas do domínio colonial. Porém, atenta para o predominante silêncio por parte dos analistas a respeito da dinâmica de gênero envolvida na emergência do eurocentrismo, muito embora a experiência de dominação europeia no contexto colonial e do Imperialismo tenha sido vivenciada de maneira diferenciada por homens e mulheres.

A colonização europeia deparou-se com hierarquias preexistentes nas sociedades que foram submetidas ao seu domínio, fazendo com que as mulheres colonizadas fossem sujeitadas a uma opressão mais intensa, na medida em que lidavam não apenas com as formas de dominação características de seu grupo de origem, mas também estavam subjugadas aos homens e mulheres que representavam os interesses da metrópole. Nesse sentido, o encontro colonial seria perpassado pela inter-relação conflituosa e heterogênea entre hierarquias de classe, raça e gênero. No que concerne aos colonizados, os homens estavam hierarquicamente melhor situados em comparação às mulheres devido às hierarquias previamente existentes, mas em condição inferior às mulheres integrantes da classe dos colonizadores. Com isso McClintock argumenta que “nenhuma categoria social existe em isolamento privilegiado; cada uma existe numa relação social com outras categorias, ainda que de modos desiguais e contraditórios” (MACCLINTOCK, 2010, p. 27).

Conforme será debatido a seguir, as Ciências Sociais em sua origem estiveram relacionadas com o processo de classificação social engendrado pela colonialidade do poder. Com isso predominou dentre seus praticantes a elaboração de formulações eurocênicas e racistas, destacadamente devido ao caráter hegemonicamente dominante do paradigma evolucionista. O papel desempenhado pelas Ciências Sociais na fundamentação de diferenças raciais vinculava-se ao seu florescimento no contexto do Imperialismo. Apesar disso, ainda que de maneira isolada, surgiam perspectivas que questionavam aspectos do eurocentrismo. Assim, a seguir expõe-se a dinâmica de reiteração e recusa do eurocentrismo pelas Ciências Sociais.

3.2 O eurocentrismo nas Ciências Sociais.

Como parte do padrão mundial do poder capitalista, estabeleceu-se uma geopolítica do conhecimento orientada para o favorecimento do europeu. Com isso, a colonialidade também ocupou o cerne da própria *episteme* das Ciências Sociais, promovendo a colonialidade do saber. Assim, Edgardo Lander (2000) argumenta que a constituição histórica do conjunto de disciplinas que compõem as Ciências Sociais assenta-se nas seguintes ideias: 1) na suposição da existência de uma metanarrativa universalista que dispõem temporalmente, de modo mais ou menos linear, todas as culturas em uma trajetória que progride do simples ao complexo, do primitivo/tradicional ao moderno; 2) as formas de conhecimento desenvolvidas para compreensão da realidade social europeia seriam as únicas válidas, objetivas e universais, convertendo as categorias de análise concebidas por esse meio em parâmetros normativos que definem um dever a ser seguido pelos não europeus. Nesse sentido, em sua origem as Ciências Sociais foram uma construção eurocêntrica que constituíram um dispositivo de conhecimento imperial e colonial que articulou a totalidade de povos, tempo e espaço como parte da organização colonial/imperial de mundo (LANDER, 2000).

Raewyn Connell também se dedicou à compreensão do caráter eurocêntrico das Ciências Sociais. Ao questionar os motivos pelos quais as teorias sociais clássicas são consideradas clássicas – formando um cânone que privilegia um conjunto específico de textos que servem de fundamento para um campo de conhecimento –, Connell (2007) aponta para a existência de um vínculo entre o Imperialismo europeu e a institucionalização das Ciências Sociais iniciada no século XIX, por um lado, e a reconstrução da sociologia euro-americana em decorrência da crise associada ao declínio do arranjo geopolítico imperialista após 1945, por outro lado. Connell (2007) contrapõe-se a uma leitura internalista da história das Ciências Sociais, particularmente da Sociologia, que se ampara na aceitação naturalizada da existência de pais fundadores da disciplina. Suas objeções abrangem: 1) o fato de a narrativa sobre os pais fundadores obliterar a disputa entre uma pluralidade muito mais ampla de perspectivas no contexto da origem da sociologia; 2) a indicação que a recepção do pensamento sociológico europeu nos manuais didáticos publicados nos EUA no período de institucionalização da disciplina não corresponde completamente às correntes atualmente reputadas como clássicas; 3) a constatação que a abordagem internalista não concede a devida visibilidade a determinados condicionantes externos que contribuíram para a constituição da Sociologia e do que atualmente considera-se como seu cânone clássico.

O eixo central da problematização proposta por Connell assenta-se na terceira objeção

acima indicada. Para Connell (2007), a sociologia, criada nas metrópoles e formada dentro da cultura do Imperialismo, estruturou-se em torno da ideia central de “diferença global”, que postula uma distinção intrínseca entre as civilizações das metrópoles, reputadas como superiores, e os povos submetidos à colonização, qualificados como inferiores. Dessa maneira, a sociologia tem em sua origem a preocupação com a demarcação das diferenças eurocêntricas engendradas pelas relações coloniais. Dessa forma, Connell aponta que:

A social science based on the social relations of empire must deal with race, and a social science concerned with evolutionary progress and hierarchies of populations must deal with gender and sexuality. And in fact, race, gender and sexuality were core issues in early sociology¹⁰ (CONNELL, 2007, p. 10-11).

Portanto, a “diferença global” como diretriz das Ciências Sociais na sua origem, pauta-se não apenas por uma demarcação do tempo como forma de diferenciação entre os povos coloniais inferiores/ “atrasados” e os colonizadores superiores/ “adiantados”, mas também demarca hierarquias pautadas em termos raciais, assim como de gênero e sexualidade. Particularmente nos casos dessas duas últimas dimensões há uma especial articulação em torno da questão da miscigenação racial, destacadamente no que se refere aos “receios” expressos pelo colonizador branco com as consequências da mistura entre as diferentes “raças”, preocupação fundamentada no racismo – por vezes intrínseco, por outras, extrínseco, ou até mesmo em uma combinação entre ambos – que engendrou profunda segregação social, da mesma forma que um conjunto interdisciplinar de conhecimentos, com patente contribuição das Ciências Sociais orientadas pela diretriz da “diferença global”. Connell (2007) evoca como fator explicativo para o predomínio dessa abordagem sociológica a própria posição ocupada pela sociologia no seio da cultura política das relações sociais imperiais. Embora os sociólogos daquele período mantivessem reservas e relativo distanciamento social das classes dominantes, eles eram beneficiários das hierarquias de classe e de gênero, tendo um estilo de vida relativamente compatível com o *ethos* burguês, amparado no trabalho doméstico das mulheres dentro de uma estrutura familiar patriarcal (CONNELL, 2007).

Assim, Connell (2007) indica que foram sociólogos predominantemente situados naquele perfil social que elaboraram formulações teóricas eurocêntricas a respeito do alcance do projeto pretensamente universal da cultura burguesa, tanto no interior das metrópoles como nas colônias. Atenta também que o público-alvo dos textos sociológicos era dotado de um

¹⁰ Em livre tradução: “Uma ciência social baseada em relações sociais do império deve vincular-se com raça e uma ciência social preocupada com o progresso evolutivo e hierarquias de populações deve vincular-se com gênero e sexualidade. E, na verdade, raça, gênero e sexualidade foram questões centrais no início da sociologia”.

perfil social semelhante ao dos sociólogos, sendo em grande parte identificados com os ideais liberais. Para Connell, a inflexão da sociologia como disciplina relaciona-se com o declínio do evolucionismo associado à noção de “diferença global”, em uma ruptura epistemológica que reorientou seu foco para as diferenças sociais no interior da metrópole, como veio a ocorrer com a Escola de Chicago. Aliada à perspectiva mais empirista desenvolvida nos EUA no período entreguerras, houve uma significativa modificação do público-alvo dos textos sociológicos, cujo perfil passou a ser massivamente composto por especialistas. Em vista do acentuado processo de profissionalização das Ciências Sociais estadunidense, transcorrido paralelamente à desagregação do arranjo imperialista, atentou-se para a necessidade de uma sistematização do seu ensino visando à formação de novos quadros. Então, foi em vista das demandas pedagógicas surgidas com a emergência de um novo padrão nas Ciências Sociais que a narrativa sobre os clássicos foi desenvolvida, tendo Talcott Parsons sido uma figura central nesse processo (CONNELL, 2007).

Não obstante o reordenamento das Ciências Sociais com a consolidação da hegemonia estadunidense no hemisfério capitalista do mundo no período pós-1945, o eurocentrismo ainda persistiu como um dos seus elementos estruturadores¹¹. Uma importante implicação decorrente da reprodução da *episteme* colonialista nas Ciências Sociais corresponde ao que Connell (2012) denomina de “metrocentrismo”. Trata-se da tendência de produzir reflexões teóricas a partir dos países centrais pautando-se por “metodologias teóricas [que] excluem o colonialismo” (CONNELL, 2012, p. 10). Com isso, Connell indica que a construção de conceitos e métodos nos textos de teoria social tende a reificar a experiência social dos países hegemônicos europeus e dos EUA, excluindo-se de seu horizonte a experiência social da maior parte das sociedades de passado colonial, bem como daqueles países que se situam em condições neocoloniais. Dessa forma, os conceitos e métodos formulados com base nesses parâmetros são inadvertidamente proferidos como universais, a despeito de não corresponderem às experiências sociais vivenciadas pela maior parte da população mundial, conforme observam Connell (2012), Dipesh Chakrabarty (2000) e Partha Chatterjee (2004).

Seguindo-se essa perspectiva, é possível indicar as narrativas eurocêntricas sobre a modernidade como análises elaboradas do ponto de vista de sociedades que se apresentam como isentas de determinações externas, apesar do papel fundamental desempenhado pelo

¹¹ Cabe aludir ao caráter eurocêntrico das Ciências Sociais hegemonicamente praticadas no hemisfério socialista do mundo, comandado pela URSS. O marxismo-leninismo constituía seu fundamento intelectual e político. Dentre algumas de suas formas de reiteração do eurocentrismo pode-se mencionar a concepção teleológica da história assentada em uma ideia etapista de progresso e a omissão das problematizações vinculadas às questões de gênero, raça ou etnia.

colonialismo junto às antigas metrópoles, por exemplo. Portanto, pode-se afirmar que o questionamento do metrocentrismo contribui para a crítica de auto interpretações da modernidade centradas no modelo societário europeu, tais como aquelas elaborações caracterizadas pela ênfase na Reforma protestante, no Iluminismo ou na Revolução Francesa, cujos traços definidores não são compatíveis com os processos transcorridos nos países do chamado sul global, não lhes servindo adequadamente de perspectiva teórica para discutir essa questão. Contudo, o metrocentrismo não seria uma prerrogativa das Ciências Sociais praticadas no norte, mas também estaria presente no Sul global. Destacadamente, isso ocorre mediante a imputação à realidade de países oriundos de situação colonial ou em condições neocoloniais de categorias forjadas com base em experiências alheias a esses contextos¹². Um exemplo que será bastante tratado ao longo deste trabalho consiste no emprego da noção de feudalismo para compreender a dinâmica colonial brasileira por parte de alguns dos principais intelectuais vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em suma, observa-se a existência de variadas manifestações do eurocentrismo nas Ciências Sociais, conforme se pode depreender da discussão sobre a colonialidade do saber apresentada com base nas reflexões de Lander (2000) e mediante o exame do debate de Connell (2007; 2012) sobre a articulação entre “diferença global” e Imperialismo, por um lado, e o metrocentrismo, por outro. Em virtude de sua pluralidade de formas, Wallerstein compara o eurocentrismo a “um monstro com cabeça de hidra e muitos avatares”, indicando haver “pelo menos cinco [...] acusações de eurocentrismo às ciências sociais” (WALLERSTEIN, 2002, p. 206). Os cinco avatares do eurocentrismo sistematizados por Wallerstein (2002) expressam-se pelos seguintes meios: 1) historiografia: assume a modernidade como um feito especificamente europeu, instaurando um modelo a ser perseguido pelos demais povos; 2) universalismo: dissemina a existência de verdades universais no tempo e no espaço que possibilitariam a formulação de leis científicas capazes de compreender o passado e o presente, além de prever o futuro; 3) civilização: noção identificada com a Europa moderna, cuja definição abrange um conjunto de variáveis que remete ao avanço tecnológico, à autonomia do indivíduo, ao comportamento não brutal, ao monopólio legítimo da violência e à ampliação do conceito de crueldade, sendo seu delineamento estabelecido de forma a opor-se ao modo de vida dos povos não europeus, concebidos como bárbaros e primitivos em virtude da ausência dessas características; 4)

¹² Jessé Souza (2000) denomina de “sociologia da inautenticidade” as interpretações do processo de modernização da sociedade brasileira que se apropriam das teses weberianas sobre o “espírito do capitalismo”. Pode-se afirmar que essa designação decorre justamente do metrocentrismo das ideias de Weber.

orientalismo: entendido como o obverso do conceito de civilização, caracteriza-se pelo estabelecimento de uma visão binária do mundo com base em uma distinção ontológica entre Ocidente e Oriente, em conformidade com as proposições de Abdel-Malek e Said, seguidas por Wallerstein; 5) progresso: noção que aponta para a inevitabilidade da mudança social orientada no sentido de um necessário avanço das condições sociais, consistindo em um tema fundamental do Iluminismo europeu que guarda afinidades com noções correlatas como evolução e desenvolvimento, comportando não apenas um caráter descritivo, mas também prescritivo, de forma a identificar sua expressão mais avançada com o modelo societário europeu.

Embora o eurocentrismo seja um elemento constituinte do padrão mundial do poder capitalista, tendo como eixo a articulação entre colonialidade e modernidade, repercutindo nas Ciências Sociais mediante a reprodução de uma *episteme* colonial, a história da construção desse paradigma possui como contraposição a história de sua contestação. A oposição ao eurocentrismo vincula-se originalmente às divergências acerca da maneira como o novo padrão de poder deveria se estabelecer, não a uma oposição frontal e completa aos seus imperativos. Consequentemente, “a história do sistema-mundo moderno envolveu igualmente um constante debate intelectual sobre a moralidade do próprio sistema” (WALLERSTEIN, 2007, p. 30). A esse respeito, Wallerstein (2007) cita a polêmica transcorrida no início da expansão colonial hispânica envolvendo os religiosos Juan Ginés Sepúlveda e Bartolomé de Las Casas. O primeiro era favorável à utilização de violência contra os povos nativos e à sua catequização forçada com vistas à supressão da “barbárie” no “novo mundo” pela disseminação do catolicismo. Já o segundo expressou-se contrariamente a esse posicionamento ao repudiar a utilização da violência contra os povos nativos, assim como mediante a relativização do essencialismo contido na distinção entre “bárbaro” e “civilizado”, defendendo formas de catequização que primassem pelo convencimento (WALLERSTEIN, 2007).

Dessa forma, Wallerstein sugere que nesse debate estaria em jogo a disputa entre dois posicionamentos prototípicos, nos quais Sepúlveda representaria a perspectiva eurocêntrica do “universalismo europeu”, ao passo que Las Casas apontaria para uma perspectiva diversa, na medida em que contestou aspectos paroquiais das pretensões colonialistas. Entretanto, cabe acrescentar à visão de Wallerstein (2007) sua omissão quanto ao papel desempenhado por Las Casas na introdução no continente americano da comercialização de negros escravizados advindos da África, conforme observa C. L. R. James (2010[1938]), evidenciando-se uma postura que denota uma tensão causada pela combinação entre a crítica e a reiteração do

eurocentrismo:

Las Casas, assombrado pela possibilidade de ver, diante de si, a total destruição da população [nativa] no período de tempo de uma geração, recorreu ao expediente de importar os negros mais robustos da populosa África. Em 1517, Carlos V autorizou a exportação de quinze mil escravos para São Domingos. Assim, o padre e o Rei iniciaram, no mundo, o comércio americano de negros e a escravidão (JAMES, 2010[1938], p. 19-20).

No âmbito das Ciências Sociais observou-se, igualmente, a presença de correntes de pensamento que não se alinhavam inteiramente ao paradigma eurocêntrico, questionando-o ainda que parcialmente ao reproduzir a combinação entre crítica e reiteração, em postura análoga àquela adotada por Las Casas. Dentro do cânone clássico das Ciências Sociais, possivelmente o marxismo é um dos casos mais patentes no que se refere à tensão entre contestação e reprodução do eurocentrismo, como já foi observado por alguns estudiosos (CHATTERJEE, 2004; LANDER, 2006; LINDNER, 2010; QUIJANO, 2010; SANTOS, 2010a). Outro exemplo de perspectiva crítica ao eurocentrismo nas Ciências Sociais que se manifestou durante suas primeiras décadas de institucionalização pode ser identificado junto a W. E. B. Du Bois, sociólogo de destacada trajetória intelectual nos EUA e um dos fundadores do pan-africanismo. Sua compreensão da modernidade questionava o conceito de progresso ao adotar o ponto de vista do escravo, propondo-se a compreender a constituição da civilização ocidental enfatizando suas origens africanas, ao mesmo tempo em que apontava o vínculo entre as formas modernas de pensamento e a supremacia branca (GILROY, 2001). A contraposição ao conceito pretensamente científico de “raça”, vigente entre o final do século XIX e início do século XX, foi um elemento fundamental em seu projeto intelectual e político, caracterizado sumariamente pela negação das diferenças biológicas entre as raças, ao mesmo tempo em que afirmava sua configuração sócio histórica, ressaltando a importância da contribuição da raça negra para a humanidade (APPIAH, 1997).

Apesar dessas manifestações que apresentaram alguns dos primeiros subsídios à crítica ao eurocentrismo nas Ciências Sociais, foi somente após 1945 que esse paradigma passou a ser sistematicamente contestado na área da teoria social. Essa ofensiva contestatória desencadeou-se em meio à desagregação do arranjo geopolítico do Imperialismo, às lutas pela libertação nacional dos povos colonizados na África e Ásia, ao declínio da visão evolucionista associada à diretriz da “diferença global” e à expansão disciplinar observada mediante a crescente criação de novos departamentos de Ciências Sociais no Sul global. Na constituição das abordagens contemporâneas críticas ao eurocentrismo, alguns intelectuais são costumeiramente reputados como precursores, tais como: W. E. B. Du Bois, José Carlos

Mariátegui, Caio Prado Jr., C. R. L. James, Raúl Prebisch, Franz Fanon, Albert Memmi, Anouar Abdel-Malek, Edward Said, dentre outros. A seguir, para concluir este tópico, apresentam-se algumas das correntes teóricas mais influentes do século XX que contribuíram para a problematização do eurocentrismo nas Ciências Sociais: o desenvolvimentismo, as teorias da dependência e as teorias pós-coloniais.

O desenvolvimentismo, ou escola estruturalista de desenvolvimento econômico, constituiu uma corrente teórica associada à atuação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) em meados do século passado, tendo Raúl Prebisch como sua figura principal. O ponto de partida do economista argentino decorre da seguinte constatação sobre os países latino-americanos: “Ainda que esses países tenham tantos problemas de caráter semelhante, não foi possível nem mesmo realizar uma abordagem comum para seu exame e sua elucidação” (PREBISCH, 2011[1949], p. 96). No intuito de suprir essa lacuna, Prebisch rejeitou a pretensão de universalidade das premissas econômicas liberais e keynesianas, alegando sua inadequação para a situação latino-americana, argumentado que “uma das maiores falhas da teoria econômica geral, quando contemplada da periferia, é o seu falso senso de universalidade” (PREBISCH, 2011[1949], p. 149).

A crítica à pretensão de universalidade das teorias econômicas formuladas para compreender a dinâmica dos países capitalistas centrais remete à contestação da chamada lei das vantagens comparativas da teoria econômica clássica. Conforme essa teoria, os países deveriam se especializar nas atividades que possuísem uma “vocação natural”. Assim, os países agroexportadores deveriam se manter especializados em atividade agrícolas, pois seriam beneficiados na medida em que os países industrializados obtivessem mais avanços, já que os ganhos de produtividade dos países centrais de economia mais avançada seriam transferidos para os países periféricos por meio do intercâmbio comercial. No entanto, Prebisch (2011[1949]) contesta esse argumento indicando que essa transferência não ocorreria em função da diferença entre os tipos de mercadorias negociadas por países periféricos e países centrais, ocasionando uma deterioração dos termos envolvidos nesse intercâmbio. Essa deterioração teria duas causas. Primeiramente, a própria diferença no consumo dessas mercadorias, devido ao crescimento mais acentuado da demanda por produtos industrializados em comparação aos produtos primários, cuja variação na demanda tende a ser menor. Em segundo lugar, os países centrais possuem um mercado trabalhista melhor regulado em comparação aos países periféricos e contam com uma organização sindical mais consistente, possibilitando que parte dos ganhos de produtividade permaneça nos países centrais sob a forma de remuneração dos trabalhadores. Com isso, o subdesenvolvimento dos países

periféricos estaria relacionado com causas internas, por um lado – destacadamente em virtude do predomínio de uma economia agroexportadora –, e teria como causa externa as relações comerciais desiguais com os países centrais, por outro lado.

Prebisch (2011[1949]) acreditava que seria possível superar o subdesenvolvimento mediante uma política econômica com forte intervenção estatal, orientada para a promoção da industrialização nos países periféricos. Nessa perspectiva, apostava na criação de condições que favorecessem uma acumulação de capital em bases nacionais para fortalecer a economia dos países periféricos em relação ao imperialismo, particularmente no que concerne ao capital financeiro. Uma das estratégias para propiciar a industrialização consistiria em atrair capitais estrangeiros que se fixassem no setor produtivo (PREBISCH, 2011[1949]).

Para concluir esta breve nota, acrescenta-se uma observação de Mantega (1984) sobre a ausência de um debate sobre luta de classes no pensamento de Prebisch. Com isso, o Estado é concebido como ente promovedor do desenvolvimento, mediante uma programação visando instaurar uma nova configuração da economia nacional. Como consequência disso, Prebisch assumiria tacitamente que bastaria promover o desenvolvimento do capitalismo para que os problemas sociais fossem equacionados (MANTEGA, 1984). Dessa maneira, se por um lado a proposição de Prebisch acerca do sistema centro-periferia rompe com a pretensão de universalidade inscrita nas teorias econômicas eurocêntricas, forjando uma alternativa mais adequada às especificidades dos países latino-americanos, por outro, o eurocentrismo acaba sendo reiterado em virtude da crença na ideia de progresso subjacente à sua formulação. Na sua visão, o subdesenvolvimento assemelha-se a um estágio a ser superado e que, com a industrialização, muitas das suas mazelas tenderiam a ser solucionadas. Ademais, a perspectiva cepalina compartilha de outros vieses eurocêntricos com as teorias da dependência, como será discutido a seguir.

Da mesma maneira que o desenvolvimentismo cepalino, as teorias da dependência seriam perpassadas por tensões eurocêntricas, como é possível se depreender dos estudos de Ilan Kapoor (2002) e Ramón Grosfoguel (2013). Ambos atentam para as premissas antieurocêntricas dos dependentistas no que se refere às suas análises no nível socioeconômico. Sobretudo, isso seria perceptível mediante a contestação das teorias etapistas da modernização, das concepções etapistas do marxismo que sustenta a hipótese de um passado feudal na América Latina, bem como do desenvolvimentismo. A base comum à recusa dessas abordagens remete à invalidação de dicotomias como tradicional versus moderno, ou subdesenvolvido *versus* desenvolvido para explicar a dinâmica do capitalismo nas sociedades dependentes. Em vez de considerá-las como dicotomias constituintes de

etapas, parte-se do ponto de vista do capitalismo como uma totalidade dinâmica, cujas partes manteriam relações hierárquicas e heterogêneas¹³. Dessa maneira, todas as sociedades nacionais seriam apreendidas como parte constitutiva do sistema capitalista no âmbito mundial, embora no plano nacional possam estar articulados elementos de formações pré-capitalistas, sem que isso implique considerar o subdesenvolvimento como uma etapa retardatária, na medida em que desenvolvimento e subdesenvolvimento são concebidos como processos intrínsecos e necessários para o funcionamento do capitalismo.

Como consequência disso, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) advogam a possibilidade de parte dos países situados na periferia do sistema capitalista obterem um desenvolvimento dependente e associado aos avanços dos países centrais. Por seu turno, Ruy Mauro Marini (2012[1969]) discorda dessa proposição, pois, por um lado, considera que as relações de dependência acarretariam a superexploração dos trabalhadores nos países periféricos, principalmente por meio do pagamento de salários insuficientes para a reprodução de suas condições materiais de vida. Por outro lado, a dependência propiciaria o subimperialismo, concebido como a reprodução de expedientes de exploração sofrida pelos países periféricos junto aos seus vizinhos, com o objetivo de compensar as perdas econômicas decorrentes de suas transações com os países centrais. Em vista disso, Marini considera que somente uma ruptura com o capitalismo possibilitaria superar a dependência.

A despeito das diferenças existentes na maneira como se concebe a natureza da dependência, nas duas perspectivas têm-se uma ruptura com a linearidade da ideia de progresso das teorias da modernização, do marxismo hegemônico na Komintern e do desenvolvimentismo. Em contrapartida, segundo Kapoor, pesaria contra os dependentistas a seguinte alegação: “They do not examine the politics of (and within) culture, and are unaware of the way in which culture frames their own analysis. Indeed, their [...] neglect of the politics of representation results in ethnocentrism”¹⁴ (KAPOOR, 2001, p. 654). Grosfogel corrobora essa opinião e avança na crítica ao indicar que “os dependentistas subestimaram a colonialidade do poder na América Latina. Isto encobriu a existência permanente de hierarquias raciais/ étnicas na região. As relações de poder na região são constituídas por hierarquias raciais/ étnicas que têm uma longa história colonial” (GROSFOGEL, 2013, p. 53). Nesse aspecto, tem-se como consequência do caráter seletivo da crítica antieurocêntrica dos dependentistas a reiteração do eurocentrismo na esfera da cultura. Crítica análoga pode ser

¹³ Note-se a relativa semelhança com a abordagem desenvolvida por Caio Prado Jr., conforme já exposto.

¹⁴ Em livre tradução: “Eles não examinam a política da (e dentro da) cultura, e desconhecem a forma como a cultura molda suas próprias análises. Na verdade, sua [...] negligência da política da representação resulta em etnocentrismo”.

estendida ao desenvolvimentismo. Destacadamente, essa reiteração estaria associada a pouca consideração aos problemas relacionados com a natureza, gênero e subjetividade, neste último caso destacadamente no que concerne à questão racial.

Contemporaneamente, os estudos pós-coloniais destacam-se como a vanguarda da crítica ao eurocentrismo. Conforme argumenta Sérgio Costa (2006b), os estudos pós-coloniais não correspondem a uma única matriz teórica. Ainda assim, em geral partilhariam um método de desconstrução, que serve de fundamento para a crítica das teorias hegemônicas sobre a modernidade. Em suma, a abordagem pós-colonial pauta-se pela crítica ao processo de produção do conhecimento científico pautado pelo eurocentrismo. A esse respeito deve-se observar que “boa parte da crítica pós-colonial tem como destinatário não o conjunto da teoria social, mas uma escola teórica particular, qual seja, a teoria da modernização” (COSTA, 2006b, p. 85). Costa (2011) distingue três vertentes principais nos estudos pós-coloniais, organizados em conformidade com grau de radicalidade da crítica ao eurocentrismo: radical, intermediária e moderada.

A vertente radical aponta para o vínculo entre discurso e poder, de forma a caracterizar a ciência como um mecanismo de legitimação do *status quo*. Dessa maneira, o campo de produção científica não ofereceria meios para romper com a legitimação da exclusão e opressão. Costa (2011) indica que essa perspectiva tem inspirado movimentos sociais feministas e de minorias em virtude do caráter enfático de sua crítica. A chamada vertente intermediária empenha-se na construção da genealogia das Ciências Sociais modernas de forma a indicar seu vínculo com o colonialismo europeu. Os principais representantes dessa perspectiva seriam os integrantes do grupo Modernidad/Colonialidad, composto, dentre outros, por Anibal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Edgardo Lander, Catherine Walsh, Ramón Grosfogel, dentre outros. Conforme já mencionado anteriormente, esse grupo formulou noções como colonialidade do poder e colonialidade do saber, que contribuem para compreender a natureza da articulação entre capitalismo, modernidade e colonialismo, assim como os vínculos das Ciências Sociais com esse processo. Além disso, esse grupo propõe como alternativa para essa configuração das Ciências Sociais a atenção aos saberes dos subalternos. Essa atitude romperia com o ciclo de violência epistêmica que caracteriza a produção de conhecimento no âmbito do paradigma eurocêntrico. Por fim, diferentemente das outras duas perspectivas, a vertente moderada não pretende nem uma ruptura com o conhecimento científico, nem a formulação de um corpo de saberes alternativo à ciência. Em vez disso, intenta uma reformulação da ciência a partir de dentro dela própria. Dentro desse propósito, Costa (2011) menciona o projeto de Dipesh Chakrabarty em torno da

“provincialização da Europa” e a tese de Shalini Randeria estruturada em torno dos conceitos de “histórias compartilhadas” e “modernidades entrelaçadas”.

Mesmo caracterizando-se por uma sistemática oposição ao caráter eurocêntrico da produção do conhecimento, os estudos pós-coloniais também se veem às voltas com as artimanhas do eurocentrismo. Assim, também se pode indicar a presença de tensões eurocêtricas na própria designação atribuída ao conjunto de perspectivas que encampam o antieurocentrismo contemporaneamente: o *pós-colonialismo*. O destaque dado ao prefixo “pós” decorre da problematização que seu emprego enseja. Para Shohat e Stam (2005), a ascensão do pós-colonialismo deu-se no contexto da perda de prestígio de perspectivas engajadas politicamente do Terceiro Mundo, como as teorias da dependência, por exemplo. Por seu turno, o pós-colonialismo teve seu prestígio teórico vinculado ao seu surgimento nas academias anglo-estadunidenses, pautado na análise do discurso e no pós-estruturalismo, em detrimento da perspectiva engajada sobre o Terceiro Mundo. Shohat e Stam consideram que prefixo “pós” remeteria a dois sentidos. O primeiro consistiria no alinhamento teórico com correntes como “pós-modernismo” e “pós-estruturalismo”. O segundo indicaria um alinhamento temporal que situaria o “pós-colonialismo” como uma etapa posterior ao colonialismo. Nesse último caso haveria uma ambiguidade no que se refere à problematização da persistência de traços coloniais. O termo sublinha o término do colonialismo, o que não daria margem adequada para a discussão de continuidades no presente (SHOHAT, STAM, 2005).

McClintock (2010) adota linha argumentativa semelhante ao propor que se diferencie a *teoria* pós-colonial do termo pós-colonialismo, utilizado no singular. Ela ainda chama a atenção para o prefixo, que remete a uma concepção etapista da História, fazendo coro à ideia de progresso, ao mesmo tempo em que corrobora uma concepção binária mediante a oposição entre o colonial e o pós-colonial (MCCLINTOCK, 2010). Inocência Mata (2014) também participa do debate ao analisar as genealogias eurocêtricas nos estudos pós-coloniais, indicando que dentre suas expressões hegemonicamente dominantes estariam perspectivas dotadas de um acento metropolitano. Assim, seriam erigidas e reforçadas “fronteiras da subalternidade” que hierarquizam as produções intelectuais conforme sua ascendência, apesar do discurso crítico ao eurocentrismo (MATA, 2014).

Portanto, no domínio dos estudos pós-coloniais, haveria dois importantes pontos de tensões eurocêtricas. Primeiro, embora as teorias pós-coloniais apresentem-se como contestação da geopolítica do conhecimento e da reprodução de estruturas coloniais na produção do saber, destacadamente no que concerne à crítica às teorias da modernização

(COSTA, 2006b), a assimetria dos locais de enunciação intrínseca à estrutura hierárquica do campo intelectual acaba sendo decisiva para o fomento das “fronteiras de subalternidade”, favorecendo que perspectivas pós-coloniais vinculadas aos centros hegemônicos sejam privilegiadas em detrimento de abordagens situadas na periferia do campo intelectual. O segundo aspecto de tensão eurocêntrica diz respeito à ideia de progresso subjacente na denominação “pós-colonial”, no singular. Ao insinuar uma linearidade na passagem da configuração colonial para a que se constituiu em seguida, acaba-se por remeter a um dos principais avatares do eurocentrismo, embora as teorias abrangidas sob essa designação empenhem-se na sua crítica.

Conforme se pode observar, recorrentemente, nas Ciências Sociais, o eurocentrismo e sua crítica estão articulados. Denomina-se de tensões eurocênicas esse processo de crítica parcial e seletiva ao eurocentrismo, de forma a propiciar sua reiteração pela “porta dos fundos” da teoria social. A seguir, procura-se discutir como se pretende delimitar esse processo de crítica e reiteração do eurocentrismo a partir da concepção de hegemonia de Raymond Williams (1979). O marxista galês chama a atenção para o caráter dinâmico do processo hegemônico, a partir do confronto entre perspectivas residuais, dominantes e emergentes. Argumenta-se que esse arranjo pode fornecer uma chave heurística importante para que se delineie como as tensões eurocênicas expressam-se.

3.3 Tensões eurocênicas e processo hegemônico emergente

Após delimitar o que se compreende por eurocentrismo, indicando como as Ciências Sociais tanto o reiteraram quanto o rejeitaram, cabe agora definir o que se entende por tensões eurocênicas. Conforme sugerido anteriormente, essas tensões manifestam-se pela combinação entre contestação parcial e corroboração tácita do eurocentrismo. Propõe-se o emprego dessa noção para compreender processos em que predomina o caráter seletivo da crítica ao eurocentrismo, ao mesmo tempo em que são feitas concessões a esse paradigma hegemonicamente dominante, ainda que em alguns casos isso aconteça involuntariamente. Com isso, essas tensões decorreriam do caráter heterogêneo e contraditório da articulação de categorias presentes em produções intelectuais e artísticas, em discursos políticos e publicitários, em conversas cotidianas etc. Mas afinal, como compreender esse tipo de articulação que suscita a ocorrência de tensões eurocênicas em diversas formas de produção cultural? No intuito de desenvolver o assunto, propõe-se que se parta da ideia de materialismo cultural de Raymond Williams, destacadamente no que se refere ao seu debate sobre

hegemonia. Para tanto, a seguir abre-se espaço para uma digressão focando na concepção de cultura defendida por Williams, para em seguida introduzir sua concepção de hegemonia. A exposição seguirá basicamente a problematização apresentada em *Marxismo e Literatura* (WILLIAMS, 1979). Finaliza-se este tópico com a indicação da relevância do marco teórico de Williams para a conceituação das tensões eurocêntricas neste trabalho.

Materialismo cultural, para Williams, consiste em “uma teoria das especificidades da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico” (WILLIAMS, 1979, p. 12). Como mostra Maria Elisa Cevasco (2001), por um lado, essa teoria buscaria dar conta da cultura concebida como um processo produtivo, tanto material quanto social, e, por outro lado, também se ater às práticas culturais como usos sociais dos meios materiais de produção (CEVASCO, 2001). Nesse sentido, Williams contrapõe-se a definições restritivas como “alta cultura” ou “cultura erudita”. Em sua opinião, expressões como essas remetem a uma perspectiva conservadora e abstrata de cultura, que resultam de um processo idealista de autonomização e de desvinculação da cultura do mundo material. Conforme esse entendimento, cultura “[t]ornou-se um nome de um processo ‘íntimo’, especializado em suas supostas agências de ‘vida intelectual’ e ‘nas artes’” (WILLIAMS, 1979, p. 23).

Alternativamente, Williams concebe cultura como o conjunto de práticas cotidianas, correspondendo aos modos de vida comumente partilhados nas sociedades. Dessa forma, cultura não poderia ser dissociada das experiências vivenciadas pelas pessoas. Isso não quer dizer que o conceito seja entendido de maneira homogênea, sem consideração pelas clivagens existentes no interior da sociedade. Ao contrário, a concepção da cultura como sendo modo de vida partilhado socialmente por todos pressupõe formas diferenciadas de experimentá-la, possibilitando também uma chave heurística para compreendê-la como um vetor de reprodução de desigualdades, como atenta Cevasco (2001).

Note-se, ainda, que não está em jogo uma visão reducionista acerca da cultura, da subjetividade, ou da consciência, pois não se pretende definir esses termos em função de um dado conjunto de caracteres materiais. Busca-se, na verdade, apontar para a impossibilidade de dissociar consciência e existência, apontando para o caráter constitutivo e constituído materialmente de ambas. A consciência teria sua materialidade na linguagem, concebida como consciência prática, em conformidade com Marx e Engels:

O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camada de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a

consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens (MARX, ENGELS, 2007[1845-1846], p. 34-35).

Para Williams, essa definição apresentada em *A Ideologia Alemã* corrobora a noção de linguagem como atividade prática constitutiva da realidade, compreendendo o termo constitutivo “no sentido de uma totalidade indissolúvel de desenvolvimento” (WILLIAMS, 1979, p. 36) entre consciência e existência.

Como parte de sua crítica à concepção especializada e abstrata de cultura, Williams (1979) conduz um incisivo questionamento de dicotomias como concreto e abstrato, consciência e realidade, teoria e prática etc. por considerá-las imbuídas de uma visão idealista. Inclusive, avança sua investida contra as formas tradicionalmente empregadas pelo marxismo para abordar fenômenos culturais. Em vez de concebê-los como consequências, reflexo ou homologia da base material – analogias que pressupõe uma separação entre cultura e mundo material –, Williams concebe a cultura como uma forma de produção material. Para tanto, propõe redefinir o ponto de partida para análise cultural em termos marxistas, apontando o caráter problemático da relação entre base e superestrutura. Essa rejeição estaria relacionada com a opinião segundo a qual a separação entre superestrutura e base seria um resquício idealista no materialismo histórico, na medida em que contribuiria para dissociar consciência e mundo material, em detrimento da noção de consciência prática. Para Williams, recorrer a esse tipo separação no marxismo seria uma ironia, pois “a força original de Marx se voltava principalmente contra a *separação* das áreas de pensamento e atividade (como na separação entre a consciência e a produção material)” (WILLIAMS, 1979, p. 82). Ao tomar como ponto de partida essa dissociação, além de não se considerar adequadamente o potencial de determinação da superestrutura nas lutas histórica, acaba-se tomando a base como uma categoria abstrata, incorrendo-se em uma visão reducionista que ignoraria seu caráter dinâmico e contraditório (WILLIAMS, 1979).

Ademais, Williams sustenta que Marx e Engels não desenvolveram adequadamente formulações teóricas que mostrassem a natureza das ligações entre produção material, instituições sociais e atividades políticas e culturais: “O que falta fundamentalmente, nas fórmulas teóricas desse importante período, é qualquer reconhecimento adequado das ligações indissolúveis entre produção material, instituições e atividades políticas e culturais, e consciência” (WILLIAMS, 1979, p. 84). Os marxistas que se dedicaram a essa tarefa teriam como pressuposto uma organização sequencial desses termos, reproduzindo a dicotomia idealista que separara existência e consciência. Para Williams, tais relações seriam indissolúveis, em vez de estanques. Essa separação estaria presente em argumentos

estruturados a partir de concepções que: 1) apontam a superestrutura como reflexo da base; 2) identificam a existência de homologias entre base e superestrutura; 3) indicam as mediações entre base e superestrutura (WILLIAMS, 1979). Boa parte das definições marxistas de ideologia padeceria com os problemas relacionados com essa dissociação entre consciência e existência. Em parte, isso se relacionaria com a maneira como Marx e Engels (2007[1845-46]) definiram esse conceito em *A Ideologia Alemã*, fundando o discurso a respeito da “câmara escura” em que a existência social é refletida invertidamente na consciência das pessoas.

Para construir um ponto de partida alternativo, Williams retoma o *Prefácio de Para a Crítica da Economia Política* de Marx (1982[1859]), onde a relação entre base e superestrutura é apresentada de maneira sistemática e sintética, e seleciona outra passagem para fundamentar seu empreendimento. Trata-se do argumento a respeito da determinação do ser social sobre a consciência: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser social, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1982[1859], p. 25). Ao proceder dessa maneira, uma primeira preocupação consiste na diferenciação entre determinação e determinismo. O determinismo expressaria uma ideia abstrata de determinação, na medida em que pressupõe uma relação de exterioridade entre o conjunto de fatores determinantes (ambiente, raça, economia etc.) e as práticas dos indivíduos, implicando na imponência dos agentes participantes da ação. Já a noção de determinação diria a respeito a um processo complexo e inter-relacionado de limitações e pressões situado na própria totalidade social, não estando localizado de maneira exclusiva em nenhuma instância, como o modo de produção, por exemplo.

Esse novo ponto de partida engendrado por Williams propicia-lhe revisar a noção de forças produtivas no âmbito do marxismo. A concepção estanque da relação entre base e superestrutura favoreceu a introdução no marxismo de uma visão especializada de forças produtivas: “O marxismo assumiu assim, por vezes, as cores de um tipo especificamente burguês e capitalista do materialismo. Podia isolar ‘forças produtivas’ como ‘indústria’ (até mesmo por vezes como ‘indústria pesada’) e também nesse caso a evidência da linguagem é significativa” (WILLIAMS, 1979, p. 95). Por sua vez, Williams concebe a noção de força produtiva como “qualquer um dos meios, e todos os meios de produção e reprodução da vida real” (WILLIAMS, 1979, p. 94). Diferentemente da maneira restritiva que força produtiva é definida na concepção burguesa, a noção mais ampla defendida por Williams aponta para o caráter material da produção da ordem social, cultural e política. A seguir, cita-se mais longamente uma passagem bastante explicativa sobre a distinção entre a concepção burguesa

de força de produção e a defendida por Williams, partindo da discussão da produção material da política:

O que se suprime com mais frequência (sic) é a produção material de “política”. Não obstante, qualquer classe dominante dedica uma parte significativa da produção material ao estabelecimento de uma ordem política. A ordem social e política que mantém o mercado capitalista, como as lutas sociais e políticas que o criaram, é necessariamente uma produção material. Dos castelos, palácios e igrejas até as prisões, oficinas e escolas; das armas de guerra até uma imprensa controlada: qualquer classe dominante, de várias maneiras mas sempre materialmente, produz uma ordem social e política. Tais atividades não são nunca superestruturais. São a produção material necessária dentro da qual só um modo aparentemente auto-subsistente de produção pode ser realizado. [...] Ao deixar de perceber o caráter material da produção de uma ordem social e política, esse materialismo especializado (e burguês) deixou também, e de forma ainda mais conspícua, de compreender o caráter material da produção da ordem cultural. O conceito de “superestrutura” não foi então uma redução, mas uma evasão (WILLIAMS, 1979, p. 96).

Após essa explanação dedicada à definição do materialismo cultural e de suas implicações para a forma como a análise cultural tradicionalmente foi desenvolvida no marxismo, cabe agora indicar as alternativas apontadas por Williams. Nesse sentido, a revisão da noção gramsciana de hegemonia é um ponto de inflexão em seu argumento. Como lembra Williams, Gramsci diferencia domínio – a expressão direta do exercício de poder político de uma classe que se pauta pela coação – e hegemonia, ou direção – situação que remete a um complexo arranjo de forças políticas, sociais e culturais. No seu entendimento, hegemonia inclui e ultrapassa dois dos principais conceitos expostos acima: cultura e ideologia. Por um lado, hegemonia remete-se aos modos de vida, experiências, práticas, senso de realidade socialmente partilhado; em suma, ao seu entendimento de cultura como algo ordinário. Por outro lado, é mediante essa cultura entendida como modo de vida socialmente partilhado que se vivencia o domínio de classe.

Portanto, a hegemonia corresponde à concepção de cultura como uma força produtiva constituída e constituinte dos modos de vida socialmente partilhados em que se vivenciam conflitos relacionados com a direção perpetrada pela classe dominante: “Em outras palavras, [hegemonia] é no sentido mais forte uma ‘cultura’, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes” (WILLIAMS, 1979, p. 113). Assim, hegemonia supera a noção de cultura por incluir as relações de ascendência e dominação de uma classe sobre outra, mas também supera ideologia ao considerá-la como parte do modo de vida socialmente partilhado, não constituindo algo que paira sobre as pessoas, mas como constituída e constituinte das diferentes formas de experimentar a vida.

Outro aspecto fundamental da noção de hegemonia diz respeito ao seu caráter

processual, dinâmico e múltiplo. Para Williams, hegemonia não pode ser apreendida como uma abstração generalizadora, pois se correria o risco de apreendê-la estaticamente, acarretando os problemas decorrentes da concepção estanque da relação entre base e superestrutura, como anteriormente indicou-se. Em vez disso, por abranger uma gama complexa de expressões dos modos de vida, deve-se conceber hegemonia de maneira dinâmica:

Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática (WILLIAMS, 1979, p. 115-116).

Como forma de expressar essa tônica processual e dinâmica, Williams sugere que no lugar do termo “hegemonia” utilize-se “hegemônico”, e da mesma maneira se utilize “dominante” no lugar de simplesmente “dominação”, pois, mesmo o processo hegemônico socialmente dominante, não possui um caráter unívoco. Em seu cerne, há também processos de resistência e o acúmulo potencial para a emergência de perspectivas políticas e culturais alternativas. Daí a necessidade de atentar-se sempre para os grupos marginalizados na esfera da construção hegemônica, a fim de se possibilitar a apreensão da emergência de alternativas. Portanto, o hegemônico constitui-se de maneira ativa, formacional e transformadora, sendo uma construção constantemente tensionada (WILLIAMS, 1979).

A definição do caráter dinâmico e tenso do processo hegemônico torna-se mais explícita mediante a consideração de um conjunto de categorias formuladas para compreender como reiteração cultural e produção de alternativas combinam-se de maneira conflitiva e contraditória. Uma primeira noção a ser destacada é a de “instituições”, devido sua influência no processo social por comportar instâncias fundamentais de socialização, organizando expressões culturais e fornecendo a base real do hegemônico, que tem aí sua caracterização material tangível em escolas e igrejas, por exemplo. Uma segunda noção importante corresponde ao conceito de “tradição”, a forma mais evidente das pressões e dos limites dominantes e hegemônicos, que não se limita a uma versão estática remanescente do passado. Na verdade, trata-se de uma concepção intencionalmente seletiva do passado que opera ativamente na definição de identidades no presente. O caráter seletivo da dominação não se

restringe apenas à reiteração daquilo que é dominante, na medida em que seria possível retomar seletivamente aspectos negligenciados na tradição a fim de construir uma perspectiva contra-hegemônica. Assim, “[e]ssa luta a favor e contra as tradições seletivas é, compreensivelmente, uma parte importante de toda a atividade cultural contemporânea” (WILLIAMS, 1979, p. 120). Uma terceira noção a ser apresentada são as “formações”, caracterizadas por serem “mais identificáveis como movimentos e tendências conscientes (literários, artísticos, filosóficos ou científicos) que em geral podem ser percebidos com facilidade de acordo com suas produções formativas” (WILLIAMS, 1979, p. 122). Esses três elementos inter-relacionados com o processo hegemônico não são estanques entre si. As instituições e as formações fundamentam-se em tradições, que por sua vez manifestam seu caráter seletivo mediante a pluralidade de formações e instituições. Instituições podem ser criadas a partir de determinadas formações que remetem a certa tradição, ou mesmo pode haver formações que se apropriem de tradições e contestem instituições.

Após demonstrar como o hegemônico se constitui e é constituído socialmente por meio de tradições, instituições e formações, deve-se indicar de que maneira transcorrem as tensões que lhe suscitam seu caráter dinâmico mediante a expressão de elementos residuais, dominantes e emergentes. Williams considera que ao se empreender a análise de uma época, em geral incorre-se em certa homogeneização, sem que se leve em conta as expressões do passado ali manifestas ativamente. Tampouco se observa as tendências que vão despontando e que poderão vir a se converter em aspectos dominantes no futuro, ou não. Nesse último caso, apenas uma análise retrospectiva poderia sinalizar efetivamente a consolidação de uma mudança no arranjo hegemônico em função da ascendência de um elemento que no passado era emergente.

Embora só seja possível afirmar se um elemento que era emergente tornou-se dominante retrospectivamente, ao realizar um estudo sobre a configuração hegemônica no presente, deve-se estar atento para o que emerge naquele momento, ainda que sua articulação não esteja adequadamente definida. Caso contrário, corre-se o risco de apresentar uma visão estática e de se ignorar formações contra-hegemônicas ou mesmo formas de oposição ao hegemonicamente dominante que não estão ainda plenamente estruturadas ou formalizadas. Nessa perspectiva, a visão de Williams sobre processos hegemônicos prima pela consideração das diferenciações, contradições e heterogeneidade na esfera da cultura, reconhecendo que há elementos dominantes, mas que seu predomínio não é inteiramente monolítico, pois elementos residuais e emergentes também integram essa disputa:

Ainda temos, decerto, de falar do “dominante” e do “efetivo”, e nesse sentido do hegemônico. Mas vemos que temos também de falar, e, na verdade, com maior diferenciação de cada, do “residual” e do “emergente”, que em qualquer processo real, e a qualquer momento do processo, são significativos tanto em si como naquilo que revelam das características do “dominante” (WILLIAMS, 1979, p. 125).

Então, a análise dos elementos residuais e emergentes teria tanto uma importância intrínseca, quanto também contribuiria para delimitar o que é dominante, pois possibilitaria que algumas de suas características possam ser ressaltadas por meio de sua contestação. Da mesma forma, as expressões residuais e emergentes são definidas relacionalmente, em função daquilo que é dominante. Deve-se observar, ainda, que a noção de residual não é compatível com a ideia de “arcaico”, na medida em que corresponde a um elemento efetivamente ativo no processo cultural, apesar de remeter-se ao passado. Formações e instituições que foram dominantes no passado podem ainda pautar seletivamente o processo hegemônico como uma forma de tradição, embora sem a mesma influência de outra época.

No que concerne ao aparecimento de práticas culturais emergentes, Williams considera que a ausência de um esteio consolidado, ao modo das expressões residuais e dominantes, dificulta sua apreensão. Uma das dificuldades consistiria na distinção entre formas emergentes que nada mais são do que novas manifestações de práticas culturais dominantes e práticas culturais emergentes efetivamente oposicionistas. Outra dificuldade refere-se ao fato de as práticas culturais emergentes estarem suscetíveis à incorporação pelas práticas culturais dominantes, ainda que parcialmente. Em vista dessas dificuldades, Williams afirma que as práticas culturais efetivamente emergentes possuem como fonte o surgimento de uma nova classe social, ou de novos agentes políticos organizados, como movimentos sociais vinculados a reivindicações de outra natureza, como são os casos das militâncias vinculadas às questões ambientais, de gênero, ou de raça, por exemplo¹⁵. Em decorrência disso, tem-se que elementos emergentes alternativos e oposicionistas à configuração hegemônica dominante tendem a vincular-se com as experiências de determinados seguimentos sociais novos, no contexto de suas vivências da cultura concebida como força produtiva.

Williams (1979) indica que a teoria marxista apresentaria uma descrição preciosa que possibilitaria compreender como o surgimento de uma nova classe propiciaria o advento de

¹⁵ Note-se que Williams não associa de maneira exclusiva a emergências de práticas culturais oposicionistas no âmbito do processo hegemônico exclusivamente às classes sociais. Esse deslocamento é possibilitado fundamentalmente por sua crítica à dicotomia entre superestrutura e base, levando-o a uma redefinição da noção de forças produtivas. Dessa maneira tem-se que: “Esse processo complexo [a emergência de práticas culturais oposicionistas] ainda pode, em parte, ser descrito em termos de classe. Mas há sempre outro ser e consciência sociais que são negligenciados e excluídos: percepções alternativas de outros, em relações imediatas; novas percepções e práticas do mundo material. Na prática, são diferentes em qualidade dos interesses articulados e em desenvolvimento de uma classe em ascensão” (WILLIAMS, 1979, p. 129).

uma nova consciência de classe, bem como o aparecimento frequentemente desigual de elementos de uma nova formação cultural. Williams observa que o caráter desigual de uma nova formação cultural decorreria do maior ou menor grau de subordinação da nova classe. Caso trate-se de uma classe em situação subordinada, suas “práticas serão provavelmente desiguais e certamente incompletas. Isso porque a nova prática não é um processo isolado” (WILLIAMS, 1979, p. 127). O fato de as práticas sociais não se darem de maneira isolada possibilita que o aparecimento de uma nova prática de uma classe subalterna seja passível de incorporação pelas práticas culturais dominantes. Remetendo-se à experiência da Inglaterra, Williams explana como transcorreu a tensão entre aparecimento e incorporação de escritos da classe operária na imprensa popular radical. Esse processo foi caracterizado pela expressão de conteúdos de caráter emergente, mas dotados de formas literárias oriundas do passado. Dessa forma, a tensão entre aparecimento de novas práticas culturais e incorporação às práticas culturais dominantes fez com que houvesse nos escritos da classe operária “uma incorporação, por assim dizer, que já condiciona e limita o [seu] aparecimento” (WILLIAMS, 1979, p. 127).

Nesse sentido, a concepção dinâmica sobre o processo hegemônico de Williams permite compreender que o aparecimento de práticas culturais emergentes não ocorre de maneira absoluta, mas sempre em relação com as práticas culturais dominantes. Com isso, fica viável a compreensão de como práticas culturais novas são recorrentemente apropriadas pelos grupos hegemonicamente dominantes. Contudo, Williams afirma que “[e]lementos do aparecimento podem, na verdade, estar incorporados, mas com idêntica frequência as formas de incorporação são simples fac-símiles da prática cultural autenticamente emergente” (WILLIAMS, 1979, p. 129). Dessa maneira, a incorporação não constitui algo inexorável, havendo recorrentes situações em que a prática cultural emergente não é efetivamente incorporada. Tem-se nesses aspectos não incorporados ou imperfeitamente incorporados a possibilidade de fundamentar uma contestação das práticas culturais dominantes, fornecendo subsídios para formações oposicionistas e para a construção de uma contra-hegemonia. Entretanto, devido ao caráter dinâmico do processo hegemônico, não se deve apreender esse movimento como monolítico, pois pode haver em um momento posterior tensões no sentido de promover a incorporação desses elementos abertamente oposicionistas.

Para concluir a exposição das ideias de Williams, deve-se fazer menção a uma situação específica referente aos elementos emergentes no domínio da configuração do arranjo hegemônico. Trata-se do conceito de estrutura de sentimentos, que expressa de maneira mais patente sua concepção dinâmica do processo hegemônico, pois se contrapõe à apreensão da cultura como uma expressão fixa do passado. Williams (1979) define estrutura de sentimentos

como uma espécie de “emergência preliminar” vivenciada, mas ainda não inteiramente articulada. Não consiste exatamente na expressão estrita de um elemento emergente. Aquilo que é estritamente emergente pressupõe um nível de articulação e racionalização que não é compatível com a estruturação ainda significativamente fluida de uma estrutura de sentimento. Esta, por sua vez, expressa uma experiência nova ainda não inteiramente apreendida de maneira plenamente sistemática. As estruturas de sentimentos consistem em experiências sociais cujo processo está em curso, por isso ainda não se sedimentaram de modo a fixarem-se como ocorre com as formações ou as instituições. Mas mesmo sendo caracterizadas por um processo em curso, essas experiências sociais ainda assim são estruturadas. Segundo Cevasco, as estruturas de sentimento expressam dessa maneira a “articulação de uma resposta a mudanças determinadas na organização social” (CEVASCO, 2001, p. 153). Por se caracterizarem como experiências sociais em processo, as estruturas de sentimentos são mais difíceis de serem apreendidas do que outras expressões dos processos hegemônicos e contra-hegemônicos, tais como as formações e as instituições, que já possuem suas configurações mais devidamente consolidadas, sendo dotadas de contornos mais facilmente discerníveis.

Williams (1979) faz uma analogia físico-química ao comparar as estruturas de sentimentos com as soluções ou misturas de elementos semânticos que não foram precipitados. Nisso seriam diferentes das formações e das instituições, cuja precipitação é patente. A estrutura de sentimentos concebida como “emergência preliminar” é “atuante e pressionante, mas ainda não perfeitamente articulado” (WILLIAMS, 1979, p. 129). Por isso, Williams concebe, metodologicamente, a estrutura de sentimentos como uma “hipótese cultural” vinculada com a tentativa de compreender sua configuração no seio de uma determinada geração. O caráter liminar da estrutura de sentimento também possui implicações para aqueles que as vivenciam e conseguem expressá-la. Destacadamente, as manifestações artísticas, literárias, intelectuais, morais etc. que exprimem uma resposta social a alguma transformação societal em curso são apreendidas como sendo uma experiência única para seus agentes. Sob esse ponto de vista, essa nova forma de expressão pode a princípio parecer algo isolado, individual. No entanto, partilham-se elementos comuns com outras obras da mesma época, sendo possível, retrospectivamente, tomar esse conjunto de respostas então reputadas como únicas e agrupá-las como uma tendência, uma formação. Dessa maneira, Williams considera que uma estrutura de sentimentos é mais facilmente reconhecível em um período posterior, pois adquire uma configuração mais formalizada, incorporando-se a instituições e formações. Todavia, ao se observar essa formalização de uma estrutura de sentimento, tem-se

que aquela experiência social deixou de se configurar como tal, pois o processo que a caracterizava já não se encontra mais em curso. Por seu turno, uma nova estrutura de sentimentos emergiria no momento em que se realiza a investigação sobre aquela estrutura de sentimento do passado (WILLIAMS, 1979).

Após essa exposição das ideias de Williams, pode-se retomar a questão exposta no início deste tópico: como compreender o tipo de articulação que suscita a ocorrência de tensões eurocêtricas? Considerando-se a maneira como Williams concebe o processo hegemônico em vista do materialismo cultural, pode-se apontar a noção de “tensões eurocêtricas” como uma situação que diz respeito ao aparecimento de práticas culturais decoloniais de caráter emergente. Propõe-se que as práticas culturais emergentes antieurocêtricas sejam denominadas de decoloniais, a fim de expressar o contraste com o metrocentrismo (CONNELL, 2012) do paradigma eurocêntrico.

Não obstante a contestação do eurocentrismo suscitada pelo aparecimento de práticas culturais decoloniais, observa-se que sua emergência sofre pressões e limites que tencionam sua incorporação pelo próprio paradigma eurocêntrico. Nesse sentido, seria possível apreender a reiteração do eurocentrismo em determinadas práticas culturais decoloniais. Há, nessa proposição, uma analogia com um caso mencionado por Williams (1979), no qual os escritos da classe operária na imprensa popular radical incorporam formas literárias vindas do passado. Em suma, nesse debate está em jogo uma expressão da tensão decorrente da limitação do aparecimento do emergente mediante a incorporação do dominante. Igualmente como ocorre com a noção de emergente, é importante considerar que as práticas culturais decoloniais, as formas de reiteração parcial do eurocentrismo e os grupos sociais novos que constituem a fonte dessas práticas devem ser identificados em conformidade com as especificidades de cada contexto.

Com isso, procurou-se demonstrar como na concepção de Williams sobre o processo hegemônico não seria possível conceber a emergência de práticas culturais novas de maneira independente de suas relações com os elementos dominantes, que por sua vez reiteradamente procuram atraí-las, limitá-las e incorporá-las a fim de coibir seu potencial oposicionista. Dessa maneira, suscitam-se ocasiões de tensões onde elementos divergentes podem estar articulados. Particularmente, as tensões eurocêtricas consistem no resultado da limitação ao paradigma decolonial emergente pelo paradigma eurocêntrico. Essa limitação implica na reiteração parcial do eurocentrismo, apesar de seu caráter antieurocêntrico. Isso acarreta uma situação de crítica seletiva e uma aceitação tácita dos elementos dominantes. Consequentemente, nem eurocentrismo, nem antieurocentrismo são perspectivas monolíticas,

apresentando tensões decorrentes das disputas do processo hegemônico que constituem. A seguir, cabe indicar algumas tensões eurocêtricas constitutivas do marxismo.

3.4 Algumas notas sobre as tensões eurocêtricas no marxismo.

Ao tratar a questão do eurocentrismo no pensamento de Karl Marx, Kevin Anderson (2010) inicia suas considerações situando-o em sua experiência como exilado em Londres. Por ocasião dessa condição, Marx viveu no centro do maior Império de sua época, cuja extensão alcançava praticamente todo o planeta. Em virtude disso, teve a oportunidade de entrar em contato com um vasto volume de informações a respeito das civilizações não europeias, pois tinha condições de acessar, e acessava, fontes fornecidas por informantes oriundos de toda parte. Com isso, Anderson aponta que Marx pode teorizar sobre sociedades não ocidentais, abordando as relações entre capitalismo e colonialismo. Além disso, pode refletir sobre alternativas para movimentos de libertação nacional e suas relações com movimentos democráticos e socialistas. Por fim, também teve a oportunidade de fazer considerações sobre as relações entre raça, etnicidade e classes sociais ao analisar a questão do trabalho escravo negro nos EUA no contexto da guerra civil, assim como do trabalhador irlandês na Grã-Bretanha (ANDERSON, 2010).

A investigação de Anderson (2010) sobre as reflexões de Marx acerca das sociedades não ocidentais tiveram como fontes textos considerados “marginais”: cartas, cadernos com anotações de estudo, alguns deles já publicados, manifestos para organizações políticas internacionais e artigos publicados no jornal *New York Tribune*. A escolha desse material justifica-se com base no argumento que o cânone não seria uma criação estática, pois seria passível de uma constante revisão. Hoje são considerados canônicos textos que não foram publicados por Marx ou Engels em vida, incluindo-se *A Ideologia Alemã*, cujo manuscrito foi abandonado “à crítica roedora dos ratos” ¹⁶ (MARX, 1982[1859], p. 26). Ao voltar-se para esses escritos não canônicos, Anderson procura oferecer subsídios para que se apreenda o pensamento de Marx não como uma reflexão sobre o sistema capitalista tomado como uma abstração, mas a partir de uma perspectiva em que universalismo e particularismo sejam percebidos em interação dentro de uma totalidade dialética (ANDERSON, 2010).

Anderson (2010) considera que nos escritos de Marx sobre as sociedades não ocidentais seria possível destacar dois temas principais. O primeiro diz respeito às

¹⁶ *A Ideologia Alemã* só veio a ser publicada em 1932 na URSS e Alemanha.

significativas diferenças entre as estruturas sociais de países como Rússia, China, Índia, Argélia e Indonésia em comparação com as sociedades centrais europeias. A esse respeito, Anderson demarca uma importante diferença entre seus escritos produzidos na juventude, durante a década de 1840, e os textos elaborados já no final de sua vida, no início da década de 1880. No primeiro caso, tem-se implícita uma concepção unilinear da História, imbuída de etnocentrismo. Nesse momento Marx acreditava que necessariamente as sociedades não ocidentais que se encontravam em situação colonial seriam absorvidas pelo capitalismo, na medida em que se inserissem no mercado mundial. Contudo, posteriormente Marx teria passado a uma perspectiva multilinear da História, admitindo que o desenvolvimento dessas sociedades seria uma questão em aberto. Seus escritos sobre a Rússia seriam representativos dessa mudança para uma ênfase não eurocêntrica dos processos de transformação social, pois indicariam a possibilidade de uma modernização não capitalista.

O segundo tema destacado por Anderson (2010) consiste no apoio dado por Marx às lutas pela independência na Polônia e na Irlanda, bem como ao antiescravismo nos EUA. Essas questões surgem nos seus trabalhos publicados entre as décadas de 1850 e 1860. No caso do conjunto de textos sobre os casos polonês e irlandês, Marx reflete sobre a falha do movimento operário na Inglaterra em apoiar os movimentos nacionalistas progressistas em nações próximas. Já na abordagem da situação estadunidense, a crítica destina-se à incapacidade do movimento operário estadunidense em combater o racismo e a opressão contra minorias étnicas. Anderson considera que essa preocupação demonstra que, para Marx, o proletariado não se restringiria exclusivamente aos homens brancos e europeus, na medida em que procurou atentar para as especificidades dos proletários inseridos em outras realidades, como seria o caso dos trabalhadores negros nos EUA, por exemplo. Além disso, Anderson argumenta que, posteriormente, Marx passou a acreditar na possibilidade de uma transformação socialista em países que possuísem uma forte tradição de propriedade comunal da terra, como seriam os casos da Rússia e da Índia, abrindo-se por essa via novas possibilidades de resistência contra o capital (ANDERSON, 2010).

Enquanto Anderson procurou ressaltar os aspectos em que Marx rompia com o paradigma eurocêntrico, Kolja Lindner (2010) destaca a importância das pesquisas realizadas por Marx sobre as formas de propriedade comunal da terra para que essa ruptura fosse possível. Lindner argumenta que ao dedicar-se à compreensão das diferentes formas de propriedade da terra, Marx teria gradativamente abandonado algumas posições eurocênicas. Assim, Lindner parte da análise do ensaio sobre a Índia publicado por Marx em 1853 para mostrar como inicialmente prevalecia uma visão negativa sobre as comunidades rurais

indianas. Elas seriam retratadas ao mesmo tempo como o fundamento do “despotismo oriental” e como fator determinante para a estagnação do país. Colocações como essas que levaram Said (2006[1978]) a imputar a Marx a pecha de orientalista. No entanto, Lindner argumenta que os estudos de Marx a respeito da propriedade da terra ao longo da década de 1870 tiveram significativa importância na mudança no modo como passou a ver as sociedades não ocidentais. Esses estudos influenciaram diretamente a postura manifesta em suas correspondências com os revolucionários russos do século XIX, como Vera Zasulich. Nesses escritos, Marx argumentava a possibilidade do *mir*, forma de organização estruturada em torno da propriedade comunal da terra, fornecer “a alavanca da regeneração social da Rússia”, contanto que fossem eliminadas “as influências deletérias que a assaltam de todos os lados e então assegurar-lhes as condições normais de um desenvolvimento espontâneo” (MARX, 2013[1881], p. 115). Lindner atenta que, no final de sua vida, Marx recusava-se a “aplicar” a categoria feudalismo para explicar as formas de organizações sociais do Oriente, por considerar esse procedimento uma forma de etnocentrismo (LINDNER, 2010).

Pesquisas recentes têm contribuído para compreender os aspectos antieurocêtricos do pensamento de Marx, focalizando questões como as levantadas por Anderson (2010) e Lindner (2010). Todavia, esses elementos constituíram uma tradição apropriada de maneira minoritária pelos marxistas ao longo do século XX. Nesse sentido, predominou uma interpretação que contribuiu para que Marx fosse unilateralmente taxado como eurocêntrico, estando alinhado por inteiro à colonialidade do saber. Isso resulta, sobretudo, da apropriação prioritária das ideias de Marx e Engels que possuem um maior acento eurocêntrico. Portanto, certamente devem-se considerar parcialmente verdadeiras muitas das alegações contra Marx, especialmente no que se refere à utilização de expressões racistas em alguns escritos, bem como à reiteração da ideia de progresso que permeia a maior parte de sua obra – não obstante a significativa revisão desse posicionamento propiciada pela consideração do caso russo. Mas igualmente é preciso considerar em que medida Marx também se contrapôs ao eurocentrismo.

No que se refere ao debate sobre a reiteração do eurocentrismo e do colonialismo por parte de Marx e dos marxistas, Edgardo Lander (2006) apresenta os principais eixos que caracterizam esse debate. Ao analisar essa questão, Lander ressalta que suas ponderações tendem a serem mais diretamente direcionadas a determinadas vertentes do marxismo em detrimento de outras. Suas observações não seriam aplicáveis ao marxismo como um todo, já que sua pluralidade de manifestações tornaria arbitrária uma generalização desse argumento. Nesse sentido, é perceptível que a vertente inspirada pelo chamado “socialismo real” constitui a principal destinatária de suas críticas. Dentre os eixos destacados por Lander, interessa

considerar os seguintes tópicos para a análise da recepção do marxismo na América Latina: 1) marxismo como ciência positiva; 2) socialismo científico; 3) crença nas possibilidades infinitas do progresso das forças produtivas; 4) marxismo como metarrelato eurocêntrico da História; 5) desaparecimento da natureza da teoria social; 6) determinismo econômico em última instância (LANDER, 2006).

Ao criticar o marxismo como ciência positiva, apontando-o como uma manifestação eurocêntrica, Lander (2006) remete-se tacitamente a uma diferenciação epistemológica estabelecida por Marx (2008e[1873]) em *O Capital* entre “método de investigação” e “método de exposição”. Dessa maneira, Lander indica que o primeiro método corresponderia aos textos de caráter mais exploratórios e filosóficos de Marx, onde suas categorias analíticas foram gestadas, como ocorreu nos *Grundrisse*, por exemplo. Já o segundo método teria um caráter mais formalizado, apresentando um maior acento científico, como é o caso da maior parte de *O Capital*. Lander observa uma tensão nessa distinção, na medida em que a concepção de ciência subjacente ao “método de exposição” expressaria uma “busca de legitimação da crítica a partir dos próprios critérios de validação do conhecimento da sociedade que se critica e busca superar radicalmente, constitui[ndo] um limite severo à crítica marxista da sociedade capitalista” (LANDER, 2006, p. 214). Essa perspectiva epistemológica presente no próprio pensamento de Marx serviu de ampla sustentação para o chamado socialismo científico.

Retomando as manifestações do eurocentrismo tomadas como referência para a realização deste trabalho, é possível correlacionar essa crítica de Lander ao que Wallerstein (2002) denominou de maneira mais geral de pretensão de universalismo do pensamento científico europeu. Lander está justamente atentando para a adesão expressa em alguns escritos de Marx à ideia de que haveria uma verdade objetiva inscrita na realidade, tornando possível a elaboração de leis explicativas e prescritivas. Certamente que não é correto reduzir a perspectiva construída por Marx a essa manifestação do universalismo. Contudo, do mesmo modo que não é possível simplesmente ignorá-la, pois fomentou as reflexões de Engels a respeito das distinções entre socialismo utópico e socialismo científico, bem como suas leis da dialética da natureza, além de outros desdobramentos mais ortodoxos observados ao longo do século XX.

O segundo eixo da relação entre eurocentrismo, colonialismo e marxismo apontado por Lander (2006) é o chamado socialismo científico, que estaria relacionado com a concepção de verdade no pensamento de Lenin. Ao realizar esse debate, Lander salienta como está incutida na apropriação das ideias de Marx por parte de Lenin a noção do

desenvolvimento histórico como um processo natural, tornando mais acentuada a relação entre marxismo e ciência positiva. Conforme Lander isso se daria mediante a reiteração da dualidade entre sujeito e objeto do conhecimento, particularmente no que tange ao estabelecimento do “privilégio de um sujeito histórico particular e a construção de todos os ‘outros’ como objeto do conhecimento, incapazes de produzir conhecimento válido”, instaurando-se uma perspectiva eurocêntrica da história universal (LANDER, 2006, p. 215). A consequência disso para a constituição do socialismo é que a análise científica das tendências da sociedade capitalista forneceriam subsídios fundamentais para sua implantação, tornando-o um futuro necessário mediante o conhecimento das “leis da História”. Dessa maneira Lander afirma que Lenin contribui decisivamente para estabelecer a noção de que: “Somente o marxismo garante nos aproximar da verdade absoluta. As outras sendas do conhecimento o que nos garantem é erro, a não verdade (sic.)” (LANDER, 2006, p. 217).

Juntamente a essa perspectiva acerca da relação entre marxismo como única forma de conhecimento da verdade histórica e construção do socialismo, Lander afirma que a possibilidade de empreender essa articulação seria dada pela noção de privilégio epistemológico do proletariado, destacadamente por meio de sua vanguarda organizada em um partido revolucionário. Lander argumenta que Lenin reelabora de forma radicalizada a cisão entre sujeito e objeto, um dos fundamentos das posturas coloniais eurocêntricas do conhecimento moderno hegemônico (LANDER, 2006). Essa dicotomia estabelece a existência de um sujeito abstrato apto a alcançar um conhecimento objetivo e universal, analogamente ao que foi apresentado anteriormente no que concerne ao avatar do universalismo de Wallerstein (2002).

Por seu turno, Lander acrescenta que a noção de um “sujeito abstrato” ocultou uma série de predicados particularistas que, na realidade, correspondem aos atributos consolidados como dominantes na modernidade, fazendo com que ele se configure como: “um sujeito *européu, branco, masculino*, de classe alta, e pelo menos em sua apresentação pública, *heterossexual*” (LANDER, 2006, p. 218). Em contrapartida, os “outros”, tais como mulheres, homossexuais, negros, índios e não europeus estariam situados na condição de objeto de conhecimento, não estando aptos a produzir conhecimento válido, conforme os critérios eurocêntricos da produção do saber. Com a noção de que a vanguarda do proletariado seria o sujeito do conhecimento privilegiado, capaz de desvelar o funcionamento da sociedade e construir os caminhos para a superação do capitalismo, Lander afirma que Lenin radicaliza a postura colonial e eurocêntrica de negação da capacidade do “outro” de produzir conhecimento, na medida em que assume abertamente os predicados do sujeito do

conhecimento. Desse modo, a noção de socialismo científico, além de reiterar mais enfaticamente o avatar do universalismo, incorre na ideia de progresso, ao conceber o socialismo como uma realidade inexorável mediante o conhecimento das leis da História no metrocentrismo, ao conceber uma cisão entre sujeito e objeto do conhecimento de modo a estabelecer critérios que excluem o colonialismo de seu horizonte cognitivo.

O terceiro eixo da relação entre colonialismo, eurocentrismo e marxismo indicado por Lander (2006) que interessa para a proposta deste tópico, corresponde à crença nas possibilidades infinitas do progresso das forças produtivas. A esse respeito, o autor chama a atenção para um duplo posicionamento de Marx sobre a questão. Por um lado, haveria uma crítica contumaz à exploração oportunizada pela oposição entre capital e trabalho, na medida em que as forças produtivas configuram-se como meio de valorização do capital e desvalorização das forças produtivas. Por outro lado, há uma admiração quanto às realizações propiciadas pela tecnologia capitalista, conforme se pode observar em seu *Manifesto do Partido Comunista* (MARX, ENGELS, 1998[1848]), por exemplo. Lander constata uma ascendência dessa segunda postura mediante a hegemonia do marxismo com afinidades com a ciência positiva, disseminando “os valores do progresso e da confiança infinita nas potencialidades benéficas do desenvolvimento das forças produtivas características do ambiente intelectual europeu do século XIX” (LANDER, 2006, p. 219). Com base nessa postura do marxismo para com as forças produtivas, Lander nota como o regime soviético acabou por reiterar um modelo tecnológico de caráter centralizado e não democrático, em vez de promover a emancipação. Assim, tem-se mais uma manifestação da ideia de progresso no âmbito do marxismo.

O quarto eixo corresponde à ideia do marxismo como metarrelato eurocêntrico da história universal. Para fundamentar este ponto, Lander considera que Marx e Lenin teriam lançado as bases para o argumento acerca da “sucessão histórica de modos de produção (sociedade sem classes, sociedade escravista, sociedade feudal, sociedade capitalista, sociedade socialista) postula[ando] uma versão da *História universal*, a partir de sua interpretação da história paroquial europeia” (LANDER, 2006, p. 220). A esse respeito, Lander assinala como paradigmáticos os textos escritos por Marx a respeito da Índia (o mesmo referido por Lindner), tal como a polêmica de Lenin com os populistas russos. Contudo, como indicado acima, na medida em que Marx aprofundou seus estudos sobre as formas comunais de propriedade da terra, paulatinamente modificou seu ponto de vista a respeito da sequência etapista, compreendendo a passagem do feudalismo para o capitalismo e então para o socialismo (LINDNER, 2010). Apesar da modificação observada em suas ideias

no final de sua vida, ainda assim não restam dúvidas de que ao longo do século XX prevaleceu nas leituras soviéticas de Marx a ênfase na ideia de metarrelato eurocêntrico.

Um quinto elemento evocado por Lander (2006) em sua crítica ao vínculo do marxismo com o colonialismo e o eurocentrismo, corresponde ao desaparecimento da natureza na teoria social. Seguindo a opinião de Fernando Coronil, Lander assevera que, apesar de apontar a tríade formada por capital, trabalho e terra como fundamento para explicar o processo de produção, Marx formaliza um entendimento da criação da riqueza na sociedade capitalista pautada na relação entre capital e trabalho, mas deixando de fora a natureza por não criar mais-valia. Como consequência dessa exclusão da natureza na consideração sobre o desenvolvimento do capitalismo, acaba-se por desconsiderar o espaço na teoria social. Desconsiderando-se o espaço, por meio da abstração da natureza, fornecem-se condições para conceber o capitalismo e a modernidade como processos internos e autogerados na Europa, na medida em que não se levariam em consideração as especificidades engendradas pelo capitalismo em outros espaços, como as colônias. Portanto, essa perspectiva seria caracterizada como eurocêntrica por omitir o colonialismo como elemento constitutivo do capitalismo.

Por fim, o último aspecto que Lander aponta em sua crítica da relação entre marxismo, colonialismo e eurocentrismo diz respeito à separação entre base e superestrutura, de forma a conceber os fatores econômicos como determinantes em última instância. Ecoando opiniões de marxistas heterodoxos, Lander considera que o esquema envolvendo a dicotomia entre base e superestrutura levaria a um essencialismo dogmático. Ao se privilegiar aprioristicamente a esfera da produção e de agentes vinculados às classes burguesa e proletária, outros sujeitos e experiências seriam invisibilizados, assim como outros aspectos da realidade seriam desconsiderados. Em vista disso, analogamente ao que propõe Quijano (2010), Lander advoga uma concepção de totalidade que considera o caráter heterogêneo da realidade social. Após situar os principais pontos de tensão eurocêntrica nas ideias de Marx e na sua apropriação soviética, agora cabe levar em consideração as condições gerais da recepção do marxismo na América Latina.

4 MARXISMO E TENSÕES EUROCÊNTRICAS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

4.1 O marxismo na América Latina e a questão do eurocentrismo.

Este capítulo é dedicado ao debate sobre a questão do eurocentrismo na recepção do modelo democrático-burguês na América Latina e no Brasil como parte do esforço de compreender as tensões eurocêntricas na interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. Anteriormente indicou-se a existência de dois eixos constitutivos do problema abordado neste trabalho. O primeiro é a questão da provincialização do modelo democrático-burguês. O segundo eixo é a desprovincialização do “Sentido da Colonização”. Provincialização do modelo democrático-burguês e desprovincialização do “Sentido da Colonização” relacionam-se entre si na medida em que resultam do empreendimento de nacionalização do marxismo, concebido como um processo de tradução do marxismo para a realidade brasileira (RICUPERO, 2000). Essa relação está fundamentada na ideia defendida por Prado Jr. do marxismo como método. É com base na maneira como Prado Jr. concebe o método que a transposição apriorística de categorias para explicar a realidade brasileira foi recusada, possibilitando a provincialização do modelo democrático-burguês. Também é devido a essa compreensão do método que a desprovincialização do “Sentido da Colonização” é possibilitada, pois introduz a formação da sociedade brasileira como parte de um conjunto de relações que em sua totalidade forma o sistema capitalista.

Neste trabalho a análise do eurocentrismo do modelo democrático-burguês na América Latina e no Brasil justifica-se por dois motivos. O primeiro é a contextualização da produção intelectual de Caio Prado Jr. Militante do PCB durante praticamente todo o período de predomínio da Komintern, Prado Jr. teve que se dividir entre a disciplina político-partidária e a heterodoxia intelectual, conforme observou Florestan Fernandes (1989). Nesse sentido, é preciso conhecer os traços característicos do modelo democrático-burguês para compreender mais adequadamente a crítica de Prado Jr. e, por conseguinte, suas tensões eurocêntricas. O segundo motivo é a compreensão da especificidade do modelo democrático-burguês na América Latina e no Brasil. Particularmente no que se refere à apreensão de diferentes formulações a respeito da tese feudal. Embora o modelo democrático-burguês esteja fundamentado em uma concepção etapista da história, nem sempre houve uma transposição mecanicista pautada em uma correspondência direta entre as fases de desenvolvimento europeu e dos países latino-americanos. Inclusive, como ocorre no caso de Mariátegui, há

situações onde o a tese feudal é sustentada sem que necessariamente haja uma reiteração do modelo democrático-burguês. Assim, a compreensão das tensões eurocêtricas do modelo democrático-burguês contribui para o entendimento de sua provincialização por Prado Jr. Dessa forma, inicia-se a discussão abordando a questão do eurocentrismo no modelo democrático-burguês na América Latina e sua crítica por Mariátegui.

Em comparação à situação europeia e estadunidense, o proletariado na América Latina era consideravelmente mais incipiente devido à parca industrialização da região. Além disso, a penetração do marxismo observou-se de maneira mais considerável apenas no início do século XX e tinha uma forte concorrência com as correntes anarquistas no movimento operário, sobretudo até a Revolução Russa. Contudo, mesmo com as limitações de acesso a livros para o estudo das ideias marxistas¹⁷, estava no horizonte dos pioneiros latino-americanos a tentativa de adequar o materialismo histórico às especificidades locais. Nessa perspectiva, Pablo Gonzalez Casanova e Michel Löwy formularam interpretações sobre a constituição do marxismo na América Latina tomando como referência sua adequação ou não à realidade local.

Löwy (2012) apresenta uma sistematização da trajetória do marxismo na América Latina que amplia e complementa uma proposta concebida por Casanova (1988). A reflexão de ambos partilha uma especial preocupação com a relação entre o marxismo e as especificidades latino-americanas. Referindo-se às experiências revolucionárias de inspiração marxista no continente, Casanova observa que “el proceso revolucionario en nuestros países no se da sin mediaciones, sino con una gran cantidad de mediaciones, y es en el estudio de estas mediaciones como se va a enriquecer mucho la teoría del proceso revolucionario”¹⁸ (CASANOVA, 1988, p. 16). Na opinião de Casanova, essas mediações corresponderiam justamente aos esforços de adequar o marxismo às especificidades locais, propiciando a unidade entre conhecimento teórico, realidade empírica e prática revolucionária. Por sua vez, Löwy chama a atenção para as consequências decorrentes de uma concepção não comprometida com a construção dessa unidade, destacadamente mediante a simples transposição de ideias europeias para a realidade latino-americana. Reside nessa questão o cerne do debate a respeito da relação entre cópia e originalidade das ideias no contexto do marxismo latino-americano. Destarte, o decalque puro e simples de ideias teria sido

¹⁷ Edgard Carone (1986) informa que no Brasil até meados da década de 1940 a atividade editorial era significativamente restrita, destacadamente em virtude da intensa censura sofrida pelos livros relacionados ao comunismo, conforme será discutido no próximo tópico.

¹⁸ Em livre tradução: “o processo revolucionário em nossos países não se dá sem mediações, mas com uma grande quantidade de mediações, e é no estudo destas mediações que se irá enriquecer muito a teoria do processo revolucionário”.

prejudicial para o marxismo na América Latina:

Foi o eurocentrismo, mais do que qualquer outra tendência, que devastou o marxismo latino-americano. Com esse termo queremos nos referir a uma teoria que se limita a transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX. Para cada aspecto da realidade europeia estudado por Marx e Engels [...] procurou-se laboriosamente o equivalente latino-americano [...] Usando esse método, a estrutura agrária do continente foi classificada como feudal, a burguesia local considerada como progressista, ou mesmo revolucionária, o campesinato definido como hostil ao socialismo coletivista etc. Nessa problemática, toda especificidade da América Latina foi implícita ou explicitamente negada, e o continente concebido como uma espécie de Europa tropical, com seu desenvolvimento retardado de um século, e sob o domínio do império norte-americano (LÖWY, 2012, p. 10-11).

Para Löwy, a chave para compreender a dinâmica da apropriação eurocêntrica do marxismo na América Latina relaciona-se com o domínio hegemônico das diretrizes stalinistas disseminadas pela Komintern, ocorrido na passagem entre as décadas de 1920 e 1930. Nesse sentido, Löwy argumenta que antes da consolidação de sua ascendência houve espaço em meio à combinação entre positivismo e marxismo para o surgimento de perspectivas mais originais e mais preocupadas com as especificidades do continente, como foram os casos de Julio Antonio Mella, em Cuba, Ricardo Paredes, no Equador, e José Carlos Mariátegui, no Peru. Tanto Casanova quanto Löwy vinculam a introdução do marxismo às iniciativas esparsas dos primeiros movimentos de trabalhadores antes da Primeira Guerra. Mas consideram a Revolução Russa de 1917 como marco definitivo para sua disseminação. Destacadamente, mediante a organização de partidos comunistas nacionais que, paulatinamente, passaram a integrar uma rede fortemente internacionalizada (PONS, 2014). Durante o período compreendido entre o final da década de 1920 e início da década de 1960, os partidos comunistas hegemonizaram de maneira mais intensa o marxismo latino-americano. Ao longo daqueles anos as diretrizes stalinistas foram hegemonicamente dominantes.

Porém, Casanova (1988) e Löwy (2012) são enfáticos ao considerar que o ponto de inflexão do marxismo na América Latina durante o século XX deu-se com a Revolução Cubana, marcando a ruptura com o stalinismo. Löwy observa que “a primeira revolução socialista da América foi feita sob a liderança de revolucionários alheios ao molde ideológico do comunismo stalinista” (LÖWY, 2012, p. 44). Contribuíram para essa mudança, tanto fatores situados no plano mundial, como fatores especificamente latino-americanos. Internacionalmente, o enfraquecimento da hegemonia dos partidos comunistas tradicionais relaciona-se com condicionantes advindos da dinâmica do poder na União Soviética após o

falecimento de Stalin, que ensejou a oportunidade para surgirem denúncias quanto ao culto de sua personalidade. Outro conjunto de condicionantes externos que contribuíram para o enfraquecimento dos partidos comunistas tradicionais latino-americanos relaciona-se com as polarizações no interior do campo do socialismo real decorrentes da invasão da Iugoslávia promovida pelos russos e da ruptura da China com o bloco soviético (PONS, 2014). Dessa forma, no campo do comunismo na América Latina passou a haver partidos alinhados com a perspectiva chinesa em detrimento da soviética.

Voltando-se para os condicionantes latino-americanos, a partir das colocações de Löwy (2012) e Casanova (1988), pode-se dizer que a Revolução Cubana propiciou uma ruptura com o molde stalinista tanto em termos de análise histórica, quanto de projeto político. Em termos de análise histórica, Fidel Castro formulou como diretriz para a Revolução Cubana uma perspectiva que se diferenciou do stalinismo pela apropriação das ideias de José Martí. Nesse sentido, em vez da transposição de uma concepção apriorística do marxismo, como era comum nos partidos comunistas nacionais, Castro empenhou-se na apropriação seletiva de uma tradição anti-imperialista latino-americana para compreender a especificidade da realidade cubana. No que concerne ao projeto político, tem-se a ascensão do “foquismo”, doutrina inspirada em Che Guevara e sistematizada por Régis Debray, que defendia a disseminação de focos de guerrilha, ao modo como ocorreu em Cuba e na resistência vietnamita contra os EUA. Dessa maneira, a Revolução Cubana modificou o referencial dos movimentos revolucionários marxistas, principalmente por apresentar um caso em que a luta armada foi capaz de combater um regime ditatorial e pavimentar a via para o socialismo (LÖWY, 2012; CASANOVA, 1988).

Mas, afinal, como se caracterizaria a matriz eurocêntrica do marxismo na América Latina? Löwy (2012) aponta que o predomínio do stalinismo deu-se, sobretudo a partir da década de 1930, quando passou a haver uma centralização programática e doutrinária ainda mais intensa. Foi fundamental para tornar hegemônica a reprodução de posicionamentos eurocêntricos junto aos marxistas. O principal traço eurocêntrico da perspectiva dominante junto aos partidos comunistas estava expresso pelo modelo democrático-burguês (MANTEGA, 1984), concebido como um desdobramento das teses apresentadas por Lenin em *As Duas Táticas da Socialdemocracia*, elaboradas por ocasião da derrota da Revolução Russa de 1905. O modelo democrático-burguês procura imputar uma perspectiva analítica e um programa político tomando por referência uma concepção etapista da História como via para o socialismo em países de origem colonial, cuja questão agrária não foi resolvida com base na chamada “via clássica”, em um processo de acumulação primitiva análogo ao

ocorrido na Inglaterra¹⁹. Por um lado, a não resolução da questão agrária estaria relacionada com a manutenção de resquícios feudais que deveriam ser eliminados para que o capitalismo viesse a consolidar-se plenamente; por outro, a persistência desses traços coloniais seria funcional aos interesses imperialistas, na medida em que se beneficiariam da importação de produtos primários e do enfraquecimento da burguesia nacional.

Em decorrência dessa interpretação da realidade latino-americana, os partidos comunistas nacionais propunham como programa político uma frente única composta por proletários, trabalhadores rurais, setores progressistas da burguesia nacional supostamente prejudicados pelo Imperialismo, podendo-se também abranger outros setores identificados conjunturalmente como progressistas. Como a burguesia nacional estaria debilitada em virtude da aliança entre latifundiários e Imperialismo, impossibilitando o desenvolvimento pleno das forças produtivas, os proletários deveriam comandar essa frente única com vistas a cumprir as tarefas da revolução democrático-burguesa. Contudo, mesmo após a obtenção desse objetivo, a classe trabalhadora deveria permanecer mobilizada para gradualmente avançar nas suas reivindicações. A intenção disso era propiciar por uma via pacífica e democrática a aceleração das contradições entre forças produtivas e relações de produção, criando-se as condições para o advento do socialismo. Como resultado da transposição dessa perspectiva para o contexto latino-americano, o modelo democrático-burguês reproduz a ideia de um desenvolvimento sequencial, linear e pretensamente universal, na medida em que considera as etapas do desenvolvimento histórico europeu como a única via de desenvolvimento possível.

Portanto, a postura mimética colonial observada junto às primeiras manifestações do pensamento crítico no continente, que perdurou ao longo das décadas iniciais do século XX (MARTINS, 2012), também foi predominante no âmbito do marxismo de viés soviético, inclusive mediante sobreposições com o positivismo (KONDER, 1988; LÖWY, 2012). Não obstante o domínio dessa perspectiva entre as décadas de 1930 e 1960, durante esse período também se observou o aparecimento de vertentes críticas ao eurocentrismo no marxismo latino-americano. No entanto, a maior parte dessas abordagens originou-se fora dos partidos comunistas nacionais, partindo de acadêmicos e de militantes trotskistas, como foram os casos de C.L.R. James, Sergio Bagú e Marcelo Segall, por exemplo. Antes da década de 1930, a

¹⁹ Denomina-se de “via clássica” para o capitalismo o processo de acumulação primitiva de capital ocorrido na Inglaterra, tomado como exemplar por Marx (2008c[1967]). Em síntese: “A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 2008c[1867], p. 828), caracterizado pela dissolução da servidão feudal e da pequena propriedade camponesa em favor da urbanização e formação da força de trabalho a ser empregada na indústria.

contribuição crítica mais relevante no marxismo latino-americano contra o eurocentrismo veio da produção heterodoxa de Mariátegui, um dos fundadores do Partido Socialista Peruano, que posteriormente foi nomeado Partido Comunista Peruano. Visto a partir desse panorama, tem-se um elemento importante para se pensar o caso de Caio Prado Jr. Diferentemente dos marxistas citados acima, Prado Jr. desponta como caso raro na América Latina – talvez único –, na medida em que era militante filiado ao PC de seu país (PCB) e discordava das diretrizes da Komintern. Prado Jr. procurou conciliar na sua trajetória independência intelectual e disciplina na militância partidária, daí a realização de suas críticas sem implicar em uma ruptura com o PCB (FERNANDES, 1989).

No que concerne à crítica marxista ao eurocentrismo na América Latina, o peruano Mariátegui possui uma posição de destaque em virtude de seu pioneirismo e originalidade. Dessa maneira, para compreender as tensões eurocêntricas do marxismo latino-americano é importante observar um pouco mais detidamente suas ideias. Seu intento foi formular uma crítica marxista orientada para a especificidade da história peruana. Dessa maneira, ele procurou empreender uma apropriação crítica do legado de Marx, em movimento denominado por Ricupero (2000) de “nacionalização do marxismo”. Essa apropriação do marxismo em termos nacionais não deve ser concebida de forma a desconsiderar o caráter internacionalista que perpassa o marxismo. Na verdade, a discussão entre nacionalismo e internacionalismo oferece uma porta de entrada para compreender o pensamento mariáteguiano. Apesar da internacionalização hegemônica que vigorou na primeira metade do século XX, transcorrida por meio da Komintern, Mariátegui dissocia a internacionalização do marxismo da sua completa uniformização, procurando conciliá-la com as especificidades nacionais.

Em virtude da adesão às ideias socialistas marxistas para a construção de sua alternativa para situação nacional peruana, alguns opositores de Mariátegui o qualificaram como adepto de “estrangeirismos”. Às críticas de “europeizado” decorrentes de sua postura, Mariátegui retrucava alegando que “não há salvação para a Indo-América sem a ciência e o pensamento europeus ou ocidentais. Sarmiento, que ainda é um dos criadores da argentinidade, foi considerado, na sua época, um europeizado. Não achou melhor maneira de ser argentino” (MARIÁTEGUI, 2010[1928], p. 32). Portanto, Mariátegui acreditava na criação de uma alternativa para sociedade peruana que comungasse a tradição indo-americana e a cultura europeia. As implicações dessa concepção para seu programa político são significativas, constituindo a base de sua defesa de um socialismo indo-americano, concebido articuladamente com o processo histórico internacional:

O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Porém nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo o é nem pode sê-lo. E o socialismo, ainda que tenha nascido na Europa, como o capitalismo, não é tampouco específico nem particularmente europeu. É um movimento mundial, ao qual não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental. Esta civilização conduz, com forças e meios de que nenhuma civilização dispôs, à universalidade. A Indo-América, nesta ordem mundial, pode e deve ter individualidade e estilo; porém não uma cultura nem um destino particulares (MARIÁTEGUI, 2012[1928], p. 109).

Dessa maneira, a nacionalização do marxismo de Mariátegui constitui-se com base em uma tensão entre o particular e o universal, considerando a individualidade e estilo próprios da Indo-América no plano do movimento mundial de disputa entre capitalismo e socialismo. Ao mesmo tempo em que reconhece a origem europeia do socialismo, que logo se internacionalizou, Mariátegui atenta que “[o] socialismo [...] está na tradição americana. A mais avançada organização comunista primitiva que a história registra é inca” (MARIÁTEGUI, 2012[1928], p. 109). Por conseguinte, afirma que: “Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heroica. Temos que dar a vida, como nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano” (MARIÁTEGUI, 2012[1928], p. 109). Para tanto, Mariátegui propõe que a tradição socialista incaica seja tomada como ponto de partida para a organização de cooperativas de produção e de consumo como alternativa ao latifúndio feudal, forma de propriedade da terra predominante no Peru. Essa proposição aponta para a busca por um caminho próprio de luta, em conformidade com as especificidades nacionais, sem incorrer em soluções pautadas na cópia de modelos estrangeiros. Mariátegui argumenta que a tradição comunitária incaica forneceria a aptidão moral e material para o fomento de cooperativas de produção e consumo:

Las “comunidades” que han demostrado bajo la opresión más dura condiciones de resistencia y persistencia realmente asombrosas, representan en el Perú un factor natural de socialización de la tierra. El indio tiene arraigados hábitos de cooperación. [...] La “comunidad” puede transformarse en cooperativa, con mínimo esfuerzo²⁰ (MARIÁTEGUI, PESCE, 2010[1929], p. 79).

Enquanto o cooperativismo na Europa relaciona-se com os vínculos comunitários estabelecidos entre os trabalhadores a partir dos sindicatos, no Peru esses vínculos já estariam consolidados nas serras, ao passo que, nas cidades, o proletariado peruano ainda precisaria desenvolvê-lo. Conforme aponta Löwy (2012; 2013), essa proposta de Mariátegui possui paralelo com o debate estabelecido entre Vera Ivanovna Zaslitch (2013[1881]), partidária

²⁰ Em livre tradução: “As ‘comunidades’ que têm demonstrado sob a opressão mais dura condições de resistência e persistência realmente assombrosas, representam no Peru um fator natural de socialização da terra. O índio tem arraigados hábitos de cooperação. [...] A ‘comunidade’ pode transformar-se em cooperativa, com mínimo esforço”.

dos “populistas russos”, e Karl Marx (2013[1881]) acerca da possibilidade de uma transição ao socialismo sem conceber o capitalismo como pré-requisito. Segundo essa tese, deveria partir-se da experiência do *mir* para a construção do socialismo. Dessa forma, Marx e Engels (2013[1882]) afirmam que “a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista” (MARX, ENGELS, 2013[1882], p. 125).

Nesse sentido, assim como ocorre por parte de Marx e Engels, há no pensamento de Mariátegui uma ruptura com a linearidade estabelecida pela sucessão cumulativa entre diferentes estágios e desenvolvimento. Evita-se dessa maneira um dos traços característicos da ideia de progresso. Como indicado com base em Anderson (2010) e Lindner (2010), esse posicionamento também representa uma significativa modificação na própria postura de Marx e Engels quanto às suas concepções acerca do desenvolvimento histórico e à transição para o socialismo. Assim, no lugar da reiteração eurocêntrica do progresso, haveria nessa discussão uma tensão em torno dessa ideia. O caráter teleológico do socialismo abandonaria uma perspectiva unilinear e adotaria a multilinearidade, sem necessariamente romper por completo com o progresso, apesar da significativa contribuição para esse intento.

A tensão entre a especificidade nacional e a perspectiva internacionalista, presente na concepção mariáteguiana do marxismo como programa político socialista, também é observável em sua análise histórica. Mariátegui atribui importância crucial para a questão da terra na formação da sociedade peruana. Sua intenção é compreender como se forjou no Peru um arranjo que articulava diferentes formas de propriedade da terra e de organização do trabalho, onde internamente a hegemonia cabia ao latifúndio feudal, cuja orientação, porém, era definida no plano internacional em função das demandas capitalistas.

Mariátegui inicia procurando demonstrar como o colonizador espanhol forjou relações de produção feudais, englobando a propriedade comunal da terra característica dos incas: “Por cima das ruínas de uma economia socialista, [os colonizadores] lançaram as bases de uma economia feudal” (MARIÁTEGUI, 2010[1928], p. 34). Assim, apesar do predomínio feudal, o problema agrário no Peru também tem como componente “a sobrevivência da comunidade e de elementos de socialismo prático na agricultura e vida indígena” (MARIÁTEGUI, 2010[1928], p. 69). A desnaturação da propriedade coletiva da terra forçava um vínculo de dependência dos indígenas para com os latifundiários, por isso a “comunidade sobrevivia, mas dentro de um regime de servidão” (MARIÁTEGUI, 2010[1928], p. 81). A esse vínculo entre latifúndio e propriedade comunitária da terra, Mariátegui acrescenta que: “como para o trabalho das fazendas da costa se recorreu à importação de escravos negros, foram misturados, aos elementos característicos de uma sociedade feudal, elementos e características de uma

sociedade escravista” (MARIÁTEGUI, 2010[1928], p. 35). Juntamente a essas atividades, na colônia ainda havia a mineração voltada para exportação, desenvolvida na região dos altiplanos andinos.

Assim, deve-se observar que o fato de Mariátegui referir-se à existência de feudalismo no Peru durante o Período Colonial não implica necessariamente em um ponto de vista eurocêntrico. O Amauta deteve-se na configuração particular da sociedade peruana para definir sua situação como feudal, não havendo nisso uma transposição apriorística do conceito de feudalismo, como ocorreu em muitos casos inspirados nas diretrizes da Komintern. Por isso, ao conceber o feudalismo no Peru, Mariátegui indicou tanto seu entrelaçamento com o escravismo e com a propriedade comunal da terra dos indígenas no plano local, quanto sua articulação com o sistema capitalista no plano internacional. Sem atentar para essa articulação, não seria possível caracterizar adequadamente o feudalismo peruano, conforme a visão de Mariátegui.

Portanto, nesse caso, o feudalismo não consistiria em uma etapa prévia ao capitalismo. Como observa Grosfogel: “Mariátegui acreditava que o latifúndio feudal e as relações capitalistas faziam parte de um único sistema capitalista internacional” (GROSFOGEL, 2013, p. 34). Isto posto, cabe aqui retomar a observação de Quijano (2010) sobre o padrão de poder capitalista, que seria caracterizado pela articulação entre elementos e experiências descontínuos e heterogêneos. Dessa maneira, ao assinalar a interdependência entre feudalismo, propriedade coletiva da terra e escravismo em vista da acumulação de capital no plano mundial, Mariátegui lançava as bases para a compreensão de como a colonialidade do poder estrutura-se no âmbito do sistema capitalista.

Além de caracterizar a estrutura econômica peruana, Mariátegui (2010[1928]) também refletiu sobre as bases de legitimação do domínio dos *gamonales* sobre os indígenas, afirmando que seu fundamento se assentava no discurso racial. Inicialmente, esse expediente era utilizado pelos europeus que reivindicavam para si uma superioridade inata em relação aos índios. Posteriormente, esse argumento teria sido retomado pelos latifundiários *criollos*, propondo como solução para a situação do indígena sua assimilação pela miscigenação com a “raça” branca:

A suposição de que o problema indígena é um problema étnico se nutre do repertório mais envelhecido das ideias imperialistas. O conceito de raças inferiores serviu ao Ocidente branco para sua obra de expansão e conquista. Esperar a emancipação indígena de um cruzamento ativo da raça aborígine com imigrantes brancos é de uma ingenuidade antissociológica, concebível apenas na mente rudimentar de um importador de carneiros merinos. [...] A degeneração do índio peruano é uma invenção vagabunda dos leguleios feudais (MARIÁTEGUI, 2010[1928], p. 57).

Como alternativa ao determinismo racial, Mariátegui defende que “[a] mestiçagem precisa ser analisada não como questão étnica, e sim como questão sociológica” (MARIÁTEGUI, 2010[1928], p. 323-324). Com isso, o marxista peruano propõe atentar para os aspectos econômicos e sociais vinculados à hibridação entre diferentes tipos sociais que resultaria no mestiço como um novo tipo social. No entanto, sua perspectiva sociológica limita-se à refutação de parâmetros raciais para definição da superioridade europeia, na medida em que corrobora sua redefinição em termos culturais por meio do evolucionismo:

O preconceito das raças diminuiu, mas a noção das diferenças e desigualdades na evolução dos povos se ampliou e enriqueceu em virtude dos progressos da sociologia e da história. A inferioridade das raças de cor já não é um dos dogmas dos quais se alimenta o maltratado orgulho branco. Mas todo relativismo de hoje não é o suficiente para abolir a inferioridade da cultura (MARIÁTEGUI, 2010[1928], p. 323).

Assim, em vez de a “raça” servir de critério para a delimitação da superioridade europeia, as condições culturais, sociais, econômicas e técnicas convertem-se em parâmetros a serem adotados para a consideração do progresso civilizacional. Em função de sua crítica ao determinismo racial incorrer em uma visão evolucionista, instaura-se uma aporia no argumento de Mariátegui contrário à subjugação com base na noção de raça. Sua discordância para com o determinismo racial dá-se a partir do materialismo histórico, que também é mobilizado para explicar as diferenças entre as “raças” em termos sócio-históricos. Conforme é explicitado no documento escrito em coautoria com Hugo Pesce, as ideias apresentadas por Bukharin em *A Teoria do Materialismo Histórico* (1921) oferecem importante subsídio para a maneira como é formulada essa questão em termos marxistas.

Mariátegui e Pesce (2010[1929]) transcreveram e endossaram uma longa passagem do texto de Bukharin que, sinteticamente, apresenta as seguintes teses: 1) As teorias raciais não estariam em conformidade com os fatos, pois apregoam a existência de características imutáveis às diferentes “raças”, mas não se observa essa fixidez de atributos ao longo da história, na medida em que as diferentes “raças” apresentam significativas variações em suas configurações sociais ao longo do tempo, sendo a supremacia branca europeia um fato relativamente recente; 2) Não seria possível afirmar que um negro médio teria qualidades análogas a um europeu médio, pois existiriam diferenças entre seus níveis culturais em decorrência do estado das forças produtivas vigente no período histórico considerado na comparação. Disso segue-se que o caráter estático e naturalista das teorias raciais é substituído por uma visão materialista e evolucionista da História que concebe a cultura como

consequência do estado das forças produtivas (MARIÁTEGUI, PESCE, 2010[1929]). Então, passa a vigorar uma compreensão amparada na noção de hierarquia cultural, originada pelas desigualdades de condições das forças produtivas e pelas relações de exploração de classe. Dessa forma, Mariátegui argumenta que os indivíduos de qualquer “raça” estariam aptos a se apropriarem da cultura europeia, bastando que as condições materiais necessárias sejam oferecidas.

Subjacente a essa perspectiva, tem-se o cerne da matriz eurocêntrica do marxismo, de acordo com a investigação de Lander (2006). Assim, embora antipositivista, Mariátegui faz concessão a uma concepção evolucionista do materialismo histórico ao realizar sua crítica às doutrinas raciais. Com isso, seria possível identificar na sua obra a convivência entre aspectos que corroboram e que contrariam a noção de “diferença global” (CONNELL, 2007). Em decorrência disso, as ideias de Mariátegui estariam perpassadas de elementos eurocêtricos em algumas ocasiões, apesar da sua tônica predominantemente antieurocêntrica. Como expressão da tensão decorrente da combinação entre formações (WILLIAMS, 1979) dominantes (evolucionismo) e emergentes (paradigma decolonial), tem-se uma relevante ambiguidade na reflexão mariáteguiana sobre a questão racial. Dessa forma, embora tenha procurado fundamentar um posicionamento contrário ao racismo, Mariátegui adota uma visão do materialismo histórico que o reproduz.

Portanto, a crítica mariáteguiana ao eurocentrismo constituinte das teorias do determinismo racial não rompe por inteiro com pressupostos eurocêtricos devido a sua adesão ao materialismo histórico evolucionista de Bukharin, que considera os brancos europeus culturalmente superiores aos negros africanos em virtude de sua sociedade encontrar-se em condições materialmente mais evoluídas. A conjugação entre evolucionismo e materialismo histórico, imbuídos pela ideia de progresso, fez com que Mariátegui incorresse em uma visão hierárquica das diferentes civilizações, embora não incorresse em essencializações, na medida em que admitia a possibilidade de evolução para um estágio material mais elevado. As consequências desses pressupostos teóricos adotados por Mariátegui são expressas nas suas considerações a respeito da composição étnica do povo peruano. Assim, muito embora sua intenção tenha sido criticar o argumento da supremacia branca, ressaltando o cunho imperialista subjacente ao discurso de hierarquização racial em bases científicas, ao se pautar pela combinação entre evolucionismo cultural e materialismo histórico, o Amauta refere-se de maneira depreciativa aos africanos escravizados:

A contribuição do negro, vindo como escravo, quase como mercadoria, aparece ainda mais nula e negativa. O negro trouxe sua sensualidade, sua superstição, seu

primitivismo. Não estava em condições de contribuir para a criação de uma cultura, mas sim, em vez disso, prejudica-la com a influência crua e vivente de sua barbárie (MARIÁTEGUI, 2010[1928], p. 323).

No entanto, sua crítica não se estenderia aos indígenas devido às condições materiais e culturais que caracterizavam sua sociedade antes da invasão dos colonizadores hispânicos. Assim, o Amauta observa na tradição (WILLIAMS, 1979) socialista incaica, combinada ao industrialismo europeu, a possibilidade de construção de uma modernidade alternativa para o Peru, a exemplo das sociedades orientais:

A sociedade indígena pode se mostrar mais ou menos primitiva ou atrasada, mas é um tipo orgânico de sociedade e de cultura. As experiências dos povos do Oriente, o Japão, a Turquia e a própria China, já provaram como uma sociedade autóctone, mesmo depois de um longo colapso, pode encontrar por seus próprios passos, e em muito pouco tempo, o caminho da civilização moderna e traduzir para o seu próprio idioma as lições dos povos do Ocidente (MARIÁTEGUI, 2010[1928], p. 326).

É importante frisar que, não obstante tenha imputado a condição de inferioridade material e cultural às populações não europeias, o intento de Mariátegui era emancipatório, diferentemente do pleito defendido pelos *gamonales*. Ou seja, apesar de ter mobilizado uma perspectiva que serve para justificar a supremacia racial branca, não era sua intenção promover a reiteration da colonialidade do poder, embora o tenha feito. Nesse sentido, tem-se no caso de Mariátegui a expressão de um impasse característico do marxismo, sobretudo na primeira metade do século XX, que diz respeito às suas dificuldades com a questão da interseccionalidade. Particularmente no que se refere à questão da população negra, o Amauta indica a importância de sua inserção na indústria e nos sindicatos, corroborando um posicionamento corrente junto à Komintern que estimulava a organização sindical dos trabalhadores negros, ainda que em organizações específicas nos países que não permitissem seu ingresso nas mesmas agremiações que os brancos. Todavia, sua ideia a respeito da inserção dos negros no meio industrial urbano e no movimento sindical parte da noção de que houve uma atitude passiva por parte dos africanos introduzidos no Peru como escravos durante o Período Colonial, bem como que teria sido desenvolvida uma “domesticidade” associada às suas atividades artesanais e domésticas: “La industria, la fábrica, el sindicato, redimen al negro de esta domesticidad. Borrando entre los proletarios la frontera de la raza, la conciencia de clase eleva moral, históricamente, al negro. El sindicato significa la ruptura definitiva de los hábitos serviles que mantienen” ²¹ (MARIÁTEGUI, PESCE, 2010[1929], p.

²¹ Em livre tradução: “A indústria, a fábrica, o sindicato, redimem o negro desta domesticidade. Apagando entre os proletários a fronteira da raça, a consciência de classe eleva moral, historicamente, o negro. O sindicato significa a ruptura definitiva dos hábitos servis que mantém”.

67). Note-se que, como alternativa para “redimir o negro”, Mariátegui indica a supressão das diferenças raciais em favor de uma homogeneização pautada pelo desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores.

Em suma, apesar de Mariátegui demonstrar a importância do debate racial para a compreensão da formação da sociedade peruana, destoando das perspectivas marxistas eurocêntricas que desconsideram os fatores extra econômicos, sua abordagem é marcada por um acento evolucionista, suscitando um dilema semelhante aquele observado por Kapoor (2002) e Grosfogel (2013) a respeito da teoria da dependência. Por um lado, o paradigma eurocêntrico é descentrado no que concerne à análise da base material, mas, por outro lado, careceria de maior elaboração nos aspectos vinculados à reflexão sobre a cultura, “raça” e gênero. Sua valorização da cultura andina é acompanhada na mesma medida pela desvalorização da cultura dos povos africanos submetidos ao trabalho escravo no Peru. Com isso, Mariátegui alude ao “sensualismo” e ao “primitivismo” da população negra que, por sua “barbárie”, seria um fator de corrupção cultural, reproduzindo alguns dos motes mobilizados mais recorrentemente para sua inferiorização. A partir dessas considerações sobre a interpretação do Amauta sobre a realidade peruana, pode-se perceber que o problema do eurocentrismo no marxismo latino-americano não se restringiu exclusivamente ao modelo democrático-burguês, mas também se manifestou no debate sobre a questão racial e no seu papel na luta de classes.

A reflexão sobre a relação entre a dominação pautada na posse dos meios de produção e aquela decorrente de fatores extra econômicos foi bastante prejudicada no marxismo pela hegemonia do cientificismo soviético durante a primeira metade do século XX, em conformidade com a caracterização apresentada por Lander (2006). Como observa Casanova (2006), embora Lenin tenha fornecido subsídios teóricos importantes para se pensar a questão do “direito de autodeterminação” dos povos no interior das nações componentes da União Soviética para assegurar o direito das minorias étnicas, com a ascensão do stalinismo, os debates sobre autodeterminação, etnicidade e a questão nacional passaram a ser tratados como particularismo de cunho separatista e nacionalista. Institucionalizou-se dessa maneira o argumento reproduzido incansavelmente nos partidos comunistas ao redor do mundo sobre a primazia da luta de classes em relação às demandas étnicas e de gênero, argumentando-se que a resolução das contradições derivadas da base material resolveria os demais conflitos. Ainda de acordo com Casanova, a postura assumida pela URSS de retirar da pauta o debate sobre a questão étnica implicou na imposição de barreiras epistemológicas para se pensar questões vinculadas às especificidades locais em detrimento do debate considerado mais geral sobre

Imperialismo e luta de classes. Isso implicou em uma problematização fragmentária no pensamento marxista sobre a questão racial (CASANOVA, 2006).

Porém, a despeito dessa tendência, as especificidades da América Latina contribuíram para a contestação dessa perspectiva eurocêntrica. Destarte, deve-se notar ainda que Mariátegui não foi o único marxista a propor a articulação entre a luta de classes e a questão racial no marxismo latino-americano. Essa tendência também é observada de maneira mais aprimorada nos trabalhos de Sergio Bagú sobre o capitalismo colonial, nas reflexões de C. L. R. James sobre a revolução de São Domingo, atual Haiti, e na problematização de Pablo Gonzalez Casanova sobre o colonialismo interno. Todavia, dentre os intelectuais mencionados, apenas C. L. R. James preocupou-se em ressaltar o protagonismo da população negra na luta de classes.

Seria possível afirmar que, por um lado, na interpretação pioneira de Mariátegui seria manifesta uma estrutura de sentimento indianista no marxismo latino-americano. No entanto, ainda assim o marxista peruano não obteve êxito em descentrar inteiramente uma visão eurocêntrica acerca dos negros e dos asiáticos. Da mesma forma não atentou para a discussão a respeito da questão de gênero nas relações de dominação colonial. Isso é bastante sintomático do caráter interseccional da colonialidade do poder, o que suscita a presença de tensões eurocêntricas na medida em que se empreende uma abordagem parcial do paradigma eurocêntrico, tornando possível a combinação entre sua crítica e sua reiteração na análise histórica e nas lutas políticas.

Por outro lado, tem-se no trabalho de C. L. R. James, a expressão de uma estrutura de sentimento da negritude no marxismo, avançando de maneira pioneira na crítica ao escravismo do ponto de vista marxista do Sul global. Em um contexto acentuadamente marcado pela ideia da superioridade cultural europeia perante outras civilizações, em que se imputava uma condição de inferioridade intrínseca às pessoas de pele negra, C. L. R. James foi responsável por uma abordagem inovadora, que apontava o caráter capitalista do empreendimento colonial e centrava-se na importância do processo revolucionário conduzido pela população negra na colônia de São Domingo, cuja liderança coube a Toussaint L'Ouverture, que havia sido escravo até os 45 anos de idade. Em preâmbulo escrito para uma reedição de seu livro, James evidencia seu intento:

Convenci-me da necessidade de escrever um livro no qual assinalaria que os africanos ou os seus descendentes, em vez de serem constantemente objetos da exploração e da feridade de outros povos, estariam eles mesmos agindo em larga escala e moldando outras gentes de acordo com as suas próprias necessidades (JAMES, 2010b[1980], p. 11).

C. L. R. James apresenta subsídios substanciais para contrariar a ideia de inferioridade cultural dos negros africanos escravizados. Afirmar que antes da ofensiva dos escravagistas europeus, a África Central era uma região pacífica e próspera, estruturada com base em uma organização social tribal, cujo campesinato era “em muitos aspectos superior aos servos em amplas áreas da Europa” (JAMES, 2010a[1938], p. 21). Todavia, C.L.R. James argumenta que a ação predatória europeia desestruturou a vida tribal e acarretou no desmonte da estrutura agrícola, levando à destruição das colheitas e provocando em algumas ocasiões a prática do canibalismo, tamanha a situação de miséria acarretada pelos invasores. Dessa maneira, C. L. R. James afirma que algumas características identificadas pelos escravagistas como traços de uma suposta inferioridade cultural dos negros africanos decorrem, na verdade, do processo de exploração dessas populações visando o tráfico negreiro. Ademais, ainda rompendo com as ideias de inferioridade e passividade imputadas aos negros, C.L.R. James aponta que Toussaint L’Ouverture deveria ser considerado em pé de igualdade com Napoleão Bonaparte como um dos principais estrategistas e líderes militares entre 1789 e 1815. Não por acaso, L’Ouverture derrotou os exércitos de Bonaparte na luta pela independência de São Domingo.

Os desdobramentos dessas contribuições a respeito da questão racial, juntamente às críticas ao modelo democrático-burguês, configuram o que se poderia denominar de uma formação²² marxista decolonial na América Latina. Inserida de maneira minoritária no processo contra-hegemônico que tinha como protagonistas os partidos comunistas nacionais latino-americanos, a perspectiva decolonial contrapunha-se ao paradigma eurocêntrico hegemonicamente dominante, por um lado, mas também apresentava uma crítica seletiva ao caráter metrocêntrico do marxismo inspirado nas diretrizes da Komintern, por outro lado. Em decorrência dessas manifestações antieurocêntricas serem emergentes e parciais, tendendo a ignorar o caráter interseccional da colonialidade do poder, padeciam com a incorporação de elementos eurocêntricos no seu cerne, a exemplo do que ocorreu com Mariátegui.

Assim, é possível perceber a existência de abordagens marxistas que apresentam contribuições críticas ao eurocentrismo no que se refere à tese feudal do modelo democrático-burguês, mas que reiteram posicionamentos eurocêntricos nas questões de gênero e “raça”. Conforme se pretende demonstrar neste trabalho, Caio Prado Jr. também participa dessa

²² O termo formação empregado neste contexto remete-se à categoria formulada por Williams (1979) em sua investigação do processo hegemônico. Conforme seu entendimento, as formações correspondem a movimentos e tendências na vida intelectual que desempenham relevante influência no âmbito cultural. É o caso das chamadas “escolas”, “movimentos”, “tendências” etc. artístico-intelectuais, por exemplo.

formação marxista decolonial. Em *Formação do Brasil Contemporâneo* ressalta a importância da questão racial para a compreensão da formação da população brasileira, bem como de sua organização social em decorrência do escravismo no Período Colonial. Contudo, ao passo que o marxista paulista contribuiu para descentrar o eurocentrismo do modelo democrático-burguês do PCB, não obteve o mesmo êxito na discussão racial por reiterar hierarquias características da colonialidade do poder mediante uma releitura do “mito das três raças”, que apresenta uma concepção evolucionista a respeito das supostas aptidões culturais de brancos, indígenas e negros.

4.2 O modelo democrático-burguês na trajetória política do PCB.

Para abordar a questão do eurocentrismo no modelo democrático-burguês no Brasil, optou-se por desmembrar a discussão em duas partes. Nesta primeira parte indica-se o seu desenvolvimento junto às diretrizes do PCB. Na próxima seção considera-se a questão a partir da análise de dois teóricos que atuaram em momentos distintos, Octávio Brandão e Nelson Werneck Sodré. Ao longo da exposição procura-se situar a posição de Caio Prado Jr. a fim de subsidiar a análise da provincialização do modelo democrático-burguês.

Neste primeiro momento, parte-se da periodização proposta por João Quartim de Moraes (2007b), cujo objetivo é sistematizar os diferentes momentos da consciência política marxista dos comunistas brasileiros, abrangendo desde o período de suas primeiras manifestações até o declínio da hegemonia comunista no marxismo no país. Basicamente haveria três períodos conforme essa proposição. O primeiro expressaria uma “consciência pré-crítica”, cuja característica seria a reiteração simplista das doutrinas vigentes no movimento comunista internacional, situação que predominou desde os primórdios do marxismo no país até a rearticulação do PCB na primeira metade da década de 1940. O segundo período consistiria em um momento de “autonomização teórica” dos comunistas brasileiros, em que a produção intelectual pautava-se por um esforço crítico de interpretação da especificidade da formação do país a partir de categorias marxistas, empreendimento que foi construído entre meados da década de 1940 e 1964. Por fim, o terceiro período deu-se com a derrota do projeto político defendido pelo PCB, pautado na aliança com a burguesia, que redundou na pulverização do partido que se desmembrou em diversas agremiações, muitas das quais se engajou na luta armada contra o regime instaurado com o golpe civil-militar em 1964.

O primeiro período demarcado por Moraes (2007b) iniciou-se com a introdução do

marxismo no Brasil. De maneira análoga ao que ocorreu na maior parte da América Latina, a recepção do marxismo ocorreu de maneira relativamente tardia no Brasil, devido “ao predomínio do positivismo nos meios intelectuais progressistas e ao do anarquismo no movimento operário” (MORAES, 2007b, p. 55). Somente após a Revolução Russa de 1917 o marxismo teve maior impulso no país. Antes disso, conforme relatam Edgard Carone (1986) e Leandro Konder (2009[1984]), o acesso à literatura marxista era bastante difícil e os poucos textos disponíveis eram invariavelmente publicados em outros idiomas. Porém, havia alguma familiaridade com o nome de Karl Marx. Carone informa que os “nomes de Marx e Engels aparecem citados em nossos jornais e revistas, proletários ou não, desde 1872” (CARONE, 1986, p. 31). Konder (2009[1984]) cita uma menção feita por Machado de Assis a Marx em uma crônica publicada em 1885 e uma referência de Euclides da Cunha feita em 1904. Mas, a despeito dessas menções, Carone assevera que “até a I Guerra Mundial, nenhuma análise, satisfatória ou não, do materialismo dialético, e o mais curioso, nenhuma tradução de trechos ou artigos de Marx e Engels” havia sido realizada no Brasil (CARONE, 1986, p. 31-32).

Segundo Carone (1986), somente na época de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) passou a haver certa diversificação de fontes para a obtenção de textos marxistas, mas todas importadas, principalmente da Rússia, sobretudo em francês. Marcos Del Roio (2007a) informa que o PCB surgiu em Niterói, após reuniões ocorridas entre 23 e 25 de março de 1922, tendo à sua frente um grupo de antigos militantes anarquistas recém-convertidos ao socialismo, cujos principais quadros eram Astrogildo Pereira e Octávio Brandão. O caráter tardio da introdução das ideias marxistas no Brasil eximiu a militância comunista de confrontos como os ocorridos na Europa entre alas bolcheviques e socialdemocratas. Contudo, havia no movimento operário a influência anarquista, ainda sentida mesmo no interior do próprio PCB. Ainda de acordo com Del Roio (2007a), a fundação do PCB ocorreu de maneira apressada para viabilizar o envio de delegado para o IV Congresso Mundial da Internacional Comunista, a ser realizado em Moscou entre novembro e dezembro de 1922. A participação no evento era estratégica, pois indicaria o reconhecimento do PCB como integrante da III Internacional Comunista, a Komintern. Isso era avaliado pelos comunistas brasileiros como uma importante via de “legitimação do novo partido diante da massa operária do país e para seu enraizamento nacional” (DEL ROIO, 2007a, p. 79).

Criada em 1919 e dissolvida em 1943, a Komintern foi o órgão responsável pela “bolchevização” do movimento comunista internacional durante a década de 1920, tendo influído decisivamente nos rumos do PCB, sobretudo até 1935. De acordo com Moraes (2007a), quando a Komintern foi criada, ainda estava no horizonte das ambições de Lenin a

fundação de uma república mundial dos soviets, cabendo-lhe o intento de dirigir a revolução socialista planetária. Ainda conforme Moraes, a bolchevização seguia em duas direções. A primeira era a defesa da União Soviética e a segunda era o fortalecimento de suas seções nacionais, os partidos comunistas espalhados pelo mundo. Para tanto, a Komintern disseminou como paradigma organizacional o PC russo, procurando unificar as diretrizes a serem seguidas pelas seções nacionais, estabelecendo 20 condições necessárias que os militantes deveriam satisfazer para obterem sua filiação. Carone (1986) indica que foi nesse contexto que, por meio da Komintern, viabilizou-se uma rede de circulação de publicações contendo ideias marxistas e também se introduziu os textos de Marx e Engels no país, tendo-se como iniciativa pioneira a tradução do *Manifesto do Partido Comunista* para o português, empreendida por Octávio Brandão, em 1924.

No entanto, Del Roio (2007a) acrescenta que era baixa a prioridade atribuída pelos soviéticos à dinâmica latino-americana, acarretando que “o empenho dos comunistas da América meridional em fazer valer seus interesses junto da IC era bem maior do que a energia despendida pela Ceic [Comissão Executiva da Internacional Comunista] para entender ou estimular o movimento nestas paragens” (DEL ROIO, 2007a, p. 82). Nesse sentido, os integrantes do PCB buscavam a aproximação com a Komintern, tentando, na medida do que era possível, conhecer a respeito do marxismo e da Revolução Russa, seguir suas diretrizes da maneira mais estrita possível. A explícita vinculação com a Komintern investia os integrantes do PCB do respaldo como representantes do regime soviético. Assim, seu posicionamento no movimento operário brasileiro dependia do prestígio e notoriedade que a Rússia vinha obtendo na resistência às ofensivas imperialistas e no seu desenvolvimento material. Ao mesmo tempo, os militantes comunistas atuavam contribuindo para a divulgação dos feitos soviéticos, gerando uma situação em que a Revolução Russa fomentava o fortalecimento do marxismo no Brasil e o PCB somava-se ao reforço da luta pelo comunismo no plano internacional.

Entrementes, a combinação entre a circulação precária de textos e a adesão estrita às diretrizes da Komintern no âmbito da bolchevização pelo PCB fazia com que as condições para teorizações marxistas no Brasil fossem desfavoráveis na década de 1920, pois mesmo os dirigentes comunistas careciam de maior conhecimento sobre o assunto. Com isso, estabeleceu-se o que Moraes (2007b) denominou de “consciência política pré-crítica” junto aos marxistas brasileiros, caracterizada por uma apropriação do marxismo sem maior densidade teórica em uma “zelosa reiteração dos cânones doutrinários em vigor no movimento comunista internacional” (MORAES, 2007b, p. 64). Konder (2009[1984]; 1988)

salienta que essa situação de pouco conhecimento do marxismo, de apego às diretrizes soviéticas e de hegemonização do positivismo junto aos intelectuais mais progressistas do país favoreceu uma combinação eclética das ideias de Marx com correntes completamente distintas, processo que também se observava na Europa, mas seguindo-se uma dinâmica própria, onde “aspectos mais profundamente inovadores da dialética marxista, nas décadas que se seguiram à morte do pensador, foram sacrificados aos hábitos mentais cientificistas ‘evolucionistas’ e crassamente deterministas” (KONDER, 2009[1984], p. 34). Portanto, conforme também se pôde observar anteriormente na apropriação das ideias de Bukharin feitas por Mariátegui, mesmo os marxistas latino-americanos mais críticos das primeiras décadas do século XX não estavam isentos da incorporação de elementos do paradigma eurocêntrico vinculados à reiteração da diferença global (CONNELL, 2007), dado o caráter hegemonicamente dominante da ideia de “socialismo científico” (LANDER, 2006).

É possível apontar o livro de Octávio Brandão intitulado *Agrarismo e Industrialismo* como a produção teórica mais característica da “consciência política pré-crítica” da década de 1920 aludida por Moraes. O livro de Brandão não apenas foi um marco inaugural da análise marxista no país, como também auxiliou na fundamentação da ação política visando à transformação da sociedade, pois repercutiu na formulação da estratégia adotada pelo PCB. Quando *Agrarismo e Industrialismo* foi publicado, as diretrizes da Komintern para a América Latina apontavam para a estratégia da “frente única”, caracterizada pelo gradualismo em um momento de refluxo da onda revolucionária. Dessa maneira, o proletariado latino-americano deveria optar pela via eleitoral, formando alianças para derrotar as forças feudais e imperialistas a médio/longo prazo.

No Brasil, procurou-se viabilizar essa diretriz mais sistematicamente a partir de 1927, com a criação do Bloco Operário Camponês (BOC) e o estabelecimento de alianças eleitorais com segmentos da intelectualidade liberal e positivista (DEL ROIO, 2007a). A princípio, a estratégia do BOC foi bem-sucedida, pois nas eleições municipais no Rio de Janeiro, em 1928, o PCB emplacou dois vereadores: Octávio Brandão e Minervino de Oliveira (MORAES, 2014). É importante notar que Minervino era um operário negro que conseguiu ascender a um cargo eletivo em um contexto de acentuada discriminação, inclusive fundado no predomínio das teorias raciais no país. Deve-se acrescentar, ainda, que a recepção das teorias raciais, inclusive, teve uma acolhida parcial na interpretação do Brasil elaborada por Brandão, conforme será discutido posteriormente. Destarte, enquanto o principal quadro teórico e um dos mais destacados dirigentes pecebistas manifestava dificuldades na abordagem interseccional entre classe e a questão racial, na prática política tinha-se na

primeira legislatura obtida pelo partido um quadro de ascendência negra, expressando uma patente tensão decorrente da transposição teórica e prática do marxismo para realidade brasileira. A consideração da especificidade do país em vista de seu passado colonial colocava-se na ordem do dia para pensá-lo e transformá-lo.

Com o VI Congresso da IC, ocorrido em Moscou em 1928, os dirigentes do PCB tiveram a oportunidade de melhor alinhar-se às proposições da Komintern sobre a frente única. Cabe indicar que foi naquele evento que se estabeleceu o Programa político que fundamentou o modelo democrático-burguês. Após o retorno da delegação ao Brasil realizou-se o III Congresso Nacional do PCB, onde se pôde consolidar esse aperfeiçoamento, expresso na defesa de Octávio Brandão de uma “revolução democrática pequeno-burguesa” (DEL ROIO, 2007a). A tese de Brandão conciliava as diretrizes soviéticas e as conclusões apresentadas em *Agrarismo e Industrialismo*. Nesse sentido, Brandão identificava o movimento tenentista com a pequena-burguesia, propondo que fosse estabelecida uma aliança envolvendo o proletariado, o campesinato e a pequena-burguesia, mas tendo-se como inimigo imediato o imperialismo, em vez das oligarquias (DEL ROIO, 2007a; MORAES, 2014).

No ano seguinte, realizou-se em Buenos Aires a I Conferência Comunista da América Latina. De acordo com Del Roio (2007a), 14 países participaram do evento, que foi coordenado pelo comunista suíço Jules Humbert-Droz. Integraram a delegação brasileira Paulo de Lacerda, Leônicio Basbaum, Mário Grazzini e Danton Jobim, que apresentaram as teses amadurecidas pelo PCB ao longo de dois anos sobre a frente única, aprovando-as no encontro (DEL ROIO, 2007a). Contudo, após a realização dessa I Conferência em 1929, a configuração assumida pelo comunismo no mundo modificou-se em virtude das disputas na Rússia em torno do controle do Comitê Central. Del Roio (2007a) afirma que esse conflito teve contornos teóricos bem definidos em torno da análise da crise capitalista iniciada naquele ano, estabelecendo-se duas correntes distintas. Por um lado, para Bukharin estava em curso um aprofundamento do capitalismo com forte intervenção estatal, que incorporava os trabalhadores mediante a socialdemocracia. Ainda haveria uma intensificação da exploração imperialista, cuja contrapartida era o fortalecimento do anti-imperialismo. Por seu turno, o fascismo emergia como alternativa nos países imperialistas de menor monta. Como resultado disso, Bukharin considerava que, internamente, a URSS deveria fortalecer a aliança entre camponeses e operários para fornecer uma base de sustentação mais consistente para fundamentar o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, concebido como meio de transição para o socialismo (DEL ROIO, 2007a).

Por outro lado, Stalin acreditava que estaria em vigor o agravamento da crise do

capitalismo mundial, o que teria levado a burguesia a optar pela política repressiva fascista, que contribuiria para a eclosão de uma nova guerra imperialista que se voltaria para a destruição da URSS. Enquanto isso se estabelecia uma identificação entre antifascismo e anticapitalismo. Assim, Stalin considerava que uma nova crise revolucionária estava para emergir, cabendo no plano internacional ser promovida uma ruptura com a socialdemocracia, que estaria sendo cooptada pelo fascismo, ao passo que na URSS deveria ser conduzida uma ofensiva socialista contra a burguesia agrária, estatizando os meios de produção e industrializando o país para resistir ao ataque imperialista (DEL ROIO, 2007a).

O desfecho desse embate deu-se com a vitória de Stalin. Assim, Moraes (2007a) indica que à bolchevização dos anos 1920 seguiu-se a stalinização dos movimentos comunistas na década de 1930, em geral caracterizada pela perseguição e assassinato sistemático de opositores internos do regime, como os trotskistas. A stalinização consistiu na mobilização do poder instituído a partir do regime soviético para consolidar o comando de Stalin mediante o terror institucionalizado contra correntes dissidentes. No entanto, na América Latina não se observou de maneira tão articulada essas características do stalinismo, pois predominou quase que exclusivamente um “controle [...] político e ideológico e, por isso mesmo, a diferença entre ‘bolchevização’ e ‘stalinização’, perfeitamente clara nos partidos comunistas dos centros metropolitanos do capitalismo, é pouco perceptível entre nós” (MORAES, 2007a, p. 132). Dessa maneira, embora não houvesse o emprego de violência contra os trotskistas, isso não quer dizer que sua presença fosse aceita ou se quer bem vista nos partidos comunistas. Ao contrário, o trotskismo era considerado contrarrevolucionário, sendo a adesão a essas ideias tratada como um caso de traição ao regime soviético passível de expulsão dos quadros partidários.

Deve-se acrescentar que o modelo democrático-burguês também não se confunde nem com bolchevização nem com stalinização, embora tenha vínculos fundamentais com ambos. Conforme já explicitado, o modelo democrático-burguês remete a um programa revolucionário pautado em uma diretriz teórica orientada por uma visão etapista da história. Sua difusão a partir do VI Congresso da Komintern está diretamente relacionada com o processo de bolchevização, pois se articulava com uma série de outras diretrizes que em conjunto tinha como intensão a revolução mundial. Posteriormente, com a ascensão de Stalin ao poder, o marxismo-leninismo foi definido como doutrina oficial soviética. Com isso, instaurou-se efetivamente o dogmatismo em torno do marxismo como ciência positiva e do socialismo científico nos termos apresentados por Lander (2006), reforçando a disseminação do etapismo junto aos partidos comunistas ao redor mundo. Embora o etapismo seja um pano

de fundo teórico constante nas diferentes apropriações do modelo democrático-burguês, as estratégias políticas adotadas variaram conforme as diferentes conjunturas políticas. No Brasil foi recorrente a oscilação entre a adoção de uma política aliancista e o sectarismo. Igualmente oscilou-se entre a defesa da utilização da via democrática institucional para chegar ao poder e a intensão de tomar o Estado de assalto.

Del Roio (2007a) aponta que uma diferença importante que se fez sentir no movimento comunista latino-americano nos primórdios da stalinização foi a mudança de diretriz recomendada pela Komintern, abandonando a estratégia de frente única e adotando-se em seu lugar a perspectiva de “classe contra classe”. Isso levou ao fortalecimento dos setores mais radicais dos partidos comunistas, na medida em que os dirigentes que não se alinharam à nova orientação foram afastados dos cargos, ao mesmo tempo em que a Secretaria Sul-Americana da IC (SSA/IC) divulgou uma carta alertando para os perigos da direita, representada pelos adeptos da frente única (DEL ROIO, 2007a).

Ainda conforme Del Roio (2007a), em novembro de 1929 uma comitiva do PCB foi convocada para comparecer a Moscou e debater as novas perspectivas no âmbito da crise capitalista. Foram apresentadas as teses pautadas pela estratégia da frente única, discutidas no III Congresso Nacional de 1928 e na I Conferência Comunista, ocorrida alguns meses, fazendo com os dirigentes pecebistas fossem duramente criticados. Inclusive, como nota Chadarevian (2012), a crítica do Comitê Executivo da Komintern sobre a primazia atribuída pelo PCB às alianças com a pequena burguesia, em detrimento da construção de uma unidade mais efetiva com o campesinato, passam pela observação da falta de um trabalho mais sistemático na mobilização de imigrantes, bem como das populações negras e indígenas. Tem-se nisso uma consequência política da maneira problemática como a questão racial foi pensada pelos quadros do PCB.

Del Roio (2007a) aponta que devido a esse descompasso com as novas diretrizes, em 1930 houve uma reformulação do Comitê Central do PCB, com o afastamento de Octávio Brandão das posições de comando, o mesmo tendo ocorrido com outros quadros de destaque na década de 1920, como Leôncio Basbaum, Astrogildo Pereira e Paulo de Lacerda. Paralelamente a isso, Luís Carlos Prestes, que havia se exilado na Bolívia após a dispersão da Coluna, estava realizando estudos que culminariam na sua aproximação com o movimento comunista. Seu primeiro contato foi travado por meio de uma visita de Astrogildo Pereira, que lhe forneceu alguns livros marxistas. Posteriormente, Luís Carlos Prestes manteve relações com a SSA/IC, consolidando seus vínculos com a URSS, de forma que em 1931 foi para Rússia onde permaneceu por três anos, então retornando para o Brasil como presidente

honorário da Aliança Nacional Libertadora (DEL ROIO, 2007a).

Outro fator que interferiu nas reformulações ocorridas no PCB na virada para a década de 1930 foram as modificações na configuração política brasileira, com o encerramento do ciclo da política dos governadores da República Velha e a tomada do poder pelo grupo comandado por Getúlio Vargas. A mudança de orientação da Komintern em meio à crise internacional, a ascensão do fascismo e as transformações políticas no país levaram o PCB a uma atitude isolacionista no início da década de 1930. Os comunistas brasileiros demarcaram aberta oposição ao governo recém-instaurado e restringiram sua política de alianças à união entre proletariado urbano e campesinato, havendo uma postura obreirista bastante sectária.

Contudo, essa diretriz não durou por muito tempo, pois mais uma vez o contexto internacional interferiu na dinâmica do PCB. Del Roio (2007a) informa que a não concretização da “crise revolucionária” prevista por Stalin e o fortalecimento do fascismo, inclusive com a tomada do poder pelos nazistas na Alemanha em 1933, levou ao progressivo abandono da estratégia de “classe contra classe”. Isso ocasionou a reedição em novos termos da tática de frente única pela Komintern, que apenas endossou a formação de coalizões que já vinha sendo praticada pelos comunistas europeus entre 1933 e 1935. A demora na consolidação da nova perspectiva deveu-se à ditadura stalinista, que ocasionou o adiamento do VII Congresso Mundial da Komintern. Ao mesmo tempo, no Brasil, havia surgido a Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932, demarcando a presença fascista no país, o que favoreceu a retomada da ideia da frente única, apesar das confusões e dificuldades de se adequar às frequentes mudanças de diretrizes da Komintern.

Com isso, internamente, no PCB houve muitos conflitos entre setores mais moderados e radicais em função das mudanças observadas nas diretrizes da Komintern e da dinâmica tensa do contexto político brasileiro nos anos após Getúlio Vargas assumir a presidência do país. Paralelamente às disputas partidárias entre os comunistas, houve intensa mobilização da classe trabalhadora no início da década de 1930. Luiz Bernardo Pericás (2016) informa que entre o início de 1931 e meados de 1932, antes da Revolta Constitucionalista em São Paulo, ocorreram 124 greves no Brasil, tendo sido observado nesse período um grande engajamento político por parte da classe trabalhadora, destacadamente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Foi em meio a esse processo que Caio Prado Jr. filiou-se ao PCB. Egresso do Partido Democrático (PD), que congregava a classe média urbana paulista, bem como os segmentos industriais e intelectuais dissidentes da oligarquia do café. A organização fazia oposição à política dos governadores durante a República Velha, defendendo a efetiva implantação de

princípios liberais na condução do país. Seus familiares detinham posição de destaque na sua organização, inclusive tendo cabido a Prado Jr. a tesouraria do diretório do bairro de Santa Cecília (SECCO, 2008). O PD inicialmente apoiou Vargas, mas depois se opôs ao centralismo do novo governo e a não convocação de uma constituinte. Com isso, os integrantes do PD aliaram-se aos seus antigos adversários políticos, que foram destituídos do poder em 1930 para fazer oposição, o que redundou no movimento constitucionalista de 1932 (FAUSTO, 2002; MARTINEZ, 2008; MOTTA, 2008).

Insatisfeito com os rumos tomados pelo PD, Prado Jr. saiu do partido ainda em 1931, convencido da necessidade de ir além politicamente. Pericás (2016) argumenta que a provável data de filiação de Prado Jr. ao PCB teria sido entre abril e maio de 1932, diferindo da maior parte dos estudiosos da trajetória do intelectual marxista que costumeiramente indicam 1931 como o ano de seu ingresso nas fileiras comunistas (IUMATTI, 2007; MARTINEZ, 2008; SECCO, 2008). A indefinição quanto à data de sua filiação deve-se à inexistência de documentos que apontem de maneira conclusiva quando ocorreu sua efetivação. Pericás indica que há registros que fornecem subsídios para afirmar que em 1931 iniciou-se uma aproximação com o PCB, mas “[a] documentação referente à época, contudo, dá a entender que seu ingresso ocorreu, *de fato*, no ano seguinte” (PERICÁS, 2016, p. 37). Conforme depoimento de Heitor Ferreira Lima (1989), após seu ingresso no PCB, Prado Jr. passou a se dedicar à mobilização da classe trabalhadora, contribuindo para organização da luta pela base ao se dirigir às fábricas e aos subúrbios. Essa disposição deve ter contribuído para que o herdeiro de duas das mais poderosas famílias do país, Prado e Penteado, não fosse de antemão execrado, diminuindo-se as desconfianças sobre sua presença no partido ao tentar ajustar-se à linha obreirista predominante naquele período.

Mesmo com o obreirismo e a stalinização da Komintern, que suscitaram maior centralização dos posicionamentos assumidos no interior do PCB, desde o início de sua trajetória como militante comunista Prado Jr. sempre procurou expressar suas ideias, mesmo quando apresentava divergências em relação às diretrizes partidárias. Essa postura suscitou significativas tensões, sobretudo durante seus primeiros meses como filiado. No entanto, essas discordâncias não chegaram a culminar em uma ruptura. De acordo com Secco (2008) e Pericás (2016), além da dedicação e disciplina militante, pesaria por parte do PCB para a manutenção de Prado Jr. sua condição social, na medida em que se apresentava como um importante financiador de iniciativas do partido. Ademais, como observa Pericás (2016) com base em documentos do Deops, órgão da repressão política ligado ao Estado Novo, Prado Jr. tinha importante apelo junto aos seguimentos progressistas da sociedade civil durante a Era

Vargas, sendo visto como uma figura capaz de agregar diferentes segmentos da esquerda, o que teria alavancado sua escolha como presente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em São Paulo.

Em 1935 a ANL foi dissolvida após a derrota da tentativa de golpe comandada por militares filiados ao PCB, em movimento que ficou conhecido como “Intentona Comunista”. Prado Jr. foi preso no final daquele ano e permaneceu detido por dois anos. Libertado durante a vigência do Estado Novo, ele partiu para a Europa onde permaneceu por mais dois anos. Durante a maior parte desse período permaneceu na França. Lá frequentou alguns cursos na Sorbonne e manteve contato com o Partido Comunista Francês. Durante esse período no exílio, Prado Jr. também auxiliou os refugiados da Guerra Civil Espanhola. Após retornar ao Brasil em 1939, dedicou-se mais intensamente às pesquisas que resultaram em *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942 pela editora Martins Fontes. Em 1943, juntamente com Monteiro Lobato, fundou a editora Brasiliense.

Com o fim do Estado Novo e a convocação de eleições, candidatou-se à Deputado Federal pelo PCB no pleito ocorrido em 1945, mas não obteve êxito. Já na disputa ocorrida em 1947, Prado Jr. foi eleito Deputado Estadual em São Paulo. Pouco mais de um ano após assumir a legislatura seu mandato foi cassado devido à condição de ilegalidade imposta à agremiação comunista. Após essa experiência, Prado Jr. não ocupou mais nenhuma posição de maior destaque no PCB, passando a dedicar-se de mais intensamente às atividades de pesquisa e ao mercado editorial. Mesmo afastado de uma militância mais sistemática, Prado Jr. foi um dos grandes disseminadores do marxismo no país não apenas por meio de sua obra, mas também por meio da direção da *Revista Brasiliense*.

Apesar da constância de seu comprometimento com a causa comunista, o prestígio desfrutado pelo intelectual e militante paulista no partido nunca foi compatível com sua contribuição ao marxismo. Ainda assim, ao longo de sua vida sua imagem pública sempre esteve atrelada aos seus ideais políticos. Não por acaso que, mesmo contando com mais de 60 anos de idade, Prado Jr. foi detido mais uma vez em 1970. Dessa vez, o governo ditatorial sob a presidência de Médici acusou-o de estimular a luta armada, o que lhe rendeu mais um ano de reclusão. Depois de obter a absolvição das acusações, afastou-se da militância política e das atividades de sua empresa, decisão influenciada pelo abalo causado pelo suicídio de seu filho caçula durante o período em que esteve detido pelos militares.

A adesão de Prado Jr. ao comunismo no início da década de 1930, insere-se em um momento em que o PCB conseguiu atrair uma parte da intelectualidade do país, contribuindo para a construção de um processo contra-hegemônico com a disseminação de pressupostos

marxistas nos textos literários de escritores filiados ao partido como Jorge Amado, Oswald de Andrade, Patrícia Galvão e Graciliano Ramos, por exemplo. O impulso antifascista contribuiu significativamente para esse afluxo nas fileiras comunistas, o que foi consolidado com a constituição em 1934 da ANL, aglutinando as forças nacional-populares em uma frente única, conforme a nova orientação da Komintern. Apesar do significativo ingresso de intelectuais e artistas no PCB, como atesta Konder (2009[1984]), esse foi um momento de recrudescimento político e ideológico decorrente da ascensão do stalinismo no âmbito do movimento comunista internacional. Isso levou à consagração de um cânone marcado por quatro clássicos do marxismo, onde Stalin despontava ao lado de Marx, Engels e Lenin, institucionalizando-se o marxismo-leninismo como doutrina oficial soviética (KONDER, 2009[1984]).

A filiação desse conjunto de escritores e artistas coincidiu com o isolamento dos principais quadros pecebistas da década anterior, o que implicou na redução da influência de Octávio Brandão e Astrogildo Pereira, que desde então foram impelidos a realizarem reiteradas autocríticas devido à aproximação com a pequena burguesia urbana em detrimento do campesinato no final dos anos 1920. Essa renovação deu-se também em um momento em que melhoraram as condições de acesso a livros marxistas em comparação ao período de fundação do PCB. Apesar dessa melhoria, a difusão dessa bibliografia ainda padecia com significativa precariedade (CARONE, 1986). A combinação entre o acesso limitado à literatura marxista, a hegemonia soviética no campo do socialismo e o caráter embrionário das instituições de ensino superior no país contribuiu para que a produção cultural vinculada ao marxismo nesse período fosse majoritariamente balizada pelas diretrizes provenientes do stalinismo.

Conforme argumenta Moraes (2007b), somente a partir de meados da década de 1940 teria ocorrido uma ruptura significava com “consciência política pré-crítica” predominante sob a hegemonia stalinista. Apenas após o término do Estado Novo, no esteio da reorganização do PCB, que praticamente havia sido extinto durante a ditadura varguista, surgiram reflexões promovidas por intelectuais comunistas caracterizadas por uma maior autonomização teórica, pautadas pelo esforço de assimilação da crítica marxista da Economia Política burguesa. Seguindo uma linha argumentativa similar, Carone (1986) afirma que “[o] período de 1945 e 1964 é o mais rico e mais complexo” no marxismo brasileiro até o golpe civil-militar, pois naquele momento “começa a crescer uma produção própria, de caráter novo, nos campos filosófico, político e historiográfico” (CARONE, 1986, p. 73). Dessa forma, enquanto no primeiro momento predominou uma assimilação do marxismo caracterizada pela reiteração de uma visão etapista e metrocêntrica da história, dotada de viés

mecanicista, nesse segundo momento as interpretações do Brasil elaboradas pelos comunistas passaram a ter como traço distintivo a busca pela especificidade da formação do país.

Tanto Moraes quanto Carone consideram que Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré foram as principais figuras desse período no marxismo no país. Com isso, a construção desse marxismo relativamente mais autônomo em relação às diretrizes do movimento comunista internacional, empenhado em produzir um conhecimento teórico e um projeto político mais adequado à realidade nacional, orientou-se por duas vertentes. Por um lado, a interpretação do Brasil formulada por Nelson Werneck Sodré contribuiu para uma fundamentação teórica mais sofisticada do modelo democrático-burguês. Conforme será detalhado posteriormente, sua defesa da tese feudal contrapunha-se ao argumento simplista em torno da transposição de instituições feudais europeias como explicação para o caráter feudal do empreendimento colonial. Para Sodré (1978[1958]; 1964) o que pode ser chamado de feudalismo no Brasil foi consequência da dinâmica mercantilista predominante naquele período. Sua constituição deu-se em função de uma produção voltada para o consumo interno, pautada por relações de produção que seriam análogas à servidão. Em grande medida, esses redutos feudais atuavam de maneira complementar junto às regiões cuja produção realizava-se com base em trabalho escravo e orientava-se para o mercado internacional. Para Sodré a presença de resquícios feudais ao longo da primeira metade do século XX constituía um entrave fundamental herdado do Período Colonial, o qual assumiu novos contornos a partir da articulação entre os latifundiários e o capital imperialista, acarretando a inviabilização do pleno desenvolvimento da economia capitalista no país. Dessa maneira, a revolução burguesa permaneceria na ordem do dia a fim de propiciar as condições para o surgimento de uma revolução socialista em um futuro indefinido. Em suma, ao passo que Octávio Brandão pode ser considerado o intelectual defensor do modelo democrático-burguês mais destacado do período de “consciência política pré-crítica”, a produção de Nelson Werneck Sodré foi central para sua atualização no momento de autonomização teórica dos comunistas, pois sua compreensão do processo histórico brasileiro constituiu o principal fundamento teórico para o debate travado pelo PCB sobre a Revolução Brasileira entre 1958 e 1964.

Por outro lado, Caio Prado Jr. contribuiu para a autonomização teórica do marxismo no Brasil empenhando-se na elaboração de uma perspectiva alternativa ao modelo democrático-burguês, visando contribuir para a formulação de um projeto político socialista adequado às especificidades do país. Apesar de sua perspectiva ser atualmente mais aceita em comparação à defendida por Sodré, ao longo de sua trajetória suas ideias permaneceram minoritárias no partido em virtude de sua postura contestatória. Mesmo que os escritos

produzidos por Prado Jr. na década de 1930 ainda constituíssem suas primeiras aproximações com o marxismo, sem dúvidas o intelectual paulista já se definia por uma posição divergente em relação à hegemonia stalinista. Era um precursor de um pensamento marxista mais autônomo e crítico em relação à centralização das diretrizes da Komintern. Já no contexto de maior autonomização teórica dos comunistas brasileiros observado entre as décadas de 1940 e 1960, Prado Jr. acabou relegado a uma condição secundária em virtude de suas ideias heterodoxas e de seu distanciamento de posições de destaque no interior do partido após a cassação do seu mandato como Deputado Estadual. Prado Jr publicou seus principais trabalhos durante os anos em que o PCB dispunha de uma ampla base social, tendo sempre direcionado suas reflexões sobre o Brasil no intuito de possibilitar uma intervenção política comprometida com os interesses comunistas, mas nunca conseguiu nenhuma proeminência no partido. A consagração que atualmente lhe é atribuída resulta de uma apropriação de suas ideias fora dos círculos comunistas, decorrente justamente da originalidade de suas proposições divergentes.

Para compreender os desdobramentos políticos das interpretações do Brasil formuladas por Prado Jr. e Sodré, deve-se atentar que durante o período em que Moraes (2007b) argumenta ter havido uma autonomização teórica dos comunistas brasileiros, o PCB adotou a estratégia da frente única a partir de 1958. Além dos trabalhadores urbanos e camponeses, essa frente abrangeria os setores considerados progressistas da burguesia nacional e da pequena burguesia. Os comunistas tencionavam essa aliança no sentido do anti-imperialismo e da reforma agrária, mas adotavam tônica conciliatória em relação aos demais seguimentos sociais ao contribuir com a sustentação do pacto populista. Essa convergência, que durou até o golpe civil-militar de 1964, propiciou que o projeto de Revolução Brasileira defendido pelo PCB fosse submetido a uma relação de aproximação e tensão com o nacional-desenvolvimentismo e o trabalhismo, respectivamente as correntes de maior aceitação teórica e política no país naquele período. Como resultado desse embate envolvendo marxismo, nacional-desenvolvimentismo e trabalhismo, teve-se o que Lucília Delgado (2007) denominou de “nacionalismo reformista”. Surgido de uma organização mais autônoma dos movimentos da sociedade civil, mas com influência do PTB e do PCB, essa coalizão promoveu diversas mobilizações e manifestações por reformas sociais, defendendo que a emancipação nacional seria resultante de políticas nacionalistas efetivas. Ainda conforme a autora, as teses nacionalistas e reformistas tiveram profunda influência em diversos segmentos sociais e políticos, tais como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), União Nacional dos Estudantes (UNE), PTB, PCB, militantes do movimento camponês,

dentre outros (DELGADO, 2007).

Não obstante a importância que se atribuía à especificidade do contexto nacional no debate sobre a Revolução Brasileira, demarcando-se uma importante distinção em relação à apropriação mecanicista do marxismo predominante nos primórdios de sua introdução no país, seu desenvolvimento não foi tributário apenas das questões teóricas e políticas travadas no país. Ao invés disso, a dinâmica do movimento comunista internacional também exercia importante influência, destacadamente no âmbito político e menos acentuadamente na produção teórica. Sobremaneira, eram importantes as problematizações em torno do socialismo em um só país e das lutas de libertação nacional de caráter anticolonialista e anti-imperialista.

Como o Brasil inseria-se no rol dos países dependentes, agrupados conjuntamente com os países coloniais e semicoloniais, as orientações estipuladas no VI Congresso da Komintern em 1928, ratificadas no III Congresso do PCB no mesmo ano e no I Congresso Latino-Americano de Partidos Comunistas no ano seguinte, pregavam a revolução agrária, o combate ao imperialismo e o esgotamento de todas as etapas da revolução democrático-burguesa como meio para a revolução socialista. Conforme concebida no VI Congresso da Komintern, essa orientação precisaria ser compreendida como parte do contexto mais amplo da luta de classes em escala planetária em vista da construção da ditadura mundial do proletariado, que seria o resultado de processos revolucionários diversos e simultâneos, cada qual transcorrido em conformidade com o grau de desenvolvimento do movimento operário que, por sua vez, seria determinado pelas respectivas etapas do desenvolvimento capitalista em cada país. Portanto, dentro do campo do marxismo o debate sobre a Revolução Brasileira também estava condicionado por uma orientação previamente estabelecida, enquadrando-as em esquemas e categorias demasiadamente generalistas, tomando a experiência russa como modelo a ser seguido pelos países de capitalismo dependente, como seria o caso do Brasil.

A derrota política sofrida pelos comunistas com o golpe de 1964 explicitou de maneira contundente as limitações do programa de Revolução Brasileira defendido pelo PCB. A opção pelo modelo democrático-burguês mostrou-se equivocada em virtude do posicionamento assumido pela burguesia brasileira, que rompeu a aliança com a classe trabalhadora e vinculou-se com os seguimentos mais conservadores para formar o novo bloco do poder. Isso teria evidenciado que o antagonismo entre burguesia e latifundiários não seria tão acentuado quanto imaginavam os defensores da tese feudal, o que invalidaria um pressuposto teórico fundamental do programa adotado pelos comunistas. Assim, os erros estratégicos e teóricos levaram um profundo questionamento acerca das diretrizes defendidas pelo PCB. Essa crise

desembocou no que Moraes (2007b) aponta como um terceiro momento da consciência política comunista no Brasil, caracterizado por uma crítica generalizada da frente única e pela cisão no interior do PCB, que se fragmentou em diversas organizações políticas de esquerda. Esse desmembramento foi acompanhado da radicalização de resistência diante da ofensiva da direita, o que redundou na disseminação da luta armada contra a ditadura a partir do final da década de 1960.

Moraes (2007b) observa que os grupos que aderiram à luta armada não tinham desenvolvido uma fundamentação teórica sofisticada para apresentar uma alternativa à perspectiva defendida pelo PCB a respeito da Revolução Brasileira. A urgência com que se procurou confrontar a situação não possibilitou as condições necessárias para uma reflexão teórica mais acurada. Marcelo Ridenti (2010) corrobora essa opinião e indica que muitas organizações engajadas na luta armada praticamente mantiveram inalterado o esquema analítico pecebista, como teria sido o caso da Aliança Libertadora Nacional (ALN) que tinha Marighela como sua principal liderança. Ridenti explica que para Marighela não seria possível pautar a luta pelo socialismo naquele momento, sendo necessário primeiramente promover a “etapa democrática” da revolução, cuja construção poderia contar com o apoio da pequena burguesia e de pequenos empresários sob a hegemonia proletária. A diferença fundamental em comparação ao posicionamento do PCB consistia no abandono da via pacífica em prol da luta armada, devido ao Estado de exceção. Portanto, tratava-se mais de uma diferença quanto à estratégia do que uma divergência teórica, assumindo-se como válidos os pressupostos apresentados pela interpretação do Brasil de Nelson Werneck Sodré.

No entanto, a tradição intelectual comunista também foi retomada para se contrapor ao modelo democrático-burguês. Nesse caso recorreu-se às contribuições de Caio Prado Jr., sobretudo remetendo-se ao seu livro *A Revolução Brasileira*, publicado em 1966 e destinado à crítica às opções da esquerda que levaram à sua derrota em 1964. Ridenti (2010) indica que dentre os grupos que aderiram à luta armada e defendiam a viabilidade da construção imediata ao socialismo, como era o caso do VAR-Palmares, as ideias de Prado Jr. foram tomadas como fundamento teórico. Nesse caso, chama a atenção o fato do historiador paulista ter defendido uma perspectiva gradualista que não era compatível com a luta armada. Conforme será discutido posteriormente, para Prado Jr. a construção do socialismo no Brasil deveria resultar de um contínuo processo de reformas sociais visando à superação dos entraves ao desenvolvimento nacional, decorrentes tanto da herança colonial quanto do imperialismo.

Além da hegemonia política junto aos marxistas, o PCB também teve sua hegemonia teórica contestada após 1964 com o desenvolvimento de uma apropriação acadêmica do

marxismo. Enquanto os grupos de esquerda engajados na luta armada tenderam a manter os fundamentos teóricos do programa de Revolução Brasileira defendido pelo PCB, o que implicou na reiteração de uma visão eurocêntrica sobre o país, fora do núcleo comunista tinha sido iniciado no final da década de 1950 um processo de apropriação do marxismo que viria contribuir para uma visão decolonial sobre a modernidade. Conforme argumenta José Henrique Bortoluci (2013), o marxismo que surgiu na escola paulista de sociologia, a partir dos seminários sobre *O Capital*, ofereceu uma importante contribuição para a “descolonização epistêmica” nas reflexões sobre o capitalismo brasileiro. Dessa maneira, essa perspectiva contribuiu para desvelar a colonialidade do poder e a colonialidade do saber constitutivas da Modernidade Ocidental ao procurar apreendê-la a partir de uma perspectiva periférica. Esse movimento laçou as bases para que se viesse a consolidar de maneira sistemática uma produção acadêmica marxista, caracterizada pelo não alinhamento às diretrizes do PCB.

Em parte esse processo também foi influenciado e fomentado pela postura independente assumida por Caio Prado Jr., seja mediante o impacto exercido por suas ideias, seja pela criação de veículos que possibilitaram um debate mais aberto sobre o marxismo por meio de sua editora e da *Revista Brasiliense*. Alguns dos participantes dos seminários sobre *O Capital* tiveram oportunidade de manter um convívio um pouco mais próximo com Prado Jr. em virtude de colaborarem com a *Revista Brasiliense*. Foram os casos de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, por exemplo. Além disso, Cardoso relata que Prado Jr. ministrava na garagem de sua casa aulas de marxismo para esse grupo de estudantes da USP²³. No que concerne à contribuição da interpretação do Brasil de Prado Jr. para o desenvolvimento do marxismo paulista, Bortoluci (2013) argumenta que sua concepção acerca do marxismo como método de interpretação da realidade foi fundamental para os participantes dos seminários sobre *O Capital*, em especial para Fernando Novais que veio a assumir a condição de continuador de suas investigações. Como será demonstrado posteriormente, a preocupação em delimitar o marxismo como método, ao invés de um receituário composto por diretrizes apriorísticas, foi formulada por Prado Jr. no contexto de suas críticas ao modo como o PCB mobilizava o modelo democrático-burguês, evidenciando como suas preocupações teóricas e políticas estavam articuladas, possibilitando uma compreensão menos dogmática e eurocêntrica do marxismo.

²³ Essa informação foi fornecida por Fernando Henrique Cardoso em entrevista concedida a Eliane Veras Soares por ocasião de sua pesquisa para a dissertação de mestrado sobre a trajetória de Florestan Fernandes, posteriormente publicada sob o título *Florestan Fernandes: O Militante Solitário* (SOARES, 1997).

No intuito de compreender melhor como a constituição das tensões eurocêntricas na interpretação do Brasil de Prado Jr. em parte relaciona-se com sua inserção no movimento comunista no país, a seguir apresentam-se as duas principais teorizações que serviram de fundamento para o modelo democrático-burguês adotado pelo PCB. Primeiramente serão discutidas as ideias de Octávio Brandão em seu livro *Agrarismo e Industrialismo*. Trata-se da primeira tentativa de compreender a sociedade brasileira com base no marxismo e o principal trabalho teórico produzido por um comunista no país até a publicação de *Evolução Política do Brasil*, o ensaio de estreia de Prado Jr. Em seguida, será exposta a renovação da tese feudal promovida por Nelson Werneck Sodré, enfatizando seu diálogo com a obra de Caio Prado Jr. Dessa maneira procura-se indicar em que medida o eurocentrismo foi reiterado nessas proposições, a fim de posteriormente indicar como a interpretação do Brasil e a noção de Revolução Brasileira defendida por Prado Jr. propiciou uma visão decolonial.

4.3 O marxismo no PCB e o modelo democrático-burguês.

A conversão do modelo democrático-burguês em esquema geral a ser adotado por países coloniais, semicoloniais e dependentes, em conformidade com o Programa adotado no VI Congresso da Komintern em 1928, encontrou condições propícias para sua aceitação no contexto brasileiro. Konder argumenta que a tendência ao ecletismo favoreceu a combinação entre marxismo e positivismo durante os primeiros anos do PCB, o que redundou na reiteração de uma concepção etapista da história. Por sua vez, essa síntese no plano filosófico convergiu com algumas ideias vigentes no campo historiográfico, sobretudo no que se refere ao argumento que caracterizava o Período Colonial como feudal. Embora carecendo de uma fundamentação teórica que sustentasse a tese feudal, alguns dos principais intelectuais do IHGB, como Varnhagen, Capistrano de Abreu²⁴ e Oliveira Vianna, consideravam a colonização seria caracterizada pelo feudalismo. Dessa maneira, embora o modelo democrático-burguês tivesse uma premissa metrocêntrica, no início de sua recepção no Brasil encontrou uma tradição intelectual nacional que favoreceu sua aclimação. Com isso, desde suas primeiras formulações os marxistas mobilizaram a tradição do pensamento social brasileiro para interpretar o país, fomentando o debate sobre a Revolução Brasileira.

²⁴ Particularmente é preciso atentar para as ambiguidades da questão feudal na obra de Capistrano de Abreu, conforme discutido no primeiro capítulo desta tese. Deve-se acrescentar que Capistrano forneceu os elementos que vieram a ser desenvolvidos por seu amigo João Lúcio de Azevedo sobre os ciclos econômicos da colonização portuguesa. Essa noção foi amplamente disseminada junto aos intelectuais brasileiros que contestaram a tese feudal, dentre eles Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado. Por isso, Capistrano converteu-se em referência entre os defensores e os críticos da tese feudal.

Embora a ideia de Revolução Brasileira tenha reverberado mais intensamente no país entre 1958 e 1964, suas origens estão atreladas à adoção do modelo democrático-burguês pelo PCB. Conforme Anita Leocádia Prestes (2013), desde o final da década de 1920 o PCB adotava as diretrizes fornecidas pela Komintern para os países classificados como coloniais e semicoloniais, as quais apontavam para a necessidade do estabelecimento de uma revolução de caráter anti-imperialista e antifeudal no Brasil. Ainda conforme a autora, a definição do caráter “democrático-burguês” do programa revolucionário assumido pelo PCB refletiria o mimetismo vigente entre os comunistas da época, pois essas formulações consistiam em transposições para o Brasil das teses de Lenin sobre a Rússia czarista, as quais fundamentaram sua proposição de uma revolução democrático-burguesa em 1905 (PRESTES, 2013).

A preocupação com a interpretação da realidade a fim de propiciar uma fundamentação teórica para a ação política remete praticamente ao período em que se iniciou a organização do movimento comunista no país. Com isso, apresentava-se como dilema fundante dos teóricos vinculados ao PCB o embate entre a necessidade de compreender a sociedade brasileira, mas em consonância com convenções gerais que muitas vezes impossibilitavam a apreensão das especificidades do país. As opções feitas pela maior parte dos intelectuais comunistas perante esse dilema resultaram em soluções que tendiam a reiterar uma compreensão eurocêntrica da formação da sociedade brasileira. Apesar de formular a questão em outros termos, ao fim e ao cabo, a crítica que Caio Prado Jr. elaborou em seu livro *A Revolução Brasileira* possibilita apreender como os equívocos decorrentes de uma interpretação eurocêntrica a respeito da formação da sociedade brasileira tiveram consequências políticas devastadoras para os comunistas. Para compreender as relações transtextuais constitutivas da posição defendida por Prado Jr., bem como suas tensões eurocêntricas, deve-se atentar mais detidamente para as formulações teóricas que fundamentaram o modelo democrático-burguês pecebista.

Como já salientado, a principal expressão teórica do marxismo durante seu período de “consciência política pré-crítica” (MORAES, 2007b), foi o livro publicado por Octávio Brandão em 1926. *Agrarismo e Industrialismo. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil* detém o status de primeira interpretação do Brasil em bases marxistas. Para despistar a repressão governamental, além da utilização do pseudônimo de Fritz Mayer, Brandão indicou que a impressão havia ocorrido em Buenos Aires. Trata-se de um texto que inaugura a recepção do modelo democrático-burguês como matriz marxista de interpretação do Brasil, onde se argumenta que haveria no país “dois

mundos que se chocam: o feudalismo e o industrialismo”, em que o “industrialismo despedaça o feudalismo” e, posteriormente, “o comunismo despedaça o industrialismo burguês” (MAYER, 1982[1926], p. 263).

Moraes (2007a; 2014) observa que o livro é facilmente criticável pela fragilidade dos argumentos, indicando que, décadas depois, o próprio Brandão apontaria erros no texto. Conforme observado no tópico anterior, na época em que foi publicado *Agrarismo e Industrialismo*, o acesso às ideias marxistas nos países era bastante precário. Certamente a escassez de material para um estudo mais sistemático do materialismo histórico contribuiu significativamente para as limitações do livro. Apesar dessas dificuldades, o trabalho trouxe algumas inovações para época. Para Moraes, seu pioneirismo deve-se não apenas à utilização da diretriz etapista de Stalin para a interpretação dos fenômenos históricos do país, mas também pela precursora utilização do termo “marxismo-leninismo” para designar a doutrina inspiradora do seu trabalho. Nesse sentido, ressalta que a “fórmula ‘marxismo-leninismo’ [...] só seria lançada na URSS no final da década” e que “em 1924, nem Stalin nem qualquer outro dirigente do comunismo internacional designava o *corpus* teórico-doutrinário de seu movimento de pela expressão ‘marxismo-leninismo’” (MORAES, 2007a, p. 140).

A revolta aludida no subtítulo do livro de Brandão foi a chamada “Revolta Paulista de 1924”, levante tenentista contra o governo de Artur Bernardes. De acordo com Boris Fausto (2002), Bernardes encontrou problemas com as forças armadas ainda na campanha presidencial de 1921, pois vazaram na imprensa duas cartas supostamente de sua autoria que continham ofensas aos militares, mas cuja falsificação foi posteriormente comprovada. Além disso, a animosidade intensificou-se com a decisão de Bernardes de utilizar tropas do Exército para intervir na política local pernambucana, o que ocasionou protestos do Clube Militar que prontamente foi fechado pelo governo ao ser considerado uma associação nociva à sociedade, levando ao surgimento do movimento tenentista. A primeira manifestação foi o levante dos Dezoito do Forte de Copacabana, em 1922 (FAUSTO, 2002).

Fausto (2002) indica que exatamente dois anos depois, no dia 5 de julho, como homenagem aos tenentes massacrados no Rio de Janeiro, iniciou-se a revolta paulista, comandada pelo General Isidoro Dias Lopes, que durou até o dia 27 de julho. Houve intensa batalha pelo controle de São Paulo, que chegou a ficar sob o domínio dos tenentistas. Mediante intervenção dos setores das forças armadas que não aderiram ao movimento, a rebelião foi debelada e muitos dos insurretos sobreviventes fugiram para o interior do estado, formando uma “coluna paulista” que se dirigiu para o Paraná. Em 1925 os tenentes vindos de São Paulo juntaram-se com uma coluna vinda do Rio Grande Sul, onde também ocorreu um

levante tenentista, formando-se a Coluna Prestes (FAUSTO, 2002).

Portanto, o ponto de partida da análise de Octávio Brandão são esses acontecimentos do levante tenentista de 1924, que posteriormente originou a Coluna Prestes. Sua premissa básica é que o conflito resultou do antagonismo entre duas diretrizes, o agrarismo e o industrialismo. A sociedade brasileira seria dominada pelo agrarismo rural de cunho feudal, representado pelo governo de Artur Bernardes. Devido ao domínio da “política de fazendeiros de café, instalados no Catete”, haveria no país uma “oposição burguesa desorganizada”, na medida em que a “burguesia industrial e comercial [era] politicamente nula”, pois seu “atraso político é tamanho que a burguesia industrial ainda não formou o seu partido, enquanto o proletariado já conseguiu forjar o seu partido desde 1922” (MAYER, 1982[1926], p. 256). O “atraso político” da burguesia brasileira, decorrente do predomínio do agrarismo, fez com que o industrialismo fosse manifesto apenas indiretamente mediante o impulso “antifeudal” da pequena burguesia, que ganhou vazão com o tenentismo. Assim, a pequena-burguesia surgiria como aliada natural da burguesia. Deve-se notar, ainda, que o confronto entre agrarismo e industrialismo estaria relacionado também à disputa de interesses entre o imperialismo inglês, que apoiaria o governo, e o imperialismo estadunidense, favorável à industrialização (KONDER, 1988; SILVA, 2007; MORAES, 2014).

Conforme observa Angelo José da Silva (2007), em *Agrarismo e Industrialismo* a análise desse conflito abrange a compreensão das dimensões econômicas, políticas e psicológicas. Para Brandão, “a economia nacional é dominada pelo café” e, por conseguinte, “a política, a psicologia e a hierarquia social reinantes são cafeeiras”, na medida em que “o país está envenenado pelo agrarismo” (MAYER, 1982[1926], p. 157). Destarte, sua caracterização da sociedade brasileira é sintetizada da seguinte forma:

Dominado por esse agrarismo econômico, bem centralizado, o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, consequência direta daquele. O agrarismo político é dominação política do grande proprietário. O grande proprietário no Brasil é o fazendeiro de café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumieira e a servidão nos alicerces. Idade Média. A consequência religiosa é o catolicismo, a religião que predominou na Idade Média [...]. E a consequência psicológica: no alto, o orgulho, a mentalidade aristocrática, feudal; em baixo, a humildade. Como tudo isto combina! A economia é a base social, a camada sobre a qual se superpõe a política, a sociologia, a moral, a religião, a arte, a filosofia, a história, a antropologia. A economia é em sociologia o que o granito é em geologia (MAYER, 1982[1926], p. 256-257).

Tem-se nessa formulação uma expressão bastante esquemática do modelo democrático-burguês ao traçar um explícito paralelo entre a República Velha e a Idade Média

européia. Dessa maneira, Brandão procede em acordo com os parâmetros indicados por Löwy (2012) ao caracterizar o eurocentrismo no pensamento marxista latino-americano, destacadamente ao buscar correspondências entre cada um dos elementos constituintes da história brasileira e o processo histórico europeu. Ademais, também chama atenção o metrocentrismo na maneira como o método dialético é utilizado. Konder (1988) observa que Brandão serviu-se de uma concepção dialética baseada na tríade tese, antítese e síntese, na qual Artur Bernardes representaria a tese, ao expressar os interesses do agrarismo feudal, ao passo que Isidoro Dias Lopes seria a antítese, pois representaria a pequena burguesia e por tabela o capital industrial ainda enfraquecido politicamente. A síntese seria a revolução do proletariado que conduziria o país ao comunismo, a ser desencadeado por uma crise que ocorreria em um futuro próximo²⁵ (KONDER, 1988). Para além das simplificações formais incutidas nessa tríade, interessa indicar que sua utilização se orienta pelo pressuposto da identidade das características históricas do Brasil e da Europa, o que exclui a especificidade do caráter colonial da formação do país, decorrendo daí uma perspectiva metrocêntrica.

É importante notar que em *Agrarismo e Industrialismo* não se tem apenas a influência da dogmática soviética, embora constitua a principal expressão da “consciência política pré-crítica” do marxismo no Brasil (MORAES, 2007b). Dessa maneira, o texto de Brandão apresenta relações transtextuais (GENETTE, 2010) com alguns temas correntes no pensamento social brasileiro nas primeiras décadas do século XX, como observa Ângelo José da Silva ao afirmar que:

É neste sentido que podemos assinalar a influência de Euclides da Cunha visível nas linhas de *Agrarismo e industrialismo*. A *raça* e o *meio*, temas centrais em *Os sertões*, percorrem o texto de Brandão. Não podia ser diferente, afinal, Euclides da Cunha pode ser considerado divulgador de ideias progressistas para aquele período e Brandão foi se apoiar em ideias que, além de marxistas, poderiam sustentar sua crítica à realidade brasileira (SILVA, 2007, p. 143).

Silva (2007) não detalhou como ocorreu a apropriação de Euclides da Cunha mediante as questões da “raça” e do meio, mas Konder (1988) coloca de maneira mais explícita como se expressou o debate racial no trabalho de Brandão:

Até preconceitos raciais emergem no pensamento de Octávio Brandão. Ele lamenta que o Brasil seja prejudicado pela proliferação dos “intermediários”, em geral. Os “intermediários” – explica – são “tipos que, geralmente, não possuem as qualidades dos extremos, tendo os defeitos de ambos”. E aponta os diversos “intermediários”

²⁵ Apesar de afirmar que essa proposição de Brandão é excessivamente esquemática, Moraes (2014) ressalta seu mérito ao prever que aquela conjuntura redundaria em um conflito político mais intenso. Efetivamente as disputas envolvendo os tenentistas e os agraristas vieram a contribuir para a significativa mudança no ordenamento oligárquico do poder pautado pela política dos governadores, não obstante seu desenlace não tenha correspondido ao trunfo dos comunistas.

que existem no nosso país: “étnicos como os mulatos e caboclos, econômicos como os quitandeiros e lojistas, religiosos como os espíritas e teósofos” (KONDER, 1988, p. 148).

Ao imputar um caráter problemático ao que denomina de “intermediários”, que em termos étnicos corresponderiam aos mestiços, Brandão incorreu em uma opinião bastante comum naquele período. Conforme observa Lilia Schwarcz (2012[1993]), com o fim da escravidão e da monarquia, a questão racial assumiu o centro das reflexões em diferentes searas do conhecimento, como a Medicina, o Direito e a História. Nesse ínterim, o problema da miscigenação assumiu contornos bastante peculiares, pois “no Brasil as teorias [raciais] ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco” (SCHWARCZ, 2012[1993], p. 39). Dentre os partidários dessa perspectiva no pensamento social brasileiro daquele período, destacam-se alguns dos intelectuais mais influentes na República Velha, como Sylvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e Paulo Prado.

Dessa forma, percebe-se que tipos mestiços como mulatos e caboclos também eram vistos com desconfiança por Paulo Prado (2001[1928]), defensor de uma perspectiva racial eugênica. Analogamente, Oliveira Vianna (1973[1919]), adepto da ideia de “arianização” da população brasileira, apontava a população mestiça como o principal elemento que contribuiria para a persistência da tendência dispersiva da organização social brasileira, pautada em uma política assentada no mandonismo local e caracterizado pela solidariedade de clã. Aliás, Konder (1988) observa que a explicação de Brandão sobre o desenvolvimento histórico do Brasil pauta-se pela dicotomia entre centralização e descentralização, que é um dos principais motes da interpretação de Vianna (1973[1919]). Portanto, é plausível afirmar que as indicações de Brandão coadunam com a ideia do mestiço como um elemento que representaria um entrave para o desenvolvimento do país, ecoando argumentos permeados pela colonialidade do poder vigentes no meio intelectual brasileiro, embora seu intento fosse emancipatório.

Destarte, a abordagem dada por Brandão à questão racial relaciona-se com o ecletismo que caracterizou o início da apropriação do marxismo no Brasil, conforme observação de Konder (2009[1984]). Assim, ao apontar o mestiço como um problema, inadvertidamente Brandão reforçava os fundamentos doutrinários da dominação que estava combatendo. No entanto, conforme salienta Silva (2007), os pressupostos de sua explicação sobre a formação da sociedade brasileira estavam assentados em uma concepção materialista, diferenciando-se da maioria dos seus contemporâneos, adeptos do determinismo racial e/ou ambiental. Ainda

assim, mesmo recusando essas perspectivas, Brandão apropriou-se das classificações raciais do seu tempo. Nesse sentido, a despeito de ter procurando seguir à risca as diretrizes soviéticas, o intelectual e dirigente comunista recorreu à tradição intelectual brasileira para formular seus argumentos, sendo possível apontar a existência de relações metatextuais (GENETTE, 2010) com Oliveira Vianna e Euclydes da Cunha ao discorrer sobre a formação do país. Com isso, sua interpretação do Brasil incorpora elementos hegemonicamente dominantes junto à intelectualidade nacional, reiterando o eurocentrismo mediante a articulação entre o modelo democrático-burguês soviético e a inferiorização da população mestiça presente nos discursos “científicos” elaborados durante a República Velha.

Como ocupava uma posição de destaque no PCB na década de 1920, atuando como dirigente do partido, vereador no Rio de Janeiro e intelectual, as ideias defendidas em *Agrarismo e Industrialismo* influenciaram de maneira significativa as diretrizes dos comunistas brasileiros e até mesmo alguns sul-americanos. A tese feudal defendida por Brandão contribui para o fomento do modelo democrático-burguês no Brasil. Já a maneira como Brandão compreendia a questão racial no país estava tão disseminada entre os principais quadros do PCB que repercutiu em Buenos Aires durante a I Conferência Comunista da América Latina, ocorrida em 1929. A respeito desse evento chama atenção o texto publicado por Mariátegui e Pesce (2010[1929]), que naquela oportunidade obtiveram dos demais participantes informações que subsidiaram sua compreensão sobre a questão racial na América Latina. Particularmente no que concerne ao Brasil, as informações colhidas serviram para os marxistas peruanos determinarem a situação dos negros²⁶.

Mariátegui e Pesce iniciam sua exposição constatando a grande presença de negros na América Latina, com destacada concentração em Cuba, Antilhas e Brasil. Afirmam que, enquanto a maior parte da população indígena estaria vinculada à agricultura, os negros trabalhavam nas indústrias. Particularmente no que concerne ao caso brasileiro, afirmam que haveria uma pequena quantidade de negros “puros”, mas que o contingente de pessoas mulatas era bastante alto. Mariátegui e Pesce diferenciam a população mulata conforme a tonalidade da pele, indicando que “los negromulatos [...] constituyen un 30 por ciento de la población, son numerosos en todo el litoral y se encuentran especialmente concentrados em algunas regiones, como en Pará”²⁷ (MARIÁTEGUI, PESCE, 2010[1929], p. 88), informando

²⁶ Mariátegui e Pesce não nomeiam quem foi o informante da comitiva do PCB, referindo-se a ele apenas como “el compañero delegado del Brasil” – “o companheiro delegado do Brasil” (MARIÁTEGUI, PESCE, 2010[1929], p. 88).

²⁷ Em livre tradução: “os negro-mulatos que constituem 30 por cento da população, são numerosos em todo o litoral e se encontram especialmente concentrados em algumas regiões, como no Pará”.

também haver uma significativa quantidade de mulatos com pele mais clara.

Além disso, com base no relato do comunista brasileiro, os peruanos reportam que “El cruzamiento se hace cada día más intensamente, produciendo tipos cada vez más claros desde que no vienen al país, desde cerca de medio siglo, inmigrantes negros”²⁸, indicando que “El preconceito contra el negro asume reducidas proporciones. En el seno del proletariado, éste no existe. En la burguesía, en ciertas capas de la pequeña burguesía, este mal se deja percibir”²⁹ (MARIÁTEGUI, PESCE, 2010[1929], p. 88). Os marxistas peruanos acrescentam que no Brasil não haveria um ódio racial, sendo possível constatar a presença de negros e mulatos na burguesia nacional, diferindo da situação conflituosa vivenciada nos EUA. Isto posto, concluem que “no se podrá hablar en rigor, en el Brasil, de preconceitos de razas”³⁰ e, conseqüentemente, “La situación de los negros en el Brasil, no es de naturaleza tal como para exigir que nuestro partido organice campañas reivindicatórias para los negros, con palabras de orden especiales”³¹ (MARIÁTEGUI, PESCE, 2010[1929], p. 89). Com isso, Mariátegui e Pesce apontam que a presença negra na América Latina constitui um importante fator econômico e social, mas que suas reivindicações coincidem com as demandas de suas classes, sendo desnecessária a elaboração de um programa específico voltado para esse segmento da população (MARIÁTEGUI, PESCE, 2010[1929]).

Dessa maneira, Mariátegui e Pesce reportam e corroboram a problematização da questão racial brasileira apontada pelo delegado do PCB. Com base nessa caracterização, seria possível indicar a presença da preocupação com o branqueamento da população e o ideal do convívio harmônico entre as raças. Essas proposições apontam para a convergência entre a concepção consagrada na República Velha a respeito da miscigenação e outra que estava sendo gestada ao longo da década de 1920, consolidada no decênio seguinte.

Por um lado, tem-se uma leitura própria da ideia de branqueamento da população, onde o fim do tráfico negreiro seria a causa atribuída a essa suposta tendência, que seria expressa tanto no dito “clareamento” da população, quanto no contingente relativamente reduzido dos “negros puros” em comparação aos mulatos de diferentes tonalidades de pele. Esse argumento pressupõe que a interrupção do tráfico de mão de obra escrava da África, cujo marco é a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, teria contribuído para uma tendência ao

²⁸ Em livre tradução: “o cruzamento se faz cada dia mais intensamente, produzindo tipos cada vez mais claros desde que não vieram ao país, há cerca de meio século, imigrantes negros”.

²⁹ Em livre tradução: “O preconceito contra o negro assume reduzidas proporções. No seio do proletariado, este não existe. Na burguesia, em certas camadas da pequena burguesia, este mal se deixa perceber”.

³⁰ Em livre tradução: “não se poderá falar a rigor, no Brasil, de preconceitos de raças”.

³¹ Em livre tradução: “A situação dos negros no Brasil, não é de natureza tal como para exigir que nosso partido organize campanhas reivindicatórias para os negros, com palavras de ordem especiais”.

branqueamento da população no espaço de aproximadamente duas gerações. Como indicado acima com base em Schwarcz (2012[1993]), a miscigenação que resultasse em branqueamento era percebida como algo positivo no contexto do domínio hegemônico das teorias raciais, pois seria um meio de subverter a inferiorização resultante da mistura com as populações não europeias. Assim, ao afirmar a ausência de novos afluxos de negros como responsável pelo branqueamento, está sendo exposta uma ideia que possui alguma afinidade com as noções defendidas por Oliveira Vianna (1973[1919]), por exemplo, embora visando consequências opostas ao conservadorismo do polemista fluminense. De toda maneira, segundo Pedro Chadarevian (2012), ao recorrer a essa ideia de branqueamento, os comunistas brasileiros estariam contribuindo para a invisibilização da população negra, desconsiderando sua importância na formação do país.

Por outro lado, a negação da existência de preconceitos raciais, igualmente à crença em uma convivência pacífica entre as raças, constituem eixos característicos da “estrutura de sentimentos da mestiçagem harmoniosa”, conforme delineado por Eliane Soares (2011). Depurada ao longo da década de 1930, seria possível indicar que essa estrutura de sentimento redundou no que Schwarcz (2012[1993]) denominou de “estetização da democracia racial”, com a celebração do mulato e da convivência pacífica entre as raças nas artes, no pensamento social, nas políticas oficiais durante a Era Vargas, sem que efetivamente se buscasse alterar a situação da população negra e mestiça, mantendo-se intactas as antigas hierarquias. Em certo sentido, as ideias dos comunistas brasileiros apresentadas por Mariátegui e Pesce (2010[1929]) situavam-se a meio caminho entre as concepções pessimistas da mestiçagem – em vista da maneira como Brandão retrata o mestiço e da discussão sobre branqueamento – e otimistas de mestiçagem, aproximando-se da ideologia da democracia racial, como observa Chadarevian (2012).

Portanto, no que concerne à questão racial, a tensão eurocêntrica da postura do PCB durante sua primeira década de existência decorreu de sua adesão aos discursos permeados por certa inferiorização cultural de pessoas negras e mestiças, perceptível no trabalho de Octávio Brandão e na abordagem de Mariátegui e Pesce, que se refere a um relato fundamentado em dois anos de discussão dos comunistas brasileiros, resultado da tentativa de adequar à conjuntura do país a estratégia de frente única sugerida pela Komintern. Ao mesmo tempo, os comunistas brasileiros concebiam a luta em favor da população negra com base em uma orientação classista, sendo seus interesses resumidos como parte das aspirações do proletariado, pois sua opressão seria resultado apenas de fatores econômicos. Para Chadarevian (2012) a ausência de uma política específica para a população negra seria

consequência tanto da composição social da elite dirigente do PCB, que possuiria poucos negros e mestiços apesar de o cargo ocupado por Minervino de Oliveira, quanto da fragilidade do movimento negro naquela época.

A interpretação do Brasil apresentada por Octávio Brandão permaneceu por bastante tempo como a principal formulação teórica que coadunava com a mobilização do modelo democrático-burguês como alternativa para a transformação do país. Em grande parte deve-se isso não apenas à dificuldade na disseminação da teoria marxista característica daquela época, como pela forte repressão durante o Estado Novo. Dessa maneira, mesmo após a publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo* em 1942 – livro de Caio Prado Jr. que lança as bases para contestação da tese feudal –, *Agrarismo e Industrialismo* ainda permanecia como um dos registros mais sistemático sobre a tese feudal no marxismo brasileiro. Só surgiram formulações mais complexas sobre essa perspectiva na segunda metade da década de 1950, com a publicação dos trabalhos de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães.

Por seu turno, mesmo com toda a fragilidade dos argumentos de Brandão, é interessante notar que, não obstante a quase ausência entre os anos 1930 e meados da década de 1950 de uma concorrência significativa alinhada com a tese feudal, as ideias de Prado Jr. nunca foram devidamente aceitas no PCB. Se, por um lado, Prado Jr. não conseguiu influenciar o programa do partido com suas ideias, por outro lado o diálogo com sua interpretação do Brasil teve importância significativa na renovação teórica da tese feudal empreendida por Nelson Werneck Sodré. Nesse sentido, é curioso perceber que quando integrou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), período em que buscou apropriar-se mais sistematicamente do marxismo, Sodré (1978[1958]) aderiu parcialmente às análises caiopradianas. Inclusive, há referências intertextuais ao conceito de “Sentido da Colonização” mediante citação sobre o caráter mercantil do empreendimento colonial português na América³². Em *Introdução à Revolução Brasileira*, publicado originalmente em 1958, Sodré expôs uma compreensão bastante original acerca da presença do feudalismo no Brasil, que se diferenciava de maneira significativa da formulação etapista de Brandão e da tradição historiográfica brasileira adepta da tese feudal:

Surgiram mesmo, em nosso tempo, a esse respeito, especiosas e inconseqüentes (sic) controvérsias, como aquela, para só citar uma, que se levantou a respeito da vigência entre nós, de formas de produção feudais de produção, pretensamente consignadas

³² Sodré transcreve longa citação de *Formação do Brasil Contemporâneo* para fundamentar o argumento a respeito do caráter mercantil da colonização portuguesa, caracterizada como uma empresa colonial, orientando seu argumento pelo conceito de “Sentido da Colonização”. A passagem encontra-se na segunda parte do capítulo intitulado *Evolução da Economia. Formação da Economia Nacional*, presente em *Introdução à Revolução Brasileira* (SODRÉ, 1978[1958], p. 67).

nos direitos que cabiam aos donatários em seus forais e títulos de doação. Está claro que não poderiam ter vigorado aquelas formas feudais no conjunto de uma economia de traços evidentemente mercantis, estabelecidos sobre a produção escravista. As relações feudais surgiram mais adiante e caracterizariam a estagnação de grandes áreas territoriais do Brasil (SODRÉ, 1978[1958], p. 84).

Para refutar a ideia que a colonização iniciou-se sob a égide do feudalismo, Sodré (1967[1962]) argumenta que a “legislação trazia evidentes marcas feudais” na Carta de Doação e na Carta Foral, que regulamentavam a concessão de terras e os tributos a serem pagos à Coroa, contudo retruca que “a legislação foi uma coisa; a realidade foi outra coisa” (SODRÉ, 1967[1962], p. 81). No seu entendimento, apesar do empreendimento colonial apresentar uma legislação caracteristicamente feudal, “a conclusão que leva o exame da realidade é que o Brasil iniciou sua existência colonial sob o modo escravista de produção” (SODRÉ, 1967[1962], p. 82). Dessa maneira, para Sodré as grandes navegações foram orientadas por um caráter mercantil, a legislação que foi forjada para viabilizar o empreendimento colonial possuiria traços feudais e o modo de produção que predominou foi escravista. As relações de produção eram escravistas e propiciaram a exploração do latifúndio monocultor, cujos produtos eram comercializados de forma monopolística com Portugal, impulsionando o mercantilismo transatlântico.

No entanto, Sodré (1978[1958]) afirma que durante o Período Colonial e no Império teriam surgido enclaves feudais. Em grande parte, seu argumento sobre a questão possui forte paralelo com a discussão apresentada por Celso Furtado (2000[1958]) a respeito da contração econômica canavieira acompanhada pela expansão territorial no Nordeste e da regressão econômica e expansão das áreas de subsistência no Sudeste após o colapso da produção aurífera. Para Furtado, como consequência da crise canavieira a população desprovida de ocupação no litoral deslocou-se para o sertão onde vigorava a pecuária, que de atividade subsidiária da produção açucareira passou à atividade de subsistência. A crise ocasionada pela mudança da dinâmica do mercado internacional desmonetizou o complexo econômico no Nordeste o que acarretou o desenvolvimento de uma economia de subsistência. Situação análoga foi observada na região mineradora: “Neste caso, como no da economia pecuária do Nordeste, a expansão demográfica se prolongará num processo de atrofiamento da economia monetária” (FURTADO, 2000[1958], p. 90). Isso fez com que a economia da região progressivamente fosse convertida em um empreendimento doméstico.

Mediante o estabelecimento de relações metatextuais, Sodré reelabora as proposições de Furtado ao definir os momentos de regressão econômica como “regressões feudais”. Para Sodré (1978[1958]), as oscilações no mercado internacional de *commodities* levaram ao

declínio de alguns exportadores que utilizavam mão-de-obra escrava no processo produtivo. Assim, as mudanças de oferta e demanda no mercado mundial referente a um determinado item ocasionaram o enfraquecimento de alguns produtores de regiões da colônia especializadas na sua produção. Essa situação forçou em alguns casos uma reestruturação produtiva que teria suscitado uma “regressão feudal” em algumas partes do Brasil. Onde o impacto das oscilações do mercado foi sentido de maneira mais ostensiva, observou-se uma reestruturação que levou a um padrão mais próximo de uma economia fechada, pois a produção passou a ser predominantemente voltada para a subsistência. Devido a isso a utilização em larga escala de escravos tornou-se dispensável, sendo preferível negociá-los com as áreas onde a produção voltada para exportação fosse mais intensa. Com a diminuição da importância da escravidão nesses polos e o predomínio de uma economia doméstica, em grande parte a organização social passou a girar em torno dos vínculos de dependência entre homens livres proprietários e não proprietários de terra. Sodré considerava que haveria entre esses dois grupos relações semelhantes às existentes entre senhores e servos, levando ao estabelecimento de um mandonismo local assentado no poder baseado na concentração fundiária.

Portanto, o que Sodré denominou de feudalismo teria resultado antes da própria dinâmica mercantil, do que da importação de instituições portuguesas ou do modo como era concebido o direito de propriedade sobre a terra. Não haveria uma continuidade imediata entre o feudalismo existente em Portugal e o que passou a existir em algumas partes da região canavieira com o predomínio de outros ciclos econômicos na colônia, por exemplo. Em suma, desenvolvendo um caminho próprio a partir da noção de “Sentido da Colonização” de Prado Jr. e do debate de Celso Furtado sobre a regressão econômica de regiões de alta produtividade orientada para o mercado externo, Sodré procurou compreender de maneira integrada os elementos mercantis, escravistas e feudais na sociedade brasileira. Em certo sentido, essa abordagem de Sodré poderia ser apreendida a partir da ideia defendida por Aníbal Quijano (2010) acerca da articulação entre elementos heterogêneos na estrutura social, segundo qual não seria possível afirmar homogeneidade histórica do processo de controle do trabalho no âmbito do poder capitalista mundial eurocêntrico colonial/ moderno, pois trabalho assalariado, escravidão, servidão “se articulam entre si e com o capital” (QUIJANO, 2010, p. 93), conforme explicitado anteriormente.

No entanto, ao denominar como feudal um fenômeno que deriva diretamente do mercantilismo e cujas formas de sociabilidade envolvidas guardam apenas características genericamente próximas ao feudalismo, Sodré parece operar eurocentricamente a tese feudal.

Apesar de relativa semelhança com a concepção articulada apresentada por Mariátegui que procura explicar os vínculos entre capitalismo mercantil, escravismo, feudalismo e socialismo incaico no Peru, uma diferença fundamental entre ambos consiste nas referências buscada por cada para caracterizar o feudalismo. Sodré recorreu às formulações apresentadas por Marx em *O Capital*, tendo como parâmetro o caso clássico inglês. Por sua vez, Mariátegui recorreu à experiência russa, um caso periférico na Europa, onde a servidão combinava-se com a propriedade comunal da terra. Mesmo não apresentando uma compreensão linear a respeito da constituição do feudalismo, Sodré toma como referência a realidade dos países centrais europeus para conceituar um fenômeno que não apresenta as mesmas características daquele que é tomado como referência.

Ao procurar aprimorar sua interpretação do Brasil, Sodré tornou mais ampla sua concepção sobre o feudalismo. Ao invés de se restringir à ideia de “regressão feudal”, no livro *História da Burguesia Brasileira*, publicado em 1964, passa a considerar que poderiam ser caracterizadas como feudais as regiões onde não se utilizava de maneira significativa a mão-de-obra escrava e cujo desenvolvimento econômico não foi impulsionado pela produção voltada para o mercado externo. Dessa maneira, a separação entre pastoreio e agricultura no contexto da produção açucareira teria sido o marco inicial do surgimento de uma organização feudal na colônia, pois “motivou o aparecimento [...] de uma área em que o escravismo não encontraria condições de vigência” (SODRÉ, 1964, p. 41). Para Sodré as zonas feudais surgiram de forma periférica, pois inicialmente mantiveram ligação constante com as zonas escravistas, até que fosse possível um desenvolvimento mais autônomo que fomentou seus traços feudais. Por meio dessa formulação, Sodré retomou uma dicotomia clássica do pensamento social brasileiro entre litoral e sertão. O termo sertão não corresponde nesse contexto à concepção restrita que predomina atualmente que o vincula às regiões semiáridas do país. Remontando a uma tradição historiográfica tributária de Capistrano de Abreu (2000[1907]), o sertão é concebido de maneira mais ampla e plural, abrangendo diversos núcleos de povoamento no interior do continente, como aquelas compreendidas entre os rios São Francisco e Parnaíba, a região amazônica, os pampas gaúchos, os planaltos paulistas e o que hoje corresponde ao centro-oeste do país. Enquanto o litoral seria o espaço da produção agrícola escravista diretamente vinculada ao capitalismo mercantil no plano internacional, o sertão seria predominantemente caracterizado como feudal, principalmente ao final do Período Colonial:

Dominando a extensão amazônica, as planícies sulinas, vastíssima zona sertaneja, o interior do centro-sul antes minerador, corroendo o decadente escravismo

açucareiro, as relações feudais dominam a quase totalidade da extensão territorial da colônia e cercam as áreas escravistas litorâneas. E não apenas dominam a área de maior mas, o que é mais importante, a maior parcela da população, substituindo a contradição entre senhores e escravos pela contradição entre senhores e servos (SODRÉ, 1964, p. 49)

Sodré faz algumas extrapolações para adequar as características de algumas regiões da colônia aos parâmetros feudais, como no caso do modo como a organização da capitania de São Vicente é apresentada, destacadamente no que tange aos bandeirantes e aos indígenas. Apesar de a dinâmica estabelecida pelos moradores sedentarizados em São Vicente possuírem alguns traços que são utilizados por Sodré para justificar o caráter feudal do modo de produção ali estabelecido, essas características não seriam extensíveis à totalidade de suas atividades. No que se refere aos bandeirantes há um paralelo que apresenta uma visão restrita de sua atuação ao compará-los com os mercadores feudais. O empreendimento das bandeiras não se restringiu apenas às atividades comerciais, indo além em virtude de sua organização bélica destinada ao combate aos indígenas, contribuindo para o despovoamento e o posterior repovoamento do interior do território da colônia. Já no que se refere aos indígenas, a comparação de sua situação com os servos medievais também seria equivocada. Se de algum modo nas missões jesuíticas havia aspectos que remetiam ao feudalismo, fora das aldeias não se estabelece um sistema de obrigações para com os senhores como no caso europeu, consistindo muito mais em uma forma de escravidão doméstica em benefício próprio ou visando sua venda para outros colonos.

Essa revisão da tese feudal de Sodré centra-se na caracterização do modo de produção vigente na sociedade brasileira, embora para tanto levasse em consideração os condicionantes decorrentes de sua inserção no mercado mundial, em conformidade com as reflexões de Prado Jr. No entanto, a diferença de enfoque entre ambos é patente. O autor de *Evolução Política do Brasil* não apresentou em seus trabalhos de cunho historiográfico uma definição clara a respeito do modo de produção vigente dentro da colônia³³, pois se deteve na demonstração da articulação entre colonialismo e formação do capitalismo, lançando mão do conceito de “Sentido da Colonização”. Já na teorização subjacente à sua interpretação da formação do país, a ênfase de Sodré era mais acentuada na definição do modo de produção no âmbito nacional. Assim, sua atenção deteve-se na problematização de um dos aspectos menos desenvolvidos do trabalho de Prado Jr., mas sem desconsiderar os condicionamentos externos dados inicialmente pela hegemonia do capital mercantil durante o Período Colonial e,

³³ Apenas em *A Revolução Brasileira* que Caio Prado Jr. veio a defender abertamente a ideia de que o Brasil era capitalista desde sua colonização em virtude de sua condição de fornecedor de *commodities* para o mercado internacional.

posteriormente, pelo capitalismo monopolista com sua fase imperialista.

Empenhando-se em evitar o mecanicismo da visão de Octávio Brandão e a maneira simplista como a historiografia do IHGB lidou com a questão, Sodré reelabora a tese feudal buscando considerar a especificidade da formação da sociedade brasileira. Com isso, contribui para tornar mais complexo o fundamento teórico das diretrizes do PCB ao generalizar sua compreensão acerca da presença do feudalismo no Brasil. A visão desenvolvida em *História da Burguesia Brasileira* subsidiou o modelo democrático-burguês, pois sustentava que a servidão paulatinamente teria ultrapassado o escravismo em abrangência na sociedade colonial. Dessa maneira, para Sodré a incapacidade de superar a grande presença das relações servis no campo constituiria um dos principais entraves para o desenvolvimento pleno do capitalismo no país:

O vasto mundo da servidão no campo é um espetáculo dos nossos dias, no Brasil. tem suas raízes ancoradas longe, no tempo, começou na própria colonização. Não surgiu de um processo semelhante ao que ocorreu na Europa quando [...] Teve outras origens aqui: ou apareceu desde o primeiro momento, ou decorreu de estagnação da produção escravista. De uma e de outra forma, ampliou sua dominação e chegou aos nossos dias, travando o processo ascensional do capitalismo no nosso país (SODRÉ, 1964, p. 50-51).

Portanto, ao procurar definir o caráter do modo de produção vigente no Brasil, Sodré indica que não havia uma unicidade, pois, por um lado, escravismo e feudalismo coexistiam no Período Colonial e no Império e, por outro lado, com a República veio a se consolidar a coexistência entre feudalismo (ou semifeudalismo) e capitalismo – ainda que economicamente subordinado aos ditames feudais e semifeudais. Em ambos os arranjos a influência econômica estrangeira tendia a manter e a reforçar a posição do país na divisão internacional do trabalho consagrada pela colonização. Dessa maneira, como argumenta Marcos Del Roio (2007b), para Sodré “o Brasil colonial se caracteriza pela contemporaneidade do não coetâneo”, ou seja, trata-se de uma visão que rompe com uma compreensão linear a respeito da sucessão dos modos de produção no âmbito do marxismo, em função da especificidade colonial, onde “escravismo e feudalismo convivem numa formação social compósita e segmentada, na qual a primeira forma aparece como mais avançada e a segunda como regressiva” (DEL ROIO, 2007b, p. 95).

A abolição da escravatura e a proclamação da República constituíram momentos que possibilitaram condições para que a estrutura colonial fosse modificada em prol de um desenvolvimento capitalista mais acentuado no país. Contudo, a burguesia surgiu no Brasil a reboque do capital internacional e sem estabelecer um antagonismo significativo com os latifundiários. Ademais, Sodré (1964) indica que latifundiários brasileiros e investidores

estrangeiros formaram uma importante parceira durante o período em que ocorreu a passagem do Império para a República. Essa situação consolidou a subalternização da burguesia no país.

Tal aliança favoreceu aos latifundiários que dispuseram de empréstimos estrangeiros para a manutenção das atividades agrário-exportadoras. Por sua vez, os latifundiários utilizavam de sua influência política para viabilizar no país iniciativas financiadas por empresas inglesas e estadunidenses. Para Sodré, a base econômica que fundamentou a dinâmica política estabelecida durante a República Velha derivou desse acordo, pois: “Para estabelecer essa política de associação com o imperialismo, a classe senhorial deveria organizar-se internamente. A forma de organização que surgiu foi a *política dos governadores*” (SODRÉ, 1967[1962], p. 304). No seu entendimento, a política dos governadores constituiu em um pacto entre o poder central e as oligarquias regionais, assentadas em um mandonismo local, organizado como um banditismo semifeudal. Esse pacto viabilizava a realização de manobras eleitorais com base no voto de cabresto, assegurando a alternância no poder entre as oligarquias paulista e mineira. Com o estabelecimento desse controle do sistema político, foi possível que a aliança entre latifundiários e imperialismo fosse sustentada ao longo da República Velha.

Porém, durante a década de 1920 essa configuração passou a ser questionada de forma veemente, tendo no movimento tenentista a força contestatória mais expressiva. Os acontecimentos transcorridos naquele período vieram a culminar com a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930, o que propiciou à burguesia pela primeira vez dispor de protagonismo político, apesar do mesmo não ter ocorrido no âmbito econômico. Para Sodré esse seria o marco inicial da Revolução Brasileira. Conforme sua compreensão, a Revolução Brasileira consistiria em um processo cuja característica central seria a superação dos entraves ao desenvolvimento capitalista, oriundos do passado colonial e da não realização de uma revolução burguesa após a independência política. Estaria em pauta o começo do embate entre dois polos na sociedade brasileira: o representante da velha situação (regime semifeudal dependente do capital estrangeiro que mantinha a condição de exportador de matéria-prima) e o representante da nova situação (aliança entre burguesia nacional, classe média, camponeses e classe trabalhadora em prol do desenvolvimento do país).

Dentro desse entendimento, esses dois polos remeteriam ao colonialismo e ao capitalismo como forças concorrentes no Brasil. O colonialismo, fruto do mercantilismo, remeteria à hegemonia do capital comercial, que por si só não impulsionaria o capitalismo. Sodré (1967[1962]; 1964) remete a Karl Marx para indicar que efetivamente o desenvolvimento do capital comercial era necessário, mas que não constituiria condição

suficiente para o surgimento do capitalismo. Com base nisso, argumentou que em alguns casos sua perpetuação como forma dominante poderia até mesmo converter-se em um obstáculo à ascensão capitalista, caso não fosse acompanhada do surgimento de mão-de-obra para se submeter ao regime de trabalho assalariado – o cerne do processo de acumulação primitiva de capital. A prevalência da velha estrutura econômica semicolonial-mercantil, assentada na combinação entre latifúndio semifeudal agroexportador e imperialismo, impossibilitaria o amadurecimento de uma nova base capitalista. Diante disso, Sodré define a Revolução Brasileira da seguinte maneira:

O processo de transformação, que nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e da ausência da revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico. Tal processo, que se opera diante de nós, com a nossa participação, tende a superar os poderosos entraves que se antepunham, e ainda hoje se antepõem em parte, ao desenvolvimento do país. (SODRÉ, 1958, p. 5).

Para Sodré, esse confronto teria perdurado no país ao longo do século XX. Dois momentos teriam destaque. No primeiro, tem-se que Vargas havia tentado solucionar esse embate entre o “velho” e o “novo” no país ao deflagrar do Estado Novo a partir de uma má sucedida “tentativa de realizar a revolução burguesa sem o proletariado” (SODRÉ, 1967[1962], p. 329). O segundo momento crucial para a Revolução Brasileira consistiu na luta pelas reformas de base durante o governo de Jango, quando a resistência ao imperialismo e o combate ao latifúndio ressoavam de maneira relativamente ampla. No seu entendimento, o avanço almejado por essa via seria significativo, pois a correspondência de interesses entre setor agrário-exportador e o imperialismo constituiria um entrave decisivo para a realização da Revolução Brasileira, na medida em que a articulação política e econômica resultante dessa aliança inibiria a emergência de uma burguesia nativa engajada em uma industrialização assentada no capital nacional e na ampliação da democracia (SODRÉ, 1978[1958]).

Apesar de sua interpretação sobre a formação colonial não sucumbir a um etapismo simplista, pois recusou o desenvolvimento histórico europeu como modelo para explicar o passado brasileiro, mediante a afirmação da singularidade do feudalismo que teria aqui surgido, Sodré corroborou o modelo democrático-burguês. Uma vez estabelecida a existência do feudalismo, ainda que diferente daquele que existiu na Europa, seu entendimento a respeito da Revolução Brasileira passa a ser caracterizado nos termos da sucessão etapista da história ao indicar a necessidade da plena consolidação da Revolução Burguesa no país como condição necessária para um futuro socialista. Esse pressuposto, aliado ao seu maior enfoque na caracterização do modo de produção existente no país, levou-o à ideia que haveria um setor da “burguesia nacional” cujos conflitos com o Imperialismo e os latifundiários seriam

mais intensos que suas contradições com a classe trabalhadora, o que possibilitaria a formação de uma frente única. Del Roio (2007b) argumenta que a referência a uma “burguesia nacional” teria sido formulada para expressar não apenas a dinâmica da base material, mas também abrangeria uma identificação político-ideológica pautada pela convergência entre interesses de classe e interesses da nação, algo que efetivamente não se observou. Não obstante as especificidades decorrentes do processo histórico brasileiro, a própria presença do Imperialismo e seu papel central na desarticulação do bloco nacional-popular com o golpe de 1964 indicam a reciprocidade entre o caráter transnacional da luta de classe e sua dimensão nacional. Para fazer valer seus interesses, a burguesia originária do Brasil aliou-se com a burguesia internacional e os latifundiários contra o avanço de operários, camponeses e seguimentos progressistas da classe média, que por sua vez, mediante o PCB, também se articulavam ao embate entre capitalismo e socialismo realmente existente no plano global.

Além de refletir a respeito do caráter da formação da sociedade brasileira, apontando como o latifúndio semifeudal consolidou-se como principal traço de persistência colonial que impossibilitava o pleno desenvolvimento do capitalismo e da democracia no país, a teoria de Sodré sobre a Revolução Brasileira também abrangeu uma reflexão acerca da questão racial. Sobretudo, empenhou-se na crítica às teorias raciais que dominaram o meio intelectual entre 1870 e 1930. Nesse sentido, Sodré mais uma vez diferenciava-se significativamente de Octávio Brandão, que oscilou entre a reiteração do racismo cientificista e a corroboração de uma estrutura de sentimento “mestiçagem harmoniosa” (SOARES, 2011). A crítica de Sodré ao cientificismo caracterizava-se por um patente afastamento da ideia de mestiçagem harmoniosa, que na década de 1950 já se configurava como uma formação (WILLIAMS, 1979), que tinha na obra de Gilberto Freyre sua expressão mais proeminente.

Sodré (1978[1958]; 1984[1961]) não apresenta uma definição sistemática do conceito de “raça”, concebendo-a como uma característica que diria respeito tão somente a diferenças fisionômicas. Sodré compreende que na sociedade brasileira os rótulos raciais serviram para o estabelecimento de uma hierarquia que tomaria como referência as pessoas brancas em detrimento das demais. A partir dessa diferenciação, a ideia de raça seria mobilizada para fundamentar preconceitos, falseando dessa maneira as causas das desigualdades sociais:

Negros, amarelos e outros, em face do branco, posto como referência, nesse vesgo critério de pigmentação que tanto tem contribuído para falsear o problema, mas que não pode ser de forma alguma esquecido porque é em torno dessa exterioridade de rótulo que se acumularam alguns dos erros mais evidentes e se levantaram alguns preconceitos mais vigorosos (SODRÉ, 1978[1958], p. 144).

Por meio dessa proposição, Sodré (1978[1958]) afasta-se de uma abordagem

biologizante e argumenta que o discurso de superioridade racial decorria das hierarquias de classe. O caráter classista seria evidenciado ao definir a divisão da sociedade entre os brancos como proprietários e os negros como escravos. Essa concepção enquadrava as relações raciais com base nas relações econômicas. Com isso, o tipo de relação social estabelecida entre brancos e negros fundou a desvalorização social daqueles que foram escravizados. Portanto, no seu entendimento as relações raciais não poderiam ser separadas das relações de classe.

Além disso, Sodré rejeitou veementemente a noção de “raças puras”, afirmando que “a miscigenação é processo corrente em quase todas as áreas do mundo e em todos os tempos. O conceito de raças puras [...] consiste numa evidente falsidade que já não resiste à menor análise científica” (SODRÉ, 1978[1958], p. 148-149). No caso específico do Brasil, Sodré aponta que a miscigenação está imbuída de uma dominação que envolve variáveis de raça, classe e gênero, ainda que raça e gênero sejam apresentados como secundários em relação à classe:

No quadro, é importante destacar ainda, como fator subsidiário, que o componente negro dos cruzamentos era feminino, em maioria esmagadora dos casos, e sabemos bem que um dos traços mais nítidos da sociedade que começou a vigorar na época moderna foi o da submissão da mulher, de seu papel secundário, do plano inferior em foi sempre colocada. A característica de diferença de classe entre os componentes do cruzamento é transparente no panorama dos preconceitos de restrição e de tolerância da sociedade brasileira, perfeitamente perceptíveis até bem pouco tempo, quando as ligações extraleais do *pater familias* com as escravas ou libertas, de que resultavam descendentes, eram por assim dizer normais, revestidas de conformismo, mesmo da parte da esposa. Tal não aconteceria, porém, se a tais descendentes coubessem direitos, isto é, se eles concorressem nas heranças e partilhas (SODRÉ, 1978[1958], p. 150).

Por meio desse argumento, Sodré não apenas contrapunha-se às teorias raciais ao negar a ideia de raças puras, indicando o caráter intrinsecamente miscigenado de toda e qualquer pessoa a despeito da sua cor de pele, como também refutava a ideia de “democracia racial”, apresentando como a dominação fundada no colonialismo caracterizava-se por uma forma de subsunção que articulou bases econômica, patriarcal e racista. A situação de exclusão a que os descendentes mulatos frutos das relações estabelecidas entre senhores brancos e mulheres negras ou mulatas expressa de maneira patente o intercruzamento entre esses três elementos como constituinte da dominação colonial. Os intercursos extraconjugais dos senhores tinham como fundamento uma desigualdade de forças entre as partes, decorrente do fato de a condição de homem, branco e latifundiário resguardar aos senhores a prerrogativa de manter relações fora do casamento e simplesmente desconsiderar como seus herdeiros os filhos nascidos dessas relações. Com base nessa constatação, Sodré rejeita por completo a ideia de que a miscigenação teria tido algum efeito atenuante nas desigualdades entre as

classes.

Sodré argumenta que tanto a explicação das diferenças de classe com base na ideia de raça, quanto sua minimização sob a alegação de uma miscigenação harmoniosa são mitos e preconceitos que se disseminam com a manutenção do colonialismo mercantil. A partir dessa base material seria erigida uma “ideologia do colonialismo”, presente em diversas instâncias superestruturais da sociedade brasileira, como na literatura e no pensamento social. No seu entendimento, o predomínio de argumentos que remetiam à inferioridade racial e ambiental do Brasil serviria para justificar a subordinação econômica do país, primeiramente à metrópole portuguesa e em seguida ao Imperialismo. Por isso, Sodré engajou-se na crítica à “presença daquela ideologia, cujos mitos e preconceitos pretendem infundir a convicção, inclusive revestindo-se de aparências científicas, de que há países naturalmente destinados a dirigir e países naturalmente destinados a subordinar-se aos primeiros” (SODRÉ, 1984[1961], p. 8).

Sodré considera que com a chegada de Vargas ao poder, em 1930, houve um relativo enfraquecimento dos proprietários rurais e a burguesia obteve maior poder político. Somado a isso, a emergência do proletariado completou o conjunto de variáveis que teriam propiciado as condições para uma crítica mais consistente da ideologia do colonialismo (SODRÉ, 1978[1958]; 1984[1961]). Portanto, para Sodré a Revolução Brasileira contrapõe-se não apenas ao domínio econômico e político dos latifundiários semifeudais, mas também abre espaço para a contestação de sua ideologia. Dessa maneira, na medida em que fossem possibilitadas as condições para que as novas forças sociais comandadas pelo proletariado tomem o centro do processo histórico no país, estaria sendo dada uma importante contribuição para minar o racismo. Entretanto, Del Roio (2007b) aponta as limitações categoriais de Sodré quanto à formulação da questão da construção de uma cultura nacional-popular – incluindo-se aí a crítica à questão racial no Brasil – como parte constituinte do projeto de Revolução Brasileira. Faltaria para Sodré uma problematização acerca do processo hegemônico. Acrescente-se também o predomínio da noção da superestrutura como reflexo da base, o que fica patente em sua argumentação acerca das teorias raciais como cópias que refletem a influência exercida pelo Imperialismo. Como observa Schwarcz (2012[1993]), a crítica desse ideário deve passar pela compreensão dos seus significados no contexto da passagem do Império para a República, apontando o caráter ativo e criativo da esfera da cultura. Como indica Williams, cultura é produção material, não reflexo da base.

Diante desta exposição, têm-se algumas implicações importantes para a consideração da provincialização do modelo democrático-burguês como parte da constituição das tensões

eurocêntricas da interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. Destacadamente, deve-se atentar para a heterogeneidade de estratégias políticas e formulações teóricas em torno do modelo democrático-burguês. Não obstante a invariância do pressuposto da sequência histórica expressa pela passagem do feudalismo para o capitalismo como pré-condição para o socialismo, houve tentativas de adequar essa compreensão às diferentes conjunturas políticas. Com isso, em diferentes momentos o PCB oscilou entre duas posições ao optar pela disputa dentro dos marcos da legalidade democrática: a formação de uma frente ampla e a formação de um bloco envolvendo operários e camponeses. Além disso, tanto o PCB – no período compreendido entre a cassação de seu registro em 1946 e o suicídio de Vargas em 1954 –, quanto alguns grupos dissidentes que surgiram após o golpe de 1964, também consideraram que a luta pelas transformações pressupostas no modelo democrático-burguês deveria ser travada com a tomada do Estado por meio de um processo revolucionário.

Igualmente variadas foram as formulações teóricas que defenderam a adequação do modelo democrático-burguês à realidade brasileira. Essas mudanças podem ser percebidas a partir da sistematização proposta por João Quartim de Moraes (2007b) sobre os diferentes momentos da consciência política marxista dos comunistas brasileiros. No período em que prevaleceu uma “consciência pré-crítica”, houve uma transposição mecânica das diretrizes soviéticas, que seletivamente incorporou elementos hegemônicos do positivismo e da historiografia do IHGB, como no caso do livro de Octávio Brandão. Já no momento de maior “autonomização teórica”, tentou-se conciliar a afirmação da singularidade da formação da sociedade brasileira com o esquema etapista, como ocorreu com Sodré.

Brandão e Sodré estabeleceram significativo diálogo crítico com a tradição intelectual brasileira a fim de afirmar o marxismo como meio de compreensão e transformação da realidade. Brandão serviu-se do marxismo para reinterpretar o entendimento historiográfico sobre o caráter feudal da colonização e de sua persistência no desenvolvimento do país. Além disso, apesar de não adotar explicitamente as teorias raciais, corroborou a inferiorização dos mestiços, ao mesmo tempo em que indicava o caráter harmonioso da miscigenação. Por sua vez, Sodré afastou-se da interpretação de Brandão e dos historiadores do IHGB em sua formulação da tese feudal. Alternativamente incorporou seletivamente os argumentos de Caio Prado Jr. e Celso Furtado em sua tentativa de adequar o modelo democrático-burguês ao processo histórico brasileiro. Disso resultou que sua compreensão do feudalismo coaduna com a ideia do caráter heterogêneo da constituição das formas de controle do trabalho no capitalismo como economia-mundo. O diálogo de Sodré com o pensamento social brasileiro não se restringiu à contestação da versão dominante da tese feudal, mas também se estendeu à

refutação do determinismo racial e à contestação do paradigma da mestiçagem harmoniosa ao indicar sua determinação pelas relações de classe.

Enquanto Caio Prado Jr. manteve a crítica ao modelo democrático-burguês como diretriz constante ao longo de sua trajetória, pode-se perceber que a maneira como sua obra foi envolvida nesse debate variou bastante. No plano político, o argumento defendido em *A Revolução Brasileira* foi apropriado de maneira equivocada por grupos dissidentes do PCB engajados na luta armada. Prado Jr. discordava do etapismo que pressupunha a necessidade de uma Revolução Burguesa como requisito para o socialismo, na medida em que não considerava que houvesse feudalismo a ser combatido. Todavia, também discordava que o processo revolucionário devesse ser conduzido por meio da tomada do Estado mediante a luta armada. Ao invés disso, considerava necessário estabelecimento de um conjunto sucessivo de reformas condizentes com as demandas conjunturais da sociedade. Sua ideia de Revolução Brasileira era processual e teria como objetivo final o socialismo como consequência da superação dos entraves herdados do Período Colonial que resultariam no colapso do capitalismo no país.

No plano teórico, suas ideias inicialmente foram marginalizadas pelos comunistas em virtude de suas discordâncias com o modelo democrático-burguês, mas posteriormente foram incorporadas por Nelson Werneck Sodré na reconstrução da tese feudal. Apesar de sua maior sofisticação, a formulação de Sodré estava imbuída de um caráter eurocêntrico, sobretudo em dois aspectos. O primeiro relaciona-se com sua reelaboração das ideias de Prado Jr. e Furtado. Sodré imputou um caráter feudal ao fenômeno de retração econômica de regiões cujas atividades originalmente estavam voltadas para o mercado internacional. Posteriormente generalizou o argumento ao atribuir feudalismo a todas as regiões onde não havia trabalho escravo nem produção orientada para o exterior. Não obstante o mérito em observar a contemporaneidade do não coetâneo, o que o diferencia de transposições mecanicistas do modelo democrático-burguês, o paralelo do fenômeno decorrente da dinâmica mercantilista com o feudalismo consiste em uma extrapolação conceitual eurocêntrica. O segundo aspecto refere-se    sua teoria da Revolução Brasileira que incorre em uma visão etapista. Ao estipular a existência do feudalismo, Sodré assume que a Revolução Burguesa seria pr  -condição para o socialismo no Brasil.

Além da caracterização do modo de produção e das estratégias para a Revolução Brasileira, o debate a respeito do modelo democrático-burguês também forneceu elementos para a discussão a respeito do eurocentrismo na questão racial. A partir da crítica de Mari  ategui e de C.L.R. James, bem como dos posicionamentos de Brandão e Sodré, foi

possível oferecer um breve panorama a respeito de como a relação entre classe e raça foi concebida no marxismo latino-americano na primeira metade do século XX. Isso possibilita uma relevante contribuição para situar o posicionamento de Prado Jr. sobre o tema. Dessa maneira, a consideração desse panorama auxiliará na discussão em torno da reiteração do eurocentrismo em sua abordagem da cultura ao tratar das relações raciais.

Portanto, para compreender a constituição das tensões eurocêntricas na interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. com base no processo de provincialização do modelo democrático-burguês, é preciso levar em consideração o conjunto de relações em que o marxista paulista estava inserido. A posição de Prado Jr. é definida no bojo dessas disputas que constituem parte do processo de nacionalização do marxismo. Da mesma maneira, a consideração das críticas de Mariátegui ao modelo democrático-burguês é importante por oferecer parâmetros para compreender suas divergências com o etapismo, bem como para o debate a respeito da articulação entre materialismo histórico e evolucionismo cultural.

5 AS TENSÕES EUROCÊNTRICAS NA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL DE CAIO PRADO JR.

5.1 Caio Prado Jr. e a questão do método no marxismo.

Até o momento, ao longo deste texto delineou-se o problema de pesquisa em torno das tensões eurocêntricas na interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. Foram apresentados os fundamentos teóricos e metodológicos adotados neste trabalho. Indicou-se o posicionamento da nacionalização do marxismo nas disputas em torno da delimitação da ideia de Brasil moderno. Situou-se Prado Jr. em relação ao problema do eurocentrismo no modelo democrático-burguês. Para concluir, cabe agora apontar como essas tensões eurocêntricas estão constituídas mediante a articulação entre nacionalização do marxismo, provincialização do modelo democrático-burguês, desprovincialização do “Sentido da Colonização” e a combinação entre evolucionismo e materialismo histórico na consideração da esfera da cultura.

Para tanto, inicialmente faz-se uma discussão centrada na obra de Caio Prado Jr. indicando a especificidade de sua abordagem marxista, ressaltando como a ênfase no método contribuiu para sua tradução para a realidade brasileira, apontando suas implicações para a questão do eurocentrismo. Em seguida, realiza-se um debate a respeito das tensões eurocêntricas envolvendo a provincialização do modelo democrático-burguês e conclui-se com o problema em torno da desprovincialização do “Sentido da Colonização”. Ao considerar como esses eixos contribuem para uma perspectiva não eurocêntrica, procura-se indicar também como o eurocentrismo é parcialmente reiterado em sua interpretação do Brasil.

A maneira como o marxismo foi adequado à realidade brasileira por Caio Prado Jr. é um assunto que constantemente é objeto de consideração de seus intérpretes. Inclusive, mediante a crítica quanto à consistência de sua abordagem. Ou mesmo questionando se efetivamente seria possível considerá-lo um marxista de fato. No contexto político em que Prado Jr. estava inserido, as tentativas de enquadrar seus posicionamentos variavam drasticamente, sendo acusado de stalinista pelos trotskistas brasileiros, ou de reformista por alguns de seus correligionários no PCB (PERICÁS, 2016). Também havia militantes do PCB que consideravam sua perspectiva próxima à visão burguesa sobre a sociedade brasileira, em virtude de sua crítica à tese feudal, reportando-se, inclusive, à sua origem social para atacá-lo (SANTOS, 2001). Situação análoga pode ser observada junto aos seus estudiosos no meio acadêmico. É possível encontrar proposições que o aproximam do trotskismo (MANTEGA,

1984), do keynesianismo (DEL ROIO, 2007b), ou mesmo do corporativo do pensamento nacionalista autoritário brasileiro (PINTO, 2013).

Dentre essas abordagens, chama a atenção uma discussão pioneira, realizada por Carlos Nelson Coutinho (2011[1990]), questionando a apropriação do marxismo por Prado Jr. Trata-se de uma contribuição importante, pois propiciou uma releitura da obra caiopradiana a partir das noções de “revolução passiva” de Gramsci e de “via prussiana” de Lenin. O argumento de Coutinho sustenta-se na seguinte premissa:

[O] estoque de categorias marxistas de que se vale Caio Prado não é muito rico (essa relativa pobreza é sobretudo evidente em suas obras filosóficas). Nos trabalhos de história, por exemplo, tem pouco peso o conceito de “modo de produção”, o que o leva por vezes a confundir, na análise da Colônia e do Império, o predomínio inequívoco de relações mercantis com a existência de um sistema capitalista (ainda que “incompleto”), erro derivado da prioridade metodológica que ele conscientemente atribui à esfera da circulação em detrimento da produção (COUTINHO, 2011[1990], p. 202-203).

Assim, ao reinterpretar o que denomina de “imagem do Brasil” de Prado Jr., Coutinho buscou suprir o que considerou as lacunas teóricas do seu antigo correligionário do PCB, a partir de sua própria perspectiva do marxismo, com base em Gramsci, Lenin e Lukács. Como se pode observar, Coutinho faz uma incisiva crítica ao que considera uma apropriação “relativamente pobre” do marxismo por parte de Prado Jr., que o teria levado, no seu entender, ao cometimento de equívocos na análise histórica. Mesmo assim, Coutinho ressalta seus méritos como pioneiro de um marxismo original sobre o Brasil, principalmente no que se refere ao estudo das transformações sociais ocorridas sem rupturas com o passado, similares às revoluções passivas (COUTINHO, 2011[1990]).

O argumento de Coutinho sobre a exiguidade de categorias marxistas nos estudos históricos do intelectual paulista possui certa correção, pois além de seu emprego não ocorrer de maneira muito frequente, nem sempre há uma preocupação sistemática com sua definição. Dessa maneira, ao longo de seus estudos sobre a sociedade brasileira, Prado Jr. menciona algumas categorias marxistas, mas praticamente não as define. Em *Evolução Política do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo*, há a utilização de noções tipicamente marxistas como base material, superestrutura, Estado como instrumento das classes dominantes. Em *História Econômica do Brasil*, Prado Jr. faz menção à diferença entre o Período Colonial transcorrido sob o capitalismo mercantil, o Império sob o capitalismo industrial, bem como a República sob o Imperialismo. Já em *A Revolução Brasileira*, não apenas o próprio conceito de revolução é evocado, mas também há uma referência explícita a *O Capital*, de Karl Marx, para definir seu entendimento a respeito da chamada “grande exploração rural” no Período

Colonial remetendo-se ao sistema de *plantation*³⁴ (PRADO JR., 1978a[1966]). Ainda em *A Revolução Brasileira*, há outra referência a categorias marxistas na discussão introduzida por Prado Jr. (1978[1966]) sobre a circulação consistir no elemento essencial ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sobrepondo-se à produção³⁵. Para concluir esse panorama das categorias marxistas utilizadas na obra caiopradiana, é preciso atentar para outra referência a *O Capital* presente em *História e Desenvolvimento*, onde se reporta à noção de reprodução ampliada do capital³⁶.

Em parte, uma explicação para a escassez de categorias marxistas nos textos de Caio Prado Jr. pode ser obtida a partir do estudo de Jorge Grespan (2008) sobre sua teoria da história. Conforme observa o autor, até meados da década de 1950, antes da introdução do marxismo nas instituições de ensino superior, era incomum entre os marxistas brasileiros a realização de investigações teóricas mais aprofundadas. Prova disso são os próprios escritos de Prado Jr. sobre filosofia, que consistiram em esforços isolados no meio intelectual do país naquele período. João Alberto Pinto (2013) afirma que somente outro marxista havia dedicado esforços ao assunto na mesma época, Leôncio Basbaum. Levando-se em consideração as ponderações apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho, seria possível afirmar que até a geração de 1930 inexistia um esforço mais sistemático no sentido de definir com precisão os fundamentos teóricos e metodológicos empregados na análise histórica pelos intelectuais brasileiros. Ainda assim, esse tipo de produção somente veio a ganhar corpo na maturidade daqueles intérpretes do Brasil.

Grespan (2008) afirma que provavelmente a preocupação de Prado Jr. com a delimitação teórica mais precisa de conceitos utilizados teria decorrido, por um lado, da necessidade de defender junto à militância do PCB suas teses heterodoxas sobre o Brasil e, por outro lado, para se contrapor à concorrência intelectual com correntes de pensamento mais ou menos próximas do marxismo no espectro político (GRESPLAN, 2008). Com relação a

³⁴ A definição da grande exploração rural consiste em aspecto fundamental da interpretação de Prado Jr. sobre a formação da sociedade brasileira. Sua formulação passou por revisões importantes desde sua primeira aparição em *Evolução Política do Brasil*. Embora desde sua origem esteja associada ao latifúndio explorado com base na mão de obra escrava, houve modificações quanto ao contexto mais geral do seu desenvolvimento, se a partir de uma estrutura econômica similar ao feudalismo, ou se com base no capitalismo mercantil.

³⁵ Por ora deixa-se em suspenso a reflexão sobre essa última colocação que será retomada mais a frente, pois é necessário um exame mais detido desse assunto em vista da constituição das tensões eurocêtricas na interpretação do Brasil de Prado Jr.

³⁶ A reprodução ampliada do capital suscita a acumulação capitalista, pois consiste na transformação de mais-valia em capital. Por meio da reprodução ampliada do capital, parte da mais-valia é empregada para a aquisição tanto de capital constante – aquele cujo valor não aumenta no processo produtivo, tendo-se como exemplo os meios de produção –, quanto de capital variável – aquele cujo valor aumenta no processo produtivo, como ocorre com a obtenção da mais-valia do trabalho. Marx considera que, na medida em que o capitalismo se desenvolve, a acumulação de capital torna-se uma necessidade, pois somente seria possível conservar o capital ampliando-o.

essa segunda ponderação, note-se que na década de 1950 havia surgido a escola econômica ligada à CEPAL que, analogamente ao que se propunha em *Formação do Brasil do Contemporâneo*, buscava compreender a América Latina a partir de sua especificidade. A semelhança entre as perspectivas também decorriam da análise da inserção econômica dependente dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho em função do predomínio das atividades agrário-exportadoras. Conforme será discutido na próxima seção deste capítulo, dentro desse contexto de aprofundamento de suas reflexões teóricas, Prado Jr. (1954; 1960[1957]) fez uma análise crítica das formulações cepalinas, sobretudo das ideias de Prebisch. Além do reconhecimento dos méritos da abordagem da “Teoria do Desenvolvimento Econômico” – expressão empregada por Prado Jr. para se referir às ideias da CEPAL –, é apresentada uma série de discordâncias que contribuem na delimitação teórica do marxismo caiopradiano. Fundamentalmente essas divergências decorrem de sua defesa do método dialético.

Sobre os escritos filosóficos de Prado Jr., Pinto (2013) corrobora a opinião de Coutinho a respeito de suas carências teóricas. Destacadamente, está em pauta nessa crítica a forma como foi desenvolvida a formalização da teoria dialética do conhecimento por Prado Jr., após a elaboração de seus trabalhos historiográficos. Pinto chama a atenção para o fato de essas formulações teóricas constituírem “um aspecto do conjunto de sua obra que é solenemente ignorado”, na medida em que expressa “a presença do stalinismo na concepção de mundo do autor” (PINTO, 2013, p. 156). Trata-se de uma questão pertinente, mas cuja apresentação incorre em uma unilateralidade análoga àquela que constitui o objeto de sua crítica. Enquanto predomina junto à maior parte dos intérpretes da obra de Prado Jr. a desconsideração dos aspectos stalinistas ou marxista-leninistas do seu pensamento, Pinto ao chamar a atenção para o problema chega a argumentar que não seria possível considerá-lo um intelectual marxista.

Defende-se neste trabalho que seria mais adequado afirmar que a teoria do conhecimento caiopradiana, ao delimitar a distinção entre a dialética como método e como forma generalizada de desenvolvimento dos processos históricos e naturais, remeteria a uma tradição intelectual que coaduna com a concepção eurocêntrica do marxismo como ciência positiva, seguindo-se a formulação proposta por Edgardo Lander (2006) sobre a questão. Argumenta-se, ainda, que não obstante essa característica, a forma como a dialética foi mobilizada como método interpretativo redundou em uma abordagem histórica que apresenta elementos significativos para descentrar o eurocentrismo. É a centralidade do método no marxismo de Prado Jr. o pano de fundo para a provincialização do modelo democrático-

burguês e desprovincialização do “Sentido da Colonização”. A maneira como o método foi formalizado, seguindo uma tradição que remete às discussões de Engels sobre a dialética da natureza, e a originalidade com que a dialética foi mobilizada na análise histórica constituiriam importantes elementos de tensão eurocêntrica em sua obra – caracterizando um movimento de simultânea recusa e reprodução de premissas eurocêtricas.

Em suma, embora esteja em parte correta a constatação da escassez de categorias marxistas adotadas na obra de Caio Prado Jr., Coutinho equivoca-se ao considerá-la a questão central sobre a apropriação caiopradiana do marxismo. Principalmente em seus estudos sobre o Brasil, o marxismo é tomado por Prado Jr. como método de interpretação da realidade. Fernando Novais (2002) e Bernardo Ricupero (2000; 2011) sustentam esse argumento ao afirmarem que Prado Jr. apropria-se do marxismo como uma lógica que serve para ordenar e compreender os fatos no intuito de conhecer sua “essência”, seus caracteres mais fundamentais. Grespan (2008), por sua vez, procurou demonstrar a centralidade do método dialético no marxismo de Prado Jr. mediante um movimento retrospectivo. Analisou sua teoria do conhecimento formulada na década de 1950 e depois procurou identificar como essas noções apareceram nos seus escritos historiográficos produzidos anteriormente.

A propósito da centralidade do método no marxismo de Prado Jr., é interessante retomar um conjunto de três cartas que ele enviou em resposta ao próprio Coutinho, entre 1960 e 1962, que foram reproduzidas por Secco (2008) e comentadas por Pericás (2016). Na ocasião, Coutinho ainda era um jovem estudioso, iniciando-se no marxismo, que contactou o veterano intelectual pedindo sugestões a propósito de artigos que escrevia no intuito de desenvolver sua própria análise marxista. Particularmente, duas observações chamam a atenção. A primeira, datada do dia 8 de fevereiro de 1960, trata justamente da “aplicação do método marxista”, onde Prado Jr. explica a Coutinho que “aplicar um método de interpretação à pesquisa histórica, não consiste em partir de premissas teóricas, e deduzir daí a interpretação. O que o marxismo nos oferece, é um método de indagação, de procura de fatos históricos” (PRADO JR. apud SECCO, 2008[1960], p. 146). A segunda consta em missiva de 12 de janeiro de 1961, onde Prado Jr. aconselha Coutinho a “não se deixar levar excessivamente pela consideração teórica dos assuntos”, pois “o marxismo é essencialmente prático, e a teoria deve sempre ter seu ponto de partida na prática” (PRADO JR. apud SECCO, 2008[1961], p. 145). Portanto, tem-se que, em sua maturidade, Prado Jr. considerava que o marxismo e o emprego da dialética estariam a serviço da prática, decorrendo disso a necessidade de compreensão da historicidade dos acontecimentos e de suas estruturas, possibilitando evidenciar a especificidade do fenômeno investigado.

A proposição do marxismo como método pode facilmente ser constatada como uma constante em seus estudos sobre a sociedade brasileira. Embora inicialmente apresentada de maneira tácita, tornou-se cada vez mais explícita ao longo do tempo em sua obra. Em seus estudos historiográficos reiteradamente é expressa a importância do materialismo histórico como método, contudo apenas no Prefácio à primeira edição de *História Econômica do Brasil*, publicado em 1945, foi apresentada uma primeira formulação sistemática do assunto. Porém, note-se que o referido prefácio foi retirado das subseqüentes edições revisadas do livro. Interessante observar, ainda, que paralelamente a essas reedições houve ao longo da década de 1950 a publicação dos trabalhos filosóficos de Prado Jr. Naqueles textos as ideias expostas de maneira concisa no Prefácio foram desenvolvidas e deram origem a uma teoria do conhecimento que veio a subsidiar metodologicamente seus trabalhos na seara da economia, bem como sua teoria da Revolução Brasileira.

Portanto, Prado Jr. somente veio a formalizar sua compreensão acerca do método dialético após desenvolver sua interpretação sobre a formação da sociedade brasileira. Com isso, têm-se dois momentos fundamentais em sua obra. O primeiro, quando o método dialético foi mobilizado para a análise histórica, sem que houvesse uma formulação sistemática prévia ao seu respeito. O segundo, quando houve a formulação de uma teoria dialética do conhecimento que sistematizou e desenvolveu as premissas que orientaram sua investigação histórica. Uma vez consolidadas as reflexões do segundo período, os livros publicados posteriormente nos campos da economia e da política remetem de maneira explícita àquela teoria do conhecimento.

Nesse sentido, é curioso notar que enquanto trabalhos como *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*, publicado em 1957, e *A Revolução Brasileira*, lançado em 1966, contam nos seus respectivos capítulos iniciais com ponderações metodológicas que remetem à sua teoria do conhecimento, as reedições de *História Econômica do Brasil* suprimiram as formulações a esse respeito que constavam no Prefácio da primeira edição de 1945. Contudo, deve-se atentar para a diferença do caráter dessas publicações. Enquanto o livro de 1945 possui um cunho historiográfico, os outros dois constituem incursões teóricas nos campos da economia e da política. Ao atentar para essa diferença, bem como para as ponderações apresentadas nos trechos transcritos acima das cartas enviadas a Coutinho, parece plausível levantar a hipótese de que a retirada do Prefácio de *História Econômica do Brasil* esteja relacionada a uma opção metodológica.

Nas cartas está presente um ponto fundamental do modo como Prado Jr. concebeu a adequação do marxismo à realidade brasileira: a recusa de modelos interpretativos

previamente formulados em favor da análise dos fatos com base no método. No seu entendimento o marxismo não consistiria na aplicação de um receituário teórico, mas na investigação empírica cuja elaboração científica dos fatos é resultado da reflexão orientada pelo método. No entanto, a exposição sintética de uma teoria do conhecimento assentada no materialismo histórico no Prefácio antecedendo um estudo historiográfico poderia suscitar uma compreensão contrária à posição defendida por Prado Jr. Se a manutenção do Prefácio era originalmente necessária em virtude de explicitar a posição teórica e metodológica de Prado Jr., na medida em que foram publicados os dois tomos de *Dialética do Conhecimento* em 1952 e de *Notas Introdutórias à Lógica Dialética* em 1959 sua presença perdeu o propósito inicial.

Com efeito, aparentemente a retirada do Prefácio de *História Econômica do Brasil*, após a publicação dos ensaios filosóficos, pareceu mais proveitosa por fortalecer a coerência do argumento caiopradiano contra os apriorismos na análise histórica, ao mesmo tempo em que reforça a ideia a respeito da existência de dois momentos em sua trajetória intelectual. Essa opção dissociou a formulação de uma teoria do conhecimento e a apresentação dos resultados da pesquisa historiográfica, delimitando-se a especificidade de cada empreendimento. Esse procedimento evitaria que se considerasse sua interpretação do Brasil como um produto de sua teoria do conhecimento aprioristicamente concebida. É importante sublinhar que ao mesmo tempo em que condenava o apriorismo teórico, Prado Jr. também se opunha a abordagens empiristas ocupadas em tão somente acumular fatos sem os analisar:

[H]á que distinguir entre simples cronologias ou relações de fatos e interpretação. Aquela, com tódo (sic) interesse que pode apresentar, não constitui senão trabalho preliminar, matéria prima de que se utiliza a verdadeira investigação histórica, cujo fim é penetrar os fatos, explica-los, relacioná-los entre si, fazer-lhes a síntese. Numa palavra, elaborar cientificamente o assunto (PRADO JR., 1945, p. 7).

Portanto, a compreensão do marxismo como método permitia a Caio Prado Jr. afastar-se de posicionamentos que subordinam a realidade aos ditames de ideias pré-concebidas e de abordagens empiristas desprovidas de fundamento teórico-metodológico (PRADO JR., 1945; 1978[1966]). Essa postura foi determinante para que a tradução das ideias marxistas para a realidade brasileira estivesse pautada pelo entendimento do “marxismo como abordagem e não um conjunto de dogmas com validade universal” (RICUPERO, 2000, p. 232). Todavia, ao se referir ao “marxismo como abordagem” na obra de Prado Jr. deve-se atentar para a distinção referida acima entre utilização da abordagem dialética nos estudos históricos e a formulação de uma teoria dialética do conhecimento.

Essa diferenciação é importante, pois possui repercussões significativas na análise da constituição das tensões eurocêtricas na interpretação de Brasil de Caio Prado Jr. Sobretudo, porque sua análise histórica contribui para descentrar o eurocentrismo ao provincializar o modelo democrático-burguês, muito embora sua teoria do conhecimento remeta ao marxismo-leninismo concebido como versão positivista do marxismo. Nesse sentido, no intuito de compreender essa tensão eurocêntrica, cabe atentar para as características da mobilização do método dialético na análise histórica de Prado Jr., contrastando-a com sua teoria dialética do conhecimento. Para tanto, segue-se uma exposição das questões metodológicas apresentadas em *Evolução Política do Brasil, Formação do Brasil Contemporâneo e História Econômica do Brasil*.

Apesar de sua interpretação da formação da sociedade brasileira preceder suas investigações na seara da teoria do conhecimento, desde o início de sua trajetória Prado Jr. manifestou a compreensão da importância do método. Logo em seu ensaio de estreia, *Evolução Política do Brasil*, cujo subtítulo originalmente era *Ensaio de Interpretação Materialista da História Brasileira*³⁷, Prado Jr. (1980[1933], p. 9) afirma que pensou em “dar a resultante média dos inúmeros fatos que compõem a nossa história, a linha mestra em torno de que se agrupam estes fatos”. Esse empreendimento foi orientando por “um método relativamente novo”, a “interpretação materialista”, de forma a promover uma “síntese” que se diferenciaria do trabalho realizado pela maioria dos “historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos”. Esses intelectuais esqueceram “quase por completo o que se passa no íntimo da nossa história” (PRADO JR., 1980[1933], p. 9).

Ao se posicionar dessa maneira, Prado Jr. não apenas buscou refutar as abordagens concorrentes, como procurou afirmar a validade do marxismo como doutrina de caráter teórico-prático dotada de um método científico de interpretação da realidade. Esse duplo movimento orientava seu projeto de construir “uma história que não [...] [fosse] a glorificação das classes dirigentes”, cuja ênfase não recaísse nas ações individuais de governantes, evidenciando que “os *heróis* e os *grandes feitos* não são heróis e grandes feitos senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial” (PRADO JR., 1980[1933], p. 10). Uma consequência dessa escrita histórica consagradora das classes dominantes seria a reiteração da abordagem da “superfície dos

³⁷ O subtítulo foi empregado na primeira edição do ensaio, publicada em 1933. Posteriormente, na década de 1960, sua reedição fez-se acompanhada de um conjunto de estudos históricos e geográficos, cuja maior parte havia sido escrita na década de 1930. Em virtude desse acréscimo, o subtítulo foi modificado consagrando sua denominação definitiva: *Evolução Política do Brasil e Outros Ensaio*s.

acontecimentos”, tais como as “expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras” (PRADO JR., 1980[1933], p. 9).

Da contestação do caráter apologético da produção historiográfica brasileira e de sua atenção a aspectos superficiais do passado nacional, têm-se duas consequências metodológicas importantes em *Evolução Política do Brasil*. A primeira, diz respeito à preocupação de Prado Jr. com a determinação da “resultante média” e da “linha mestra” do processo histórico brasileiro, cuja apreensão seria dada a partir das relações dialéticas entre as partes e o todo, de forma a descartar aspectos contingenciais. Orientado por esse objetivo, suscitou-se uma compreensão do materialismo histórico que contrastou fortemente com a perspectiva rankiana³⁸, pois Prado Jr. tinha em mira não apenas a crítica à história dos heróis e dos grandes feitos, mas à própria ênfase unilateral nos indivíduos.

Esse direcionamento é explicitado em carta datada de 3 de setembro de 1943, destinada a Nelson Werneck Sodré. A propósito da publicação do livro *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*, Prado Jr. fez o seguinte elogio: “V. realizou um verdadeiro *coup-de-force*: uma história literária sem nomes (o ideal de qualquer história), é ainda mais difícil que numa história geral, coisa que já pensei muitas vezes, sem ânimo de realizar”³⁹ (PRADO JR., 1943, p. 1). Ao afirmar que uma história sem nomes é o ideal de qualquer história, seria plausível considerar que para Prado Jr. a consideração dialética dos elementos vinculados à estrutura material deveriam prevalecer não apenas em relação aos fatos estanques e às proposições idealistas, mas também em vista das ações individuais tomadas isoladamente. Corroborando essa proposição, tem-se que Prado Jr. já havia demonstrado em *Evolução Política do Brasil* preocupação com a limitação do papel do indivíduo na análise do processo histórico, não apenas no Prefácio ao criticar o enaltecimento dos “heróis nacionais”, mas também ao tecer considerações sobre a atuação de D. Pedro II no Segundo Reinado:

Não queremos discutir a pessoa do Imperador e sua atitude individual nesta e noutras oportunidades porque, apesar de todo seu tão *decantado poder pessoal*, seria naturalmente pueril pretender explicar a evolução política de um povo pelo caráter, pelas tendências ou predileções de uma só pessoa, fosse ela embora o supremo dirigente do país. A política de D. Pedro não foi, não poderia ter sido outra coisa que o reflexo de forças que atuavam no seio da sociedade; e podemos até dizer, se

³⁸ Conforme apresentado no primeiro capítulo desta tese, o historiador alemão lançou as bases para a crítica documental na pesquisa histórica. Essa perspectiva redundou em uma abordagem centrada na história política, nos feitos de grandes personalidades, na ênfase em guerras etc.

³⁹ A carta cujo trecho foi acima transcrito compõe parte do acervo de Nelson Werneck Sodré doado à Biblioteca Nacional e disponibilizado para consulta pública pela Biblioteca Digital Luso-Brasileira. O endereço para acesso é: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/38467>. O acesso foi realizado em 07/10/2015. Consta no Anexo B desta tese uma reprodução integral do documento.

tivermos que determinar o grau de contribuição individual do Imperador para a evolução do país, ela interveio em proporções insignificantes, praticamente nulas (PRADO JR., 1980[1933], p. 88-89).

Mesmo no caso extremo de um líder detentor do poder político quase absoluto, Prado Jr. evitou incorrer na consideração de sua ação individual para compreender o processo histórico. Com efeito, ao invés de analisar as características pessoais de D. Pedro II, correlacionando-as à “evolução política” do país, o historiador paulista preferiu compreender a política do Imperador como resultado do “reflexo das forças sociais”. Tem-se nessa opção teórico-metodológica a reverberação da visão desenvolvida por Marx no *Prefácio de Para a Crítica da Economia Política*, onde é estabelecida a determinação da superestrutura político-ideológica pela base material. Mais do que isso, embora não teorizada de forma explícita, aparece de maneira tácita a ideia da superestrutura como “reflexo” da base, perspectiva que comporta uma série de problemas para a abordagem dos fenômenos políticos e culturais, conforme explicitado a partir da exposição sobre a noção de materialismo cultural de Williams (1979). A noção de “reflexo” é reiterada e naturalizada em outros momentos ao longo da extensa obra de Caio Prado Jr., o que veio a repercutir na sua abordagem da questão da cultura no contexto das relações raciais em *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Aliada a essa recusa de uma interpretação voluntarista da história em favor de uma compreensão dialética e relacional amparada no entendimento da superestrutura como reflexo da base material, tem-se a consideração dos episódios de resistência popular durante o Império como outra implicação metodológica da crítica de Prado Jr. à historiografia brasileira. No seu entendimento, a tradição intelectual brasileira não somente reiterou uma história vista a partir de cima, mas invisibilizou os processo de resistência aos interesses das classes dominantes. A intenção de Prado Jr. era contestar a visão corrente junto à “generalidade dos nossos historiadores” que consideravam movimentos como a *Cabanada* do Pará (1833-36), a *Balaçada* do Maranhão (1838-41), a *Revolta Praieira* em Pernambuco (1848) como expressão de uma mera “explosão ‘bestial’” (PRADO JR., 1980[1933], p. 10). Chama a atenção de Prado Jr. o fato da glorificação de Caxias, por exemplo, contar com maior repercussão nos estudos históricos brasileiros que esses movimentos. Mesmo quando um desses eventos foi levado em consideração, prevaleceu o enaltecimento de indivíduos envolvidos nos acontecimentos. Foi o caso do tratamento dispensado por Joaquim Nabuco a respeito da *Praieira*, que focou na atuação de seu pai. Destarte, ao considerar essas revoltas, a intenção de Prado Jr. foi “*situá-las* na história brasileira, mostrá-las não como fatos ocasionais e isolados,

mas como fruto que são do desenvolvimento histórico da revolução da independência” (PRADO JR., 1980[1933], p. 10).

Nesse sentido, subjacente ao programa de investigação proposto no Prefácio de *Evolução Política do Brasil* estava o pressuposto da relação dialética entre conhecimento e prática, característica fundamental do marxismo desde os escritos de juventude de Marx. A afirmação que a história brasileira havia sido produzida de forma a consagrar a classe dirigente remete a proposições clássicas do marxismo, como a segunda tese de *Ad Feuerbach*, que indica a prática como critério de verdade, pois ao conceber a escrita da história como atividade teórico-prática seria possível apreender “a realidade e o poder, a natureza interior de seu pensamento” (MARX, 2007 [1845], p. 533). Ao tomar a prática como critério de verdade, Prado Jr. indica que a forma predominante assumida pela escrita da história seria reveladora do seu conteúdo classista. Essa caracterização dos trabalhos historiográficos que o precederam reverbera também a famosa formulação expressa em *A Ideologia Alemã*, onde se afirma que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante. Evidencia, ainda, que a luta de classes é motor da história e por isso também o motor da própria escrita da história.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942, a abordagem metodológica dialética é construída de maneira mais sofisticada e explícita. De acordo com Fernando Novais (2002), a explicitação do método dialético seria proporcionada pelo modo como o método de exposição foi construído, propiciando uma melhor apreensão do método de investigação. Essa distinção foi apresentada por Marx em *O Capital* no Prefácio à segunda edição, onde o pensador alemão afirma que a adequada exposição do movimento do real demanda uma investigação que propicie a apreensão da realidade em seus detalhes, apresentando suas diferentes formas de desenvolvimento e suas relações. Como resultado desse empreendimento “ficará espelhado, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori*” (MARX, 2008e[1973], p. 28).

Seria exatamente esse caso do conceito de “Sentido da Colonização”, resultado da utilização do método dialético para compreender as relações do desenvolvimento histórico brasileiro em um contexto mais amplo. Ao considerar a premência do método na análise histórica de Prado Jr., é possível apreender que o conceito de “Sentido da Colonização” é a porta de entrada para o método de investigação em *Formação do Brasil Contemporâneo*, cujos principais traços estão dispostos no seu primeiro capítulo. Ignorando-se isso, suscita-se a impressão de mero apriorismo conceitual. Contudo, nada estaria mais distante da abordagem caiopradiana ao apresentar o “Sentido da Colonização”, justamente devido à centralidade do

conceito para a crítica do apriorismo do modelo democrático-burguês. Com efeito, Novais argumenta que a exposição feita por Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo* teria tornado mais evidente o método de pesquisa utilizado:

Em vários de seus livros (*Evolução política, História econômica*) a exposição cronológica oblitera a percepção do procedimento analítico, que se revela em *Formação do Brasil contemporâneo*. [...] Se, pois, em *Evolução política e História econômica*, a exposição cronológica leva a uma não coincidência entre método de investigação e de exposição, em *Formação do Brasil contemporâneo* a correspondência ocorre, configurando um tratamento dialético puro (NOVAIS, 2002, p. 1113).

Ao invés de seguir um ordenamento cronológico do assunto, abrangendo sucessivamente todos os momentos do Período Colonial até a proclamação da Independência, em *Formação do Brasil Contemporâneo* é feito um recorte temporal compreendido entre a passagem dos séculos XVIII e XIX, que corresponde aos momentos finais da colonização. Essa escolha é justificada por Prado Jr. (2000[1942]) por considerar que naquele intervalo expressou-se a síntese de todo o processo de colonização, ao mesmo tempo em que se consolidavam elementos novos que, combinados aos antigos, resultariam na configuração contemporânea do país. A investigação desse período demandou situá-lo em um contexto mais amplo, de forma a explicitar a conexão entre diferentes elementos que condicionaram seu desenvolvimento.

Como ressalta Novais (2002), nisso consiste a base dialética fundamental do livro, pois a partir desse procedimento foi possível chegar ao conceito de “Sentido da Colonização”. Portanto, não há uma definição apriorística daquela noção norteadora da obra caiopradiana, na medida em que ela consiste em um recurso de exposição resultado da investigação da colonização brasileira considerada como parte constituinte do sistema colonial mercantil, concebido como totalidade que contribuiu para originar o capitalismo. A exposição do “Sentido da Colonização” é seguida pelo ordenamento temático do assunto sem seguir uma sucessão cronológica. Cada parte do livro retoma e atualiza o conceito-chave que fornece seu argumento central (NOVAIS, 2002).

O primeiro esboço do “Sentido da Colonização” surgiu em um conjunto de artigos publicados no jornal *A Platéia* (sic.) em 1935, que posteriormente foram reunidos sob o título de *O Programa da Aliança Nacional Libertadora*. Apesar de Prado Jr. (1982[1935]) não utilizar a expressão “Sentido da Colonização”, consta no texto a premissa segundo a qual a colonização portuguesa na América esteve orientada para a produção de gêneros agrícolas visando ao mercado europeu. Em sua exposição é explicitado o vínculo entre esse entendimento a respeito do passado e o projeto de transformação da sociedade a partir da

superação da herança colonial. Contudo, não consta naqueles artigos nenhuma consideração metodológica mais significativa a respeito da abordagem dos fenômenos sociais e históricos. Uma exposição fundamentada empiricamente e com base em uma teorização mais sistemática a esse respeito somente se consolidou no início da década seguinte em *Formação do Brasil Contemporâneo*.

No capítulo dedicado à exposição do conceito de “Sentido da Colonização”, Prado Jr. afirma que: “Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo” (PRADO JR., 2000[1942], p. 7). Ao levar em consideração esses aspectos essenciais, seria possível observar “uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação” (PRADO JR., 2000[1942], p. 7). A apreciação dessa linha mestra configura o que Prado Jr. denomina de “sentido da evolução de um povo”, responsável pela definição “tanto no tempo como no espaço, [d]a individualidade da parcela da humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade” (PRADO JR., 2000[1942], p. 7). Mediante esse procedimento, Prado Jr. considera que:

Visto deste ângulo geral e amplo, a evolução de um povo se torna explicável. Os pormenores e incidentes mais ou menos complexos que constituem a trama de sua história e que ameaçam por vezes nublar o que verdadeiramente forma a linha mestra que a define, passam para o segundo plano; e só então nos é dado alcançar o sentido daquela evolução, compreendê-la, explicá-la (PRADO JR, 2000[1942], p. 8).

A relação entre a afirmação da existência de um “sentido da evolução de um povo” e o “Sentido da Colonização” constitui aspecto central do método dialético mobilizado por Prado Jr. Conforme seu entendimento existiria um “sentido” no desenvolvimento de determinado processo histórico, cuja apreensão seria possível mediante a observação do conjunto de relações que o fenômeno investigado insere-se formando uma totalidade. De acordo com Fernando Novais, essa abordagem seria um exemplo bem-sucedido de prática dialética, pois:

[O] “sentido da colonização”, categoria analítica básica, é apreendido através da inserção do objeto (colonização européia (sic) na América) num todo maior, ou seja, os mecanismos comerciais da expansão marítima européia (sic). Assim, a localização do fenômeno na totalidade de que faz parte, situando em seus nexos, permitiria a apreensão das categorias a partir das quais a reconstrução inteligível se torna uma possibilidade. Note-se, contudo, que [...] se a inserção num contexto mais amplo permite a formulação de categorias explicativas, quando é o próprio contexto mais amplo que está em questão, a dificuldade [analítica] reaparece em toda sua força (NOVAIS, 2002, p. 1114).

Portanto, Novais considera que a maneira como Prado Jr. mobilizou o método dialético redundou na formulação de um conceito que possibilitou compreender a especificidade da realidade brasileira no âmbito do contexto mais amplo em que estava inserida. Entretanto não avançou para a consideração do próprio contexto maior em que a colonização era parte constituinte. Essa objeção é o ponto de partida para propor a consideração do Antigo Sistema Colonial como um todo, de forma a evidenciar as relações entre “Sentido da Colonização” e “Acumulação Primitiva de Capital”. Juntamente ao movimento inicial propiciado por *Evolução Política do Brasil*, que abriu os caminhos para o marxismo ao se contrapor ao modo como os estudos históricos eram conduzidos no Brasil, *Formação do Brasil Contemporâneo* praticamente consolida o empreendimento nacionalização do marxismo, consagrado mediante o conceito de “Sentido da Colonização”.

No Prefácio à primeira edição de *História Econômica do Brasil*, ao invés de uma explicitação da aplicação do método dialético à realidade brasileira, que em *Formação do Brasil Contemporâneo* redundou no conceito de “Sentido da Colonização”, tem-se uma formulação que situa a aplicação do método dialético em um conjunto de relações que remete a uma teoria do conhecimento. Dessa maneira, Prado Jr. distingue a aplicação do método dialético e a teorização a respeito da dialética. Enquanto no primeiro caso tem-se o estudo de um fenômeno particular a partir do método dialético, no segundo intenta-se definir o que se compreende por dialética a fim de indicar as relações entre ser pensante e realidade. Embora constitua um empreendimento teórico, Prado Jr. argumenta que o debate em torno de uma teoria do conhecimento possui uma finalidade eminentemente prática, “porque consiste em estabelecer, na base daquela teoria do conhecimento, os processos adequados para que o entendimento se aproxime o mais possível do mundo objetivo e nêle (sic) se aprofunde”, fornecendo bases para a produção de conhecimento científico, na medida em que “qualquer pensamento, em particular tôda (sic) pesquisa, realize-se ela no terreno dos fatos sociais, naturais ou mesmo físicos, tem de vir amparada num complexo princípio e noções que no seu conjunto formam uma filosofia” (PRADO JR., 1945, p. 8).

Ao passo que no Prefácio de *Evolução Política do Brasil* foram lançadas as bases para a contestação das diferentes compreensões então vigentes acerca do processo histórico brasileiro, no Prefácio posteriormente suprimido de *História Econômica do Brasil* há o esforço de contestar as diferentes teorias do conhecimento que fundamentam as investigações científicas. Com isso, Prado Jr. indicou o caráter anacrônico da metafísica como fundamento para a produção do conhecimento científico, cuja sustentação viria do pensamento filosófico conservador que em sua vertente religiosa incorre em uma visão espiritualista, ao passo que

em uma perspectiva laica remete ao idealismo racionalista. Igualmente o materialismo vulgar também é rechaçado como fonte teórica para o conhecimento da realidade. Para refutar essas diferentes perspectivas, Prado Jr. argumenta que a realidade não estaria sustentada em nenhum tipo de fundamento último, qualquer que fosse sua expressão, pois:

O mundo não se apresentava em categorias, nem sensíveis ou extensas (matéria), nem tampouco incorpóreas (espírito ou idéia (sic.)). O que há nêle (sic.) são apenas *processos*, uma transformação contínua e universal de tôdas (sic.) as coisas, uma transmissão permanente de estado a estado, de que inclusive nós, sêres (sic) pensantes, e nosso pensamento somos parte integrante. Conhecer êstes (sic) processos, explicá-los e os medir, eis o objeto da ciência (PRADO JR., 1945, p. 10).

Prado Jr. considera que subjacente à realidade não haveria nenhum tipo de essência, seja material ou imaterial. No seu entendimento o que existe são processos que independem de qualquer substância fixa, suporte permanente ou categoria apriorística. Haveria apenas o fluxo, a transformação constante como fundamento dos processos ocorridos na natureza e na sociedade. Em decorrência disso, na produção do conhecimento científico não se deve procurar de maneira estática essências que determinem as coisas como elas são. Ao invés disso, interessaria a compreensão das relações que de maneira dinâmica configuram os diferentes processos que ocorrem na natureza e na sociedade.

Prado Jr. denomina essa maneira de conceber a realidade de “dialética universal”: “O objeto do conhecimento, da investigação científica, são portanto os diferentes processos que se desenrolam no mundo das coisas; a *dialética universal*, para empregar a expressão técnica e consagrada” (PRADO JR., 1945, p. 11). Portanto, a “dialética universal” abrangeria a forma como se estruturam as diferentes instâncias da realidade, desde a natureza às relações sociais, incluindo-se os processos psíquicos. Com base nessa noção de “dialética universal”, Prado Jr. torna explícita sua filiação a uma concepção totalizante da dialética, na medida em que corrobora as proposições de Engels a respeito da interdependência dos fenômenos da natureza e da sociedade, cuja apreensão levou à formulação de lei dialética da transformação da quantidade em qualidade, por exemplo.

A noção de “dialética universal” pode ser mais adequadamente compreendida remetendo-se à discussão apresentada em *Introdução à Lógica Dialética*, publicado em 1959. Nesse livro, Prado Jr. explicita a distinção entre “lógica dialética” e a “dialética da natureza”. A “lógica dialética” corresponderia à dialética concebida como método. Já a “dialética da natureza” estaria situada no âmbito da chamada “dialética universal” como parte constituinte da realidade. Particularmente no que se refere à noção de “dialética da natureza”, tem-se a seguinte delimitação:

“Dialética”, de um lado, é uma expressão empregada para designar o comportamento geral da Natureza, naquilo que ela tem de mais característico e essencial, isto é, a mutabilidade e instabilidade de suas feições, a permanente transformação delas. Assim entendida, a *dialética* constitui um fato natural, um aspecto da natureza, e certamente o mais importante, cuja consideração e pesquisa pertencem às ciências em geral (PRADO JR., 1979[1959], p. 13).

Ao concebê-la como um aspecto da natureza, Prado Jr. considera que a dialética deve constituir objeto de estudo das diferentes disciplinas científicas. A “dialética da natureza” conteria aspectos passíveis de conhecimento por parte da Física, da Biologia, da Química etc. Deve-se notar que essa premissa possuía no contexto soviético forte sustentação no marxismo-leninismo forjado por Stalin. Uma consequência extremamente problemática dessa compreensão da dialética sob os auspícios do stalinismo foi o rechaço das pesquisas genéticas por Lysenko, que procurou desenvolver uma ciência biológica ancorada na compreensão da “dialética da natureza”. Após a morte de Stalin, Lysenko foi deposto de seu cargo na Academia de Ciências da URSS, pois se constatou que suas pesquisas teriam causado sérios prejuízos para o desenvolvimento das ciências agrárias e biológicas em função dos seus equívocos (LANDER, 2006).

Analogamente ao que ocorre no âmbito da “dialética da natureza”, para Prado Jr. os processos sociais também são concebidos como intrinsecamente dialéticos. As relações sociais seriam dotadas de um caráter histórico-dinâmico impulsionado pelas contradições que levam às lutas de classes. Nesse sentido, a produção de conhecimento sobre a sociedade teria como principal especificidade a consideração da historicidade dos fenômenos:

Em termos (sic) metodológicos, isto se reduz à necessidade de se analisar e conhecer o fato social na história; não somente dentro e em função dela, mas como fato histórico que êle (sic) é por natureza. O historicismo e o evolucionismo já tinham se aproximado desta noção. Mas o que a dialética acrescentou é a concepção de um fluxo permanente, em oposição a uma sucessão de estados ou situações históricas definidas e caracterizadas, ou a um complexo social em evolução. O que nos cumpre apanhar na história não são situações, mesmo que se as considerem em evolução e transformação; e muito menos encadeamentos de causas e efeitos. Mas sim aquela própria evolução, o seu auto-dinamismo e linha de desenvolvimento, de que quaisquer situações não são senão cortes transversais e arbitrários; meras transições vazias de conteúdo próprio (PRADO JR., 1945, p. 14).

A apreensão da “dialética universal” mediante a “lógica dialética” seria estabelecida a partir de uma relação teórico-prática. Isso ocorreria, pois o sujeito do conhecimento não é concebido em oposição ao objeto que se procura conhecer. Prado Jr. considera que haveria uma unidade entre pensamento e realidade objetiva, bem como entre sujeito e objeto do pensamento, na medida em que a humanidade “no curso de sua existência, e em função dela, faz do Universo a que pertence, o *objeto* de seu pensamento que assim se confunde com el[a]

própri[a] na qualidade de *sujeito*, e torna com isso a Realidade objetiva *sua* Realidade pensada, que é o *conhecimento*” (PRADO JR., 1960[1952] p. 49).

Pensamento e realidade, bem como sujeito e objeto teriam sua unidade definida com base na ação humana, formando um ciclo dialético do conhecimento em que ação, pensamento e conhecimento estão reciprocamente implicados. As pessoas são simultaneamente seres agentes e pensantes. O sujeito do conhecimento é concebido como ser pensante e agente, pois está intrinsecamente relacionado com a realidade, conhecendo-a na medida em que intervém e intervindo na medida em que a conhece. Esse entendimento da relação entre sujeito pensante e agente, por um lado, e os processos tomados como objeto de investigação científica, por outro, teriam seu caráter teórico-prático evidenciado nas ciências sociais, embora também se admita essa característica como pertinente a outras disciplinas científicas orientadas para o estudo dos processos dialéticos da natureza.

Em suma, a exposição sobre a questão do método no marxismo em conformidade com a obra de Caio Prado Jr. delimitou sinteticamente as diferenças entre aplicação do método dialético na análise histórica e a teoria dialética do conhecimento, que por sua vez estabelece as relações entre “dialética universal” e “lógica dialética”. Cabe agora apontar as implicações dessa questão para a constituição das tensões eurocêntricas na sua interpretação do Brasil. Para tanto, inicia-se pela consideração dos aspectos eurocêtricos decorrentes de sua teoria dialética do conhecimento. Conforme indicado anteriormente, tem-se em torno da questão do eurocentrismo no marxismo uma recorrente tensão. A origem dessa situação remonta à existência de aspectos eurocêtricos e críticos ao eurocentrismo na obra de Marx. Esse contraste foi desenvolvido no segundo capítulo desta tese. Na conclusão deste tópico, interessa retomar a questão a fim de indicar os paralelos entre Marx e Prado Jr. para compreender as tensões eurocêntricas na sua concepção sobre o método no marxismo.

Nesse sentido, recorre-se às considerações de Lander (2006) e Quijano (2010) a respeito dos eixos em torno do eurocentrismo e do colonialismo no marxismo. O ponto de partida das considerações de Lander e Quijano a respeito do materialismo histórico é a constatação das tensões e da heterogeneidade existente no próprio pensamento de Marx. Quijano alega que o legado intelectual de Marx é heterogêneo: “Marx colocou sob questão os núcleos eurocentristas do seu pensamento, [mas] infelizmente sem conseguir encontrar uma relação eficaz para os problemas epistêmicos (sic) e teóricos implicados” (QUIJANO, 2010, p. 101). Devido a isso, sua obra suscita leituras heterogêneas, cuja sistematização é apresentada por Lander (2006) da seguinte maneira. A crítica ao capitalismo implica necessariamente na crítica às suas formas de conhecimento, o que Marx bem compreendeu ao

desenvolver um pensamento que confrontou as noções de Direito e Filosofia de Hegel, refutou seus discípulos e o materialismo de Feuerbach, contrapôs-se às correntes socialistas de cunho idealista e utópico, bem como formulou a crítica da economia política. Não obstante a contestação das formas de conhecimento alinhadas ao capitalismo, o desenvolvimento dessa crítica não teria propiciado sua inteira superação:

Marx não conseguiu superar – nem assumiu plenamente em suas dimensões epistemológicas – a tensão entre a crítica ao conhecimento da sociedade capitalista como dimensão medular da crítica ao capitalismo, e a busca de um edifício científico a partir dos moldes epistemológicos e critérios de científidades próprios da sociedade capitalista, isto é: a ciência positiva (LANDER, 2006, p. 214).

Em decorrência disso, Lander considera que essa tensão teria suscitado a partir do pensamento de Marx pelo menos duas vertentes epistemológicas no marxismo. De um lado, uma que remeteria às investigações filosóficas expressas nos seus trabalhos de juventude ou mesmo nos *Grundrisse*. Doutro lado, haveria uma vertente epistemológica ancorada no universalismo científico que Lander atribui à “apresentação mais formalizada, mais científica de seu trabalho em boa parte de *O Capital*” (LANDER, 2006, p. 214). A distinção de Lander remete à própria distinção metodológica estabelecida por Marx entre método exposição e método de investigação. Seria possível afirmar que, enquanto a vertente epistemológica filosófica seria caracterizada pela incorporação efetiva do método de investigação, a vertente cientificista teria reiterado o método de exposição, o que ao invés de suscitar uma “impressão de construção *a priori*” da abordagem marxista da realidade, converte-se efetivamente em uma forma de apriorismo.

O apriorismo efetivo da vertente cientificista é objeto de crítica de Quijano (2010) ao se referir ao materialismo histórico como um “produto da hibridação marxo-positivista, no tardio Engels e nos teóricos da Social-Democracia europeia, especialmente alemã, com amplas e duradoiras (sic) reverberações entre os socialistas de todo o mundo” (QUIJANO, 2010, p. 101). Quijano e Lander estão de acordo que a vertente epistemológica pautada no universalismo científico foi o fundamento para a constituição do marxismo-leninismo, que foi fundado por determinação burocrática durante a ditadura stalinista. Conforme Lander, essa perspectiva teria reiterado uma teoria da verdade que serviu de base para a construção da ideia de *socialismo científico*. Ancorada na noção da história como um “processo natural”, essa perspectiva incorpora o modelo de produção do conhecimento caracteristicamente positivista ao buscar “uma saída à reprodução das modalidades de conhecimento próprias da ciência da sociedade capitalista pela via de uma *perspectiva epistemológica proletária*, em contraposição

à *ciência burguesa*, sem sair do molde da cientificidade da ciência positiva” (LANDER, 2006, p. 215).

O caráter eurocêntrico da ciência positiva foi evidenciado por Wallerstein (2002; 2007). No seu entendimento, haveria duas importantes expressões do universalismo europeu em disputa no mundo moderno, o Orientalismo, cuja universalidade define-se em virtude da permanência de um conjunto essencializado de particularismo, e o universalismo científico, que pretende delinear as “regras objetivas que governam todos os fenômenos a todo instante” (WALLERSTEIN, 2007, p. 85). Conforme indicado anteriormente, o universalismo científico tem suas bases na ciência newtoniana-cartesiana, que analisa as regularidades mediante o estabelecimento de leis deterministas, passíveis de serem conhecidas por um observador que estaria dissociado do objeto de observação. Ao se determinar essas leis seria possível “prever o estado do sistema em qualquer época futura ou passada” (WALLERSTEIN, 2002, p. 208). Essa compreensão foi transposta para as ciências sociais. Em uma perspectiva nomotética animou a discussão em torno da descoberta de processos universais por “analistas neutros”. Já em uma visão ideográfica, a diacronia seria levada em consideração sob a forma de uma teoria das etapas. Destarte, a principal consequência da transposição dos princípios do universalismo científico para as ciências sociais foi a ideia que a Europa constituiria um modelo, na medida em que representaria um padrão a ser transposto para todo e qualquer lugar, consagrando-se a seguinte ideia: “O que se via então na Europa não era apenas bom, mas também era a cara do futuro em toda parte” (WALLERSTEIN, 2002, p. 209).

Wallerstein indica que a especificidade do universalismo científico corresponderia à consolidação do que denomina de “duas culturas”. Conforme esse conceito, as estruturas de saber no sistema-mundo moderno seriam caracterizadas pelo “divórcio fundamental entre ciência e filosofia/humanidades, ou o que penso melhor caracterizar-se como a separação da busca da verdade e da busca do bem e do belo” (WALLERSTEIN, 2002, p. 220). Ao fim e ao cabo, o universalismo científico assentado na ideia de duas culturas é eurocêntrico em virtude do caráter abissal do seu pensamento (SANTOS, 2010b). No universalismo científico, a busca da verdade corresponde necessariamente à mobilização da racionalidade característica do pensamento europeu, concebido como única forma de pensamento válida.

As tensões eurocêntricas do marxismo, em geral, e do debate sobre o método na obra de Caio Prado Jr., em particular, podem ser delineado mais satisfatoriamente após essa exposição. Primeiramente, tem-se que a heterogeneidade do pensamento de Marx apontada por Quijano e Lander, tipificadas a partir da diferenciação estipulada pelo próprio filósofo alemão entre método de investigação e método de exposição, corresponde ao problema das

duas culturas identificado por Wallerstein. A divisão entre uma perspectiva que remete aos trabalhos mais caracteristicamente filosóficos, que foi subalternizada durante a hegemonia do regime soviético no campo do marxismo, e uma perspectiva cientificista cujo desenvolvimento desemborcou na formação do marxismo-leninismo como doutrina de Estado da URSS, constitui um exemplo patente das consequências da crítica incompleta à racionalidade científica eurocêntrica.

Com isso, não obstante predominar no marxismo a tentativa de oferecer alternativas à perspectiva newtoniana-cartesiana, muitos dos elementos eurocêntricos criticados voltavam pela “porta dos fundos” renovados com o predomínio de uma visão marxista que remetia ao universalismo científico. Isso corresponde ao que Wallerstein denominou de “eurocentrismo antieurocêntrico”, pois a crítica ao eurocentrismo “aceita inteiramente a definição do arcabouço intelectual que os europeus impuseram ao mundo moderno, ao invés de reabrir por completo as questões epistemológicas” (WALLERSTEIN, 2002, p. 82). A teoria do conhecimento de Prado Jr. é reveladoramente exemplar nesse sentido, pois em suas fontes tem-se justamente um *background* que remete à perspectiva cientificista do marxismo.

Na medida em que procurou refutar as perspectivas metafísicas e o materialismo vulgar, Prado Jr. substitui a imanência estática pelo eterno movimento dialético. Embora recusando a existência de qualquer essência material ou imaterial, sua compreensão da realidade estipula como princípio o movimento dialético universal. Essa perspectiva possui no seu íntimo certa homologia com as perspectivas criticadas, pois substitui princípios estáticos por um princípio dinâmico, que pode vir a ser conhecido pela razão. A teoria do conhecimento de Prado Jr. também procura diferenciar-se da metafísica e do materialismo vulgar por considerar que o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento não seriam elementos estanques, pois haveria um ciclo dialético envolvendo a reciprocidade entre ação, pensamento e conhecimento. Entretanto, como resultado dessa relação igualmente seria produzido um conhecimento disciplinar assentado em leis que possibilitam, inclusive, a previsão de fenômenos – analogamente ao que ocorre com o universalismo científico.

Ao defender o caráter intrinsecamente dialético dos processos da natureza e da sociedade, Prado Jr. estabelece que a abordagem dialética seria a forma mais adequada de compreensão da realidade em todos os seus aspectos. Com isso, ao invés de oferecer uma crítica aos fundamentos das estruturas de saber eurocêntricas do sistema-mundo moderno, Prado Jr. a reproduz ao defender que os diferentes processos existentes na realidade sejam abordados por uma matriz disciplinar análoga àquela em que se assenta o universalismo científico, muito embora lhe atribuindo um cunho dialético. Ou seja, seria necessário fazer

com que as ciências sociais, físicas, biológicas etc. tivessem a dialética como seu fundamento metodológico. Portanto, não há uma negação das “duas culturas” efetivamente, mas um ajuste dessa perspectiva às diretrizes da dialética. Ao formular o problema dessa maneira, Prado Jr. abre espaço para a legitimação de uma “ciência positiva proletária” assentada numa teoria da verdade que postula o marxismo como única ciência do conhecimento objetivo da sociedade, cuja vanguarda do proletariado teria uma posição epistemológica privilegiada.

Lander (2006) indica a ideia de privilégio epistemológico da vanguarda do proletariado como obverso do sujeito do conhecimento neutro e abstrato da ciência positiva. Ambas as perspectivas, cada uma ao seu modo, remetem à ideia de conhecimento abissal (SANTOS, 2010b). Enquanto na ciência positiva há o ocultamento dos atributos do sujeito do conhecimento ao concebê-lo abstratamente – obliterando sua posição dominante no mundo colonial-moderno como homem, heterossexual, branco e abastado –, no caso da “ciência proletária” o sujeito do conhecimento é explicitado: a vanguarda do proletariado. Dessa maneira, em ambos os casos há um sistema de exclusão de diferentes agentes da posição de produção do conhecimento, fundamentando a colonialidade do saber (LANDER, 2006).

Evidentemente que entre a abordagem marxista e a ciência positiva há diferenças patentes. Basta mencionar como exemplo justamente a pretensão de neutralidade característica do paradigma dominante de ciência e a crítica marxista que aponta que a existência de interesses é intrínseca à produção do conhecimento. Com isso, em contraposição ao ideal da neutralidade é contraposta a explicitação dos interesses da classe trabalhadora visando fazer do conhecimento uma das vias para a construção de uma sociedade mais justa. A crítica marxista à suposta inexistência de interesses na produção de conhecimento, ressaltando seu caráter socialmente condicionado é, aliás, o ponto de partida para as posteriores reelaborações dessa questão pelos movimentos feministas, movimentos negros, estudos pós-coloniais etc. Como observado por Patel (2014) e Caillé (2011) essas perspectivas partiram do marxismo, superando-o na medida em que articulam outras correntes de pensamento para lidar com suas questões em vista das limitações do marxismo. Em síntese, o que está em jogo é a incompletude da crítica marxista que implica na reiteração parcial do eurocentrismo, não se trata de igualá-lo as formas de conhecimento que legitimam o eurocentrismo.

Daí a importância de compreender como as implicações eurocêtricas disso reverberam não apenas na teoria do conhecimento de Caio Prado Jr., mas também em sua análise histórica. Embora, sua interpretação do Brasil propicie um importante ponto de vista para compreensão da formação do mundo moderno a partir do Sul global, há uma limitação

do horizonte cognoscível em virtude da maneira como a produção do conhecimento e a cultura das populações indígenas e afro-brasileiras são consideradas. Juntamente a essa teoria da verdade que sustenta a ideia de privilégio epistemológico do proletariado, contribui para o estabelecimento dessa limitação a ideia da superestrutura como reflexo da base. Trata-se de um aspecto não teorizado por Prado Jr., mas recorrentemente expresso de maneira tácita em seus estudos históricos. Como resultado dessa combinação, Prado Jr. sustenta uma compreensão da cultura no contexto das relações raciais similar àquela apresentada por Mariátegui: estabelece uma hierarquia cultural entre europeus e não europeus, onde dentre os não europeus os povos andinos, maias e astecas são tidos como superiores em comparação aos negros africanos e outros povos ameríndios.

Apesar do caráter eurocêntrico da teoria do conhecimento de Prado Jr., a mobilização do método dialético para o desenvolvimento de sua análise histórica possibilitou uma importante crítica ao eurocentrismo. Essa crítica foi instituída por duas vias. A provincialização do modelo democrático-burguês e a desprovincialização do “Sentido da Colonização”. No primeiro caso, há o descentramento da tentativa de transpor de maneira apriorística para a realidade brasileira o modelo democrático-burguês. No segundo caso, tem-se que o conceito de “Sentido da Colonização”, que embora formulado para compreender a especificidade do processo histórico brasileiro, oferece subsídios para uma compreensão da constituição do capitalismo articuladamente com o colonialismo, apresentando-se como parte constitutiva da modernidade. Esse ponto de vista ao mesmo tempo oferece subsídios para contestar teorias que excluem o colonialismo na compreensão da formação do mundo moderno. Cada um desses aspectos de crítica ao eurocentrismo será objeto abordado nas seções a seguir.

Para concluir, deve-se apontar que a identificação da tensão eurocêntrica a partir da discussão sobre o método na obra de Caio Prado Jr. relaciona-se intimamente com as implicações da distinção entre a mobilização do método para a análise histórica e formalização do método dialético. A teoria do conhecimento de Prado Jr. evidencia sua adesão à apropriação marxista do universalismo científico, forma de conhecimento que fundamentou o direcionamento político soviético durante os anos do stalinismo e da Komintern. Na mesma medida não há dúvidas que, apesar disso, a maneira como esse conhecimento foi mobilizado na elaboração de uma interpretação do Brasil redundou em uma visão nova dentro do marxismo, destacadamente no âmbito da prática histórica. A posterior formalização do método levou à reiteração de posturas eurocêntricas que apenas de maneira parcial mostravam-se na sua produção historiográfica. Com isso, acertadamente Ricupero afirma que

“o uso que Caio Prado Jr. faz do método do materialismo-histórico o torna um continuador e inovador do marxismo do Brasil e da América Latina” (RICUPERO, 2000, p. 233 – grifo nosso). Portanto, ao considerar as tensões eurocêntricas no pensamento caiopradiano está se contribuindo para apreendê-lo dentro do seu tempo, naquilo que constituiu inovação para época e no que apenas expressa o que era predominante. O que o distinguiu não foi o domínio de uma literatura marxista diferente daquela que era predominante junto aos comunistas brasileiros, mas a maneira original como procurou a partir daquele marco teórico, em confluência com a tradição intelectual brasileira, apreender a especificidade da formação do país.

5.2 Provincialização do modelo democrático burguês.

No intuito de compreender as tensões eurocêntricas que permeiam o processo de provincialização do modelo democrático-burguês empreendido por Caio Prado Jr., inicialmente busca-se delimitar o sentido da pretensão de universalidade subjacente àquela perspectiva teórico-programática adotada pelo PCB, em contraste com a ideia de nacionalização do marxismo. Para tanto, demonstra-se como Prado Jr. concebe a operacionalização do marxismo para a análise histórica a partir de sua exposição das abordagens desenvolvidas por Marx, Engels e Lenin sobre os diferentes contextos nacionais que foram objetos de suas reflexões. Após indicar que Prado Jr. não considerava que aquelas abordagens não estariam pautadas por modelos universalmente válidos, intenta-se demonstrar em que consiste propriamente a provincialização do modelo democrático-burguês, levando-se em consideração a investigação de três dimensões: a teórico-metodológica, a análise histórica e a política. Ao considerar cada um desses aspectos, objetiva-se evidenciar os elementos eurocêntricos descentrados e reiterados na interpretação do Brasil de Prado Jr.

A crítica de Caio Prado Jr. à transposição do modelo democrático-burguês para o Brasil constitui um marco fundamental no processo de nacionalização do marxismo. Ao longo de toda sua obra historiográfica, os subsídios para essa contestação foram delineados. Todavia, apenas no principal livro escrito na maturidade, a adaptação do modelo democrático-burguês foi plenamente combatida. Em *A Revolução Brasileira*, publicado em 1966, Prado Jr. apresentou uma sistemática alternativa metodológica, interpretativa e política para o marxismo no Brasil. A derrota da esquerda impetrada pelo golpe civil-militar de 1964 motivou-o nesse empreendimento, que já se apresentava de maneira dispersa no conjunto de sua produção intelectual. Coerente com sua trajetória, que aliou militância e reflexão teórica,

Prado Jr. identificou e refutou os fundamentos teóricos que sustentavam o Programa político do PCB. Sua intenção era contribuir para a correção dos rumos tomados pelo partido em decorrência da formulação de uma teoria revolucionária equivocada. Nesse sentido, a crítica sistemática às tentativas de adequação do modelo democrático-burguês resulta do que Caio Prado Jr. considera uma “atitude revisionista” de sua parte:

Assim sendo, uma revisão teórica, rigorosa e conscienciosa, da realidade brasileira, considerada em sua dialética revolucionária, numa palavra, a revisão da teoria da revolução brasileira, teria um duplo papel, um de afirmação e outro de negação. De afirmação de um roteiro seguro e bem ajustado aos fatos, do que há para fazer e do deve ser feito. De imunização, por outro lado, digamos assim, contra infiltrações desnaturadoras das verdadeiras finalidades da revolução brasileira, e que tanto mal lhe causaram no passado (PRADO JR., 1978[1966], p. 75).

Caio Prado Jr. define sua revisão crítica como constituída por um “duplo papel”. O “papel de negação” orienta-se para o combate às concepções mistificadoras, como a Teoria da Revolução Brasileira adotada pelo PCB, baseada no modelo democrático-burguês. Já o “papel de afirmação” seria responsável por indicar um programa político em consonância com os fatos, mediante a elaboração de uma teoria mais adequada à realidade. Portanto, a crítica à transposição do modelo democrático-burguês consiste em um esforço direcionado ao fortalecimento do marxismo no Brasil mediante o reconhecimento de suas limitações e a busca por alternativas.

Embora a crítica a essa transposição tenha sido mais abrangente na maturidade, desde o início de sua trajetória como militante, Prado Jr. orientava sua conduta por aquele “duplo papel”. Pericás (2016) relata uma situação ocorrida ainda em 1932, poucos meses após sua filiação no PCB, que consiste na sua primeira divergência de maior relevância com o partido. Prado Jr. tinha a intenção de criar um jornal e organizar um grupo de estudos contando com a participação de outros integrantes do partido, o que gerou descontentamento junto ao Comitê Regional do PCB em São Paulo. No entendimento dos dirigentes paulistas, o jornal teria um caráter “pequeno-burguês”, pois supostamente compactuaria com ideias trotskistas, fazendo com que Prado Jr. fosse acusado de uma tentativa de golpe dentro do PCB. Intimado a prestar explicações sobre sua conduta, Prado Jr. defendeu-se em uma carta onde argumentava que a intenção de criar um jornal para circular no interior dos sindicatos destinava-se à disseminação do marxismo-leninismo, tendo como inspiração o que havia sido feito na Rússia com o *Pravda* durante o regime czarista. Também rebateu as acusações de trotskista, explicitando a sua compreensão do contexto político brasileiro naquele momento. Pericás (2016) transcreve a passagem da carta remetida por Prado Jr. ao Comitê Regional do PCB em

30 de novembro de 1932. Nela, é possível perceber alguns elementos basilares que constituiriam sua crítica ao modelo democrático-burguês. Vale salientar que, naquele momento, Prado Jr. ainda não havia publicado nenhum dos trabalhos que viriam a consagrá-lo como fundador da interpretação marxista do Brasil. Segue abaixo um trecho da carta reproduzida por Pericás, que consta no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP:

Os trotskistas brasileiros afirmam que a revolução de 1930 foi uma revolução democrático-burguesa. É nisso que divergem – com respeito ao assunto – da doutrina do PC. Ora, eu nunca afirmei semelhante tolice, e pelo contrário sustento que nas condições do Brasil não há lugar para revolução burguesa, *porque nosso regime já é arquivurguês*. O CR [Comitê Regional] quer provocar uma revolução democrático-burguesa. Mas é absurdo. Ninguém manda nos acontecimentos. O papel do PC seria, no caso de se processar uma revolução burguesa, encabeçá-la. Mas para isto é preciso antes indagar se de fato o Brasil está na iminência de uma revolução burguesa. É isto que nego (PRADO JR. apud PERICÁS, 2016[1932], p. 44).

Na passagem acima transcrita, têm-se três posicionamentos distintos. Os trotskistas consideravam que a chegada de Vargas ao poder em 1930 representaria a consolidação de uma revolução democrático-burguesa no Brasil. O PCB discordava que a revolução burguesa tivesse ocorrido, mas defendia que se deveria mobilizar seus esforços a fim de possibilitá-la, mas sob a hegemonia do proletariado. Por fim, Prado Jr. discordava de ambas as posições, pois não seria necessária a consolidação do capitalismo, uma vez que no país vigoraria um regime “arquivurguês”. Note-se que, subjacente a essa discordância, operam pressupostos teóricos que orientam sua tomada de posição política. Ao afirmar o caráter “arquivurguês” do regime vigente na sociedade brasileira, Prado Jr. nega que houvesse algo similar ao feudalismo no país, mas, simultaneamente, o termo empregado exprime que o capitalismo não teria naquele momento uma expressão plena, sugerindo um contraste tácito com outros países onde o regime seria plenamente burguês. Em decorrência desse distinto diagnóstico da realidade brasileira, Prado Jr. exprimia sua discordância com a condução da prática política de trotskistas e dos comunistas do PCB. Importante acrescentar que, no momento em que redigiu sua carta de defesa, o marxista paulista ainda não havia sequer publicado seu ensaio de estreia, *Evolução Política do Brasil*, aonde veio indicar o caráter “retórico” do termo “feudal” para designar o processo de colonização.

Em 1947, quando era Deputado Estadual por São Paulo, Caio Prado Jr. publicou um artigo intitulado *Os Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira* no periódico *A Classe Operária*, do PCB. O texto tinha por objetivo fomentar os debates em torno do IV Congresso do partido. Possivelmente, trata-se de sua primeira crítica de maior alcance à transposição do modelo democrático-burguês. No texto, Prado Jr. (2007[1947]) argumenta em favor do caráter

eminentemente prático do marxismo. Daí decorreria a necessidade da abordagem para a compreensão da realidade estar fundamentada na adequada mobilização do método dialético em vista da especificidade do contexto que se pretende transformar. Por isso, Prado Jr. defende que não haveria uma teoria revolucionária concebida de maneira abstrata e universalmente válida, mas que apenas seria possível formular um programa revolucionário em consonância com as particularidades de cada caso, orientando-se pelo método do materialismo histórico.

Com esse argumento, Prado Jr. contrapunha-se à maneira como se apresentava a teoria da revolução subjacente ao Programa político do PCB. No seu entendimento, seria inadequado transpor o modelo democrático-burguês para a realidade brasileira. A incompatibilidade decorreria da pretensão de universalidade atribuída a uma concepção etapista da história que pressupunha a existência de um regime feudal a ser combatido, instaurando-se uma revolução democrático-burguesa sob a hegemonia do proletariado como pré-requisito para a construção futura do socialismo. Entretanto, Prado Jr. argumenta que nunca houve feudalismo no Brasil, o que tornaria inconsistente a abordagem proposta pelo PCB. Dessa maneira, haveria uma inversão idealista em que, em vez de ter a prática como ponto de partida, os conceitos seriam sobrepostos à realidade sem que houvesse uma efetiva correspondência entre ambos.

Para fundamentar seu argumento, Prado Jr. (2007[1847]) inicia sua exposição apresentando como Marx, Engels e Lenin desenvolveram suas ideias em consonância com o contexto em que atuavam politicamente. O então Deputado Estadual afirma que a elaboração da interpretação histórica de Marx e Engels deu-se em um contexto em que ocorria uma intensa transição para o capitalismo em diferentes países da Europa. Naquele momento, os revolucionários burgueses consideravam que aquela onda de revoluções democráticas e liberais estaria encaminhando a humanidade para o “final da história”. Entretanto, atentos às contradições que se desenrolavam naquele período, Marx e Engels possuíam uma visão diversa. Ao invés de um suposto estágio último, os fundadores do materialismo histórico consideravam que a ascensão capitalista seria um momento inserido em um processo histórico mais amplo que redundaria no socialismo, na medida em que o protagonismo das transformações sociais passasse para o proletariado. Por sua vez, ao formular mais detalhadamente uma teoria da revolução socialista, Lenin retomou as proposições de Marx e Engels, mas em vista de uma nova fase do capitalismo, dominado pelo capital financeiro e o Imperialismo, levando-se em consideração, ainda, as especificidades da sociedade russa. Devido a isso, Prado Jr. observa que:

Lênin (sic) teve a necessidade de apreciar de um só golpe sucessivas etapas de desenvolvimento histórico desde o feudalismo até o socialismo, através das revoluções democrático-burguesa e socialista. E elaborou então sua admirável teoria da hegemonia do proletariado na revolução democrática (hegemonia esta que em outros países coube à burguesia) e da transformação dela em revolução socialista (PRADO JR., 2007[1947], p. 132).

Diante disso, Prado Jr. não expressa discordância com o modo como Lenin desenvolveu suas ideias em vista do caso russo, elogiando sua utilização do método dialético e as alternativas políticas propostas. Com efeito, Prado Jr. toma como acertada a proposição leninista de uma revolução democrático-burguesa. No seu entendimento, o problema estaria nas tentativas de transpor essa formulação para outros contextos dotados de características distintas. O intelectual brasileiro defende que, em função do caráter prático da atuação política e intelectual de Marx, Engels e Lenin, todos tinham em vista as especificidades dos países europeus onde intervieram de maneira direta. Por isso, Ricupero (2000) observa que Lenin teria empreendido um movimento de nacionalização do marxismo no contexto russo similar àquele realizado por Mariátegui e pelo próprio Caio Prado Jr. Suas formulações consistem em teorizações fundadas e orientadas pela prática, visando à intervenção revolucionária na realidade. Por isso eram assentadas no seu contexto nacional, servindo-se do método de Marx e Engels como instrumento para propiciar a análise.

Note-se que essa maneira de conceber as análises de Marx, Engels e Lenin tem como pressuposto a distinção anteriormente demonstrada entre a mobilização do método dialético para a análise histórica e formalização de uma teoria dialética do conhecimento. No argumento de Prado Jr. exposto acima, o que está em jogo é a maneira como aqueles três intelectuais mobilizaram o materialismo histórico para analisar o contexto histórico europeu. Como já demonstrado, para o historiador paulista, o que seria central no marxismo seria justamente essa compreensão da utilização do método dialético em vista das particularidades históricas. Daí a condenação da transposição do modelo democrático-burguês, concebida como uma inadequada apreensão do marxismo:

Este caráter do marxismo não foi e não é sempre assimilado perfeitamente. Apegando-se estreitamente aos textos de Marx, Engels, e Lênin (sic), muitos comunistas não sabem interpretá-los à luz de circunstâncias históricas e de lugares diferentes daqueles que deram origem às conclusões dos mestres do marxismo e procuram, artificialmente e a custo de graves deformações, encarar os fatos que têm sob as vistas dentro dos esquemas que encontram nas obras clássicas do marxismo dialético, esquecendo-se que tais esquemas foram elaborados para fatos muitos diferentes. Isso ocorre particularmente em países como o Brasil, de formação histórica muito diversa da dos países europeus que foram aqueles de que fundamentalmente se ocuparam os criadores do marxismo. A preocupação em se descobrir paralelos e semelhanças (quando têm identidades que não existem) leva

então a deformações grosseiras e mesmo a deturpações completas (PRADO JR., 2007[1947], p. 133).

Prado Jr. realizou sua interpretação do Brasil mobilizando o método dialético, o que redundou na formulação a noção de “Sentido da Colonização”, distanciando-se de elaborações que simplesmente buscavam correspondências mecânicas entre conceitos e realidade. Ao delinear seu objeto de investigação em *Formação do Brasil Contemporâneo* – o recorte temporal compreendido pelos últimos anos da colonização –, Prado Jr. inseriu-o em uma totalidade mais ampla constituída pelas Grandes Navegações e a emergência do capitalismo mercantil. Essa abordagem propiciou-lhe definir a especificidade do desenvolvimento histórico do país como sendo derivada de sua condição de economia subsidiária fornecedora de *commodities* para o mercado europeu. Essa situação demarcaria uma diferença fundamental do Brasil em comparação ao modo como se caracterizava o feudalismo europeu. Por isso, Prado Jr. considerava que:

Não há assim justificativas para a utilização de uma expressão como “feudalismo”, que comporta um sentido muito preciso, e que se refere a um tipo específico de organização social que existia na Europa antes do advento do capitalismo e da sociedade burguesa; e que não existe nem existiu nunca no Brasil (PRADO JR., 2007[1947], p. 133-134).

Com esse argumento, Prado Jr. desautorizava a Teoria da Revolução Brasileira formulada em consonância com a transposição do modelo democrático-burguês, pois refutava sua análise do processo histórico brasileiro ao estabelecer que nunca houve feudalismo no Brasil. Por conseguinte, também apontava a inconsistência do seu programa político, na medida em que não seria possível propor uma transição para o capitalismo, pois o país já seria de fato capitalista, embora caracterizado por uma situação de dependência. Prado Jr. (2007[1947]) sustenta que a economia brasileira seria desde sua origem essencialmente mercantil devido à orientação de sua produção para o mercado internacional. Mesmo após a Independência, a Abolição e a Proclamação da República, a economia permaneceu dotada de um caráter eminentemente agroexportador. O que se modificou foi o modo como a dependência externa passou a ser caracterizada, pois, no lugar do colonialismo, estabeleceu-se o domínio do capital financeiro internacional. Dessa situação, redundou a integração do Brasil em uma nova ordem econômica, mas sem que seus caracteres coloniais fundamentais fossem modificados. Daí, a caracterização que Prado Jr. fez no início da década de 1930 de um regime “arquiburguês”: um capitalismo incipiente, organizado de forma a manter o acento colonial da posição imputada ao país na divisão internacional do trabalho e das condições de trabalho similares ao escravismo, em que emerge uma burguesia capitalista associada ao

Imperialismo, desinteressada na modificação daquele quadro.

Em *A Revolução Brasileira*, são aprofundados os argumentos fundamentais apresentados no artigo *Os Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira*. Congregando uma crítica metodológica, analítica e política à transposição do modelo democrático-burguês para realidade brasileira, Prado Jr. empenhou-se intensamente no “duplo papel” a que se propõe desempenhar perante os erros do PCB. Logo no início do livro, tem-se a refutação da pretensão universalista subjacente ao esquema etapista da história adotado pelo partido e seus teóricos da Revolução Brasileira:

No estabelecimento das bases em que assentaria a teoria da revolução brasileira, partiram seus primeiros autores, já lá vão para mais de quarenta anos, não da análise das condições econômicas, sociais e políticas vigentes no país – coisa aliás que na sua maior e principal parte era por eles ignorada, como logo veremos – mas da consideração de um esquema teórico abstrato, admitido *a priori* e sem indagação prévia alguma, acerca da aplicabilidade desse esquema à realidade brasileira. Segundo esse esquema, a humanidade em geral e cada país em particular – o Brasil naturalmente aí incluído – haveriam necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo (PRADO JR., 1978[1966], p. 32).

Primeiramente, é interessante notar a relação de metatextualidade estabelecida nessa passagem, quando Prado Jr. refere-se aos “primeiros autores” que elaboraram uma Teoria da Revolução Brasileira, cujas análises tinham sido realizadas “para mais de quarenta anos”. Com base na discussão apresentada no capítulo anterior, é possível identificar que essa referência remete à geração de marxistas brasileiros da década de 1920, em que figuraram Astrogildo Pereira e Octávio Brandão. Conforme já exposto, o livro *Agrarismo e Industrialismo*, de Brandão – publicado em 1926, portanto quarenta anos antes de *A Revolução Brasileira* – patentemente adotou os pressupostos que Prado Jr. critica.

Além dos teóricos do PCB, Prado Jr. indica que a adaptação do modelo democrático-burguês também foi estimulada pelo Programa adotado pela Komintern durante seu VI Congresso Mundial, ocorrido em 1928. No desenvolvimento do seu argumento, o marxista paulista transcreve longamente um trecho do documento resultante daquele evento da Komintern, estabelecendo relações intertextuais que evidenciam e refutam o caráter etapista daquela fonte de eminente orientação eurocêntrica para os comunistas do Sul global. A passagem citada refere-se ao conjunto de “*Países coloniais e semicoloniais* (China, Índia etc.) e *países dependentes* (Argentina, Brasil e outros)” dotados de “relações sociais da Idade Média feudal”, sob o patente domínio econômico de “grupos imperialistas estrangeiros”, cuja alternativa política para tal regime seria a “luta contra o feudalismo” e contra “o imperialismo

estrangeiro” visando propiciar “uma série de etapas preparatórias, por todo o período de desenvolvimento da revolução democrático-burguesa em revolução socialista” (KOMINTERN apud PRADO JR., 1978[1928], p. 65). Destarte, Prado Jr. observa que essa formulação da questão tão somente reitera de maneira apriorística as proposições clássicas do marxismo acrescentando apenas a questão da luta anti-imperialista.

O pressuposto que sustentava a interpretação do Brasil de Octávio Brandão e o Programa da Komintern era o mesmo em ambos os casos. Ele consistia em um esquema teórico abstrato que imputava uma sequência de estágios que pretendiam abarcar de maneira universal a evolução da humanidade, mas que, na realidade, constituía uma reificação do processo de desenvolvimento histórico europeu. Para Prado Jr., essa compreensão deturpa o que havia sido proposto na análise histórica de Marx e Engels, que consideravam a realidade europeia um contexto peculiar. Por isso, seria contraproducente extrapolar as conclusões obtidas daí para outras situações. Na opinião do marxista paulista, aquela abordagem é uma compreensão determinista do processo histórico, na medida em que estipula preliminarmente “leis gerais e eternas que enquadrariam a evolução dos fatos históricos em esquemas universais” em que seria “admitida *a priori* [...] que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também”, o que remeteria ao positivismo do “velho Augusto Comte com sua famosa ‘lei dos três estados’” (PRADO JR., 1978[1966], p. 33).

Portanto, no que se refere à análise histórica, Prado Jr. rechaça o que Quijano (2010) denominou de “marxo-positivismo”, traço característico da recepção inicial do marxismo no Brasil, como observou Leandro Konder (1988) ao se referir a maneira eclética como esse processo ocorreu originalmente nas décadas de 1920 e 1930. Ao desenvolver uma crítica da perspectiva eurocêntrica do marxismo, Samir Amin (1989) realizou diagnóstico similar àquele apresentado por Prado Jr. mais de vinte anos antes. O cientista social egípcio afirma que, embora Karl Marx tenha delimitado que a sequência histórica dada pela sucessão entre escravismo-feudalismo-capitalismo seja especificamente europeia, posteriormente houve uma apropriação marxista de caráter eurocêntrico. Aquele esquema foi indevidamente generalizado como universal, convertendo-se em uma concepção etapista da história: “Así pues, a pesar de las precauciones de Marx, el marxismo a su vez cedería a las influencias de la cultura dominante y se quedaría en el rezago del eurocentrismo”⁴⁰ (AMIN, 1989, p. 114). Amin argumenta que dessa iniciativa derivaram duas abordagens eurocêntricas. Uma caracterizada

⁴⁰ Em livre tradução: “Assim, apesar das precauções Marx, o marxismo, por sua vez iria ceder à influência da cultura dominante e permanecer na manutenção do eurocentrismo”.

pelo chamado “modo de produção asiático”, que concebia o desenvolvimento capitalista do Oriente como uma via bloqueada, ao passo que na Europa a via estaria aberta. E a segunda abordagem consistiria justamente no estabelecimento da universalidade do modelo democrático-burguês (AMIN, 1989).

Nesse sentido, entende-se a postura “revisionista” adotada por Prado Jr. perante a Teoria da Revolução Brasileira como parte do seu empreendimento de nacionalização do marxismo. Com efeito, tem-se na consideração dessa questão um importante elemento para a reflexão sobre a constituição das tensões eurocêntricas na sua interpretação do Brasil. Desse modo, propõe-se aqui analisar a crítica à transposição do modelo democrático burguês como um direcionamento não eurocêntrico na nacionalização do marxismo. Para tanto, a partir da noção de “Provincialização da Europa” de Dipesh Chakrabarty (2000), intenta-se apreender o significado da provincialização do modelo democrático-burguês na obra caiopradiana, no âmbito de suas tensões eurocêntricas.

A proposição de Chakrabarty refere-se à necessidade de descentrar hábitos mentais caracteristicamente eurocêntricos instituídos desde o Iluminismo. Trata-se de uma provincialização da Europa no plano da cognição e da cultura, para que a forma de apreensão dos processos históricos não seja balizada por uma perspectiva eminentemente europeia. Conforme o intelectual indiano, a necessidade desse descentramento decorreria da impossibilidade de se pensar sobre os fenômenos políticos modernos em qualquer lugar do mundo sem evocar determinado conjunto de categorias e conceitos que remetem à tradição intelectual europeia. Chakrabarty reconhece que muitas das categorias legadas pelo Iluminismo, tais como “cidadania”, “direitos humanos”, “esfera pública” etc. são contemporaneamente tomados como indispensáveis para uma visão universal e secular da humanidade, embora originalmente os colonizadores europeus tenham negado na prática sua validade universal perante os colonizados.

A respeito da importância da contextualização dessas categorias atualmente compreendidas como universais, é interessante remeter à discussão de Partha Chatterjee (2004) sobre o conceito de cidadania a partir da análise de C. L. R. James da Revolução Haitiana. A então colônia francesa de São Domingos reivindicou junto a Napoleão Bonaparte sua independência com base nos princípios estabelecidos pela Revolução Francesa, mas a demanda foi negada, alegando-se que não se poderia aplicar a noção de cidadania aos negros, mesmo àqueles que fossem livres. Como resultado, o exército francês tentou reprimir a população local e restabelecer a escravidão. Mas, no final, prevaleceram as forças libertadoras e a independência foi conquistada pelo povo do Haiti. Essa repressão militar aos haitianos

seria uma expressão de como a universalização de noções como cidadania resultaram de lutas democráticas contra a supressão de suas limitações originais em termos de classe, raça, gênero etc. (CHATTERJEE, 2004).

Para Chakrabarty (2000) o problema não consiste no reconhecimento contemporâneo da universalidade desses conceitos em si, mas no fato da produção do conhecimento nas Ciências Sociais transcorrer com base na adesão a essas categorias, teorias e autores europeus sem situá-los em vista do seu contexto intelectual de origem ou de sua época. Ao mesmo tempo, Chakrabarty (2000) indica que toda a tradição intelectual existente na Índia antes da colonização inglesa foi subsumida a uma contextualização tão acentuada, relegando-a a um localismo e um particularismo histórico, que a converteu em uma forma morta de pensamento. Dessa maneira, passou a se considerar que a tradição intelectual indiana não teria contribuição válida contemporaneamente para a ciência, devendo constituir objeto de investigação estritamente histórico. Nesse sentido, enquanto o pensamento de intelectuais europeus como Marx e Weber permanece vivo e detém o *status* de clássico, outras tradições intelectuais não europeias seriam retratadas como formas de conhecimento obsoletas. Conforme Boaventura Sousa Santos (2010b), tornar invisíveis ou inexistentes outras formas de pensamento é o que caracterizaria o pensamento moderno ocidental como abissal. Ou seja, a racionalidade ocidental dominante concebida de maneira abissal fomenta um sistema de divisões visíveis e invisíveis que impossibilita sua coexistência com outras formas de pensamento. Dessa maneira, o que estivesse para além da linha que define o que é parte do legado moderno ocidental simplesmente é concebido como inexistência, invisibilidade e ausência.

Seguindo-se a exposição feita até o momento, é possível indicar alguns pontos que sustentam a plausibilidade da ideia de “Provincialização da Europa” para compreender a relação que Prado Jr. estabelece com a adaptação do modelo democrático-burguês. Destacam-se dois motivos para corroborar essa afirmação. O mais evidente, primeiramente, corresponde ao descentramento da pretensão de universalidade inerente à generalização daquele modelo, assunto já devidamente explicitado. O segundo refere-se à contestação da invisibilidade de formas de conhecimento não eurocentradas. Parcialmente, a trajetória de Prado Jr. no PCB é caracterizada por esse tipo de contestação em virtude da marginalização de suas ideias naquela agremiação política. Suas proposições não foram consideradas efetivamente nos debates sobre os rumos do partido. Houve tão somente uma parcial apropriação de suas ideias no âmbito da análise histórica desenvolvida por Nelson Werneck Sodré, que contribuiu para a renovação dos fundamentos da tese feudal.

Entretanto, note-se que ao mesmo tempo em que combateu a invisibilidade de suas considerações que reivindicavam a atenção à especificidade da formação da sociedade brasileira, Prado Jr. também reiterou em parte o caráter abissal do pensamento eurocêntrico na sua análise histórica e nas alternativas propostas ao modelo democrático-burguês. Argumenta-se que essa reiteração decorreria da reprodução da hierarquia cultural entre europeu e não europeu, assumindo, inadvertidamente, o paradigma assentado na brancura e no patriarcado como superior culturalmente aos demais, em conformidade com a perspectiva iluminista dominante de conhecimento. Juntamente a isso, considera-se que nos trabalhos que sucederam *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil* o privilégio epistemológico atribuído ao proletariado repercutiu de maneira premente. Dele, suscitaria o silenciamento sobre o debate a respeito da integração da população negra, sobretudo em *A Revolução Brasileira*. Dessa maneira, a questão racial não recebe o adequado tratamento ao se remeter à persistência do acento colonial das relações de trabalho que reproduziriam uma condição análoga à escravidão, pois se desconsideram as implicações disso para a população negra, que em grande parte sofreu de maneira mais acentuada com essa situação. Condição análoga ocorre com a situação das mulheres na interpretação do Brasil de Prado Jr. Ao passo que em *Formação do Brasil Contemporâneo* são esboçadas algumas considerações a respeito das mulheres negras escravizadas e das mulheres livres das classes populares, em *A Revolução Brasileira* o assunto não é retomado. A esse respeito, é interessante remeter a Anne McClintock (2010), que indica o predomínio do silêncio sobre as questões de gênero no debate sobre o eurocentrismo.

Ao levar em consideração esse conjunto de fatores, acredita-se ser possível delinear a questão da provincialização do modelo democrático-burguês no âmbito das tensões eurocêtricas da interpretação do Brasil de Prado Jr. Para a consideração dessa questão, segue-se uma exposição centrada nos aspectos teórico-metodológicos, históricos e políticos de sua crítica à Teoria da Revolução Brasileira do PCB. Mediante esse exame, intenta-se demonstrar como o eurocentrismo é descentrado por Prado Jr. nos aspectos econômicos e sociais, mas sem que haja uma ruptura com seus pressupostos no âmbito da cultura.

5.2.1 Provincialização dos aspectos teórico-metodológicos do modelo democrático-burguês.

No que tange aos aspectos teórico-metodológicos da crítica de Prado Jr. às tentativas dos comunistas brasileiros de se apropriarem do modelo democrático-burguês, parte-se de suas considerações a respeito do papel dos conceitos na análise marxista. Conforme visto,

para Prado Jr., o que está em jogo no estudo de um determinado fenômeno é a primazia da prática, pois nos processos sociais não é possível separar “sujeito” e “objeto” do conhecimento, na medida em que tais processos são condicionados pelas pessoas ao mesmo tempo em que eles as condicionam. Por isso, embora consistindo em momentos dotados de características próprias, pensamento e ação seriam indissociáveis entre si. Decorre disso que a investigação científica deve partir dos “fatos” a fim de considerar a especificidade histórica do fenômeno, orientando-se por um método de investigação, no caso a “dialética materialista”. Essa maneira de entender a abordagem marxista origina sua objeção à apropriação de ideias tomadas *a priori*, sem consideração adequada dos “fatos”. Prado Jr. define essa postura por uma tentativa sistemática e cuidadosa de considerar os processos sociais por meio de uma perspectiva histórica:

De um modo geral, a historiografia constitui dado essencial para a elaboração do conhecimento relativo ao homem, na acepção exata e precisa que o conhecimento deve ter. A saber: sistematização da experiência coletiva do homem e elaboração teórica dela com vistas à orientação e continuação da ação humana. [...] Em tal conceituação, a historiografia se enquadra como expressão ou manifestação da experiência humana a ser teoricamente elaborada a fim de servir como fonte de dados para as ciências humanas em geral, premissa do conhecimento prático destinado à condução da ação do homem. A História e sua expressão teórico-conceitual, que é a Historiografia, constituem a principal ou pelo menos básica informação relativa ao comportamento coletivo do homem. [...] Historiografia de um lado, e doutro, Economia, Sociologia e Ciência Social em geral, podemos dizer que quase se confundem ou se devem confundir no Brasil. Apenas se distinguem nos métodos de pesquisa e elaboração científica – e mesmo assim com muitas restrições (PRADO JR., 1972[1968], p. 18-19).

Tem-se, nessa postura perante o conhecimento histórico, a raiz da crítica à transposição do modelo democrático-burguês para a realidade brasileira. Essa orientação também fundamentou outras contestações que Prado Jr. direcionou contra abordagens que desconsideravam a historicidade dos processos sociais, tais como, por exemplo: 1) “A teoria ortodoxa do desenvolvimento [que] parte de uma situação estática, uma abstrata ‘sociedade tradicional’”, conforme defendido na teoria da modernização de W.W. Rostow (PRADO JR., 1972[1968], p. 26); 2) A “Teoria do Desenvolvimento Econômico” de Prebisch que “se coloca num ponto-de-vista estático” (PRADO JR., 1954, p. 54); 3) “A prática anulação da História em benefício da Etnografia” preconizada pela abordagem estruturalista do antropólogo Lévi-Strauss (PRADO JR., 1971, p. 17). É interessante notar que a crítica à perspectiva de Prebisch nessas relações intertextuais diferencia-se parcialmente do argumento levantado contra as demais. Prado Jr. acentua que a transposição do modelo democrático-burguês, a teoria da modernização de Rostow e o estruturalismo de Lévi-Strauss têm suas reflexões assentadas em concepções abstratas e estáticas que se pretendem universais. No caso de Prebisch a objeção

restringe-se à ausência de uma consideração mais sistemática da historicidade dos processos econômicos. Ainda assim, o marxista paulista elogia o economista argentino quando ele observa o falso senso de universalidade da teoria econômica, inadequada para lidar com a especificidade dos parâmetros latino-americanos:

O reconhecimento disso, que se generaliza também entre nós, constitui um bom caminho andado, porque permite livrar-nos de preocupações que sempre pesaram e ainda pesam consideravelmente (sic) nas observações e análises dos economistas de países cuja estrutura econômica não se pode equiparar à dos grandes centros capitalistas da atualidade (PRADO JR., 1954, p. 54).

Porém, para Prado Jr., essa perspectiva opera apenas de maneira parcial no sentido de considerar a especificidade da formação da sociedade brasileira. Isso seria ocasionado pela ausência de uma abordagem dinâmica, o que redundaria em uma aproximação não intencionada com os métodos estáticos empregados pela Economia Política clássica. Para ilustrar as consequências disso para a perspectiva de Prebisch, Prado Jr. indica que sua teoria não possibilita compreender o sentido imperialista da presença do capital financeiro internacional nas economias de países como o Brasil:

É que a Teoria [do Desenvolvimento Econômico] se coloca num ponto-de-vista estático, que é o do equilíbrio presente da economia dos países subdesenvolvidos e dos fatores (sic) atualmente nela em jogo (sic). Não considera assim o que produziu aquele (sic) equilíbrio e condiciona portanto os fatores (sic) nêle (sic) atuantes. Escapa por isso à sua perspectiva o sentido e valor de muitos elementos que dinamicamente (sic) considerados tomam um aspecto bem diferente que em si apresentam. Para ficarmos por ora num único desses (sic) elementos, embora dos mais importantes, referirei o caso do capital financeiro internacional que se apresenta na Teoria do Desenvolvimento simplesmente como uma inversão capitalista ordinária e idêntica a outra qualquer; e é lembrada apenas incidentalmente como um dos fatores (sic) que concorrem para o balanço externo de pagamentos dos países subdesenvolvidos, quando para eles (sic) afluí, quando se retira ou quando absorve divisas e outras formas de suas remunerações (PRADO JR., 1954, p. 54-55).

Como o enfoque neste momento da exposição são as tensões eurocêtricas relacionadas aos aspectos teórico-metodológicos da crítica à apropriação do modelo democrático-burguês, não cabe uma consideração mais pormenorizada sobre a compreensão caiopradiana acerca do Imperialismo. Contudo, deve-se sublinhar que, no seu entendimento, o impacto do capital financeiro internacional no país não se limitaria apenas a uma simples “inversão”. Para ele, essa presença é expressão do Imperialismo e, por isso, compreendida como um fator de dependência que interferiria de maneira danosa na acumulação capitalista no país. Particularmente, o capital financeiro internacional atuaria em consonância com a atualização do “Sentido da Colonização”, pois contribuiria para que o cerne da produção econômica permanecesse agroexportador. Isso ocorreria na medida em que acarretaria o

desequilíbrio da balança comercial em decorrência da remessa de recursos financeiros para o exterior mediante o pagamento de juros, comprometendo a acumulação. Como alternativa, Prado Jr. propunha o controle estatal planejado das contas externas, a fim de evitar a evasão de divisas, propiciando um equilíbrio entre a produção voltada para o exterior e o atendimento das demandas do mercado interno, no intuito de romper com os caracteres coloniais da economia, direcionando-a para uma integração nacional mais adequada (PRADO JR., 1960[1957]; 1978[1966]).

Não obstante apontar as limitações atribuídas ao pensamento de Prebisch, Prado Jr. considera que a “Teoria do Desenvolvimento” seria no campo da ciência econômica a abordagem mais próxima da adequada para tratar da “especificidade de nossas condições de país da periferia do moderno sistema capitalista internacional” (PRADO JR., 1954, p. 55). Com efeito, as críticas de Prado Jr. a Prebisch servem para ilustrar a importância da consideração da especificidade e da dinâmica histórica em sua abordagem. Nem mesmo o questionamento da falsa universalidade de perspectivas eurocêntricas seria completo sem a consideração da historicidade intrínseca aos processos sociais.

A centralidade da história na análise social também repercute no modo como Prado Jr. mobiliza os conceitos. Não haveria uma concepção estática que eventualmente definisse, por exemplo, a validade universal de conceitos como “revolução”, “lutas de classes” e “capitalismo” de maneira idêntica independentemente de suas expressões históricas. Ao contrário, seria dentro da pluralidade de experiências históricas que se manifestariam suas diversas expressões. A esse respeito, sua explanação justificando porque não se deve delimitar antecipadamente o caráter da Revolução Brasileira ilustra bem a questão:

Referimo-nos em particular, e sobretudo, à indagação acerca da “natureza” ou “tipo” de revolução que se trata de realizar. Será “socialista”, ou “democrático-burguesa”, ou outra qualquer? Indagação como essa situa desde logo mal a questão e de maneira insolúvel na prática, pois a resposta somente se poderá inspirar – uma vez que lhe falta outra premissa mais objetiva e concreta – em convicções predeterminadas de ordem puramente doutrinária e apriorística. [...] A qualificação a ser dada a uma revolução somente é possível depois de determinados os fatos que a constituem, isto é, depois de fixadas as reformas e transformações cabíveis e que se verificarão no curso da mesma revolução. [...] Pouco importa assim, ao se encetar a análise e a indagação das transformações constituintes da revolução brasileira, saber se elas merecem esta ou aquela designação, e se se encerram nesta ou naquela fórmula ou esquema teórico. O que vale é a determinação de tais transformações, e isto se procurará nos fatos ocorrentes e na dinâmica desses mesmos fatos (PRADO JR., 1978[1966], p. 15).

Em suma, não seria possível indicar antecipadamente a definição de um processo que ainda não ocorreu. Somente com base no desenrolar dos fatos, pode-se elaborar um conhecimento histórico que possibilite a caracterização de determinada revolução. É no

transcorrer dos acontecimentos que sua definição estabelece-se. Contrariamente, a transposição do modelo democrático-burguês antecipa a conceituação dos fatos, imputando-lhe um determinado caráter antes mesmo de sua efetivação. Além disso, fornece compreensão equivocada a respeito do passado mediante o emprego de conceitos incompatíveis com a realidade. Tudo em virtude da observação de um esquema que se pretende universal.

Por seu turno, a atenção à historicidade dos processos levou Prado Jr. ao procedimento metodológico que lhe possibilitou formular o conceito de “Sentido da Colonização”. Por essa via, ele pôde compreender não apenas sua caracterização no Período Colonial, mas também apreender seu mecanismo de prolongamento no tempo, mesmo após o encerramento das formas tradicionais de colonialismo na América Latina. O significado teórico desse processo é explicitado na seguinte passagem de *A Revolução Brasileira*:

Em suma, o sentido do processo econômico do desenvolvimento capitalista originário, tal como ele se apresentou na Europa no século passado [século XIX], foi essencialmente o da *produção*. No Brasil deve ser essencialmente o da *distribuição*. E assim, o papel que o lucro capitalista (que provê muito bem à *produção*, pois dela se alimenta e com ela se mantém) desempenha no capitalismo originário, não está em condições de desempenhar numa situação em que é a *distribuição* que se sobreleva. E a iniciativa privada, que tem no lucro e somente nele a sua razão de ser, não é suficiente assim para assegurar um desenvolvimento adequado (PRADO JR., 1978[1966], p. 164).

Na exposição acima, Prado Jr. explicita a diversidade de expressões que o capitalismo pode assumir em função da pluralidade de contextos históricos em que se desenvolve. As diferenças entre os países do chamado “capitalismo originário” e os países latino-americanos que originalmente eram colônias são atribuídas por Prado Jr. ao *sentido* assumido pelo desenvolvimento econômico em cada situação. No primeiro caso, esse sentido era pautado pela *produção*, onde a “Acumulação Primitiva de Capital” e os lucros obtidos com os empreendimentos mercantis foram direcionados para o fomento da produção material que redundou na consolidação do capital industrial. No segundo caso, como explicitado pela noção de “Sentido da Colonização”, o desenvolvimento econômico e tudo o mais que havia nas colônias – atividades de subsistência, organização social e administrativa, composição e distribuição da população etc. – esteve orientado para a produção voltada para o abastecimento do mercado europeu. Ou seja, tratava-se de uma produção que não era direcionada para proveito próprio, pois não propiciava a acumulação necessária para que as formas de produção fossem incrementadas, restringindo-as tão somente às atividades primárias. Por essa característica particular da produção, determinada por condicionantes externos que a definem, o sentido predominante do seu desenvolvimento econômico

relaciona-se com a *distribuição*. A primazia da distribuição no desenvolvimento econômico brasileiro foi inicialmente apreendida pelo nexos entre colonialismo e mercantilismo no âmbito do Antigo Sistema Colonial, onde “Acumulação Primitiva de Capital” e “Sentido da Colonização” eram processos entrelaçados, conforme será demonstrado na próxima seção. Posteriormente, essa relação foi atualizada em vista da influência imperialista, como já ilustrado.

Portanto, ao atentar para a especificidade histórica que diferencia o desenvolvimento econômico dos países “centrais” e “periféricos” do capitalismo, Prado Jr. aponta para sua intrínseca heterogeneidade. O olhar a partir do Sul global para o modo como o capitalismo estrutura-se revelaria sua diversidade de expressões. Isso possibilitaria delinear como as diferentes configurações assumidas pelas economias nacionais, dotadas de *sentidos* diversos em conformidade com seus respectivos processos de desenvolvimento, constituem partes inter-relacionadas inseridas em uma totalidade. Esse entendimento da constituição do capitalismo em escala global propiciou que Prado Jr. não apreendesse aprioristicamente a postulação de Marx sobre a primazia da produção na análise econômica. Com efeito, em vez de transpor essa ideia mecanicamente, supondo que sua aplicação devesse ocorrer caso a caso para cada contexto nacional de maneira estanque, busca apreendê-la como o princípio orientador do desenvolvimento dos países europeus do “capitalismo originário”. Em suma, a produção tomada como sentido do desenvolvimento econômico seria uma expressão histórica da experiência europeia. Em países como o Brasil, a primazia estaria na distribuição. A articulação entre essas diferentes dinâmicas compõe o capitalismo como um sistema econômico mundial, cujo desenvolvimento global é desigual, gerando assimetria e exploração em escala local e mundial. Disso resulta a provincialização do modelo democrático-burguês em seus aspectos teórico-metodológicos. Mediante o caráter basilar assumido pela história na maneira como seu método é operacionalizado, Prado Jr. descentra esquemas pretensamente universais que desconsideram as particularidades de cada experiência, destacadamente no que concerne à maneira indiscriminada como os conceitos são empregados, especialmente no marxismo brasileiro.

Cabe ressaltar a importância do diálogo crítico com as tradições intelectuais brasileiras para esse aspecto da provincialização do modelo democrático-burguês. Para tanto, é preciso retomar a discussão sobre sua relevância para a maneira como Prado Jr. construiu uma concepção não eurocêntrica a respeito da relação entre o sentido do desenvolvimento histórico brasileiro e o sentido dos países do “capitalismo originário”. Como indicado no primeiro capítulo, suas relações com a historiografia tributária do “modelo bandeirante” auxiliaram na

construção do conceito de “Sentido da Colonização”. Destacadamente, possui importância primordial a tradição intelectual que remete a Capistrano de Abreu, cuja expressão mais completa no arco intelectual defensor do capitalismo no Brasil culmina na obra de Roberto Simonsen.

Em 1899, no artigo intitulado *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, Capistrano já apontava para a externalidade do “centro” do Brasil-Colônia, implicando na sua inserção em um quadro mais amplo, considerando as implicações negativas da colonização para a formação da nação brasileira, em uma expressão precursora da proposição de Prado Jr. O historiador cearense questionava-se: “Chegar-se-ia a formar o conjunto, uma nacionalidade?”, respondendo em seguida que: “O sistema colonial era a divergência, o particularismo; o centro ficava além-mar” (ABREU, 2004[1930], p. 81). Por sua vez, Simonsen considerava necessário “determinar os fatores externos que influenciaram os nossos períodos embrionários, que tiveram ação e que continuaram a atuar na modelagem da nossa formação econômica”, na medida em que no caso brasileiro a “orientação de sua formação foi a europeia, por meio dos elementos que para aqui vieram dirigi-la” (SIMONSEN, 2005[1937], p. 39).

Na opinião de Simonsen, a situação brasileira seria ainda consequência das “políticas coloniais, cuja interferência sofremos no passado e que ainda hoje atuam de modo inequívoco em nossa evolução, devido, principalmente, à natureza tropical da maioria das nossas produções” (SIMONSEN, 2005[1937], p. 47). Simonsen caracteriza a economia brasileira no Período Colonial pela produção de “artigos tropicais e coloniais”, cujo eixo orientador deslocava-se “de acordo com as procuras dos mercados, as políticas comerciais e a evolução econômica dos grandes povos do continente europeu” (SIMONSEN, 2005[1937], p. 554). Dessa forma, em conformidade com as possibilidades produtivas da colônia, desenvolveram-se ciclos econômicos onde diferentes produtos tiveram maior êxito na exportação em determinados períodos, de acordo com as demandas do mercado europeu. Então se sucedeu a exportação de diferentes produtos, havendo, inicialmente, o predomínio do açúcar, seguido pela pecuária na ocupação do sertão e voltado para o interior da colônia, a mineração e o café. Portanto, seria a ausência de uma plena consciência a respeito das aspirações nacionais que teria suscitado a persistência de uma organização econômica pautada pelas atividades características do Período Colonial, denotando a ausência de um planejamento voltado para a delimitação de “rotas políticas” que favorecessem uma “mais rápida evolução econômica” (SIMONSEN, 2005[1937], p. 50). Daí a oposição de Simonsen ao liberalismo econômico, defendendo que a livre iniciativa deve ser conciliada com o protecionismo e o planejamento.

Isso demandaria uma elite intelectual apta a conduzir uma política econômica do país, pautada na consciência das aspirações nacionais. Essa postura corrobora a crença no universalismo das leis econômicas, tendo por finalidade a obtenção do progresso.

Evidentemente que o paralelo possibilitado pela maneira metatextual como Prado Jr. reporta-se às ideias apresentadas acima não se reduz a uma consideração reiteradora. Sua apropriação desse debate pela via do materialismo histórico desloca tanto o fundamento rankeano e antropogeográfico de Capistrano quanto também a perspectiva sombartiana de Simonsen. Como resultado, tem-se que, sobretudo no que concerne aos aspectos em que o marxista e o industrial paulistas compartilham quanto à análise histórica e às alternativas intervencionistas para superar a herança colonial, a homologia de pensamento é desfeita com vistas às discordâncias nos planos dos pressupostos teórico-metodológicos e dos objetivos políticos. Simonsen aponta a inserção do Brasil na economia mundial capitalista desde sua origem, salientando de maneira apologética a primazia paulista no desenvolvimento não apenas do país, mas também destacando seu impacto no processo de industrialização inglesa em virtude da descoberta das minas pelos bandeirantes. Como visto, Prado Jr. corrobora a ideia do caráter capitalista da formação da sociedade brasileira, mas aponta outros desdobramentos dessa premissa. Igualmente, em vez de acreditar que o planejamento econômico propiciaria uma forma adequada de inserção no capitalismo, Prado Jr. defendia que a intervenção estatal estaria orientada pela correção das distorções originadas pelo colonialismo como parte de um conjunto de reformas que levariam ao socialismo. Portanto, embora Capistrano e Simonsen partissem de perspectivas diversas daquela assumida por Prado Jr., é possível apreender que em suas interpretações do Brasil são fornecidos subsídios que contribuíram para que o marxista brasileiro pudesse apreender o “Sentido da Colonização” e o caráter heterogêneo do desenvolvimento do capitalismo no “centro” e na “periferia”.

5.2.2 Provincialização dos aspectos históricos do modelo democrático-burguês.

Esse debate sobre a relação de Prado Jr. com o pensamento social brasileiro, indicando sua importância para delimitação do sentido do desenvolvimento econômico como sendo orientado pela distribuição, remete também aos aspectos históricos e políticos da sua crítica à Teoria da Revolução Brasileira. Nesse sentido, para o prosseguimento da exposição, interessa compreender as tensões eurocêntricas da provincialização do modelo democrático-burguês, considerando-as com base na análise histórica de Prado Jr. Para tanto, serão levantados dois

aspectos. O primeiro consiste na caracterização do capitalismo no Brasil, contrastando com a tese feudal e indicando os motivos de sua impertinência para o caso brasileiro. O segundo refere-se à consideração de como nesse processo articula-se e omite-se a questão racial e a situação da mulher, evidenciando em que medida Prado Jr. possibilitou algum aprimoramento na consideração do assunto dentro da realidade brasileira, mas sem uma ruptura efetiva com o paradigma eurocêntrico.

No que tange ao primeiro aspecto a ser debatido na análise histórica de Prado Jr., deve-se retomar inicialmente o posicionamento assumido pelo intelectual marxista desde o início de sua trajetória como militante do PCB, quando designou o regime brasileiro como “arquiburguês” e estabeleceu o caráter “retórico” do conceito de feudalismo para compreender o Período Colonial. Desde essas proposições embrionárias, efetivamente tem-se, por parte de Prado Jr., um posicionamento autêntico e independente em relação às ideias correntes no PCB. No entanto, não seria possível imputar retroativamente uma coerência e sistematicidade que foi produto de um longo processo de amadurecimento intelectual. Destarte, é preciso atentar que em *Evolução Política do Brasil* haveria certas oscilações quanto à compreensão da “noção retórica de feudalismo”.

No seu ensaio de estreia, o modo persistente como se retoma o termo “feudal” reforça a ideia de isolacionismo da economia colonial em relação à economia mundial. Isso fica bastante evidente quando sua análise dirige-se às implicações do fim do tráfico de escravos. Dessa maneira, no desfecho de *Evolução Política do Brasil*, tem-se a consideração do mercado internacional como elemento condicionante da organização social e econômica do Império, diferindo da maneira como a relação entre economia interna e economia mundial foi considerada em relação ao Período Colonial. Como síntese da transformação material decorrente do fim do tráfico de escravos, Prado Jr. considera que:

Assinala-se portanto este período que se inaugura com a segunda metade do século passado [séc. XIX] pelos primeiros passos no sentido da ‘modernização’ do país. A velha estrutura colonial, varridos os obstáculos que se antepunham ao seu progresso, entra numa fase de completa remodelação. Seria na verdade um critério estreito atribuir esta transformação unicamente à abolição do tráfico de escravos. Ela estava naturalmente indicada pelas condições objetivas da economia universal, de que o Brasil entrava, com a Independência, a participar. Ensaiado o isolamento colonial, era inevitável, mais dia menos dia, que o país se pusesse de acordo com estas condições. Mas, é incontestável que este fato – a abolição do tráfico – constitui a “vassourada” preliminar indispensável de tal surto de progresso. Ele abriu o nosso primeiro período de franca prosperidade comercial, alargando-se com ele os acanhados horizontes do medievalismo brasileiro de então (PRADO JR., 1980[1933], p. 83).

Essa passagem contribui para evidenciar a maneira ambivalente como a questão do

feudalismo no Período Colonial é tratada por Prado Jr. em *Evolução Política do Brasil* e suas implicações para a noção de grande exploração rural. Nesse sentido, primeiramente deve-se atentar que o emprego “retórico” da noção de feudalismo não é em si incompatível com a noção de “Sentido da Colonização”. No entendimento de Prado Jr. (1980[1933]), nenhum dos elementos que remeteriam ao feudalismo estaria em contradição com a exportação de *commodities*. As relações entre Coroa e donatários, grandes e pequenos proprietários rurais, bem como os vínculos de dependência em torno da grande exploração rural estavam articulados e orientados pelo propósito de fornecer gêneros tropicais para o mercado europeu. Porém, o que mais torna ambígua sua formulação em *Evolução Política do Brasil* é sua indicação sobre o “ensaiado isolamento colonial”, responsável pelos “acanhados horizontes do medievalismo brasileiro”, cuja ruptura em favor da participação na “economia universal” deu-se somente a partir da Independência. Essa passagem abriga princípios que são contrários à noção de “Sentido da Colonização”, apesar do reconhecimento que a origem desse alegado “medievalismo” tenha ocorrido com as Grandes Navegações promovidas pela burguesia comercial portuguesa.

Afinal, como explicar esse “medievalismo”, se não existe paralelismo entre a economia brasileira e a Europa medieval? Esse impasse argumentativo ocorre devido à ênfase na desvinculação do Brasil-Colônia com o mercado europeu. Como consequência, a grande exploração rural ganha ares de feudo dentro desse contexto, o que difere bastante da caracterização apresentada posteriormente em *Formação do Brasil Contemporâneo*. Assim, a ausência de uma consideração mais detida sobre a questão da relação entre economia colonial e a economia mundial acentua a ambiguidade do “feudalismo como figura retórica”, pois ao imputar um isolacionismo ao regime colonial, reforça-se a tese feudal, mesmo tendo sido indicada sua inadequação. Em trabalhos subsequentes essa discussão ganhou contornos mais precisos, sobremaneira em função do desenvolvimento do conceito de “Sentido da Colonização” e da melhor caracterização das diferenças entre capitalismo mercantil e capitalismo industrial em *História econômica do Brasil*.

O primeiro esboço do conceito de “Sentido da Colonização” surgiu sem a devida elaboração metodológica, tal como ficou consagrada no primeiro capítulo de *Formação do Brasil Contemporâneo*. Ela veio a público no conjunto de artigos do jornal *A Platéia* (sic), posteriormente compilados sob o título de *O Programa da Aliança Nacional Libertadora*. Diferentemente do que ocorreu em *Evolução Política do Brasil*, naqueles artigos, Prado Jr. (1982[1935]) situa desde logo o desenvolvimento brasileiro no quadro da economia mundial. Para tanto, aponta para a indissociável articulação entre o Imperialismo e o sistema agrário

vigente na década de 1930. No seu entendimento, esse vínculo caracterizou os aspectos socioeconômicos do país naquele período de maneira fundamental. Essa combinação era o cerne da manutenção do acentuado caráter colonial da sociedade brasileira. Em vista disso, o combate àqueles dois eixos compunha o centro do programa da ANL. A continuidade do caráter colonial da economia brasileira em vista da articulação entre Imperialismo e grande exploração rural era determinada pela subsunção da economia brasileira às demandas do mercado internacional, desde os primórdios da formação do país:

A colonização do Brasil pelos portugueses teve um único objetivo: a produção de certos gêneros tropicais de grande procura na Europa. Os colonos lusitanos que nos procuraram tiveram esta finalidade primordial: a obtenção destes gêneros agrícolas. Não vieram a fim de se estabelecerem, construir no Brasil uma nova sociedade, numa palavra, povoar o país. [...] Os colonos portugueses, como empreiteiros da colonização, organizaram o país de acordo com o fim que tinham em vista: apropriarem-se das terras e importaram da África a mão-de-obra (sic) necessária para explorá-la (PRADO JR., 1982[1935], p. 125).

Em virtude de o empreendimento colonial estar assentado nesse fundamento, engendrou-se uma organização social e econômica peculiar no Brasil caracterizado pela “grande exploração agrária”. No seu entendimento, essa forma de organização não se assemelharia ao feudalismo, podendo apenas ter como paralelos com o *plantation system* descrito por Marx em *O Capital*, conforme se refere o intelectual paulista em diversos escritos por meio de relações intertextuais (PRADO JR., 2000[1942]; 2007[1947]; 1978[1966]). Suas características centrais seriam: o latifúndio, a monocultura e a utilização de trabalhadores não proprietários, que durante o Período Colonial eram escravos, os quais posteriormente substituídos por mão de obra livre, mas situados em relações de trabalho análogas à escravidão. Em síntese, Prado Jr. concebia da seguinte maneira a organização dessas unidades produtoras:

[A]ssim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial [são]: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que se assenta toda a estrutura do país, econômica e social (PRADO JR., 2000[1942], p. 121).

Portanto, aquela finalidade básica da colonização impulsionou uma forma de organização própria para a produção de gêneros tropicais para o mercado europeu, que repercutiu nas diversas instâncias da sociedade colonial e perdurou ao longo do tempo. Também se mostrou persistente o padrão de desenvolvimento econômico a partir da sucessão de ciclos econômicos. Prado Jr. sustenta que ciclos temporários e localizados de progresso

impulsionariam a economia brasileira por meio da exportação de *commodities* (açúcar, metais preciosos, borracha, algodão, café etc.). Enquanto uma determinada região teria um aparente progresso em decorrência de um ciclo ascendente de exportações, predominaria uma situação de miséria nas demais regiões onde houve o declínio de um ciclo ou que sequer estiveram inseridas diretamente em um.

Prado Jr. (1982[1935]) argumenta que, na década de 1930, o Brasil permanecia um país essencialmente rural, tendo nas indústrias mera atividade subsidiária do setor agroexportador. O cerne desse diagnóstico foi mantido ainda em *A Revolução Brasileira*, mais de trinta anos depois. Contudo, na década de 1960, Prado Jr. (1978[1966]) reconhecia o desenvolvimento industrial limitado impulsionado pela aplicação do capital estrangeiro no país. Não obstante, em sua opinião, mesmo o surgimento da atividade industrial e de uma classe burguesa dotada de poder econômico e político, embora associada ao Imperialismo, não contrariaria a tendência geral definida originalmente com base no “Sentido da Colonização”. Isso ocorreria, pois a manutenção do estatuto similar ao colonial também seria vantajosa para a exploração econômica capitalista no contexto brasileiro. Ou seja, não haveria um antagonismo incontornável entre a burguesia e grandes proprietários rurais, conforme acreditavam os defensores do modelo democrático-burguês. O desenvolvimento econômico brasileiro indicaria que, apesar de não estarem inteiramente alinhados em virtude das diferenças de interesses quanto à dinâmica da balança comercial, os grandes proprietários rurais, principais exportadores do país, e a burguesia industrial, que produz para o mercado interno, procuravam ajustar seus interesses em consonância também com o capital financeiro internacional.

Por conta dessa caracterização do desenvolvimento histórico brasileiro, Prado Jr. rechaça a ideia de que teria havido feudalismo no país: “Ora tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado” (PRADO JR., 1978[1966], p. 39). No seu entendimento, os defensores da tese feudal promoviam verdadeiras distorções do conceito de feudalismo, ao ponto de torná-lo “sinônimo ou equivalente de qualquer forma particular extorsiva de exploração do trabalho” (PRADO JR., 1978[1966], p. 42). Para Prado Jr., a situação de extrema exploração vivenciada nas relações de trabalho nas áreas rurais decorreria não de um suposto feudalismo, mas de uma anacrônica persistência de traços semelhantes à escravidão, o que são coisas bem distintas. Não apenas as relações de trabalhos distinguiriam o caso brasileiro da configuração caracteristicamente feudal. A forma de propriedade da terra também seria distinta:

Não houve aí, como nas origens do agrarismo feudal, a constituição do latifúndio na base e em superposição a uma economia camponesa preexistente e que se perpetuou em seguida como objeto da exploração pelos latifundiários feudais. [...] Não é nessa economia camponesa que a grande exploração brasileira – o nosso latifúndio que é a fazenda, o engenho, a usina, a instância... – não é aí que a grande exploração tem seus fundamentos; e antes pelo contrário, o que corresponde no Brasil a uma economia camponesa constitui historicamente, no geral, a negação da grande exploração, pois resultou em regra da decomposição e destruição da grande exploração pelo parcelamento de base fundiária em que ela assentava, seja pela divisão da propriedade, seja pelo fracionamento da exploração em parcelas arrendadas (PRADO JR., 1978[1966], p. 45-46).

Além de a forma de propriedade da terra não possuir qualquer traço feudal, para Prado Jr., a grande exploração agrária seria um empreendimento de caráter capitalista. Em virtude disso, os latifundiários brasileiros, longe de poderem ser identificados com “senhores feudais”, seriam “empreendedores” desde o Período Colonial: “o tipo de colono europeu que procura os trópicos e nele permanece [...] [é] o explorador, o empresário de um grande negócio” (PRADO JR., 2000[1942], p. 118). Com base nessa constatação, anos depois Prado Jr. chegou à seguinte conclusão:

Não há nada que se assemelhe no Brasil ao *status* especial dos proprietários ou senhores de terra da Europa pré-capitalista ou da Ásia. A posição dos fazendeiros e outros proprietários rurais brasileiros, é essencialmente, sob aquele aspecto econômico e social, a mesma dos proprietários capitalistas com atividades e negócios nas cidades [...] É aliás comum e perfeitamente natural, em particular nos níveis mais elevados, a participação dos mesmos indivíduos em atividades simultaneamente industriais ou comerciais, e na agropecuária. E isso se torna mesmo a regra, podemos quase dizer, em altos círculos financeiros (PRADO JR., 1978[1966], p. 71).

Com efeito, Prado Jr. recusa por completo uma premissa fundamental da transposição do modelo democrático-burguês ao considerar impertinente a tese feudal para o caso brasileiro. Não se trata de uma sociedade feudal, tampouco de uma sociedade capitalista nos termos dos países “centrais”, pois o sentido do seu desenvolvimento foi orientado pela *distribuição* – o que implicou na consolidação de dependência externa, ausência de um mercado interno estruturado, deficiência na integração nacional, persistência de caracteres coloniais na organização social, nas relações de trabalho e na estrutura fundiária. Como resultado, a partir da análise da especificidade histórica brasileira, Prado Jr. descentrou o caráter de universalidade atribuído à tese feudal. Em suma, esse é talvez o aspecto mais forte do movimento de Prado Jr. no sentido da provincialização do modelo democrático-burguês.

A força da crítica ao eurocentrismo da tese feudal não é constatada com a mesma intensidade em outros aspectos da interpretação do Brasil de Prado Jr. A esse respeito, deve-se ressaltar a maneira como a questão racial aparece na sua análise histórica em vista de sua

relação com a provincialização do modelo democrático-burguês. Para tanto, parte-se das considerações de Ilan Kapoor (2002) e Ramón Grosfoguel (2013) a respeito das limitações da teoria da dependência perante a questão do eurocentrismo. Para ambos, embora haja um caráter não eurocêntrico em suas formulações a respeito da dinâmica socioeconômica, as teorias da dependência deixariam a desejar por apresentarem uma concepção estanque da relação entre base e superestrutura. Resultaria daí uma inadequada abordagem da cultura, bem como a falta de atenção às questões acerca da articulação entre classe, gênero e “raça”. Sustenta-se que haveria uma situação análoga no pensamento de Prado Jr.

A ambivalência da questão racial na obra de Prado Jr. decorre da conjugação de duas abordagens. A primeira corresponde à crítica ao escravismo mediante o apontamento de suas consequências sociais e econômicas para a população negra, em especial, e para o país como um todo. Nesse caso, haveria um descentramento do avatar do eurocentrismo que Wallerstein (2002) relacionou à narrativa historiográfica dos feitos europeus na constituição do sistema-mundo moderno como intrinsecamente positivos. Isso ocorreria pelo evidenciamento dos prejuízos acarretados pelo escravismo, o que contribui para contestar uma versão apologética dos feitos europeus na historiografia sobre a formação do mundo moderno. A segunda abordagem refere-se à hierarquia cultural entre europeu e não europeu, subjacente à maneira como Prado Jr. apreende os conhecimentos tradicionais e os hábitos da população negra e indígena. Reiterando tacitamente uma concepção que associa evolucionismo cultural e materialismo histórico, esse argumento atravessa a linha do pensamento abissal em direção à colonialidade do saber. Seguem algumas considerações a respeito dessas duas abordagens em *Formação do Brasil Contemporâneo*.

No que concerne à abordagem crítica à escravidão, tem-se por parte de Prado Jr. (2000[1942]) uma contestação da premissa eurocêntrica que fomenta a apologia historiográfica das realizações europeias na constituição do mundo moderno. Ao compreender a escravidão como um elemento central na organização da vida social do Brasil-Colônia, Prado Jr. ressalta algumas de suas consequências prejudiciais: 1) A interseção entre “raça” e classe: “O paralelismo das escalas cromáticas e sociais [que] faz do branco e da pureza de raça um ideal que exerce importante função da evolução étnica brasileira” (PRADO JR., 2000[1942], p. 105); 2) O preconceito racial: “O fato inquestionável [...] que a diferença de raça, sobretudo quando se manifesta em caracteres somáticos bem salientes como a cor, vem, se não provocar, [...] pelo menos agravar uma discriminação já realizada no terreno social” (PRADO JR., 2000[1942], p. 282); 3) A desvalorização das atividades laborais, principalmente aquelas desempenhadas por escravos: “[A] utilização universal do escravo nos

vários misteres da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho que se torna ocupação pejorativa e desabonada” (PRADO JR., 2000[1942], p. 286).

Para Prado Jr., todas essas consequências do escravismo no Brasil resultariam diretamente do “Sentido da Colonização”, na medida em que decorrem da maneira como essa forma de organização do trabalho constituía um dos fundamentos da grande exploração rural. Essa constatação possibilita indicar que a modernidade não constitui um feito exclusivamente europeu, na medida em que a produção de artigos na colônia consumidos na Europa era essencialmente produto do trabalho de negros escravizados. Com isso, evidencia-se como a ação europeia na constituição do mundo moderno não estava intrinsecamente permeada de aspectos positivos. Em vez disso, a perspectiva da relação entre colonialismo e mercantilismo a partir do Sul global permitiu a Prado Jr. observar como o escravismo contribuiu para o desenvolvimento de um processo de acumulação de riqueza para os europeus de caráter predatório, cujas consequências para as populações negras e indígenas foram devastadoras.

Como parte do “Sentido da Colonização” que persistiu ao longo do tempo na realidade brasileira, a escravidão marcou profundamente a trajetória da população negra no país. Para Florestan Fernandes (2007[1972]), Caio Prado Jr. notou que a escravidão não havia preparado a população negra para o regime de trabalho assalariado, fazendo com que ex-escravos não estivessem em condições para competir pela ocupação de postos de trabalho com imigrantes europeus livres. Assim, com base em Prado Jr., Florestan Fernandes conclui que: “Por trás da estrutura social da ordem social escravocrata e senhorial, o ‘escravo’ e o ‘negro’ eram dois elementos paralelos. Eliminando o ‘escravo’ pela mudança social, o ‘negro’ se converteu num resíduo racial” (FERNANDES, 2007[1972], p. 87). Desse modo, Florestan indica que a abolição da escravatura e a emergência da ordem social competitiva no Brasil pouco teriam alterado a concentração racial da riqueza, do prestígio e do poder, coadunando o argumento de Prado Jr. a respeito do prolongamento na sociedade brasileira de traços característicos do escravismo como um dos elementos constituintes da persistência do “Sentido da Colonização”.

Entretanto, contrastando com essas formulações, Prado Jr. desenvolveu uma abordagem da cultura que contribui para cancelar as desigualdades raciais. Ao mesmo tempo em que remetia ao escravismo como explicação para a redução da população negra à condição de fornecedora de força motriz e de objeto de satisfação sexual dos senhores proprietários de terra, em *Formação do Brasil Contemporâneo* considera-se que sua contribuição para a sociedade colonial deu-se de forma meramente “passiva” em virtude também do seu baixo nível cultural e de suas expressões religiosas rudimentares. Em suma, subjacente à

problematização da organização social do Brasil-Colônia, Prado Jr. reitera uma hierarquia cultural eurocêntrica que imputa aos não europeus a condição “fermento corruptor” da cultura da população branca. Se, no que concerne às dimensões econômicas e políticas, Prado Jr. apresenta importantes contribuições para descentrar o eurocentrismo, no plano da cultura, suas elaborações apresentam equívocos na medida em que há uma parcial aceitação do mito das três raças fundamentada em uma adesão tácita e não teorizada ao evolucionismo.

A esse respeito, destacam-se a presença de dois avatares: as ideias de civilização e orientalismo (WALLERSTEIN, 2002). Para abrir a discussão, um primeiro ponto a ser considerado diz respeito ao emprego da categoria raça para se referir a brancos, índios e negros. Apesar de seu esforço em recorrer a uma fundamentação que poderia ser qualificada de sociológica, permeia sua exposição o emprego de terminologias oriundas da Biologia para se referir às características de brancos, índios e negros. Em alguns momentos, Prado Jr. problematiza a natureza das contribuições culturais de brancos, índios e negros para a formação do país com base em variáveis históricas, sociológicas e econômicas. Noutros, utiliza um jargão biológico para caracterizá-los, reportando-se a características fisiológicas tais como o vigor físico, o impulso sexual e o sangue, analogamente às abordagens amparadas nas concepções científicas vigentes no país no início do século XX.

Destacam-se a seguir duas passagens de seu texto que chamam a atenção sobre o modo como se correlacionam a utilização do conceito de raça e o emprego de termos que remetem a explicações científicas. Na primeira, Prado Jr. aponta a miscigenação como um dos fatores que concorreram para o declínio da população indígena no Período Colonial: “[A]lém dos cruzamentos que vão diluindo o sangue, o índio aos poucos é eliminado por outras causas” (PRADO JR., 2000[1942], p. 100). É importante atentar para a utilização do verbo “diluir” para se referir às consequências a que o “sangue indígena” estaria sujeito devido à miscigenação. A semântica do termo empregado remete à ideia do “paralelogramo de forças” utilizada por Martius (1982[1945]) para se referir à miscigenação como tema central para a escrita da história brasileira. Conforme essa concepção, brancos, índios e negros constituiriam três raças cuja intensidade de suas respectivas forças seria comparável a um grande rio caudaloso (brancos), composto por dois afluentes mais fracos (índios e negros) que se diluem no leito principal (MARTIUS, 1982[1945]). A mestiçagem compreendida a partir dessa metáfora do rio comporta também a suposta “missão” de cada uma das três raças na formação do Brasil. Enquanto para os brancos a miscigenação estaria incutida de um caráter de missão civilizatória, para os indígenas ela remeteria à necessidade de galgar o caminho para a civilização, possibilitando que fosse restituída sua dignidade original, ao passo que, por

parte dos negros, haveria a demanda por sua retratação por constituir um obstáculo ao progresso da nação (MARTIUS, 1982[1945]). Foi bastante duradoura a influência da tese de Martius, produzida originalmente para um concurso promovido pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1844, cujo tema era a respeito de como a história brasileira deveria ser elaborada (SCHWARCZ, 2012[1993]).

Portanto, ao indicar que a miscigenação seria capaz de “diluir o sangue” indígena, Prado Jr. possui como pressuposto não explicitado devidamente a ideia de uma suposta superioridade do “sangue” do branco europeu, capaz de “dissolver” os índios na população, assimilando-os pela miscigenação e contribuindo para sua “eliminação”. Trata-se do mesmo princípio assimilacionista mobilizado pelos adeptos do “branqueamento”. Tal proposição guarda uma afinidade patente com o argumento de Martius acerca da assimilação dos índios pelo caudaloso “rio branco”. Nesse sentido, os elementos de cunho sociológico apresentados para a crítica das consequências da escravidão, como o preconceito racial e as desigualdades sociais, divide espaço com o emprego de um termo que correntemente remetia à fundamentação da diferença entre europeus e não europeus.

O segundo trecho remete ao papel desempenhado pelos negros e índios escravizados na formação da sociedade brasileira, cuja contribuição Prado Jr. alega que:

[A]lém daquela energia motriz é nula. Não que [o escravo] deixasse de concorrer, e muito, para a nossa “cultura”, no sentido amplo em que a antropologia emprega a expressão; mas antes é uma contribuição passiva, resultante do simples fato da presença dele e da considerável difusão do seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora (PRADO JR., 2000[1942], p. 280).

Note-se que aqui há uma combinação de diferentes camadas teóricas para a fundamentação de sua ideia, processo passível de ser compreendido com base em Genette (2010) como uma relação de intertextualidade, devido ao caráter alusivo da expressão das ideias de outros intelectuais. Inicialmente, Prado Jr. estabelece os aspectos de concordância com seus interlocutores, cujas presenças não são devidamente explicitadas. Em seguida, persegue um caminho argumentativo próprio, ainda que reiterando parcialmente alguns dos pontos de vistas anteriormente abrangidos.

Uma primeira camada teórica pode ser apreendida na indicação que a contribuição dos negros e índios escravizados consiste basicamente no oferecimento de “energia motriz”. Haveria aí uma confluência entre a crítica de cunho marxista da exploração do trabalhador escravizado e dos argumentos de intelectuais abolicionistas, como Perdigão Malheiro, citado textualmente para sustentar que em função da “escravidão [...] o homem [acaba] reduzido à mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional” (PRADO JR., 2000[1942],

p. 280). Uma segunda camada teórica identificável remete ao culturalismo de Gilberto Freyre no âmbito da questão racial. Apesar de também consistir em uma presença alusiva na citação acima transcrita, Prado Jr. faz uma referência textual a Freyre ao indicar a contribuição dos negros escravizados à formação da sociedade brasileira em outro momento de seu livro: “Em alguns outros setores, a escravidão foi mais fecunda. Destaquemos a ‘figura boa da ama negra’ – a expressão é de Gilberto Freyre –, que cerca o berço da criança brasileira de uma atmosfera de bondade e ternura” (PRADO JR., 2000[1942], p. 355). Nesse sentido, embora se posicione contrariamente à ideia da miscigenação harmoniosa, tal como Sodré também o fez, Prado Jr. corrobora em parte o argumento de Freyre ao considerar que os contatos entre brancos, indígenas e negros no país foram mais próximos que aqueles travados na América do Norte. Entretanto, essa maior proximidade não é entendida em termos de confraternização entre as raças, pois dela resultaria uma forma particular de discriminação caracterizada pela própria negação da existência de preconceitos raciais.

Além disso, há uma ambiguidade fundamental no argumento de Prado Jr., onde simultaneamente a condição atribuída aos negros e indígenas decorreria da maneira como teriam sido integrados na sociedade colonial, mas também estaria relacionado ao seu estatuto “bárbaro”, sem o devido “preparo” para a vivência em uma nova organização social. Dessa maneira, em contraste com a escravidão da Antiguidade, Prado Jr. faz as seguintes ponderações sobre o escravismo da moderna colonização:

Na América, pelo contrário, a que assistimos? Ao recrutamento de povos bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu habitat e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha. E aí o que esperava? A escravidão no seu pior caráter, o homem reduzido à mais simples expressão, pouco senão nada mais que irracional [...] Nada mais se queria dele, e nada mais se pediu e obteve que sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num e noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral (PRADO JR., 2000[1942], p. 280).

Como consequência do encontro colonial entre os europeus e esses povos “bárbaros” e “semibárbaros” recrutados como “força motriz” – tendo no caso das mulheres o agravante da exploração sexual –, estabeleceram-se relações dentro de uma organização do trabalho que retirava a dignidade humana das pessoas escravizadas. Essa situação teria implicações fundamentais para a contribuição cultural desses povos para a formação da sociedade brasileira. Assim, Prado Jr. argumenta que:

O cabedal de cultura que traz consigo da selva americana ou africana, e que não quero subestimar, é abafado, e se não aniquilado, deturpa-se pelo estatuto social, material e moral a que se vê reduzido seu portador. E aponta por isso apenas muito

timidamente, aqui e acolá. Age mais como fermento corruptor da outra cultura, a do senhor branco que se lhe sobrepõe (PRADO JR., 2000[1942], p. 280-281).

O exemplo patente oferecido por Prado Jr. a respeito dessa suposta “corrupção” da cultura europeia poderia ser observada no âmbito da religião. Destacadamente, mediante a incorporação do catolicismo pela população negra, que no seu entender constituía na única e precária forma de “preparar” essas pessoas para o convívio em uma sociedade sob o domínio europeu. O resultado dessa tentativa de converter as pessoas negras escravizadas ao catolicismo seria a formação de um “amálgama pitoresco” de “crenças e superstições” que seria “profundamente corrompido, incoerente e [de] ínfimo valor cultural” (PRADO JR., 2000[1942], p. 284).

Em resumo, tem-se uma visão crítica ao escravismo, mas que reitera as hierarquias eurocêntricas do saber de maneira patente. Ao mesmo tempo em que denuncia as consequências socioeconômicas do escravismo, simultaneamente atribui uma condição de inferioridade cultural que se conjuga com a desumanização intrínseca ao regime de trabalho na grande exploração rural. No caso da condição da mulher, é mencionada a exploração sexual a que as escravas estavam submetidas, mas também se ressalta uma suposta passividade como fator que também concorreria para que os intercursos sexuais com os senhores brancos ocorressem. Ao essencializar a índole das mulheres negras e indígenas como “passiva”, Prado Jr. imputa também a elas a motivação dos molestamentos que sofriam. Com isso, no cerne de sua crítica ao inter cruzamento entre colonialismo e mercantilismo, Prado Jr. reitera a colonialidade em torno da articulação entre classe, raça e gênero. Essa reiteração constitui uma limitação do pensamento caiopradiano que está em acordo com as formas hegemonicamente dominantes de pensamento de seu tempo.

Essas questões levantadas a propósito da discussão de Prado Jr. sobre o Período Colonial não ecoaram de maneira significativa na sua discussão a respeito da transposição do modelo democrático-burguês em *A Revolução Brasileira*. Há apenas considerações de caráter incidental sem maiores desdobramentos para seu argumento principal. Em uma primeira passagem, apenas menciona rapidamente que indígenas e negros na condição de escravos tiveram “seu esforço físico e trabalho [orientados] para os objetivos da empresa mercantil aqui estabelecida”, sendo posteriormente integrados na nova ordem social como “massa trabalhadora [que] nada mais representa que simples força de trabalho a serviço do mesmo negócio” (PRADO JR., 1978[1966], p. 82). Em um segundo momento remete de maneira mais detida à questão étnica. Trata-se de uma passagem onde se faz um paralelo entre o campesinato indígena no Peru e no México, em contraste com a forma de organização do

trabalho a que a população negra e indígena esteve submetida no Brasil, que não poderia ser qualificada como camponesa:

Coisa bem diferente se passou no Brasil onde a população trabalhadora se constituiu de africanos e seus descendentes mais ou menos mesclados através das gerações. A influência indígena nisso que nos interessa aqui, não contou por nada, pois se tratava de povos que ainda se encontravam, por ocasião da descoberta, em níveis culturais muito baixos que não iam além da caça, pesca e colheita natural. E os africanos, de seu lado, se destacaram inteiramente de suas origens e, salvo no que concerne a traços culturais de ordem secundária, que em todo caso não dizem respeito a relações e situações sócio-econômicas (sic), se deixaram inteiramente absorver pela nova ordem social e estrutura econômica de que passaram a participar, e que lhe condicionariam inteiramente a cultura e a personalidade (PRADO JR., 1978[1966], p. 140).

Portanto, Prado Jr. reconhece a primazia da população negra na formação da classe trabalhadora no país, assim como indica a continuidade do acento escravocrata das relações de trabalho, mas não problematiza a especificidade da questão racial no âmbito das relações de classe. Essa postura relaciona-se com o mencionado privilégio epistemológico atribuído à classe trabalhadora concebida abstratamente em detrimento de outros sujeitos do conhecimento. Com isso, a caracterização étnica da classe trabalhadora não implica nem em desdobramentos políticos ou analíticos, já que no seu entendimento as especificidades da população negra remeteriam a caracteres culturais secundários que não teriam implicação nas relações socioeconômicas.

Nisso cabe traçar um paralelo com Mariátegui, pois a importância que atribuíra à cultura incaica para o conteúdo assumido pela luta de classes no Peru estaria relacionada a uma organização comunista previamente existente e que se articulou com o regime instaurado pela colonização dos europeus. Isso faria com que o ponto de vista indígena fosse privilegiado na luta pelo socialismo, na opinião de Mariátegui. Voltando para Prado Jr., tem-se que, embora a população negra constitua o cerne da classe trabalhadora no Brasil, diferentemente do que ocorreria com os indígenas peruanos, não haveria uma matriz cultural comum a partir da qual fosse possível construir a luta de classes. Ao contrário, como se depreende de suas ideias em *Formação do Brasil Contemporâneo*, a cultura afrocentrada é concebida pejorativamente. A maneira como Prado Jr. concebe a inserção da população negra no Brasil também possui fortes paralelos com a maneira como Mariátegui tratou o assunto: uma cultura inferior à europeia que concorria para corrompê-la, mas que na medida em que fosse assimilada no contexto de formação da classe trabalhadora, superaria suas limitações e contribuiria para a luta de classes. A combinação entre evolucionismo e materialismo é a diretriz dessas formulações.

Nesse sentido, a maneira como a questão racial é tratada em *A Revolução Brasileira* incorre na desconsideração de sua importância para a luta de classes, o que também está presente na transposição do modelo democrático-burguês. Nesse quesito, sua postura aproxima-se parcialmente daquela assumida por Nelson Werneck Sodré em detrimento do posicionamento assumido por Octávio Brandão. Na visão de Brandão, a respeito das relações raciais, há argumentos sobre a degeneração dos mestiços e do branqueamento da população. Já Prado Jr. e Sodré contribuíram para a ruptura com o paradigma das teorias raciais e da mestiçagem harmoniosa. Ambos procuraram caracterizar de maneira descritiva a relação entre classe e raça, porém sem buscar compreender como a luta de classes estrutura-se a partir dessa articulação.

No entanto, também há diferenças entre eles. Ao passo que Prado Jr. faz considerações desabonadoras com base na hierarquia cultural entre europeus e não europeus, Sodré atribui a inferiorização de negros e indígenas   “ideologia do colonialismo”, utilizada pelos europeus como justificativa para o escravismo e a espoliação colonial. No seu entendimento, esses mecanismos de discriminação racial seriam paulatinamente contestados na medida em que o processo de Revolução Brasileira fosse consolidado. Portanto, diferentemente do que ocorre com suas considerações teórico-metodológicas e com sua análise histórica do feudalismo, na análise histórica da questão racial, Prado Jr. não avança na provincialização do modelo democrático-burguês, na medida em que sua crítica nessa seara está imbuída pelo paradigma eurocêntrico no que concerne à consideração da cultura. Isso o impede de considerar articuladamente as dimensões de classe, raça e gênero na análise histórica.

5.2.3 Provincialização dos aspectos políticos do modelo democrático-burguês.

Por último, resta considerar a dimensão política do processo de provincialização do modelo democrático-burguês. Com base no exposto até o momento, há dois elementos principais a serem considerados. O primeiro diz respeito às alianças estratégicas para a construção da Revolução Brasileira, destacadamente no que se refere à refutação do argumento em torno da ideia de uma “burguesia nacional progressista”. A segunda é a impossibilidade de uma revolução democrático-burguesa em si.

Conforme discutido no capítulo anterior, na adequação do modelo democrático-burguês ao Brasil é pressuposta a existência de uma burguesia nacional cujos interesses estariam em contradição com aqueles representados pela aliança entre latifundiários agroexportadores e Imperialismo. Essa contradição em meados do século XX seria mais

intensa para determinado setor da burguesia nacional do que a contradição existente com o proletariado. Diante dessa constatação, seria possível para a classe trabalhadora formar uma frente ampla a fim de propiciar uma revolução democrático-burguesa, em conformidade com o esquema leniniano.

Prado Jr. (1978[1966]) apresenta restrições contra essa forma de compreender a conjuntura política e, por conseguinte, a estratégia dela decorrente. No seu entendimento, não haveria por parte da burguesia no Brasil uma completa contradição com o Imperialismo. Isso constitui aspecto fundamental de sua discordância com os defensores do modelo democrático-burguês. Na sua visão, a burguesia no Brasil não considera que a presença do capital financeiro internacional constitua um fator de espoliação econômica. Sua presença é encarada com naturalidade como parte do arranjo econômico em que o país está inserido, inclusive obtendo daí proveitos próprios. Para Prado Jr., de uma maneira geral, a intensificação da presença imperialista no Brasil coincidiu com o aumento do progresso da burguesia. Ou seja, em vez de uma contradição inconciliável, haveria uma tendência ampla para a convergência de interesses e obtenção de benefícios mútuos. Prado Jr. ressalta que, de maneira ocasional, alguns indivíduos da burguesia no Brasil poderiam vir a ter conflitos com o Imperialismo. Contudo, ressalta que:

[É] preciso distinguir casos particulares e específicos deste ou daquele homem de negócios, de situações gerais capazes de gerarem uma oposição política de classe entre burguesia brasileira, ou setores apreciáveis dela e imperialismo. É isso que não ocorre e não há probabilidades de ocorrer na atual conjuntura da economia brasileira, bem como no previsível futuro imediato (PRADO JR., 1978[1966], p. 120).

O entendimento que os interesses da burguesia estariam inteiramente ajustados ao sistema imperialista converge com a constatação que muitas vezes a burguesia comercial e industrial no país deriva dos grandes latifundiários agroexportadores. Trata-se, em grande medida, da mesma elite que atua em diferentes frentes. Com isso, Prado Jr. recusa de maneira veemente o argumento que funda a justificativa da formação da frente ampla como estratégia para alcançar a revolução democrático-burguesa:

A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente antiimperialista (sic) e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um destes mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico “capitalismo progressista”, o apoio das forças populares e de esquerda. O antiimperialismo (sic) tem no Brasil outro conteúdo e outras bases que interesses específicos da burguesia ou de qualquer de seus setores (PRADO JR., 1978[1966], p. 121).

Alternativamente, Prado Jr. sustenta que a aliança a ser estabelecida para promover o avanço da Revolução Brasileira deveria contemplar os trabalhadores urbanos e rurais sob a hegemonia do proletariado. O embasamento dessa posição deve-se ao entendimento de que a contradição central na sociedade brasileira não seria aquela apontada a partir do modelo democrático-burguês entre burguesia nacional e a aliança formada pelos latifundiários e os imperialistas. Na verdade, a contradição estaria situada entre a persistência do caráter colonial da economia e da organização da sociedade, por um lado, e as dificuldades em se consolidar uma economia efetivamente nacional, por outro. A plena integração e formação de uma sociedade nacional não constituiria efetivamente parte do horizonte de interesses seja da burguesia, dos latifundiários, tampouco dos imperialistas, pois a dependência externa e o caráter colonial da sociedade brasileira favorecem seus intentos.

Assim, em vez de uma revolução democrático-burguesa, Prado Jr. defende que seja realizado um conjunto de reformas que possibilitem minar as bases dessa dependência externa, fomentando a autonomia nacional ao combater a grande exploração rural, as relações de trabalhos semelhantes ao escravismo e regulando a economia externa. Destarte, Prado Jr. considera que, em si, a ideia de uma revolução burguesa seria incompatível com a realidade, em virtude do caráter capitalista da sociedade brasileira. Nesse sentido, a configuração dos entraves a serem combatidos decorreria do caráter particular assumido pelo capitalismo no Brasil.

Como visto, o cerne dos problemas nacionais giram em torno da grande exploração rural e da dependência externa suscitada pelo Imperialismo. Com isso, a questão agrária tem grande relevo na alternativa que Prado Jr. propõe ao Programa do PCB. Embora haja uma concentração fundiária intensa, sua proposta não passa por uma discussão imediata a respeito da reforma agrária. Prado Jr. considera que o caráter heterogêneo da distribuição da terra – abrangendo desde a grande exploração rural como manifestação hegemônica até pequenas propriedades camponesas de colonos descendentes de europeus no sul do país, foreiros, posseiros etc. –, não forneceria uma base comum para organizar um movimento de massas dos trabalhadores rurais em torno da reforma agrária. No máximo, seriam suscitadas apenas iniciativas localizadas como teria sido o caso das Ligas Camponesas no Nordeste.

Dessa maneira, em vez de imediatamente propor uma reforma agrária, Prado Jr. considerava mais urgente e realista combater o caráter eminentemente escravista que as relações de trabalho no campo ainda preservavam. O prevalecimento de um regime de trabalho intensivo pautado por uma remuneração abaixo daquela necessária para a adequada reprodução das condições materiais de vida dos trabalhadores oferecia o fundamento

necessário para garantir a rentabilidade da grande exploração rural. Sem esse arranjo, Prado Jr. argumenta que a viabilidade da forma hegemônica de propriedade da terra e exploração do trabalho seria comprometida. Portanto, o que se deveria pautar de imediato seria a questão das condições de trabalho e de disponibilidade de emprego para a população rural, na medida em que por essa via seria comprometida a base de sustentação da grande exploração rural, o que acarretaria em um gradual processo de desmembramento do latifúndio:

A acentuação e o desenvolvimento da luta reivindicatória por melhores condições de trabalho e emprego tenderá assim a eliminar as empresas que não tiverem condições para se adaptar, pelo aumento de produtividade, à nova situação criada pelas exigências dos trabalhadores. A solução será então o desmembramento da propriedade (PRADO JR., 1978[1966], p. 148-149).

A via para propiciar essa situação seria a regulamentação da legislação trabalhista no campo. Ou seja, para Prado Jr., a resolução que levaria a termo os problemas herdados da colonização seria efetivada por meio de reformas graduais de base democrática. Tais reformas visavam à melhoria da qualidade de vida da população ao se contrapor ao regime de exclusão severa decorrente da persistência do “Sentido da Colonização”. Prado Jr. contrapõe essa forma de proceder àquela que se pauta por noções apriorísticas. Desse modo, ele argumenta que em seu entendimento da Revolução Brasileira o “programa se desdobra naturalmente em duas tarefas essenciais”, que se caracterizariam por “assegurar a efetiva aplicação e promover a ampliação e extensão da legislação rural trabalhista destinada a conceder ao trabalhador empregado um estatuto material e social adequado”, bem como por “ampliar os horizontes de trabalho e emprego oferecidos pelas atividades econômicas do país” (PRADO JR., 1978[1966], p. 153).

Por fim, conjugada à questão agrária, a alternativa política oferecida por Prado Jr. à tese da revolução democrático-burguesa refere-se também ao combate ao Imperialismo. Para tanto, como já mencionado anteriormente a propósito de sua discordância com as ideias de Prebisch, Prado Jr. propõe um controle estatal planejado da dinâmica da economia externa do país. O conjunto de medidas, nesse sentido, passa pelo estabelecimento de uma tributação das importações como medida protecionista visando à intensificação do desenvolvimento industrial. Além disso, Prado Jr. também defende o controle de remessa de divisas para o exterior para o pagamento de juros ao capital financeiro internacional. Por fim, dentre suas medidas anti-imperialistas, consta o controle monopolista estatal do comércio exterior. Essa medida tencionaria ao mesmo tempo manter a principal fonte de recursos obtidos do exterior, mas ordenando-o de modo a evitar sua vulnerabilidade às variações dos ciclos econômicos que se constatou ao longo da história do país. Dessa maneira, no seu entender:

Verifica-se assim que a realização do programa de reformas que a revolução prevê, atinge desde logo precisamente os principais pontos de articulação da economia brasileira com o sistema imperialista, e que são as contas externas e o comércio exterior. E daí partem a política e a luta antiimperialista (sic). Não há nisso simples coincidência, e sim resultante da própria natureza e estrutura da economia brasileira e da sua dialética revolucionária que se dirige no sentido da transformação dela de *colonial* em *nacional*. É incluída num sistema mercantil internacional, e como parte integrante e apêndice dele, segundo vimos, que se formou e desenvolveu a economia brasileira. Sistema esse que evoluiu para o imperialismo de nossos dias. [...] Assim sendo, a própria evolução e transformação da economia brasileira (e com ela a organização social também) vão, por força da dialética interna de suas instituições, atingir direta e imediatamente a posição que o Brasil ocupa dentro do sistema imperialista (PRADO JR., 1978[1966], p. 193).

Em síntese, a alternativa política de Prado Jr. para a transposição do modelo democrático-burguês assenta-se nas bases dos elementos anteriormente apresentados referentes aos pressupostos teórico-metodológicos e da análise histórica. Nesse sentido, corrobora seu empreendimento de nacionalização do marxismo ao se ater às especificidades históricas do país. Todavia, a maneira como Prado Jr. propõe que esses elementos sejam mobilizados politicamente remete ao entendimento de uma reforma com traços de forte intervenção estatal. Isso é perceptível nas alternativas propostas para se contrapor à grande exploração agrária e ao Imperialismo. Prado Jr. parte de uma compreensão democrática da disputa política. Contudo, a primazia da ação transformadora não se situaria junto à sociedade civil, pois predomina o entendimento que o método dialético deve ser mobilizado não apenas para a interpretação da realidade, mas também para a intervenção revolucionária planejada na realidade.

Não por acaso sua definição de ação política revolucionária é “a programação das medidas necessárias ou favoráveis a esse fim que forma a teoria revolucionária” (PRADO JR., 1978[1966], p. 133). Em certo sentido, a transformação revolucionária seria resultado de uma “programação revolucionária” cujo conteúdo seria definido em função dos contextos históricos nacionais específicos em que transcorre a luta de classes. Portanto, Prado Jr. procura mobilizar a tradição dialética para promover uma planificação social que atente para o combate do “Sentido da Colonização”. Com efeito, subjacente ao seu empreendimento que se apresenta como uma contestação do eurocentrismo, tem-se a ideia eurocêntrica de progresso como basilar da noção de “programação”. Há, na concepção caiopradiana de Revolução Brasileira, pressupostos que remetem a uma versão marxista do universalismo científico, conforme a definição apresentada anteriormente. Dessa maneira, encerra-se no seu projeto político as tensões eurocêntricas subjacentes aos seus pressupostos teórico-metodológicos e à sua análise histórica.

Como conclusão, tem-se que ao se relacionar o processo de nacionalização do marxismo por Caio Prado Jr. e a questão da “Provincialização da Europa” levantada por Chakrabarty, evidencia-se o problema das tensões eurocêntricas na constituição de sua interpretação do Brasil. A crítica ao eurocentrismo nesse caso ocorre de maneira parcial. Na medida em que a nacionalização do marxismo remete à busca da especificidade da formação do país com base no método dialético, o modelo democrático-burguês é descentrado de sua pretensão de universalidade, pois é apresentado como uma equivocada transposição da interpretação do processo histórico europeu como recurso analítico para a compreensão da realidade brasileira. Por essa via, Prado Jr. provincializa o modelo democrático-burguês ao remetê-lo ao seu contexto de origem e indicar a inadequação de suas categorias analíticas para explicar a sociedade brasileira, fazendo com que conceitos como “Feudalismo”, “Servidão” e “Revolução Democrático-Burguesa” não fossem adotados em sua obra.

Por outro lado, em vista de sua adesão tácita ao evolucionismo cultural, Prado Jr. opera eurocentricamente ao desconsiderar a validade dos conhecimentos produzidos tanto pelas populações indígenas, quanto por africanos e afrodescendentes. Ao considerar que sua cultura não apenas seria inferior à europeia, mas que também poderia deturpá-la, Prado Jr. distancia-se do movimento de “Provincialização da Europa” de maneira significativa. As problematizações de Prado Jr. estão restritas às questões colocadas a partir da matriz de pensamento europeu, tornando invisível a possibilidade de emergir alguma forma de conhecimento ou prática política que pudesse contribuir para a análise ou transformação da sociedade com base nas tradições indígenas ou afro-brasileiras.

Além da presença de elementos característicos de uma visão evolucionista, o caráter metonímico da razão indolente presente no marxismo pode ter sido outra fonte que contribuiu para essa compreensão por parte de Prado Jr. Como indicado acima, a separação entre base e superestrutura no marxismo suscita a ênfase nas condições de produção material, o que se relaciona com o entendimento do proletariado como agente privilegiado da revolução social que conduziria ao socialismo. Contudo, o contexto colonial produz outras variáveis que conduzem à necessidade de uma atenção mais acurada à articulação entre raça, classe e gênero, o que não foi devidamente apreendido por Prado Jr. Nisso seu trabalho contrasta significativamente com outro marxista latino-americano, José Carlos Mariátegui, apontado por Ricupero como fundamental no movimento de nacionalização do marxismo. Mariátegui tentou incorporar em suas reflexões uma problematização a respeito da tradição comunista incaica, argumentando que a luta dos indígenas peruanos irmanava-se com a luta proletária em favor da revolução socialista.

Portanto, ao mesmo tempo em que descentrava as proposições da Komintern replicadas pelo PCB, Prado Jr. reforçava a razão indolente ao desconsiderar a importância das “Epistemologias do Sul”, invisibilizando a relevância cultural das contribuições das populações indígena e negra. É com base na constatação dessa ambivalência que se sustenta o argumento acerca das tensões eurocêtricas em sua interpretação do Brasil. Dessa forma, em vez de propor que Prado Jr. teria contribuído para “Provincialização da Europa”, sua obra aponta para uma provincialização do modelo democrático-burguês. Embora contribua para a consideração das limitações eurocêtricas do marxismo, Prado Jr. não teria avançado em direção a uma problematização mais ampla sobre a “Provincialização da Europa”, pois ele não leva em consideração as formas de conhecimento não europeias. Nesse sentido, dando continuidade à discussão aqui empreendida, no tópico a seguir será discutido o processo de desprovincialização do “Sentido da Colonização”.

5.3 Desprovincialização do “Sentido da Colonização”.

Contemporaneamente os estudos a respeito das ideias de Brasil moderno no âmbito do pensamento social brasileiro ocupam-se da crítica ao seu caráter “ensimesmado”. Por outro lado, de encontro a essa observação há o debate pós-colonial a respeito das premissas eurocêtricas nas Ciências Sociais, destacadamente no que concerne à topografia assimétrica da geopolítica da produção do conhecimento. Ao considerar sua estrutura em uma escala global, observa-se que a determinação das posições privilegiadas de enunciação é acompanhada pela legitimação da pretensão de universalidade dos discursos proferidos a partir dos principais centros acadêmicos dos EUA e dos países hegemônicos na Europa. Por conseguinte, as posições de enunciação a partir do Sul global são tidas como particularistas, como ocorre com a seara do pensamento social no Brasil. Com isso, erigem-se “fronteiras de subalternidades” que hierarquizam as produções intelectuais conforme sua ascendência, tal como indicado por Inocência Mata (2014). A esse respeito, Sérgio Costa (2006a) refere-se ao processo de “desprovincialização da sociologia” como um movimento alternativo de reconfiguração do campo das Ciências Sociais, cujo sentido aponta para a tentativa de deslocar as hierarquias que sustentam opressões diversas no âmbito da raça, etnia, gênero e classe. Nesse sentido, os estudos pós-coloniais contribuiriam para descentrar o predomínio de modelos teóricos onde sociedades “não ocidentais” são abordadas tendo por base o paradigma eurocêntrico.

A convergência entre a crítica ao insulamento do “pensamento social brasileiro”,

denotado pelo adjetivo pátrio que frequentemente seria revertido em uma reflexão ensimesmada da realidade nacional, por um lado, e a crítica ao eurocentrismo nas ciências sociais, por outro lado, suscitou no debate contemporâneo a respeito da ideia de Brasil moderno um redirecionamento no sentido de considerar a articulação entre “dimensão interna” e “dimensão externa” – entre o nacional e o cosmopolita. Com isso, vêm surgindo várias proposições que giram em torno da seguinte questão: como os ditos “intérpretes do Brasil” podem contribuir para o debate da formulação de narrativas sobre a modernidade a partir de um ponto de vista não eurocêntrico?

Adélia Miglievich-Ribeiro (2014) indica que as diversas perspectivas que compõe os estudos pós-coloniais têm sido recentemente incorporadas ao debate brasileiro, o que tem contribuído para o movimento de “desprovincialização das ciências sociais”. De sua parte, Miglievich-Ribeiro (2012) tem-se dedicado à compreensão da interface entre o “giro decolonial” latino-americano e a interpretação do Brasil de Darcy Ribeiro, inserindo-o como precursor da demanda em torno da legitimidade da América Latina como *lócus* de enunciação. A partir dessa perspectiva latino-americana, Miglievich-Ribeiro considera que se teria uma alternativa à hegemonia da vertente dos estudos pós-coloniais centrada no desconstrucionismo pós-estruturalista.

João Marcelo E. Maia (2010; 2011) tem-se dedicado a questionar a naturalidade com que se utiliza a circunscrição nacional para demarcar o enquadramento de pesquisas no país, o que se configura em uma tendência a separar a história do pensamento social brasileiro das Ciências Sociais globais. Como alternativa, o autor propõe a articulação entre pensamento brasileiro e teoria social, com ênfase nos estudos pós-coloniais, indicando-o como parte da teoria social do Sul (MAIA, 2010). Maia desenvolveu estudos em que procura situar o trabalho de Alberto Guerreiro Ramos como parte de um fazer sociológico periférico, comparando-o ao do indiano Hussein Alatas (MAIA, 2011).

José Henrique Bortoluci (2013) abordou a contribuição do marxismo paulista para o debate em torno da modernização periférica e descolonização epistêmica. Para tanto, buscou compreender as reflexões dos uspianos sobre a modernidade brasileira a partir dos estudos pós-coloniais. Ao focar no grupo de intelectuais surgidos com o Seminário sobre *O Capital* de Karl Marx, Bortoluci dedicou-se principalmente à investigação das obras de Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais e Roberto Schwarz para compreender como emergiu uma crítica ao eurocentrismo em um conjunto de interpretações do Brasil nas searas da Sociologia, História e Crítica Literária. Interessante notar que Bortoluci considera Caio Prado Jr. um precursor desse movimento, embora não se atenha de maneira sistemática às suas

contribuições para esse debate, detendo-se na análise de como sua concepção do marxismo como método influenciou os uspianos.

Por sua vez, José Maurício Domingues (2011) aponta para a construção de uma “abordagem ecumênica” da teoria crítica produzida na semiperiferia, em escala global. Seu intuito é forjar uma perspectiva mais ampla que não se restrinja apenas à realidade brasileira ou aos países centrais, visando contribuir para que os países do Sul não sejam meros consumidores de teorias gerais produzidas por europeus e estadunidenses, bem como para que ampliem o escopo de suas discussões para além das interpretações sobre seus próprios países.

Já Sérgio Tavolaro (2013a) revisita a tese da singularidade brasileira e procura apreendê-la em vista dos desafios contemporâneos da teoria social. Para tanto, propõe situá-la no âmbito do imaginário sociológico da modernidade. Dessa forma, Tavolaro indica que a ênfase na originalidade da formação brasileira possibilita apreender sua distinção em relação às concepções paradigmáticas sobre a modernidade, antecipando e fornecendo subsídios para algumas das críticas contemporâneas às teorias da modernização.

Portanto, subjacente a essas proposições está em jogo o exame da diversidade de interpretações sobre o Brasil a partir de sua relação com o paradigma eurocêntrico. Assim, seria possível indicar que esse movimento contemporâneo no pensamento social brasileiro possui afinidade com aquilo que Raewyn Connell (2012) denomina de “iminente revolução na teoria social”. Enseja-se a possibilidade desse paralelo ao se romper com a antiga ideia que os “intérpretes do Brasil” constituiriam uma espécie “pré-história das ciências sociais” (SANTOS, 1978), passando a caracterizá-los como parte de uma ciência social construída a partir do Sul (SANTOS, MENESES, 2010), na medida em que contribuiriam para a ruptura com o metrocentrismo e assumiriam como ponto de partida de suas reflexões o encontro colonial. Dessa maneira, essa apropriação seletiva da tradição intelectual brasileira seria uma contribuição parcial para a construção de um movimento contra-hegemônico na teoria social.

No caso de Caio Prado Jr., além das considerações apresentadas anteriormente a respeito das relações entre a nacionalização do marxismo e a provincialização do modelo democrático-burguês, o debate acerca das tensões em sua interpretação do Brasil também passa pela questão da desprovincialização do “Sentido da Colonização”. Ao se referir a essa expressão aponta-se para uma dimensão particular do processo mais amplo de “desprovincialização da sociologia” indicado por Costa (2006a). No escopo das perspectivas hegemonicamente dominantes da teoria social, o colonialismo tende a ser considerado um fenômeno periférico e desvinculado da formação do mundo moderno, que por sua vez é concebido como um processo que resultou de movimentos endógenos pertinentes ao contexto

européu. Particularmente no caso da dominação colonial perpetrada pelos povos ibéricos, trata-se de um fenômeno cuja análise tende a ser pouco estimada até mesmo pelos críticos do colonialismo e pelos estudos pós-coloniais francófilos ou anglófilos, que predominantemente detém-se nas consequências do imperialismo inglês ou francês.

Diante disso, ao se atentar que a análise elaborada por Prado Jr. situa a colonização brasileira como parte do quadro mais amplo das grandes navegações, considerando-a um elemento constitutivo do capitalismo no plano mundial, tem-se uma quebra com a maneira como esse fenômeno tende a ser considerado. Contudo, os desdobramentos dessa proposição em sua obra recaem quase exclusivamente na consideração do processo histórico brasileiro. Se por um lado essa abordagem propicia uma perspectiva da formação da do mundo moderno a partir do Sul global, ressaltando as desigualdades ocasionadas pela exploração de recursos e mercadorias nas antigas colônias latino-americanas, cuja orientação voltava-se para a concentração de riqueza na Europa, por outro lado não indicaria os nexos que propiciariam essa articulação entre os dois lados do Atlântico. No intuito de suprir essa lacuna, Fernando Novais (2002) partiu das considerações de Prado Jr. para explicar a complementariedade entre os fenômenos descritos pelas noções de “Sentido da Colonização” e “Acumulação Primitiva de Capital”, focalizando no conjunto de relações envolvendo a colônia brasileira e metrópole portuguesa. No seu entendimento essa seria a chave para compreender adequadamente o funcionamento do Antigo Sistema Colonial em vista dos vínculos entre capitalismo e colonialismo.

Para caracterizar mais adequadamente a ideia de desprovincialização do “Sentido da Colonização”, é necessário apresentar uma consideração mais sistemática de sua definição. Primeiramente é preciso indicar que sua definição decorre de um procedimento metodológico estabelecido no início de *Formação do Brasil Contemporâneo*. Para Prado Jr. o estudo de um fenômeno histórico deveria primar pela ênfase nas relações entre seus diferentes aspectos a fim de apreendê-lo inserido em uma totalidade. Apenas mediante a consideração da relação entre as diferentes partes como indissociavelmente interligas entre si seria possível encontrar “aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela humana para estudá-la à parte” (PRADO JR., 2000[1942], p. 7).

O “sentido da evolução de um povo” seria apreendido por meio do delineamento de um fenômeno inserido no conjunto de relações que formaria uma totalidade. Assim, Prado Jr argumenta que haveria um certo “sentido” que corresponderia aos fatos essenciais de um determinado processo histórico, cuja apreensão demanda descartar a consideração de incidentes. Embora a apreensão do “sentido da evolução de um povo” dependa da

compreensão do conjunto de fatos e acontecimentos essenciais, não implicaria em uma forma de essencialização da história. Não se trataria de um direcionamento determinístico ou aprioristicamente estabelecido, pois sua constituição se daria historicamente. Por isso seria passível de transformações decorrentes de fatores externos, mudanças sociais internas ou mesmo por uma combinação de ambos.

Dessa maneira, o conceito de “Sentido da Colonização” pode ser apreendido como uma formulação específica derivada da premissa geral acerca da existência de um “sentido da evolução de um povo”. Para realizar seu estudo, Prado Jr. (2000[1942]) delimitou dentro do intervalo de tempo em que a colonização transcorreu um recorte específico, compreendido pelo encerramento do século XVIII e início do século XIX. No seu entendimento haveria dois motivos que fariam dos últimos anos da colonização decisivos para compreender o Brasil, inclusive na contemporaneidade. Primeiramente, ofereceriam uma síntese de todo o período anterior ao mesmo tempo em que marcava seu desfecho, o que propiciaria evitar que se desviasse a atenção de acontecimentos acidentais e se direcionasse a reflexão apenas ao que seria essencial. Em segundo lugar, esse período ofereceria uma chave para compreender o período posterior da história brasileira, pois aí seriam consolidadas instituições e atitudes esboçadas desde o início do Período Colonial que constituíram a base para o surgimento do “Brasil contemporâneo”. Com o delineamento desse recorte temporal que expressaria a síntese do Período Colonial, Prado Jr. buscou determinar o “sentido da evolução” brasileira mediante a sua inserção em um quadro mais amplo que ultrapassa o próprio objeto de investigação, mas cuja consideração seria imprescindível para compreendê-lo como parte de uma totalidade:

Isto [a adoção de um ângulo geral e amplo] nos leva, infelizmente, para um passado relativamente longínquo e que não interessa diretamente ao nosso assunto. Não podemos contudo dispensá-lo e precisamos reconstituir o conjunto de nossa formação colocando-a no amplo quadro, com seus antecedentes, destes três séculos de atividade colonizadora que caracterizam a história dos países europeus a partir do séc. XV; atividade que integrou um novo continente na sua órbita, paralelamente aliás ao que se realizava, embora em moldes diversos, em outros continentes: a África e a Ásia. Processo que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda parte. Todos estes acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele imenso quadro (PRADO JR., 2000[1942], p. 8-9).

Portanto, o recorte temporal que demarcaria a síntese do Período Colonial – abrangido pelo contexto imediatamente anterior à chegada da família real portuguesa, evento que veio a modificar o estatuto das relações entre Brasil e Portugal, culminando com a independência

política em 1822 –, somente seria passível de oferecer a compreensão dos traços essenciais da “evolução” brasileira ao ser situado no quadro da expansão comercial europeia iniciada com as grandes navegações. Prado Jr. (2000[1942]) argumenta que é com base nesse entendimento que é possível explicar como o desenvolvimento histórico brasileiro é profundamente impactado pela atividade mercantil que redefiniu as bases da própria ideia de colonização e de escravidão. O ato de colonizar deixa de ser concebido como o mero estabelecimento de feitorias e entrepostos comerciais, passando a envolver um processo sistemático de ocupação de um território em vista da exploração de seus recursos para somente então efetuar a comercialização de mercadorias. Em vista do reduzido contingente populacional europeu para tomar o território, bem como devido à inadaptação da população nativa ao regime de trabalho forçado, a comercialização de pessoas negra oriundas da África com o objetivo de escravizá-las apresentou-se como alternativa para o fornecimento de mão-obra que satisfazia aos traficantes e aos colonizadores. Essa sistemática atualizou a dinâmica do regime escravista que havia declinado na Europa com o predomínio do regime de produção feudal. Então, a atenção sistemática às implicações do mercantilismo europeu para a colonização brasileira seria imprescindível, pois:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mas completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos (PRADO JR., 2000[1942], p. 19-20).

Portanto, o “Sentido da Colonização” vincula-se diretamente com a redefinição do sistema colonial, convertido em empreendimento comercial cujos beneficiários eram os europeus. Prado Jr. argumenta que o fato do Brasil se situar em uma zona tropical contribuiu para a maneira como sua colonização desenvolveu-se em vista do seu caráter mercantil. Primariamente os europeus buscaram em suas colônias na América metais preciosos, sobretudo após o êxito dos conquistadores hispânicos em suas primeiras investidas no território. Na medida em que os portugueses não encontraram de imediato tais recursos, foi necessário explorar outras riquezas passíveis de serem obtidas em suas possessões. Assim, algumas especiarias foram extraídas, incluindo-se a madeira utilizada para produção de tintura para tecidos, mercadoria cujo nome veio a batizar o Brasil. Posteriormente, em virtude da fertilidade do solo, os colonizadores decidiram investir na produção agrícola de produtos visando atender as demandas do mercado europeu, o que resultou no surgimento da

monocultura canavieira e na fabricação de açúcar. A partir de então se instaurou um padrão que ciclicamente repetiu-se em diversas partes da colônia, onde a produção extensiva de determinado gênero para atender o mercado internacional tornava-se a atividade econômica dominante. Daí Prado Jr. conclui:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos construímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país (PRADO JR., 2000[1942], p. 20).

Assim, o “Sentido da Colonização” consiste na produção em larga escala de gêneros agrícolas tropicais e minérios com o intuito de abastecer o mercado europeu. A formação e o desenvolvimento do Brasil, em particular, e da América Latina, em geral, configuram-se como um dos processos resultantes do sentido da colonização. Suas consequências persistiriam a despeito do reconhecimento formal da independência política das antigas colônias ibéricas (PRADO JR, 1982 [1935]; 2000 [1942]; 2004 [1945]; 1978 [1966]). Trata-se de um conceito fundamental para a estruturação do pensamento de Prado Jr. Não por acaso Ricupero afirma que o intelectual marxista paulista “chega praticamente a deduzir toda sua obra de uma categoria central: o sentido da colonização” (RICUPERO, 2000, p. 28).

A respeito da interpretação do Brasil de Caio Prado Jr., Fernando Novais (2002) chama a atenção para sua incompletude e procura aprofundá-la seguindo o restante do caminho deixado inexplorado pelo autor. Em sua opinião, ao definir o estudo da formação da sociedade brasileira dispondo-a em uma totalidade, definindo-a como uma parte inserida em um conjunto de relações, Prado Jr. teria atentado apenas às implicações desse processo no interior da colônia. Isso o impediria de apreender mais amplamente as relações estabelecidas pelo Brasil-Colônia nessa totalidade, na medida em que se exime de uma consideração mais sistemática do sistema colonial como um todo. Então, para Novais teria faltado a Prado Jr. abordar mais explicitamente os nexos entre as consequências internas e externas ao Brasil decorrentes do “Sentido da Colonização”:

[A] questão é saber se não será preciso a consideração de conjunto do mundo colonial. Expansão comercial européia (sic) é, na realidade, a face mercantil de um processo mais profundo, a formação do capitalismo moderno; a questão é saber se não seria preciso procurar as articulações da exploração colonial com esse processo de transição feudal-capitalista. Deste modo, a análise, embora centrada numa região, seria sempre a análise do movimento em seu conjunto, buscando permanentemente articular o geral e o particular. A colonização não apareceria apenas em sua feição comercial, mas como um canal de acumulação primitiva de capital mercantil no centro do sistema. Ultrapassar-se-ia a visão de uma simples exploração da colônia

pela metrópole, pois na metrópole há uma camada social específica que se beneficia do processo, a burguesia mercantil, a qual explora também seus compatriotas; bem como, na colônia, o senhorio consegue descarregar o ônus sobre o trabalho compulsório de produtores servilizados ou escravizados. Assim se reformularia e aprofundaria a visão de conjunto (NOVAIS, 2002, p. 1114-1115).

Portanto, Novais considera que ao mesmo tempo em que Prado Jr. contribui para o estudo do vínculo entre colonialismo e mercantilismo, teria faltado em sua análise um maior desenvolvimento da consideração do sistema colonial como um todo. Dessa maneira, em *Formação do Brasil Contemporâneo* o enfoque predominante consiste nas implicações da inserção da colônia no emergente mercado mundial para seu povoamento, vida material e vida social. Por sua vez, Fernando Novais (1989[1978]) desenvolveu uma pesquisa onde procurou suprir essas lacunas apontadas, seguindo o mesmo recorte cronológico adotado por Prado Jr. para investigar as relações entre Portugal e Brasil no contexto da crise do sistema colonial. Dessa maneira, Novais buscou desenvolver a análise histórica da relação sugerida por Prado Jr. entre “Sentido da Colonização” e “Acumulação Primitiva de Capital”.

Não obstante seja verdadeira a afirmação que Prado Jr. não desenvolveu de maneira mais sistematicamente a relação entre aqueles dois processos, isso não significa que aquele vínculo intrínseco fosse ignorado. Em carta remetida ao trotskista Lívio Xavier no dia seguinte à publicação de sua crítica ao livro *Evolução Política do Brasil* no *Diário da Noite* em 19 de setembro de 1933, Prado Jr. argumenta que embora não fosse possível falar em acumulação de capital no Brasil, a colonização brasileira contribuiu para a acumulação de capital na Europa: “Se o Brasil, como colônia (sic), semi-colônia (sic) ou paiz (sic) dependente que sempre foi, serviu como uma das bases para a acumulação primitiva para os paizes (sic) da Europa, não se pôde contudo dizer que houve acumulação primitiva para nós mesmos” (PRADO JR. apud SECCO, 2008[1933], p. 143 – grifo no original). Nesse trecho da carta fica patente que, embora não tenha desenvolvido de maneira sistemática o vínculo entre “Sentido da Colonização” e “Acumulação Primitiva de Capital”, os elementos que resultariam nesse entendimento já eram bastante evidentes desde sua juventude. Prado Jr. já indicava o direcionamento geral acerca da articulação entre colonização do continente americano e formação do capitalismo, salientando as limitações decorrentes dessa relação para o desenvolvimento do Brasil.

Chama a atenção na maneira como Prado Jr. apresentou seu argumento a Lívio Xavier a metatextualidade com o capítulo de *O Capital* destinado à relação entre a colonização e a acumulação de capital. Marx atenta para as dificuldades no estabelecimento de relações capitalistas nas colônias inglesas, destacadamente onde não havia a separação entre

trabalhadores e meios de produção, analogamente ao que ocorria na Europa pré-capitalista. Em virtude disso, o empreendimento colonial teria evidenciado que a simples posse de dinheiro, maquinário e outros meios de produção não converteriam uma pessoa em capitalista, caso não houvesse o assalariamento, explicitando que: “o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através das coisas” (MARX, 2008d[1867], p. 882). Portanto, embora a colonização contribuisse para o acúmulo de capital na Europa, as colônias não apresentariam condições favoráveis para que elas próprias pudessem acumular.

O vínculo e a complementariedade existente entre o “Sentido da Colonização” e a “Acumulação Primitiva de Capital”, reforçando a ideia de desprovincialização do conceito caiopradiano, tem um dos seus fundamentos na própria formulação proposta por Marx a respeito da relação entre colonização e acumulação. Nesse sentido, note-se que ao realizar essa análise Marx não estava interessado em compreender o que ocorria propriamente nas colônias. Na verdade, seu objetivo era apenas salientar em que medida a compreensão dos mecanismos ali existentes de resistência ao desenvolvimento da produção capitalista auxiliavam a compreender quais as condições necessárias para o surgimento do capitalismo na Europa:

Mas não estamos tratando aqui de examinar a situação das colônias. Interessa-nos apenas o segredo que a economia política do Velho Mundo descobriu no Novo e proclamou bem alto: o modo capitalista de produção e de acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem, como condição existencial, o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador (MARX, 2008d[1867], p. 891).

Na medida em que se voltou para as colônias para compreender o funcionamento do processo de acumulação primitiva de capital europeu, Marx não oferece qualquer elemento que pudesse caracterizar as colônias, exceto a sugestão de seu caráter pré-capitalista. Foi justamente esse vácuo que os marxistas brasileiros procuraram preencher em suas análises. A generalidade com que as colônias são abordadas por Marx abriu espaço para que essa discussão fosse apropriada tanto pelos defensores da tese feudal que procuravam fundamentar a transposição do modelo democrático-burguês para o Brasil, quanto pelo próprio Prado Jr. mediante o conceito de “Sentido da Colonização”. Além das diferenças apontadas anteriormente, tem-se que a abordagem caiopradiana caracteriza-se pelo estabelecimento de uma compreensão que articula mais satisfatoriamente a parte e o todo.

Diante disso, interessa abordar em que medida a maneira como Prado Jr. concebeu o “Sentido da Colonização” pode ser concebida articuladamente com o modo como Marx descreve a “Acumulação Primitiva de Capital”, bem como suas implicações para a

desprovincialização do conceito caiopradiano. Como afirma Caio Prado Jr. (2000[1942], p. 11), os “descobrimentos articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu”. É em decorrência disso que o “Sentido da Colonização” assumiu o caráter sumariado acima. Mas para compreender com mais precisão o argumento desenvolvido em *Formação do Brasil Contemporâneo*, é necessário remetê-lo ao processo ocorrido na Europa. Utilizando a própria categoria do autor, cabe investigar o *sentido* da evolução europeia, ao qual o Brasil estava subsumido.

O “capítulo da história do comércio europeu” aludido pelo intelectual paulista é o da criação de um mercado mundial. No final do século XV, período inicial dessa expansão conhecida como mercantilismo, a Europa passava por profundas transformações que culminou com o advento do modo capitalista de produção (HUMBERMAN, 1986; MARX, 2008[1867]c). As bases do regime feudal estavam gradativamente sendo solapadas e conviviam com o crescimento de outras formas de propriedade, de divisão do trabalho e de sociabilidade. Nos fins do século XIV, a servidão tinha praticamente desaparecido na Inglaterra, por exemplo. Em lugar da tradicional propriedade individual, cada vez mais as terras concentravam-se nas mãos de poucos arrendatários, criando imediatamente grandes propriedades a partir da expropriação da população rural. Com isso surge um movimento migratório para as cidades, onde prevalecia o comércio e a manufatura, mas sem condições de absorver um contingente populacional tão grande.

Para Karl Marx (2008[1867]c, p. 827), “o processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos”, cuja origem está na chamada *acumulação primitiva de capital*. O capitalismo é a forma mais generalizada de produção de mercadorias. As diferentes formas de capital constituem o principal meio de produção, que são propriedade privada de uma classe, os capitalistas. Embora o capital seja anterior ao capitalismo, sob sua vigência a produção de capital prevalece e domina qualquer outra modalidade produtiva. Nesse contexto, o capital emerge como uma relação social de produção definida que toma a forma de coisa – historicamente, em suas origens, sob a forma de dinheiro – caracterizado pela crescente expansão do valor⁴¹ (MARX, 2008b[1867]).

⁴¹ Para Marx (2008a[1867]) o valor é uma relação social que, na sociedade capitalista, é a expressão do dispêndio de uma quantidade determinada de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. Não se trata de trabalhos particulares produtores de mercadorias específicas dotadas de um valor de uso, mas do trabalho humano considerado abstratamente como propriedade comum a todas as mercadorias, para além das suas distintas especificidades físicas, que compõe sua substância essencial. O caráter social do valor é

O processo em que o dinheiro se converte em capital é explicitado por Marx pela série D-M-D, em que o dinheiro do capitalista é empregado em mercadorias que gerarão para ele mais dinheiro. Isso só é possível devido à existência de uma mercadoria específica cujo valor de uso é capaz de criar um valor maior que o seu próprio: a força de trabalho. Portanto, o diagrama refere-se ao adiantamento de dinheiro que o capitalista faz para comprar mercadorias com as quais serão produzidas mais mercadorias e vendidas por uma quantidade de dinheiro maior do que a empregada originalmente (MARX, 2008b[1867]). Nesse caso o dinheiro do capitalista é transformado em capital e a forma mais adequada de expressar o circuito do capital seria D-M...P...M'-D', onde: D é o dinheiro inicialmente empregado pelo capitalista para a compra da força de trabalho e dos meios de produção; P o processo de produção que transforma a mercadoria M (força de trabalho e meios de produção) em mercadorias de maior valor, M'; e D' uma quantia maior de dinheiro que a inicialmente empregada, cuja expressão é dada por $D' = D + \Delta D$, sendo ΔD a mais-valia (WEEKS, 2001).

A mais-valia é a diferença entre o valor da força de trabalho e o valor da mercadoria produzida por ela. Ao produzir mercadorias, o trabalho é ao mesmo tempo trabalho abstrato e trabalho útil, ou seja, cria valor de uso e valor. Quando o capitalista adquire a força de trabalho de um proletário por um determinado período de tempo, comprou, na verdade, a capacidade humana de produzir valor, tendo a expectativa de o novo valor, incorporado à mercadoria, ser maior do que o da força de trabalho. A classe operária é obrigada a vender sua força de trabalho, pois os indivíduos que a constituem possuem apenas isso, devido não terem acesso aos meios de produção, controlados pelos capitalistas. É a situação dos trabalhadores em relação aos meios de produção que determina a condição de exploração de sua classe, condenando-os à dupla liberdade de vender sua força de trabalho ou de morrer de fome. Por outro lado, a burguesia tem na obtenção da mais-valia a condição de cada vez mais multiplicar seu capital.

Portanto, afirma Marx (2008c[1867]), a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, a mais-valia a produção capitalista, e esta, a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias – o dinheiro transforma-se em capital, o capital propicia a produção de mais-valia e mais capital é produzido com a mais-valia. Tudo isso tem a aparência de um círculo vicioso, do qual só é possível escapar admitindo uma acumulação anterior à acumulação capitalista, uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida. A isso se denomina

expresso na esfera da circulação, onde o valor de troca de uma mercadoria é manifestação de seu valor em outra mercadoria equivalente.

acumulação primitiva de capital:

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. [...] A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela. (MARX, 2008c[1867], p.828)

Assim, na base do processo que originou a expansão comercial com as grandes navegações, estava a dissolução do feudalismo como condição fundamental para o desenvolvimento da sociedade capitalista. A quebra dos vínculos tradicionalmente estabelecidos – “a transformação dos meios de produção individualmente dispersos em meios socialmente concentrados” – constitui a pré-história do capital, na medida em que propicia a uma única classe a concentração dos meios de produção e forja as condições para a criação de uma mercadoria especial: a força de trabalho.

No âmbito da acumulação primitiva de capital, a gênese do capitalista industrial é indissociável do mercantilismo. Durante a Idade Média duas formas de capital amadureceram nas mais diferentes formações sociais, mas restrito à esfera da circulação: o capital comercial e o capital usuário, ambos consistindo em formas do capital mercantil. Com o desenvolvimento do comércio, o capital dinheiro ganhou cada vez mais importância, todavia a inexistência de condições apropriadas (trabalho assalariado livre e propriedade privada dos meios de produção concentrada) impediu sua inserção na produção, impossibilitando sua conversão em capital industrial⁴². No período do colonialismo europeu, o capital mercantil teve preponderância e impulsionou por diversas formas a acumulação primitiva de capital, principalmente na Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, caso exemplar tomado por Marx, nos fins do século XVII esses meios foram coordenados através de vários sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo. A violência foi a mais brutal característica desses métodos, que tiveram no Estado o principal meio para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista (MARX, 2008c[1867], p. 864).

⁴² Karl Marx (2008d[1867]) reportou-se às colônias inglesas para evidenciar a necessidade da concentração de terras para gerar um contingente de pessoas disponíveis para se submeterem ao trabalho assalariado. Como nas colônias havia terra abundante e relativa facilidade para se disseminar a pequena propriedade individual, tornava-se inviável o estabelecimento de relações de produção capitalistas em vista da indisponibilidade de trabalhadores a serem empregados sob um regime assalariado. Assim, para Marx ao se evidenciar que esse fenômeno, seria explicitado que ao invés de consistir em um conjunto de objetos, o capital consistiria em uma relação social que teria uma expressão material em objetos.

O comércio e as navegações prosperaram com o sistema colonial. Os países detentores do monopólio comercial das colônias concentraram riquezas por meio da espoliação de recursos naturais de seus domínios transoceânicos e da conquista pela força de um mercado consumidor cativo para suas manufaturas. A escravidão, a pilhagem e o massacre garantiram riquezas para a Europa, o que contribuiu decisivamente para a acumulação primitiva de capital no centro do sistema colonial. Como nesse período ainda predominava a manufatura, a supremacia comercial propiciava a supremacia industrial, daí a importância da colonização na infância do capitalismo:

Hoje em dia, a supremacia industrial traz a supremacia comercial. No período manufatureiro, ao contrário, é a supremacia comercial que proporciona o domínio industrial. Então, o sistema colonial desempenhava o papel preponderante. Era o “deus estrangeiro” que subiu ao altar onde se encontravam os velhos ídolos da Europa e, um belo dia, com um empurrão, joga a todos eles por terra. Proclamou a produção da mais-valia último e único objetivo da humanidade (MARX, 2008c[1867], p. 867).

Diante do exposto torna-se perceptível a conexão entre o que Caio Prado Jr. denominou de “Sentido da Colonização” e a “Acumulação Primitiva de Capital”. A noção caiopradiana possibilita compreender a formação da sociedade brasileira, em particular, e latino-americana, em geral, ao explicitar que sua “essência” se relaciona com a produção de gêneros agrícolas tropicais e minerais preciosos para o mercado europeu. O conceito marxiano evidencia que o sistema colonial constituiu uma das dimensões relacionadas com a formação do modo capitalista de produção, pois o monopólio comercial firmado mediante a imposição do pacto colonial pelas Metrôpoles assegurava tanto a remeça riquezas para a Europa, quanto o consumo de manufaturas nas colônias. A demarcação dessa conexão conceitual possibilita, como proposto por Fernando Novais, um entendimento mais amplo do método de análise apresentado no primeiro capítulo de *Formação do Brasil Contemporâneo*. Esse entendimento o próprio Prado Jr. havia expressado, apesar de não o ter desenvolvido, como indica a carta remetida a Livio Xavier.

O entrelaçamento dos fenômenos descritos por esses dois conceitos possibilita apreender mais adequadamente como a dependência externa foi fator constitutivo da formação brasileira: determinou as formas de organização econômicas, sociais e administrativas. Sob a exploração metropolitana estruturaram-se os traços fundamentais do Brasil, os quais persistiram para além de um século depois da emancipação política. Ao mesmo tempo, os processos transcorridos na colônia também repercutiam no centro, pois tudo isso transcorreu com a finalidade única de acumular capital na Europa. É interessante notar que ao invés de fixarem-se em Portugal, as riquezas expropriadas do Brasil-Colônia

contribuíram para a industrialização inglesa, o que torna ainda mais explícita a conexão entre colonialismo e surgimento do capitalismo.

Mediante a compreensão do vínculo entre esses conceitos tem-se um importante subsídio para o debate da desprovincialização do “Sentido da Colonização”, pois indica que o colonialismo surgido com as grandes navegações era indissociável do mercantilismo. A conjugação desses processos constituiu parte dos elementos que propiciaram a emergência do capitalismo. Com isso, tem-se que a compreensão da formação do mundo moderno não pode prescindir da consideração do colonialismo. Nem o capitalismo, nem a modernidade consistiriam em fenômenos endógenos europeus. Daí que a consideração dessa articulação contida de maneira embrionária em *Formação do Brasil Contemporâneo* oferece o ponto de partida para a análise da desprovincialização do “Sentido da Colonização”.

No entanto, para avançar na questão deve-se levar em consideração mais uma importante característica da noção formulada por Caio Prado Jr., que consiste na persistência do “Sentido da Colonização” ao longo do tempo. Com isso, em vista dessa continuidade, deve-se observar como veio a se configurar o conjunto de relações em que o Brasil estava inserido após a consolidação do capitalismo industrial e da independência política do país. Não cabe neste momento tentar reconstituir o modo como o desenvolvimento histórico brasileiro é retratado na obra do marxista paulista. Interessa delinear uma abordagem a ser desenvolvida para apreender a reconfiguração dos vínculos entre “Sentido da Colonização” e “Acumulação Primitiva de Capital” após o término do Período Colonial e a consolidação do capitalismo.

Originado no contexto mercantilista, o vínculo entre colônias produtoras de *commodities* e centros economicamente mais poderosos foi atualizado após o reconhecimento político da independência, mantendo o mesmo caráter dependente. Com isso, esse fenômeno também se manifestou de maneira persistente no capitalismo concorrencial e no monopolista. Trata-se de um ciclo histórico que se alongou no tempo, adaptando-se às contingências eventuais. Em *Formação do Brasil Contemporâneo* há elementos para a compreensão das implicações dessa situação no âmbito do país.

Em virtude de o “Sentido da Colonização” ser compreendido em termos dessa duração mais longa, diferentes intérpretes da obra de Caio Prado Jr. chamaram a atenção para as similaridades entre a abordagem contida em *Formação do Brasil Contemporâneo* e as ideias de Fernand Braudel. Martinez (2008) indica que Prado Jr. foi aluno de Braudel na disciplina de História da Civilização em 1935, no Curso de História e Geografia da USP, levantando a hipótese de uma possível influência exercida pelo historiador francês. Iumatti (2013)

apresenta documentos que corrobora a relação entre ambos, inclusive apontando subsídios de suas leituras em comum e de possíveis influências recíprocas.

Em vista disso, seria possível apreender o “Sentido da Colonização” em termo de uma “estrutura de longa duração”. Braudel compreende a estrutura como sendo uma “realidade que o tempo demora a desgastar e transportar” e que “constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (*envolventes*, no sentido matemático) dos quais os homens e as suas experiências não se podem emancipar” (BRAUDEL, 1982, p. 14). Essa compreensão do conceito de estrutura atribui-lhe um caráter determinista e maleável, convertendo-a em uma “estrutura dinâmica” cuja persistência presume mudanças adaptativas que não implicam em rupturas bruscas. Essa descrição seria perfeitamente adequada à noção caiopradiana de “Sentido da Colonização” em função da continuidade do passado no presente:

O passado, aquele passado colonial, que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas, que não “tomou forma”. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e não é senão aquele passado colonial (PRADO JR., 2000[1942], p. 3).

Note-se a preocupação com a sobreposição entre temporalidades longas e curtas ao indicar a existência de transformações mais profundas em alguns setores, mas sem que haja uma modificação da tendência geral que persiste ao longo do tempo. Essa heterogeneidade, composta pela dominância dos traços herdados da colonização e por transformações superficiais que não alteram o fundamento da estrutura social, constitui um importante elemento a ser problematizado. Mas afinal, como o caráter de longa duração do “Sentido da Colonização” pode ser levado em consideração em sua desprovincialização? Fundamentalmente, a partir da ideia que os vínculos formais que instituíram e regularam as relações entre Metrópoles e Colônias no Antigo Sistema Colonial não constituíam o cerne do problema da dependência. O reconhecimento formal da Independência e da abolição da escravidão não modificou a “essência” da dinâmica descrita pela articulação entre “Sentido da Colonização” e “Acumulação Primitiva de Capital”, embora não houvesse mais colônias e o capitalismo estivesse consolidado. Com isso, a manutenção de uma estrutura similar àquela existente no Período Colonial nas antigas colônias, suscitando uma situação de dependência, seria algo necessário para o funcionamento do capitalismo. Destarte, Prado Jr. descreve da seguinte maneira a persistência da dependência dos países latino-americanos, passando do

domínio colonial ao imperialista:

Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e na colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina. (PRADO JÚNIOR, 1978[1966], p. 68).

No caso brasileiro, Prado Jr. (1978[1966]) considerava que ainda em meados do século XX a questão da propriedade da terra e a semiescravidão do trabalhador rural eram os empecilhos fundamentais para a transformação do país, pois expressavam os aspectos principais de continuidade com a antiga ordem colonial no âmbito não mais da acumulação primitiva, mas do Imperialismo. Portanto, Prado Jr. evidencia a partir do caso brasileiro que o sistema capitalista – concebido como uma totalidade – necessita de partes dotadas de um significativo acento colonial para seu funcionamento. A manutenção de aspectos coloniais, que assumem configurações específicas em conformidade com seus diferentes contextos nacionais, seria intrínseca à própria dinâmica do capitalismo. Dessa maneira, a longa duração do “Sentido da Colonização” auxilia no entendimento da importância da manutenção de uma estrutura colonial nas antigas colônias a fim de forjar uma condição de dependência mesmo após o término formal das relações coloniais.

No último capítulo de *A Revolução Brasileira*, Prado Jr. trata especificamente da articulação entre a persistência dos traços coloniais do país e o Imperialismo, atualizando sua abordagem ao inserir o Brasil como parte de um conjunto de relações que configura uma totalidade. Com isso, em meados da década de 1960, sua avaliação a respeito da possibilidade de ruptura com essa condição apontava a existência de homologias com outros países em situação de dependência, mas ao mesmo tempo atentava para a importância do reconhecimento das especificidades de cada caso:

[N]ossa situação se identifica à dos países asiáticos e africanos que vêm nestes anos dando os primeiros e decisivos passos de sua libertação nacional, e que, tanto como nós, constituem também partes periféricas e dependentes do sistema internacional do capitalismo. O que nos distingue e particulariza não é essa posição que ocupamos e que é a mesma de todos os povos e países em maior ou menor grau subordinados ao imperialismo. A nossa originalidade consiste na maneira e nas circunstâncias particulares em que essa subordinação se efetiva e pelas quais é condicionada (PRADO JR., 1978[1966], p. 186-187).

Por mais que seja delineada a existência de um quadro mais amplo, apontando a

problemática do Imperialismo, ressaltando-se os paralelos com outras realidades, a ênfase de Prado Jr. está nas questões em torno da transformação da sociedade brasileira. Trata-se de uma abordagem fundamental, pois possibilitou compreender os mecanismos de subalternização das nações periféricas no sistema capitalista. Não por acaso Prado Jr. é um importante precursor da teoria da dependência. Em suma, a desprovincialização do “Sentido da Colonização” evidencia que Caio Prado Jr. oferece uma contribuição importante para a compreensão da formação do capitalismo e para seu desenvolvimento ao longo da primeira metade do século XX a partir de um ponto de vista do Sul global.

Para concluir, é importante sublinhar a existência de paralelos entre a problematização sobre a desprovincialização do “Sentido da Colonização” e a noção de colonialidade⁴³. Quijano e Wallerstein (1992) definiram a colonialidade como um fenômeno originário do sistema hierárquico interestados forjados pelo colonialismo, mas que persiste como forma de hierarquia sociocultural entre europeus e não europeus, a despeito do fim do status colonial. Analogamente ao que ocorre com o “Sentido da Colonização”, cujos elementos centrais persistiram ao longo do desenvolvimento histórico brasileiro, a colonialidade pauta-se pela manutenção de relações de subalternidade econômica, política e cultural que passam a serem incorporadas no interior das antigas colônias ao se converterem em Estados independentes. As hierarquias socioculturais características da colonialidade teriam por fundamento a etnicidade, concebida como uma consequência cultural inevitável da colonialidade, pautada pelo delineamento de fronteiras sociais que correspondem à divisão do trabalho, servindo de justificativa para o novo caráter assumido pela escravidão no continente americano. Por sua vez a etnicidade foi reforçada por um consciente e sistemático racismo que veio a ser fundamentado com base nas teorias raciais, embora sua manifestação não demande necessariamente sequer uma expressão verbal. A colonialidade, a etnicidade, o racismo e a própria ideia de novidade seriam as principais novidades que a colonização do continente americano introduziu no sistema-mundo moderno em formação, instituindo a ideia de *Americanity* como parte constituinte do novo mundo, ao invés de um elemento externo que posteriormente foi incluindo em modernidade pré-existente. Por isso Quijano e Wallerstein (1992) consideram que não haveria mundo moderno sem as Américas.

O “Sentido da Colonização” e a colonialidade apresentam similitude destacadamente no que se refere à persistência da articulação entre colonialismo e capitalismo no plano econômico. No entanto, no que se refere à consideração dos aspectos culturais, o conceito

⁴³ Uma primeira tentativa de aproximação entre o “Sentido da Colonização”, concebido como estrutura de longa duração, e a noção de colonialidade foi apresentada em trabalho publicado anteriormente (FORTE, 2013).

caiopradiano detém limitações. Essa constatação traz à tona as tensões eurocêntricas da desprovincialização do “Sentido da Colonização”. Como indicado ao longo deste capítulo, Prado Jr. aponta a persistência do acento colonial na estrutura material e na organização social brasileira. Esse problema é construído de maneira a oferecer subsídios para uma compreensão de como a origem do capitalismo não pode ser pensada de maneira indissociável do colonialismo. Isso ocorre, apesar de suas reflexões atenuarem-se, sobretudo, à realidade brasileira, sem uma teorização sistemática a respeito de como as transformações no colonialismo e no capitalismo desenvolvem-se de maneira articulada, persistindo com base no Imperialismo.

As limitações que expressam as tensões eurocêntricas do conceito de “Sentido de Colonização” podem ser apreendidas adequadamente no âmbito da discussão da questão racial. Em parte, Prado Jr. fornece subsídios para corroborar a etnicidade e o racismo como elementos constituintes da persistência da colonialidade mediante o conceito de “Sentido da Colonização”. Isso ocorre, inclusive, a partir da consideração da particularidade das relações raciais no Brasil em articulação com as relações de classe. Também indica como esse processo é permeado pela ideologia da mestiçagem harmoniosa, diferindo do contexto estadunidense onde a separação entre senhores e escravos seria mais estrita. Entretanto, quando as considerações de Prado Jr. partem para o plano da cultura tem-se uma limitação patente. Ao considerar as religiões, os hábitos, os conhecimentos etc. das populações indígenas e negras, ou mesmo ao sumariamente indicar as possíveis origens do racismo, Prado Jr. adota uma perspectiva eminentemente eurocêntrica, reiterando uma visão racista. Procura-se considerar como a ideia de ampla mestiçagem, discriminação racial e estrutura de classe estariam relacionados com atribuição de um caráter inferior aos indígenas e negros a partir da seguinte passagem de *Formação do Brasil Contemporâneo*:

Uma última consideração difere e caracteriza a escravidão americana: é a diferença profunda de raças que separa os escravos dos seus senhores. Em algumas partes da América, tal diferença constituiu, como se sabe, obstáculo intransponível à aproximação das classes e dos indivíduos, e reforçou por isso consideravelmente a rigidez de uma estrutura que o sistema social, em si, já tornava tão estanque internamente. Mas não me ocupei destas colônias, porque entre nós a aproximação se realizou e, como já notei em outro capítulo, em escala apreciável. Isto contudo dentro de limites que apesar de tudo não são amplos, pelo menos até o momento histórico que me interessa aqui. Existiu sempre um forte preconceito discriminador das raças, que se era tolerante e muitas vezes se deixava iludir, fechando os olhos a sinais embora bem sensíveis da origem racial dos indivíduos mestiços, nem por isso deixou de se manter, e de forma bem marcada, criando obstáculos muito sérios à integração da sociedade colonial num conjunto se não racial, o que seria mais demorado, pelo menos moralmente homogêneo. Não discutirei aqui o preconceito de raça e de cor, nem sua origem; se ligado a certos caracteres psicológicos inatos de ordem estética ou outra, ou se fruto apenas de situações e condições sociais

particulares. O fato incontestável, aceite-se qualquer daqueles pontos de vista, é que a diferença de raça, sobretudo quando se manifesta em caracteres somáticos bem salientes, como a cor, vem, se não provocar – o que é passível de dúvida bem fundamentadas, e a meu ver incontestáveis –, pelo menos agravar uma discriminação já realizada no terreno social. E isto porque empresta uma marca iniludível a esta diferença social. Rotula o indivíduo e contribui assim para elevar e reforçar as barreiras que separam as classes. A aproximação e fusão se tornam mais difíceis, acentua-se o predomínio de uma sobre a outra (PRADO JR., 2000[1942], p. 281-282).

Inicialmente, Prado Jr. procurou indicar a especificidade da escravidão no continente americano – tendo em mente um contraste com a escravidão na Grécia e em Roma – com base na existência de diferenças raciais entre senhores e escravos, indicando que a partir desse fato fundamental diferentes padrões de relações raciais foram estabelecidos. Nos EUA essa diferença racial converteu-se em um acentuado afastamento entre classes e indivíduos, reforçando a rigidez das hierarquias decorrentes da colonização. No Brasil essa aproximação teria ocorrido em “escala apreciável”, embora dentro de determinados limites, que no Período Colonial não seriam tão rigorosos em comparação a períodos posteriores da história do país. O fato dos contatos entre as raças serem mais acentuados no Brasil, não teria excluído a existência de preconceitos. Todavia esse preconceito teria assumido uma feição particular no caso brasileiro, onde a discriminação não seria tão pronunciada, dando uma ilusória impressão de tolerância que, não obstante redundava na não integração da população negra. Embora permeada por esse caráter específico, o preconceito racial no Brasil teria como consequência o agravamento de uma discriminação patente no campo das relações sociais de classe. Em virtude do preconceito decorrente das características ditas “somáticas” das pessoas negras, a condição subalterna daquela população, inserida originalmente na colônia sob a condição de escravos, seria tornada ainda mais precária.

Note-se que Prado Jr. recusa explicações amparadas no determinismo racial ao indicar que as diferenças raciais não seriam a origem das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que indica que os marcadores sociais da diferença étnica são mobilizados para reforçar preconceitos que são sociais. No entanto, deve-se atentar também que Prado Jr. elenca como uma das visões correntes acerca da origem do preconceito racial um possível “caráter psicológico estético inato”. Embora cite a existência dessa interpretação, Prado Jr. exime-se de refutar sua validade. Ao invés disso, corrobora-a como possível explicação para o preconceito racial ao indicar que, independente da explicação para o preconceito decorrer daqueles caracteres psicológicos ou de uma explicação sociológica, o racismo indubitavelmente acarreta prejuízos para a população negra. Trata-se de uma omissão patente contra uma abordagem eurocêntrica. Além dessa omissão, Prado Jr. incorre de maneira mais

direta na reiteração do eurocentrismo ao qualificar as populações negras e indígenas como povos “bárbaros”. Essa formulação encontra-se entrelaçada à ressalva que a escravidão acarreta uma desumanização, limitando as potencialidades das pessoas submetidas a essa condição. Contudo, a despeito disso, Prado Jr. indica que previamente essas pessoas teriam uma cultura inferior em comparação aos europeus:

Em suma, verifica-se por tudo que acabamos de ver que na escravidão, tal como se estabelece na América, em particular no Brasil, de que trato aqui, concorrem circunstâncias especiais que acentuam seus caracteres negativos, agravando os fatores moralmente corruptores e deprimentes que ela, por si só, já encerra. Incorporou à colônia, ainda em seus primeiros instantes, e em proporções esmagadoras, um contingente estranho e heterogêneo de raças que beiravam ainda o estado de barbárie, e que no contato com a cultura superior de seus dominadores se abastardaram por completo. E o incorporaram de chofre, sem nenhum estágio preparatório (PRADO JR., 2000[1942], p. 283).

Para Prado Jr. a incorporação de povos heterogêneos culturalmente, onde os europeus são assumidamente tidos como superiores e os negros e indígenas estariam beirando a barbárie, teria constituído um agravante que acentuou o caráter degradante do escravismo. Nisso reside uma perspectiva eurocêntrica que corrobora uma visão racista amparada no evolucionismo cultural. Na interpretação de Prado Jr. a hierarquia cultural é reforçada pela utilização de um jargão típico do discurso biológico. A consonância dessa abordagem remete a uma compreensão assentada na colonialidade do poder que distingue os europeus como superiores e não europeus como inferiores, como indicado na seção anterior. Com efeito, a crítica ao racismo perfilhada por Prado Jr. pauta-se por noções eurocêntricas que reiteram o racismo.

Com isso, tem-se mais um caso de “eurocentrismo antieurocêntrico” em suas formulações. Ou seja, Prado Jr. orienta sua crítica ao racismo como elemento característico do eurocentrismo, mas sem questionar os pressupostos eurocêntricos em que sua crítica está assentada. Mesmo com essa limitação, Prado Jr. ofereceu importante contribuição para o debate sobre a discriminação racial ao explicitar sua especificidade na sociedade brasileira, mediante a reprodução das desigualdades sociais disfarçada por um discurso de tolerância. Evidencia com isso que a classificação social decorrente da colonialidade do poder nem sempre possui uma aparência abertamente segregadora. Indica que a segregação pode ocorrer com toda sua força, mas com base na negação da existência de segregação. Ao mesmo tempo, a constatação de um fundamento eurocêntrico no pensamento caiopradiano indica que é possível apreender no discurso contrário ao racismo sua reprodução por outras vias. Na medida em que essa crítica se limita à dimensão da estrutura material e à organização social, abre-se margem para uma invisibilização das expressões culturais e formas de conhecimento

de negros e indígenas, não descentrando por completo o pensamento abissal.

Essas considerações são importantes para a discussão da desprovincialização do “Sentido da Colonização”, destacadamente em confronto com a noção de colonialidade. Prado Jr. indica que as diferenças raciais constituiriam um dos alicerces da escravidão moderna, diferenciando-a de outras formas de escravidão até então praticadas. Atentou para a variedade de manifestações assumidas pelo racismo no continente americano, diferenciando as situações do EUA e do Brasil. Nisso reside um importante avanço que o debate sobre a colonialidade não comporta, pois trata genericamente a maneira como se manifestam as classificações raciais forjadas com base na colonialidade do poder. O debate trazido por Quijano em conjunto com Wallerstein, posteriormente desenvolvido em trabalhos individuais e por outros que vieram se apropriar de suas contribuições, não leva em consideração adequadamente como o racismo pode se manifestar a partir do discurso da harmonia entre as raças.

Por outro lado, o paralelo entre “Sentido da Colonização” e colonialidade evidencia como Prado Jr. incorre na colonialidade do saber em suas críticas ao racismo, em virtude da maneira limitada como concebe a questão da cultura com base em uma combinação entre evolucionismo cultural e materialismo histórico. Trata-se de uma abordagem a que Mariátegui também recorreu reproduzindo as diretrizes de Bukharin – curiosamente a partir de um livro que Prado Jr. conhecia muito bem, pois o traduziu para o português no início da década de 1930⁴⁴. Não por acaso Prado Jr. corrobora a opinião de Mariátegui a respeito da superioridade cultural de Incas, Maias e Astecas em relação aos demais ameríndios e negros africanos, considerando, ainda, que os europeus estariam acima de todos na escala cultural. Conforme Bukharin as expressões culturais mais ou menos avançadas resultariam do grau de desenvolvimento material de cada povo. Apenas com C.L.R. James, bem como posteriormente com Sergio Bagú, Pablo Gonzalez Casanova e com a escola de sociologia da USP, o marxismo latino-americano passaria a sistematizar uma crítica contumaz a essa combinação entre evolucionismo e materialismo histórico, rechaçando o racismo.

Por fim, pode-se concluir que Prado Jr. oferece importantes subsídios para desprovincialização do “Sentido da Colonização”, sobretudo no âmbito econômico. Inicialmente essa desprovincialização pode ser apreendida com base na sua articulação com a “Acumulação Primitiva de Capital”. Posteriormente, na medida em que o capitalismo se desenvolveu e o colonialismo em sua expressão tradicional definiu, esses vínculos foram

⁴⁴ Em 1933, mesmo ano de publicação de *Evolução Política do Brasil*, Prado Jr. traduziu *Teoria do Materialismo Histórico* de autoria de Bukharin. É o mesmo livro citado anos antes por Mariátegui ao fundamentar suas discordâncias com as teorias raciais, situando-se em uma visão evolucionista.

atualizados com base no Imperialismo. Com efeito, apesar de predominantemente orientado para a compreensão da realidade brasileira, o “Sentido da Colonização” corrobora uma compreensão do capitalismo a partir do Sul. Com isso, sobretudo as perspectivas eurocêntricas a respeito da modernização são descentradas, pois ao invés de considerar que os países que tiveram uma origem colonial estariam em um estágio pré-capitalista, considera a formação dos países ditos periféricos como parte constituinte do próprio desenvolvimento do capitalismo. Prado Jr. descentra concepções eurocêntricas, a exemplo da provincialização do modelo democrático-burguês, na mesma medida em que fornece subsídios para uma compreensão alternativa que comporte uma concepção integrada sobre o colonialismo e o capitalismo.

No entanto, esse movimento de desprovincialização do “Sentido da Colonização” é limitado, pois não proporciona uma ruptura com pressupostos em torno de hierarquias culturais eurocêntricas. Em parte, isso seria decorrente da ideia de o conhecimento científico marxista estar assentando no privilégio epistemológico do proletariado, como indicado na primeira seção deste capítulo. Juntamente a isso, tem-se a combinação entre materialismo histórico e evolucionismo cultural resultante da ideia que a superestrutura constitui um reflexo da base material, como na concepção materialista de Bukharin. Com isso, as contribuições de Prado Jr. para a crítica ao racismo limitam-se à discussão em torno da mobilidade social, apontando como o preconceito racial, manifesto mediante sua própria negação, agrava um problema originado no âmbito das relações de classe. Todavia, essa crítica não rompe com pressupostos eurocêntricos que sustentam o racismo, como atesta sua imputação de uma condição de inferioridade para a população negra e indígena. A legitimação da cultura europeia como superior, constitui uma limitação relevante no processo de desprovincialização do “Sentido da Colonização”, na medida em que não possibilita a completa crítica aos fundamentos eurocêntricos da modernidade.

6 CONCLUSÕES

Esta tese teve como objetivo geral a análise da constituição das tensões eurocêntricas da interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. Durante o desenvolvimento desta exposição, buscou-se apresentar como o intelectual marxista expressou ao longo de sua obra historiográfica elementos de contestação e de reiteração do eurocentrismo. Nesse sentido, atentou-se para a maneira como sua produção textual elaborou-se em constante diálogo crítico com diferentes tradições intelectuais no Brasil, sobretudo aquelas vinculadas à caracterização do Período Colonial como capitalista, bem como, ainda, com aquelas dedicadas ao debate a respeito da questão racial. Igualmente, levou-se em consideração como suas reflexões também se relacionam com as tensões eurocêntricas no âmbito do marxismo, em geral, e com as ideias dos marxistas brasileiros que se dedicaram à elaboração de uma teoria da Revolução Brasileira com base na transposição do modelo democrático-burguês, em particular.

Como resultado dessa combinação de fontes de pensamento, Prado Jr. empreendeu uma tradução do marxismo para a realidade brasileira, em um processo denominado de “nacionalização do marxismo” (RICUPERO, 2000). Diferentemente da simples aplicação de conceitos marxistas para uma determinada situação, esse processo de nacionalização supõe uma apreensão da especificidade histórica do contexto nacional a partir da mobilização do método dialético na investigação da realidade. Como principal resultado desse processo, aponta-se a formulação do conceito de “Sentido da Colonização”, a diretriz que orienta a compreensão caiopradiana da realidade brasileira. Por conseguinte, procurou-se delimitar como o debate sobre as tensões eurocêntricas orbita ao seu redor.

Em vista desta questão, definiu-se a noção de eurocentrismo como o paradigma hegemonicamente dominante constituinte da geocultura moderna, que imputa como universais formas de pensar e agir tipicamente europeias (AMIN, 1989; QUIJANO, 2010; WALLERSTEIN, 2007). Indicou-se que suas expressões são bastante variadas, podendo ser apreendidas nas conversas cotidianas, nos discursos jornalísticos, obras artísticas etc., bem como também na teoria social. Aliás, como indicado a partir de Connell (2007), Lander (2000), Santos (2010a) e Wallerstein (2002), o processo de constituição das Ciências Sociais transcorreu de forma indissociável do eurocentrismo. Não obstante, algumas expressões contra-hegemônicas emergiram no pensamento social contestando seu caráter eurocêntrico. Em alguns casos, o marxismo constituiu uma das matrizes fundantes dessa contestação. No cerne do pensamento de Marx, é possível indicar a presença de elementos que tanto

corroboram como descentram o eurocentrismo, tornando-o uma exceção parcial na tradição intelectual iluminista europeia no que se refere a essa questão. Em virtude disso, o desenvolvimento da tradição marxista é permeado por perspectivas que corroboram o eurocentrismo e outras que contribuem para sua crítica, ainda que parcialmente. Da mesma forma, nas perspectivas contra-hegemônicas surgidas nas Ciências Sociais ao longo do século passado, contestação e reiteration do eurocentrismo manifestavam-se articuladamente.

Daí, no intuito de compreender esse processo, propôs-se a noção de tensões eurocêtricas, entendida como a emergência de uma perspectiva contra-hegemônica capitulada parcialmente pelo paradigma eurocêntrico hegemonicamente dominante. Tal formulação partiu da abordagem de Williams (1979) a respeito do conceito de hegemonia. No caso da obra historiográfica de Caio Prado Jr., procurou-se entender em que medida são descentrados os aspectos eurocêtricos das fontes que constituem e fundamentam sua interpretação do Brasil, ao passo que também se demonstrou o caráter parcial desse empreendimento, o que redundou em uma crítica ao eurocentrismo que não rompe por completo com os seus pressupostos eurocêtricos. A emergência dessa perspectiva contra-hegemônica está em consonância com os dilemas da formação e organização política do proletariado brasileiro, em um país marcado por uma condição originariamente colonial e profundamente marcada pelo escravismo.

Argumentou-se que a crítica ao eurocentrismo de Prado Jr. assenta-se em dois eixos. O primeiro consiste na provincialização do modelo democrático-burguês adotado pelo PCB. Esse movimento é compreendido como uma crítica à pretensão de universalidade subjacente às tentativas de transpô-lo para a realidade brasileira, presente em documentos da Komintern, nos programas políticos do PCB e nas formulações teóricas a respeito da Revolução Brasileira. O segundo eixo é a desprovincialização do “Sentido da Colonização”, definida como um movimento em que se toma o conceito caiopradiano não apenas como norteador de uma interpretação da formação da sociedade brasileira, mas como uma forma de apreender a ligação indissociável entre colonialismo e capitalismo a partir do ponto de vista do Sul global. Ao estabelecer esse vínculo, seria propiciada uma compreensão do processo mais amplo de formação do sistema-mundo moderno tomando como referência as implicações decorrentes da articulação inicial entre “Sentido da Colonização” e “Acumulação Primitiva de Capital”. Configurado como uma estrutura histórica de longa duração, esse vínculo converteu-se, com o passar do tempo, na combinação entre os elementos persistentes daquele “Sentido” e o Imperialismo.

Demonstrou-se, ainda, a limitação desses dois movimentos em virtude da incompleta ruptura com pressupostos eurocêntricos, destacadamente no que concerne ao estabelecimento de hierarquias culturais entre europeus e não europeus. Com efeito, Prado Jr. transpassa a linha abissal do eurocentrismo em direção à colonialidade do saber ao desconsiderar o aspecto epistemológico da articulação entre classe, raça e gênero. A esse respeito, é significativa em sua obra historiográfica a maneira como o racismo expressa-se em suas tentativas de criticá-lo. Por um lado, Prado Jr. indica a especificidade da discriminação racial no país reportando-a ao padrão de relacionamento estabelecido entre brancos, negros e índios surgido com o escravismo colonial. Por outro lado, caracteriza como primitivas as manifestações culturais das populações negras e indígenas, inclusive considerando-as como elementos deturpadores da cultura branca europeia, tida como superior e necessária para o progresso civilizacional. Assim, demonstraram-se os limites eurocêntricos do seu pensamento tanto na provincialização do modelo democrático-burguês quanto na tentativa de desprovincializar o “Sentido da Colonização”.

Com base na consideração das tensões eurocênticas na interpretação do Brasil de Caio Prado Jr., conclui-se que, embora de maneira parcial, tem-se em sua obra historiográfica, em grande parte produzida na primeira metade do século XX, uma contribuição importante para a crítica ao eurocentrismo. Dessa maneira, a nacionalização do marxismo promovida por Prado Jr. pode ser compreendida como parte de um conjunto de expressões precursoras do movimento de crítica aos avatares do eurocentrismo nas Ciências Sociais, consolidado após 1945 com a intensificação dos processos de descolonização da África e da Ásia. Destacadamente, isso ocorreria em virtude do conceito de “Sentido da Colonização” que descentra interpretações eurocênticas sobre a constituição da modernidade, caracterizadas pela desconsideração de sua articulação com o colonialismo e o escravismo. Sob esse aspecto, Prado Jr. antecipa parte das discussões em torno da “iminente revolução nas Ciências Sociais” contra o predomínio de visões metrocênticas (CONNELL, 2012).

Destarte, a ideia de desprovincialização do “Sentido da Colonização” em vista do vínculo entre a interpretação do Brasil de Prado Jr. e a “Acumulação Primitiva de Capital” coaduna em parte com o argumento desenvolvido por Quijano e Wallerstein (1992) a respeito da constituição das Américas como entidade geossocial fundamental para o surgimento do moderno sistema-mundo, na medida em que: “The Americas were not incorporated into an already existing capitalist world-economy. There could not have been a capitalist world-

economy without the Americas”⁴⁵ (QUIJANO, WALLERSTEIN, 1992, p. 549). Quijano e Wallerstein argumentam que a colonização das Américas foi imprescindível para o surgimento da economia-mundo capitalista, pois propiciou duas condições fundamentais: a expansão geográfica do tamanho do mundo e o desenvolvimento de métodos de controle do trabalho adequados às especificidades dos diferentes produtos e zonas de produção na economia-mundo, destacadamente com a escravidão no sistema de *plantation*.

Em síntese, a questão da desprovincialização do “Sentido da Colonização” relaciona-se com a afirmação da articulação entre colonialismo e capitalismo, ressaltando sua persistência para além do período circunscrito pela vigência formal da colonização, na medida em que suas principais características seriam em parte conservadas mesmo após a proclamação da Independência política do Brasil. Assim, além de inscrever uma perspectiva que contribui para uma compreensão alternativa da modernidade, também contribui para apreender o caráter parcial e eurocêntrico das narrativas sobre a modernidade que ignoram seus vínculos com o colonialismo e a escravidão. Seguindo expressão cunhada por Walter Mignolo (2000), seria possível indicar que, ao considerar a desprovincialização do “Sentido da Colonização” ensejada por Prado Jr., contribui-se para a compreensão da colonialidade como o lado mais sombrio da modernidade. Não obstante essa contribuição seja parcial, pois também é permeada pela corroboração do paradigma eurocêntrico. Com isso, tem-se no problema das tensões eurocêtricas da interpretação do Brasil de Caio Prado Jr. uma expressão dos dilemas da nacionalização do marxismo no Sul global.

⁴⁵ Em livre tradução: “As Américas não foram incorporadas dentro de uma economia-mundo capitalista já existente. Não teria havido uma economia-mundo capitalista sem as Américas”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. **Capítulos de história colonial**. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000 [1907] (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).
- _____. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004 [1930].
- _____. A literatura brasileira contemporânea. In: _____. **Ensaio e estudos** (crítica e história) – 1ª série. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; INL, 1975a[1875]. (Obras de Capistrano de Abreu, 4).
- _____. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: _____. **Ensaio e estudos** (crítica e história) – 1ª série. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; INL, 1975b[1878]. (Obras de Capistrano de Abreu, 4).
- _____. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro. In: _____. **Ensaio e estudos** (crítica e história) – 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; INL, 1976[1876]. (Obras de Capistrano de Abreu, 7).
- _____. **Correspondências de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro; INL, 1954. v 1.
- _____. **Correspondências de Capistrano de Abreu**. 2.ed. Rio de Janeiro; INL, 1977 v 2. (Obras de Capistrano de Abreu, 9).
- AMIN, S. **El orientalismo**. Crítica de una ideología. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1989.
- ANDERSON, K.B. **Marx at the margins**. On nationalism, ethnicity and non-western societies. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- APPIAH, K.A. **Na casa de meu pai**. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BASTOS, E. R. A sociologia nos anos 30, In: D'INCAO, M. A. (Org.). **História e Ideal**. Ensaio sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Editora UNESP, 1989.
- BAUER, M.W., GASKELL, G., ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesse do conhecimento – evitando confusões. In: BAUER, M.W., GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** – um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BHASKAR, R. Paradigma. In: OUTHWAITE, W., BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- BIELSCHOWSKY, R. **O pensamento econômico brasileiro**. O ciclo do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BORTOLUCI, J.H. Modernização periférica e descolonização epistêmica: A contribuição do

marxismo paulista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, nº83, out. 2013, pp. 167-241.

BOTELHO, A. Pensamento social brasileiro e reflexividade social (questões de pesquisa). In: DEWYER, T., PORTO. M.S.G. (Org.). **Sociologia em transformação**. Pesquisa social do século XXI. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean (org.) **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

_____. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 145, décembre 2002. pp. 3-8

BRAUDEL, F. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1982.

BRYMAN, Alan. The nature of qualitative research. In BRYMAN, Alan. **Social Research Methods**. New York: Oxford University Press, 2008.

CAILLÉ, A. O estado atual da sociologia: algumas observações face ao próximo congresso ALAS. **Estudos de Sociologia**, Recife, v.16, n. 2, p. 45-56, jul-dez, 2011.

CARDOSO, F.H. **As ideias e seu lugar**. Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. Livros que inventaram o Brasil. **Novos estudos**, nº 37, nov. 1993, pp. 21-35.

CARDOSO, F.H., FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARONE, E. **O marxismo no Brasil (das origens a 1964)**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

CASANOVA, P.G. Sobre el marxismo en América Latina. **Dialéctica**. Revista de la Escuela de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Puebla, Puebla, n. 20, dez-1988, p. 7-17.

_____. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A., AMADEO, J., GONZÁLEZ, S. (Org.). **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO; Expressão Popular, 2006. (Coleção Campus Virtual).

CEVASCO, M.E. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHADAREVIAN, P.E. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). **Política e sociedade**, Florianópolis, v. 11, n.29, abr 2012 [Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2012v11n20p255>. Acesso em: 25/08/2015].

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe**. Postcolonial thought and historical difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHATTERJEE, P. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: EdUFBA, 2004.

CONNELL, R. **Southern theory**. The global dynamics of knowledge in social Science. Cambridge: Polity Press, 2007.

_____. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 9 – 20, out., 2012.

COSTA, S. Desprovincializando a sociologia – a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 118-134, fev. 2006a.

_____. **Dois atlânticos**. Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2006b.

_____. (Re)Encontrando nas redes? As ciências sociais e a nova geopolítica do conhecimento. **Estudos de Sociologia**, Recife, v.16, n. 2, p. 25-43, jul-dez, 2011.

COUTINHO, C. N. Uma via “não-clássica” para o capitalismo. In: D’INCAO, M. A. (Org.). **História e Ideal**. Ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Editora UNESP, 1989.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil**. Ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011[1990].

DELGADO, L. Nacionalismo como projeto de nação: a frente parlamentar nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, J., REIS, D.A.(Org.). **Nacionalismo e reformismo radical**. 1945-1964. Rio de Janeiro, 2007.

DEL ROIO, M. O impacto da revolução russa e da internacional comunista no Brasil. In: MORAES, J.Q., REIS, D.A. (Org.). **História do marxismo no Brasil**. O impacto das revoluções. Campinas: EdUnicamp, 2007a, v.1.

_____. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, J.Q., DEL ROIO, M. **História do marxismo no Brasil**. Visões do Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007b, v.4.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introdução. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S (Orgs.). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. 2ª. ed. Porto Alegre, Artmed Bookman, 2006.

D’INCAO, M. A (Org.). **História e Ideal**. Ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Editora UNESP, 1989.

DOMINGUES, J.M. **Teoria crítica e semi(periferia)**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2011.

DORE, Elizabeth. Teoria da dependência. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário de pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. (Colección Sur Sur).

ECO, U. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Lisboa: Presença, 1980.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007[1972].

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005[1975].

_____. **A sociologia no Brasil**. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Brasil em compasso de espera**: pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011[1979].

_____. A visão de um amigo. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). **História e ideal** – ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FORTE, V.L. Colonialismo como estrutura de longa duração constituinte do capitalismo: Uma reflexão a partir de Caio Prado Júnior e Pablo González Casanova. **Realis**, n.2,v.3, jul-dez 2013, p. 216-229 [Disponível em: <http://www.nucleodecidadania.org/revista/index.php/realis/article/view/87>. Acesso em: 19/01/2015].

FRANCO, M.L.P. La noción de “espíritu” em las sociologías de Werner Sombart y Max Weber. **Sociológica**, v. 20, n 59, set-dez 2005, p. 27-59 [Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305024736004/>. Acesso em: 12/03/2016].

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1999[1933].

_____. **Além do apenas moderno**. Sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral, e do homem brasileiro, em particular. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

_____. **O brasileiro entre os outros hispanos**. Afinidades e possíveis futuros em suas inter-relações. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1975.

FULCHER, J. Sistemas-mundo. In: SCOTT, J. (Org.). **Sociologia**: conceitos-chave. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000[1958].

GENETTE, G. **Palimpsestos**. A literatura de segunda mão. Belo Horizonte: Viva a voz, 2010.

_____. **Paratexts**. Threshold of interpretation. Cambridge: Cambridge Press, 2001.

GILROY, P. **O atlântico negro**. São Paulo: Editora 34, 2001.

GORENDER, J. Do pecado original ao desastre de 1964. In: D'INCAO, M. A. (Org.).

História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Editora UNESP, 1989.

GRESPLAN, J. A teoria da história em Caio Prado Jr.: dialética e sentido. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 47, set 2008 [Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34615>. Acesso em: 08/07/2013].

GROSGOUEL, R. Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. **Realis**, n.2,v.3, jul-dez 2013, p. 26-55 [Disponível em: <http://www.nucleodecidadania.org/revista/index.php/realis/article/view/87>. Acesso em: 19/01/2015].

GUIMARÃES, A.S. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HALL, S. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: SOVIK, L. (Org.). **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: EdUFMG, 2009.

_____. As culturas nacionais como “comunidades imaginadas”. In: _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015[1992].

HANNA, F.T. **A modernização do Brasil em Caio Prado Jr e Oliveira Vianna**: uma discussão sobre a vinculação entre suas interpretações do Brasil e seus projetos políticos nacionais. Assis: FCL, 2003 (Dissertação de mestrado).

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013[1936].

_____. O Pensamento Histórico no Brasil nos Últimos 50 Anos. In: MONTEIRO, P. M., EUGÊNIO, J. K. (Orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda**. Perspectivas. Campinas: EDUNICAMP, Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2008.

HUMBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1986.

IANNI, O. A dialética da história. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **História e Ideal**. Ensaio sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Editora UNESP, 1989.

_____. **Pensamento social no Brasil**. Bauri, SP: EDUSC, 2004.

IUMATTI, P.T O percurso para o “sentido da colonização” e a dinâmica historiográfica brasileira nas primeiras décadas do século XX. IUMATTI, P., SEABRA, M., HEIDEMANN, H. D. (Orgs.). **Caio Pardo Jr. E a associação dos geógrafos brasileiros**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Caio Prado Jr.** uma trajetória intelectual. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. O percurso para o “Sentido da Colonização” e a Dinâmica da Historiografia Brasileira nas Primeiras Décadas do Século XX. In: IUMATTI, P., SEABRA, M., HEIDEMANN, H. D. (Orgs.). **Caio Pardo Jr. E a associação dos geógrafos brasileiros**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. Alguns pontos de partida para o estudo das relações entre Fernand Braudel e Caio Prado Jr. (1935-1948). In: NOGUEIRA, A. G. R., GONÇALVES, A. **Caio Prado Jr.**:

legado de um saber-fazer histórico. São Paulo: Hucitec, 2013.

JAMES, C.L.R. **Os jacobinos negros**. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010a[1938].

_____. Preâmbulo. In: _____. **Os jacobinos negros**. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010b[1980].

KAPOOR, I. Capitalism, culture, agency: Dependency versus postcolonial theory. **Third World Quarterly**, v. 23, n. 4, aug. 2002 [Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3993481>. Acesso em: 12/02/2013].

KONDER, L. **A derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

_____. As ideias de Marx no Brasil. In: _____. **O marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2009 [1983].

LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. (Colección Sur Sur).

_____. Saberes coloniais e eurocêntricos. In: _____. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. (Colección Sur Sur).

_____. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: BORON, A. et al. **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

LAPA, J.R.A. Caio Prado Jr. Formação do Brasil contemporâneo. In: MOTA, L. D. **Introdução ao Brasil**. Um Banquete no Trópico. São Paulo: Editora Senac, 1999, v. 1.

LATOUCHE, S. **A ocidentalização do mundo**. Ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIMA, H.F. Caio Prado e seu tempo. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). **História e ideal** – ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LIMA, L.C. **Aguarrás do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LINDNER, K. Marx's eurocentrism. Postcolonial studies and Marx scholarship. **Radical Philosophy**, 2010, pp.27-41.

LÖWY, M. Introdução – dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso. In: MARX, K., ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Introdução. In: LÖWY, M. **O marxismo na América Latina**. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

MAIA, J.M.E. Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro. **Sociedade e Estado** (UnB. Impresso), v. 26, p. 71-94, 2012.

_____. **Guerreiro Ramos e as linguagens da periferia: o pensamento brasileiro e a história global da sociologia.** [on line]. XXXV Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2011. [Disponível em: http://www.sigeventos.com.br/anpocs/admin/pro_lista_programa.asp?eventId=4&strConsultar=S. Acesso em: 12/07/2012].

_____. O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial. **Revista Estudos Políticos**, v. 1, p. 64-78, 2010.

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira.** São Paulo: Vozes, 1984.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.** São Paulo: Expressão Popular, 2010[1928].

_____. O socialismo indo-americano. In: LÖWY, M. **O marxismo na América Latina.** Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012[1928].

MARIÁTEGUI, J. C., PESCE, H. El problema de las razas em la América Latina. In: MARIÁTEGUI, J. C. **Ideología y política** y otros escritos. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2010[1929].

MARINI, R.M. **Subdesenvolvimento e revolução.** Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINEZ, P. H. **A Dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935).** São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. História da colonização e método histórico. In: NOGUEIRA, A. G. R., GONÇALVES, A. **Caio Prado Jr.: legado de um saber-fazer histórico.** São Paulo: Hucitec, 2013.

MARTINS, P.H. Sul y el norte como experiências epistemológicas necesarias a la colonidad. **Estudos de Sociologia**, Recife, v.16, n. 2, p. 73-96, jul-dez, 2011.

_____. **La decolonialidad de América latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidaria.** Buenos Aires: Ediciones Ciccus; Estudios Sociológicos Editora, 2012.

MARTIUS, K.F.P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: _____. **O estado do direito entre os autóctones do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1982[1845].

MARX, K. Prefácio. In: _____. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1982[1859].

_____. A Mercadoria. In: _____. **O capital** – crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a[1867]. Livro I, Tomo I.

_____. Como o dinheiro se transforma em capital. In: _____. **O capital** – crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b[1867]. Livro I, Tomo I.

_____. A chamada acumulação primitiva. In: _____. **O capital** – crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008c[1867]. Livro I, Tomo II.

_____. Teoria moderna da colonização. In: _____. **O capital** – crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008d[1867]. Livro I, Tomo II.

_____. Prefácio da 2ª edição. In: _____. **O capital** – crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008e[1867]. Livro I, Tomo I.

_____. Ad Feuerbach. In: MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007[1845].

_____. Carta a Vera Ivanovna Zasulitch, 8 mar. 1881. In: MARX, K., ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013[1881].

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998[1848].

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007[1845].

_____. Prefácio à edição russa do manifesto do partido comunista. In: _____. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013[1882].

MATA, I. Estudos pós-coloniais. Desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas**, n.1, v.14, jan-abr 2014, p.27-42 [Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/civitas/article/view/16185>. Acesso em: 21/07/2015].

MAYER, F. Agrarismo e industrialismo. In: CARONE, E. (Org.). **P.C.B. (1922-1943)**. São Paulo: DIFEL, 1982[1926].

MCCLINTOCK, A. **O couro imperial**. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: EdUnicamp, 2010.

MICELI, S., Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Volume 1. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.

_____. Intelectuais e classe dirigente. In: _____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Darcy Ribeiro e a crítica pós-colonial de Walter Mignolo: notas sobre o processo civilizatório nas Américas. **Dimensões**, Vitória, v. 29, 2012, p. 281-308 [Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/5409/3995>. Acesso em: 20/08/2016].

_____. A virada conceitual pós-colonial: panorama, especificidades e possíveis contribuições às teorias sociais. **Anais Eletrônicos do 38º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambú: ANPOCS, 2014 [Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9216&I

[temid=456](#). Acesso em: 07/08/2015].

MIGNOLO, W.D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. (Colección Sur Sur).

MONTALVÃO, S. O sentido da nação: parâmetros e intencionalidades na escrita da história de Caio Prado Jr. **Cadernos de História**, n.2, set.2006, p. 1-19 [Disponível em www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria. Acesso em 20/05/2014].

MORAES, J.Q. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: MORAES, J.Q., REIS, D.A. (Org.). **História do marxismo no Brasil**. O impacto das revoluções. Campinas: EdUnicamp, 2007a, v.1.

_____. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. In: _____ (Org.). **História do marxismo no Brasil**. Os influxos teóricos. Campinas: EdUnicamp, 2007b, v.2.

_____. Octávio Brandão. In: PERICÁS, L. B., SECCO, L. **Intérpretes do Brasil**. Clássicos, Rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOTTA, R. P. S. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NASCIMENTO, E.L. Sankofa: significado e intenções. In: _____ (Org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NETO, E. C. **Minha vida e as lutas de meu tempo: memórias**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

NOGUEIRA, A. G. R., GONÇALVES, A. Caio Prado Jr.: A historicidade do conhecimento histórico e a memória do saber. In: NOGUEIRA, A. G. R., GONÇALVES, A. (Orgs.). **Caio Prado Jr.: legado de um saber-fazer histórico**. São Paulo: Hucitec, 2013.

NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1989[1979].

_____. Introdução. In: PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (Coleção Intérpretes do Brasil).

_____. Preface. In: ABREU, C. **Chapters of Brazil's colonial history 1500-1800**. New York: Oxford University Press, 1997.

_____. **Aproximações**. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVA, A.R. A invenção da África no Brasil: Os africanos diante dos imaginários e discursos brasileiros dos séculos XIX e XX. **Revista África e Africanidades**, n4, fev/ 2009 [Disponível

em:http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/A_invencao_da_Africa_no_Brasil.pdf. Acesso em: 22/05/2015].

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012[1985].

PATEL, S. Rumo ao internacionalismo: para além das sociologias colonial e nacional. In: MAIA, J.M. et al. (Org.). **Ateliê do pensamento social: Ideias em perspectiva global**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

PÉCAULT, D. **Intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO, A. Introdução. In: SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005[1937].

PEREIRA, L.C.B. De volta ao capital mercantil. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **História e Ideal**. Ensaio sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Editora UNESP, 1989.

_____. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, M.R. **50 anos ciências econômicas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PREICÁS, L.B. **Caio Prado Júnior**. Uma biografia política. São Paulo: Boitempo, 2016.

PERICÁS, L.B., WIDER, M.C. Caio Prado Jr. In: PERICÁS, L B., SECCO, L. **Intérpretes do Brasil**. Clássicos, Rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINTO, J.A. C. **O nacionalismo corporativista de Caio Pardo Júnior**. Goiânia: Câne Editorial, 2013.

PONS, S. **A revolução global**. História do comunismo internacional. 1917-1991. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

PRADO JR, C. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980 [1933]

_____. **URSS, um novo mundo**. São Paulo: Companhia Nacional, 1935.

_____. O programa da aliança nacional libertadora. **Nova escrita/ensaio**, nº 10, 1982 [1935], pp. 117-136.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 [1945]. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945

_____. **História Econômica do Brasil**. 46ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1945].

_____. Os fundamentos econômicos da revolução brasileira. In: SANTOS, R. (Org.). **Caio Prado Jr.: dissertações sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2007[1947].

_____. **Dialética do conhecimento.** Preliminares. Pré-história. São Paulo: Brasiliense, 1960[1952], v.1.

_____. **Dialética do conhecimento.** História da dialética. Lógica dialética. São Paulo: Brasiliense, 1960[1952], v.2.

_____. **Diretrizes para uma política econômica brasileira.** São Paulo: Gráfica Urupês Limitada, 1954.

_____. **Esbôço dos Fundamentos da Teoria Econômica.** São Paulo: Brasiliense, 1960[1957].

_____. **Introdução à lógica dialética** (notas introdutórias). São Paulo: Brasiliense, 1979[1959].

_____. **O mundo do socialismo.** São Paulo: Brasiliense, 1967[1962].

_____. **A revolução brasileira.** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978[1966].

_____. **A revolução brasileira. A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014[1966; 1979].

_____. **História e Desenvolvimento:** a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1972 [1968].

_____. **Estruturalismo de Lévi-Strauss, Marxismo de Louis Althusser.** São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRADO, P. **Paulística.** Retratos do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972[1926].

_____. **Retrato do Brasil:** ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001[1928].

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas (manifesto latino-americano). In: GURRIERI, A (Org.). **O manifesto Latino-Americano e outros e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2011 [1949].

PRESTES, A. L. Memória do PCB: duas táticas e uma mesma estratégia [on line]. [Disponível em <http://editora.expressaopopular.com.br/batalha-das-ideias/mem%C3%B3ria-do-pcb-duas-t%C3%A1ticas-e-uma-mesma-estrat%C3%A9gia> Acesso em: 25/10/2013].

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. (Colección Sur Sur).

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B.S., MENESES, M.P. (Org.). **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, A., WALLERSTEIN, I. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, Paris, n.134, p. 549-557, nov., 1992.

RANGEL, I. Feudalismo e propriedade fundiária. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **História e Ideal**. Ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Editora UNESP, 1989.

RÊGO, M. BASTOS, E. R., RIDENTI, M., ROLLAND, D. (Orgs.). **Intelectuais: Sociedade e Política**. São Paulo: Cortez, 2003.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo, Alameda, 2011.

RIDENTEI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: EdUnesp, 2010.

SAID, E. **Orientalismo**. O oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2006[1978].

SAMPAIO, P. A., SAMPAIO JR. P. A. **Apresentação**. In: SAMPAIO, P. A., SAMPAIO JR. P. (Orgs.). **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo** – para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.S., MENESES, M.P. (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010b.

SANTOS, B.S., MENESES, M.P. Introdução. In: _____ (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, R. **Caio Prado Júnior**. Na Cultura Política Brasileira. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

SANTOS, W.G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.

SÁ-SILVA, J.R., ALMEIDA, C. D. de, GUINDANI, J. F.. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I - Número I, pp. 01-15, 2009.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2012[1993].

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: _____. **Cultura e política**. São Paulo: Paz e Terra, 2009 [1972].

_____. Cultura e política, 1964-1969. In: _____. **Cultura e política**. São Paulo: Paz e Terra, 2009[1970].

SECCO, L. **Caio Pardo Júnior: o sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SHOHAT, E., STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica**. Multiculturalismo e

representação. São Paulo: Cosacnaify, 2005.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005[1937].

SILVA, A.J. Tempo de fundadores. In: MORAES, J.Q., DEL ROIO, M. **História do marxismo no Brasil**. Visões do Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007, v.4.

SOARES, E.V. **Florestan Fernandes: O militante solitário**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Literatura e estrutura de sentimento: fluxos entre Brasil e África. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 2, mai-ago 2011 [Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000200006. Acesso em: 22/10/2014].

SODRÉ, N.W. **Introdução à revolução brasileira**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978[1958].

_____. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1967[1962].

_____. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. **A ideologia do colonialismo**. Seus reflexos no pensamento brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1984[1965].

SOUZA, J. **A modernização seletiva**. Uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Ed.UnB, 2000.

SOUZA, L.M. Introdução. In: MACHADO, A. **Vida e morte do bandeirante**. Rio de Janeiro: Aguilar, 2002. (Coleção Intérpretes do Brasil, v.1).

TAVOLARO, S. A tese da singularidade brasileira revisitada – alguns desafios teóricos contemporâneos. **Anais Eletrônicos do 37º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambú: ANPOCS, 2013a. [Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8528&Itemid=217. Acesso em: 25/04/2015].

_____. A “singularidade brasileira” para além do eurocentrismo? Freyre, Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. **Anais Eletrônicos do XXIX Congresso Latino-Americano de Sociologia**. Santiago: ALAS, 2013b. [Disponível em http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT17/GT17_TavolaroSergio.pdf. Acesso em 14/03/2015].

TOLEDO, C.N. **ISEB: Fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1982.

THURMOND, Veronica A. (2001). The Point of Triangulation. **Journal of Nursing Scholarship**, v.33, n. 3, set. 2001, p. 253-258. [Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1547-5069.2001.00253.x/citedby>. Acesso em: 21/02/2013].

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973[1919].

WALLERSTEIN, I. **O fim do mundo como o concebemos**. Ciência Social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, A., TURNES, J. (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: EdUnesp, 1999.

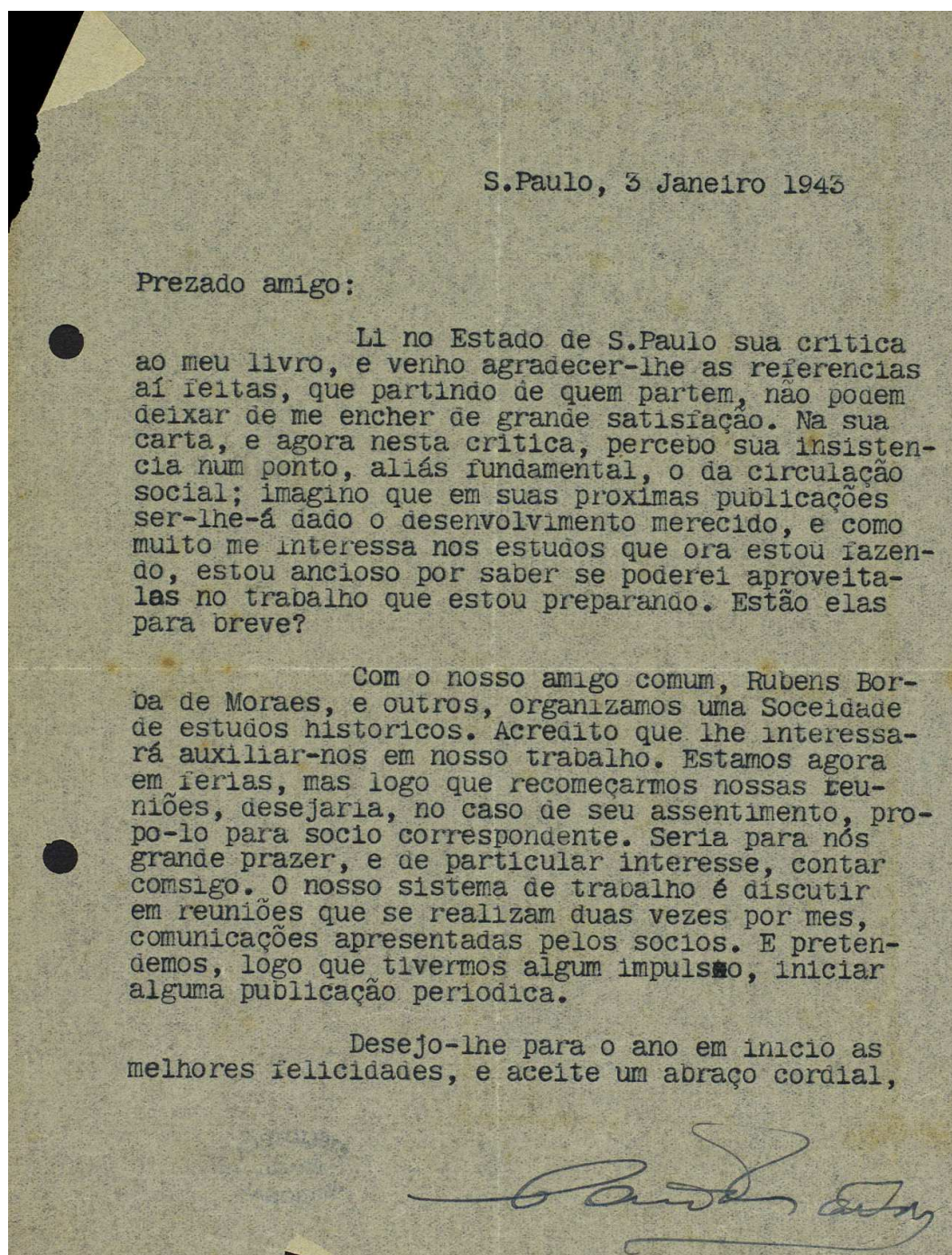
WEEKS, John. Capital mercantil. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário de pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZASULITCH, V.I. Carta a Karl Marx, 16 fev. 1881. In: MARX, K., ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

**ANEXO A - CARTA ESCRITA EM 03/01/1943 E ENDEREÇADA A NELSON
WERNECK SODRÉ**

Carta a Nelson Werneck Sodré agradecendo-o pela crítica publicada sobre *Formação do Brasil Contemporâneo*.



**ANEXO B - CARTA ESCRITA EM 03/09/1943 E ENDEREÇADA A NELSON
WERNECK SODRÉ**

Carta a Nelson Werneck Sodré felicitando-o por escrever uma história literária sem mencionar de nomes.

